Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Ozias de Jesus Soares

Território e identidades em trânsito no subúrbio industrial: uma análise das transformações socioeconômicas na região do Complexo do Alemão

Rio de Janeiro
2012

Ozias de Jesus Soares

Território e identidades em trânsito no subúrbio industrial: uma análise das transformações socioeconômicas na região do Complexo do Alemão

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profª Dra. Clara Maria de Araújo

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

S676t Soares, Ozias de Jesus
Território e identidades em trânsito no subúrbio industrial uma: análise das transformações socioeconômicas na região do Complexo do Alemão/ Ozias de Jesus Soares. – 2012.
260 f.

Orientadora: Clara Maria de Araujo.
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
. Bibliografia.

1. Favelas - Urbanização – Teses. 2. Favelas - Rio de Janeiro (RJ) – Teses I. Araujo, Clara Maria de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 333.326

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Ozias de Jesus Soares

Território e identidades em trânsito no subúrbio industrial: uma análise das transformações socioeconômicas na região do Complexo do Alemão

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 06 de julho de 2012.

Banca examinadora:

_____

Profª. Dra. Clara Maria de Araújo (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Profª. Dra. Felícia Silva Picanço

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

_____

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Profª. Dra. Maria Josefina Gabriel Sant'Anna

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Profª. Dra. Moema de Castro Guedes

Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFRRJ

Rio de Janeiro

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Clara Araújo, pelo fato de ter me acolhido desde a construção do projeto de pesquisa, as indicações feitas, as lacunas percebidas e a paciência em todo este tempo de percurso.

Agradeço aos colegas do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelas preciosas dicas dadas ao longo do curso e pelo diálogo constante.

Agradeço o apoio da minha coordenadora no trabalho, Anna Paola Baptista, que, compreendendo as dificuldades do trajeto, permitiu com que muitas vezes fossem adiadas as tarefas que a mim cabiam.

Agradeço aos professores membros da banca, Felícia Silva Picanço, Floriano José Godinho de Oliveira, Maria Josefina Gabriel Sant'Anna, Moema de Castro Guedes, que em meio a tantas demandas, atenderam a mais esta tarefa nada fácil. Igualmente aos professores Dario Souza e Silva, Lidia Alice Medeiros e Lia de Mattos agradeço a gentileza e o carinho em poder dialogar comigo.

A todos os trabalhadores que me concederam as entrevistas. Suas vozes foram muito importantes e continuarão ecoando por aí, buscando espaço e renovando esperanças.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que chegasse até aqui, o meu sincero agradecimento.

Não tenho agora como não voltar a um ponto sempre presente às minhas reflexões – a minha recusa à inteligência da História como *determinação*, minha rejeição, portanto, à inexorabilidade do amanhã. O amanhã nem é a repetição necessária do hoje, como gostariam que fossem os dominadores, nem tampouco é algo preestabelecido. O amanhã é uma possibilidade que precisamos trabalhar e por que, sobretudo, temos de lutar para construir. O que ocorre hoje não produz inevitavelmente o amanhã. A globalização da economia ou os avanços tecnológicos, por exemplo, não são em si mesmos, perfiladores de um amanhã dado como certo, espécie de alongamento aprimorado de uma certa expressão do hoje. A globalização não acaba com a política ao colocar a necessidade de fazê-la de forma diferente.

Paulo Freire

RESUMO

SOARES, Ozias de Jesus. *Território e identidades em trânsito no subúrbio industrial:* uma análise das transformações socioeconômicas na região do complexo do Alemão*.* 2012. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

As últimas décadas evidenciaram profundas transformações na estrutura do trabalho e emprego no cenário global. Esse movimento trouxe implicações sociais de diversas dimensões para a experiência cotidiana dos trabalhadores nas cidades industriais. A pesquisa buscou investigar se as expressões daquelas transformações socioeconômicas numa região particular da cidade do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão, teriam resultados sobre a configuração das identidades dos trabalhadores e o curso de um novo etos do trabalho. O Complexo do Alemão se transformou numa região de investimentos industriais até os anos 1980, quando então começa a declinar-se. As transformações ali operadas e a forma urbana assumida naquele contexto expressam mudanças sociais mais amplas que ocorreram nas últimas décadas na cidade e no Estado do Rio de Janeiro. Trabalhou-se com a hipótese de que a alocação de grandes empreendimentos industriais e uma rede de médias e pequenas empresas naquela área calcadas no trabalho assalariado protegido, ora teria contribuído na construção de identidades dos trabalhadores e, de outro lado, a descentramento e esvaziamento daquele padrão teriam impactado a forma como os sujeitos constituem essas identidades mediadas pelo trabalho. Outra hipótese colocada referiu-se a possibilidade da emergência de novas concepções e aspirações profissionais e de trabalho a cimentar novos modos de organização de identidades individuais e coletivas naquela região. Foi colocado em discussão o modelo de modernidade industrial instalado no Brasil bem como o modo como o zoneamento industrial se deu na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa dialogou com os temas do trabalho, industrialização, reestruturação produtiva e identidades. Afora os aportes teóricos, a pesquisa lançou mão de entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores de diversas idades que trabalharam ou ainda trabalham na região do Complexo do Alemão. Diante do ordenamento atual no mundo do trabalho, a pesquisa discutiu que mecanismos de exploração são reeditados e que em meio a isso, num jogo contraditório e dialético, os trabalhadores constroem representações sobre si e sobre a coletividade. O horizonte de um trabalho livre e protegido, em nossa modernização periférica, foi importante elemento para a construção de um imaginário operário, tendo o salário e a fábrica como uma porta de acesso para a cidadania. Por fim, mostrou-se que atualmente são postas novas institucionalidades para a questão da identidade do trabalhador; a fábrica, que antes ocupou importante lugar na região em estudo e no imaginário da população daquele território, se reveste de novas conotações.

Palavras-chave: Trabalho. Identidades. Industrialização. Reestruturação produtiva. Complexo do Alemão.

ABSTRACT

The last decades have shown profound changes in the work and employment structure in the global scenario. This movement brought several social implications to the everyday life experience of workers in the industrial cities. The research sought to investigate whether the expressions of these socioeconomic changes in a particular territory of the Rio de Janeiro's city, the "Complexo do Alemão" brought results on the definition of the workers identities and the emerging of a new ethos of work. The Complexo do Alemão has become a region of industrial investment as from the 1980's, when after that moment begins to decline up. The transformations perceived there, and the urban form built in that context, is an expression of broader social changes that have occurred in recent decades in the city and the state of Rio de Janeiro. Worked itself with the hypothesis that the build of large industrial enterprises and a network of small and medium businesses in the area supported on protected wage labor, either would have helped in the construction of workers identities and on the other hand, the decentralization and emptying of that pattern would have impacted the way the subjects build their identities mediated by work. Another hypothesis raised referred to the possibility of the emergence of new work conceptions and professional aspirations that could help to build new ways of organizing individual and collective identities in the region. Was put into discussion the model of industrial modernity installed in Brazil and the manner how the industrial zoning occurred in the city of Rio de Janeiro. The research presented the themes of labor, industrialization, production restructuring and identities. In addition to theoretical discussions, the research used semi-structured interviews with employees of different ages who have worked or are still working in the region of the Complexo do Alemão. The research argued that nowadays the mechanisms of exploitation are republished, in a game contradictory and dialectical, where workers construct representations about themselves and about collectivity. The horizon of a free labor and protected in our peripheral modernization, was put as an important element for the construction of a workers identity, and wages and the factory as a gateway to citizenship. Finally, the thesis has shown that new perspectives are putted to the question of the workers identities and the factory, which occupied a place in the territorial space and in the population imagery of that region, is surrounded by new connotations.

Keywords: Work. Industrialization. Identities. Productive restructuring. Complexo do Alemão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1 **ESPAÇO INDUSTRIAL E ESPAÇO DE VIDA NO SUBÚRBIO DO RIO DE JANEIRO**.....33

1.1 **Sesmarias, freguesias, zona industrial: dinâmicas sócio-espaciais na região do Complexo do Alemão**.....36

1.1 **Caracterização atual da região do Complexo do Alemão** 54

2 **TECIDO URBANO E INDUSTRIALIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA O MODELO DE MODERNIZAÇÃO BRASILEIRO**.....68

2.1 **Indústria e Fordismo: padrão de desenvolvimento e crise do Estado social** 75

2.2 **Do cheirinho de café à substituição de importações: germes da indústria no Brasil** 83

2.3 **Crise do padrão de acumulação e uma nova morfologia do trabalho**.....95

3 **REFLEXÕES E BIFURCAÇÕES SOBRE IDENTIDADES** 102

3.1 **Estado moderno e construção de uma identidade nacional**.....105

3.2 **Identidades em tempos de flexibilidade** 111

3.3 **Identidade operária e projetos societários** 113

4 **O PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO DO TRABALHADOR DO COMPLEXO DO ALEMÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SUJEITOS DA PESQUISA**.....124

4.1 **Idade e sexo dos trabalhadores entrevistados: mulheres e jovens no mundo do trabalho no Complexo do Alemão** 129

4.2. **Estado civil dos entrevistados** 133

4.3. **Tempo de moradia e naturalidade dos entrevistados na região do Complexo do Alemão** 134

4.4. **Escola e mundo do trabalho** 139

4.5. **Participação em programas de formação profissional** 145

4.6. **Diversidade de empresas dos trabalhadores entrevistados** 148

4.7 **Caracterização da formação profissional e ocupação atual dos entrevistados** 149

4.8. **Tamanho das famílias dos trabalhadores entrevistados**.....150
4.9 **Trabalhadores entrevistados e as ocupações de seus pais: uma visão geracional** 153
4.10 **Trabalhadores entrevistados em função de chefia** 158
4.11 **Quem é o trabalhador do Complexo do Alemão?** 160
5 **PERCEPÇÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO, FAVELAS E PARTICIPAÇÃO: A ÓTICA DOS TRABALHADORES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS NA REGIÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO**.....166
5.1 **trabalho, esvaziamento industrial e crescimento das favelas: o que nos dizem os entrevistados?** 174
5.2 **Por que faliram ou foram embora as empresas?** 180
5.3 **"Aquela empresa era uma mãe pra gente": motivações em relação ao trabalho na fábrica**. 188
5.4 **Principais problemas enfrentados pelos entrevistados nas empresas da região** 193
5.5 **A proteção da Carteira de Trabalho: "quem não tinha Carteira assinada a polícia prendia..."** 196
5.6 **O que pensam os trabalhadores sobre os diferentes vínculos de trabalho**.....201
5.6.1 Vínculos de trabalho sob a ótica dos representantes institucionais 206
5.7 **Participação dos trabalhadores e o movimento sindical**.....208
5.7.1 Trabalhadores que participaram de greves e paralisações.....210
5.7.2 Atuação do sindicato na ótica dos trabalhadores 212
5.8. **Trabalho na fábrica, aspirações profissionais e mudança de ocupação** 215
5.8.1 *"Meu desejo é que meus filhos sejam patrões":* expectativas em relação à profissionalização dos filhos 217
5.9. **O caleidoscópio do mundo do trabalho na região do Complexo do Alemão** 219
6 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 225
REFERÊNCIAS 241

ANEXO A – Roteiro de entrevista.....253
ANEXO B - Detalhes de algumas instalações antigas.....255
ANEXO C - Antigo parque fabril Nova América.....256
ANEXO D - antigas instalações da Metalúrgica Eaton (2009) e panorama recente (2012).....257
ANEXO E - Antigas instalações da Poesi-Sayonara (Estrada do Itararé).....258
ANEXO F - Antigas instalações da fábrica da Coca-cola, Gás Heliogás e Skol.....259
ANEXO G - Esqueleto da antiga industria Franco-Brasileira e destinação atual do terreno 260
ANEXO H - Antigas instalações da empresa Polionda (Tufy Habib) e da metalúrgica Eltra.....261

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro figura como um campo importante do ponto de vista das análises sociológicas que resultam na equação globalização-urbanização-trabalho. Segregação, concentração da pobreza, ampliação de territórios desprovidos de serviços básicos e dominados por grupos ligados ao tráfico de drogas são alguns temas que vem tomando uma densidade analítica nos últimos anos. Um desses temas trata-se da mobilidade dos parques produtivos e efeitos de diferentes ordens face aos imperativos da globalização.

A região metropolitana do Rio de Janeiro experimentou um dinamismo socioeconômico particular. Momentos de expansão e de retração econômica marcaram esta região. A capital desenvolveu um importante parque industrial desde fins do século XIX. As recentes mudanças na estrutura e no conteúdo do trabalho continuam a remodelar a cidade seja nos seus aspectos urbanos ou mesmo em suas implicações sociais.

A presente pesquisa buscou debruçar-se sobre as relações entre as alterações no mundo do trabalho numa região específica da cidade do Rio de Janeiro – a área do Complexo do Alemão - e a dinâmica das identidades dos trabalhadores, considerando, sobretudo, o esvaziamento ou a descentralização econômico-produtiva que assistimos, não apenas nesta região, mas em toda a cidade nas últimas décadas. Tomo como ponto de partida, embora considerando demais aspectos causais, que as mudanças ali percebidas inserem-se num quadro mais amplo no universo das transformações no mundo do trabalho que ocorreu, sobretudo, no mundo ocidental marcado, em grande medida, pela modernidade industrial do tipo fordista.

Busquei investigar em que medida as transformações socioeconômicas na região do Complexo do Alemão – que se inserem num contexto de mudança da estrutura do trabalho e emprego - nos permitiriam falar de um novo etos do trabalho e conformação de novos contornos de identidades.

A pesquisa possui um caráter de um estudo do caso particular de uma área da cidade que busca refletir/articular questões locais, contextuais e relacionadas com as transformações estruturais numa determinada região da cidade do Rio de Janeiro e o modo como aquele território foi forjado, mediado pelo trabalho fabril.

Somados aos aportes teóricos, referências históricas e dados específicos do recorte da pesquisa, privilegiei um diálogo com grupos de trabalhadores que experimentaram diferentes momentos e tipos de inserção profissional no universo produtivo daquela região da cidade.

Os trabalhadores eleitos como sujeitos desta pesquisa são aqueles que, em geral, ocupavam (e ocupam, em se tratando daqueles que ainda estão na fábrica) postos de trabalho com poucas exigências de formação profissional prévia ou graus de escolaridade. Apenas uma das entrevistadas ocupava um posto qualificado, todavia, decidi entrevistá-la em razão de ser filha de pais operários e ainda residir em uma das favelas do Complexo do Alemão.

O trabalho foi orientado considerando os seguintes objetivos: (a) Investigar possíveis implicações sociais das transformações na estrutura produtiva do entorno do Complexo do Alemão para os trabalhadores; (b) Identificar possíveis variações no etos do trabalho e organização dos trabalhadores na região tendo em vista o curso das transformações das últimas três décadas do século XX; e (c) Compreender concepções de trabalho e geração de renda na região e suas relações com a questão das identidades e organização dos trabalhadores.

Tais objetivos estão relacionados às seguintes hipóteses: o esvaziamento fabril no entorno de uma das maiores aglomerações de favelas da cidade estaria na base de importantes implicações sociais para o conjunto de trabalhadores que experimentaram um apogeu produtivo na região; considerando a alocação de grandes empreendimentos industriais e uma rede de médias e pequenas empresas naquela área calcadas no trabalho assalariado protegido, o descentramento e esvaziamento daquele modelo produtivo teriam impactado a forma como os sujeitos constituem suas identidades mediadas pelo trabalho; e por fim, novas concepções e aspirações profissionais e de trabalho estariam em curso exigindo novos olhares sobre o modo como uma parcela de trabalhadores organiza suas identidades individuais e coletivas.

O tema nos conduz para um campo importante do ponto de vista das discussões e análises sociológicas que é a questão da identidade. A conjugação de identidade e universo do trabalho assalariado dominou durante um tempo os debates em torno da questão da classe social. Há, no entanto, uma explosão discursiva e conceitual em torno do tema identidades atualmente. A fragmentação e reorganização da identidade (ou das identidades) sobre novas bases é objeto de

estudos de vários autores, com diferentes filiações ideológicas. Uma linha central, no entanto, tende a situar tal conceito como algo inerentemente dinâmico face a diluição de “fronteiras” de diversas ordens. Conforme defende Stuart Hall, “as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (HALL, 2000, p. 108). Fraturas nas tradicionais identidades culturais, todavia, não é o mesmo que dizer que deixaram de existir.

Tomo como um ponto fundamental na análise aqui empreendida que os indivíduos continuam construindo e reorganizando sistemas de referências e são por eles afetados. Neste sentido, o universo do trabalho, no nosso caso sob as relações do tipo capitalista, foi tomado como um importante mediador constitutivo de identidades individuais e coletivas. Algumas análises focavam num sentimento de pertencimento que poderia servir como base para aglutinar lutas comuns. Este sentimento de pertencimento, de identificação, pode, todavia, ser organicamente construído ou atribuído do exterior a um determinado grupo e a um determinado projeto. Isto significa dizer que há um campo de lutas onde, para algumas correntes de pensamento, tem havido atualmente certa trégua. Entretanto, recentes abalos econômicos nos países centrais do capitalismo apontam que tais lutas, que polarizam de um lado os trabalhadores e de outro as demandas do capital, continuam vivas. Em meio a isto, o tema da hegemonia, caro ao pensamento crítico em boa parte do século XX, perpassa por reconhecer uma discussão que não se encontra esgotada. Desse modo, o campo de disputa por hegemonia, que inclui o mundo do trabalho como produtor de valores e da sobrevivência, comporta um terreno onde são abrigados representações, imagens, valores, projetos, padrões de comportamento e interdições (RUMMERT, 2004).

Nesta linha de entendimento, o projeto desenvolvimentista brasileiro, considerando as mediações que o formataram historicamente, consubstanciado, sobretudo, a partir dos anos 1930, comportava um projeto de trabalhador adaptado ao modelo fabril-industrial que se impunha como hegemônico[1]. Em meio a isso, algumas regiões da cidade do Rio de Janeiro (igualmente a exemplo de outras no

[1] Nesta linha de discussão os trabalhos de Acácia Kuenzer (A pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador, 1985), José Rodrigues (O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria, 1998) e Sonia Rummert (Educação e Identidade dos Trabalhadores: concepções do capital e do trabalho, 2000), constituem como referências para esta discussão ao longo da exposição.

país) foram eleitas, por características ligadas não apenas a logística e gerenciamento, mas por opções políticas como zonas ou cidades industriais.

A região do subúrbio carioca, no entorno do Complexo do Alemão, recebeu um volume substancial de investimentos industriais a partir dos anos 1930 e teve seu crescimento demográfico nucleado por aquele modelo produtivo. Considerando este cenário, algumas indagações surgem como basilares na pesquisa: que representações do trabalho foram construídas pelos trabalhadores da região do Complexo do Alemão? Que projetos foram (e são) abrigados naquele contexto frente aos diferentes momentos no universo do trabalho e da produção? Que novas identidades surgem face ao novo desenho do mundo do trabalho contemporâneo?

Sobre os efeitos de variadas dimensões (psicológico, social, cultural, demográfico, econômico, ambiental etc.) que a modernidade industrial alavancou muito já se escreveu. As potencialidades daquela modernidade, quer ampliando o tempo livre do trabalhador ou contribuindo para a emergência de uma consciência de classe universal fecundou uma intensa produção acadêmica e densos debates e disputas ideológicas. A exploração capitalista e as buscas por superação ou rupturas com aquele modo particular de produção foram, em boa dose, o eixo condutor de discussões que marcou fundamentalmente os séculos XIX e XX, amalgamados pela idéia de classe social, de classe operária e termos assemelhados. Algumas discussões neste sentido foram denominadas ora como estruturalistas, ora como economicistas. Conforme os críticos desta corrente, elas carregavam mais um sentido de determinismo ou resignação e menos uma possibilidade de rupturas e construção de uma contra-hegemonia.

Hoje, em meio a um ordenamento que se mostra como “novo” – e que, todavia, reedita antigos mecanismos de expropriação – marcado pela introdução de tecnologias, absorção intensa de trabalho vivo aliado às modernas formas de gestão da força de trabalho, a compreensão de como – em meio a isso – a classe trabalhadora constrói, num jogo contraditório e dialético, representações sobre si mesma se constitui num elemento da maior importância.

Considerando as indagações postas mais acima, poderia ainda multiplicar as questões colocadas àquela realidade, certo de que se põem diante de mim alguns limites e desafios. Um primeiro dilema seria: por onde começar, dado as diferentes interfaces do objeto? Que “fios” devem ser puxados na tentativa de compreender o emaranhado urbano-industrial de modo a situar nele a figura do trabalhador? Que

conhecimentos novos ou, como diria Gramsci, que “verdades já descobertas” poderíamos difundir como base para novas sociabilidades tendo como fundamento as questões desta pesquisa? Tais questões, obviamente, nos colocam diante de escolhas metodológicas.

O campo de discussões sobre a validação de diferentes perspectivas metodológicas reúne uma biblioteca, sobre o qual não nos deteremos aqui[2]. Conforme já apontado por diversos autores, o modelo das ciências exatas tem validade dentro de determinados contextos que não pode acriticamente ser transplantado para as ciências sociais, dado as especificidades e escopo de ação desta. Embora deva-se reconhecer a necessidade de rigor metodológico e coerência na exposição e argumentação de nossas análises, os procedimentos de experimentação e manipulação de um fenômeno ou objeto obedecem a uma cadeia de relações que é diferente nas ciências sociais. Há fenômenos no âmbito das ciências sociais que não podem ser apenas quantificáveis, o que não representa dizer que a quantificação seja dispensável.

Numa metáfora de Michel Löwy (2000), o cientista social é representado como um “pintor de paisagem”. Nela, três elementos são imprescindíveis ao ato de criar, de representar a paisagem diante dos olhos do artista, a saber: primeiro, “o lugar” onde se encontra o artista (o observatório ou o mirante); segundo, a sua “forma de olhar” e o terceiro elemento, “a arte de pintar”. Sugere o autor que quanto mais elevado é o mirante, mais se permite ampliar o horizonte e enxergar a paisagem em toda a sua extensão. “As cadeias de montanhas, os vales, os rios não conhecidos dos observatórios inferiores não se tornam visíveis senão do cume” (LÖWY, 2000, p. 212). Mas, assegura que, os mirantes mais baixos também permitem ver uma parte da paisagem. Existiria, assim, uma “zona de consenso”, um ponto de vista imediato na paisagem visto de todos os observatórios. A alegoria permite observar que não existe visão da paisagem que não esteja situada em um determinado observatório. Dito de outra forma, o pesquisador encontra-se diante de

[2] A idéia de que a ciência deve se prestar a finalidades práticas vem de longa data, colocando problemas epistemológicos às ciências sociais. A busca de objetividade, ou mesmo de uma neutralidade na análise dos fenômenos sociais é assunto que suscitou diversas polêmicas, adesões e refutações severas. Weber (1982), num texto clássico, adverte sobre a inexistência de uma “análise científica puramente *objetiva* da vida cultural” (p.87), embora postulasse também a necessidade de uma ciência isenta de juízos de valor, ou seja, uma “neutralidade axiológica”. Uma apreciação crítica sobre o posicionamento do pesquisador pode ser vista em Becker, Howard. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 (principalmente o capítulo “De que lado estamos?”).

elementos que limitam a pesquisa no tempo, no espaço, dentro de uma perspectiva histórica e orientada por suas escolhas teóricas.

O cientista social é também condicionado por sua posição de classe e por determinações que passam por questões não-classistas (nacionalidade, geração, religião, cultura, sexo etc.), por vinculações a categorias e organizações sociais. Isto compreende o segundo elemento daquela metáfora, ou seja, a "forma de olhar" do artista. As visões do pintor, aqui entendido como o cientista social, podem ser estimuladas ou desviadas a partir da seleção de aspectos da paisagem que se apresenta aos seus olhos.

A ciência, enquanto prática que intenciona descobrir a verdade tem seus princípios de atividade; isto corresponde na metáfora de Löwy, a "arte de pintar". Este terceiro elemento da metáfora carrega importantes procedimentos, disciplina e princípios. Um primeiro princípio, comum a todas as ciências é a intenção-de-verdade, a busca do conhecimento como objetivo em si; outra é a liberdade de discussão e de crítica, de confrontação. Soma-se aí outros princípios de ordem mais prática: os procedimentos que permitem a reunião, o controle, a análise e a interpretação dos dados empíricos. A perspectiva do proletariado surge como sendo a que melhor reconhece as contradições da realidade, entendida como uma ferramenta de construção de uma sociabilidade que supere as relações do tipo capitalista. O ponto de observação mais elevado, nesta acepção, é capaz de integrar, numa perspectiva totalizante, as verdades produzidas pela ciência dos "níveis inferiores" e mais limitados; concepção esta, por sua vez, que não tem a ver com um ecletismo ou ainda com o desaparecimento dos antagonismos das concepções e pressupostos, mas com uma possibilidade de incorporar e integrar numa análise os elementos de verdade em um conjunto estruturado de interpretação[3].

[3] Neste ponto Semeraro (2001) adverte-nos com uma crítica a Löwy: é preciso certo cuidado na leitura da metáfora, na medida em que pode deixar transparecer uma condição *a priori* do proletariado, pelo fato de sofrer injustiças e, com isso, ter alguma visão privilegiada, ou uma concepção ético-política mais elevada. "A visão mais avançada dos trabalhadores só pode derivar da capacidade de luta, da formação de sua autonomia, da organização e das conquistas sociais abertas a uma história que não garante nada *a priori*." Para Semeraro (ibid.), "as conquistas das classes subjugadas não podem se restringir às reivindicações econômicas, à produção e ao consumo material, mas devem inaugurar uma nova maneira de pensar, devem instaurar valores e relações sociais que promovam a participação, a criatividade, a responsabilidade, a construção de um conhecimento democrático que permite "um progresso intelectual de massa e não apenas de reduzidos grupos intelectuais" (p.100).

Ainda de acordo com aquela metáfora do pintor de paisagem, há uma possibilidade de interseção com Gramsci em Concepção dialética da história (1986). Para ambos, a "forma de olhar" (termo que aparece apenas em Löwy), impõe a necessidade de criticar a própria concepção de mundo como um caminho para atingir uma dimensão coerente e unitária. Para Gramsci, por exemplo, a elaboração crítica depende da consciência do que somos, um "conhece-te a ti mesmo", como produto de um processo histórico que deixa em cada um de nós um legado. Coloca-se, portanto, em Gramsci, a necessidade de se fazer um "inventário de si mesmo"[4] Somos advertidos por Gramsci da necessidade de criação de uma nova cultura na direção de difundir criticamente verdades já descobertas. Para ele, não apenas fazer individualmente descobertas originais, mas "socializar" aquelas já descobertas era fundamental para a eclosão de novas ações vitais. Em suas palavras,

> O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio filosófico', de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.[5]

O pesquisador, ele mesmo inserido no contexto social que se propõe a analisar, pode com isso "estimular" ou "desviar" sua visão daquela paisagem que se mostra empiricamente aos seus olhos.

Dito isto, quanto à investigação aqui realizada busquei um olhar não-naturalizador do fenômeno; antes, porém, aponto que ele é atravessado pelas contradições e pelos conflitos próprios da relação capital-trabalho. Procurei aqui não apenas um olhar mais imediato na sua apreensão, mas busquei focar numa perspectiva de abordar os fenômenos que se mostram em sua imediaticidade, e compreender suas relações e contradições, numa perspectiva dialética, histórica e, portanto, fruto da atividade humana. Partilho da concepção de que o estudo de um fenômeno implica em observar as suas relações com diferentes dimensões causais, suas interações com outros fenômenos, suas contradições internas.

Diante disso, reconheço a possibilidade interpretativa de olhar aqueles fenômenos que têm a globalização dos mercados e capitais como pivô de demais transformações que incidem no campo das representações e sobrevivência dos trabalhadores de grandes metrópoles. Logicamente, a observação e análise desta

---

[4] Ibid., p. 12.

[5] Ibid., p.13,14.

realidade fenomênica possuem limites particulares que precisamos clarificar aqui. Dentro dessa possibilidade aqui eleita concordo com Gadotti na seguinte assertiva:

> Em cada processo de desenvolvimento de um fenômeno ou coisa existe sempre uma contradição que é a principal, cuja existência determina a existência de outras. E na contradição principal existe um aspecto que é o principal e outro que é necessariamente secundário. O principal é o que representa o papel dominante na contradição (GADOTTI, 1995, p.29).

Convém reconhecer que é fundamental algumas descrições e desvios históricos, sem, todavia, nele perder a dimensão principal da pesquisa. Nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, por exemplo, busquei estar atento ao modo como compreendem as ações em que estão envolvidos e expressam nas suas falas. Nisto, busco inserir suas falas em relação a um conjunto maior de eventos que flutuam em torno do fenômeno. Tendo isto claro, trouxe aqui elementos que pudessem situar a construção histórica daquela particular região da cidade e suas relações com eventos nacionais e mesmo globais.

Embora devendo perseguir os objetivos com o necessário rigor, a mediação do pesquisador já coloca-nos ante a inexistência de qualquer neutralidade. Busquei partir dos dados fornecidos imediatamente pela realidade relacionar as determinações do objeto e suas relações mais amplas, sempre retornando àquela realidade para pensá-la sob novas bases.

Nesta direção, o olhar que privilegiei aqui se trata de um conjunto relacional que contempla aspectos ligados à reestruturação produtiva e suas implicações dentro de um contexto determinado, num lócus determinado na cidade do Rio de Janeiro, eivado por diferentes interações e mediações.

Puxando alguns fios: orientações gerais da pesquisa

O exercício de construção de novas sínteses vai requerer o trânsito entre o teórico e o empírico, entre as informações dadas pela realidade e a análise delas dentro de contextos mais amplos, como já me referi. Essa caminhada, no entanto, não se dá sem os riscos, em especial aqueles relacionados a dogmatismos na análise da totalidade do fenômeno como slogans mistificadores da realidade. Reconhecendo isto, coloco algumas questões que ajudaram a orientar um primeiro

olhar, ou uma primeira forma de olhar sobre o horizonte: que trabalhador é esse que transitou/transita pelas transformações sócio-econômicas na região do Complexo do Alemão? Como esse trabalhador percebe as diferentes formas de inserção/vínculos no mundo do trabalho? De que forma ele se compreende/se vê como trabalhador num universo de esvaziamento industrial, competitividade e inovações?

A primeira questão trata-se de uma tentativa de caracterizar, em linhas amplas, quem é esse trabalhador da região, como se estabeleceu ali, quais seriam as principais determinações sobre a ocupação daquele espaço na cidade e, sobretudo, buscou apreender a percepção que o entrevistado tem das transformações naquele território nos últimos anos. Procurei tecer considerações com respeito aos efeitos de uma "nova morfologia do trabalho" sobre os trabalhadores de baixa qualificação profissional.

A segunda questão teve a intenção de compreender o modo como aqueles trabalhadores percebiam/percebem o trabalho assalariado na fábrica e fora da fábrica, sejam eles com ou sem os vínculos formais trabalhistas. De antemão, vale advertir, entretanto que a fábrica, dentro do que foi aquele modelo implantado no Rio de Janeiro, longe está de ter sido homogeneamente constituída pelo trabalho protegido pelos direitos trabalhistas. Serviços terceirizados, empregos sazonais e temporários, emprego por produção, entre outros, são marcas de um modelo diversificado que se constitui naquela região e que veremos mais adiante. Todavia, pode-se falar na predominância de um modelo.

A terceira questão buscou tratar do modo como este trabalhador se situava/situa diante das importantes transformações advindas sobre aquela região nas últimas décadas e a percepção de si enquanto trabalhador, inserido num determinado território, e suas aspirações em termos de ocupação profissional.

Alguns desafios e riscos de bifurcações na análise e exposição das idéias cabem destacar aqui. Vejamos:

A diversidade de atividade produtiva local é um elemento que poderia oferecer aqui dois possíveis caminhos de estudo: eleger um ramo específico da produção (têxtil ou metalúrgico, ou de alimentos, por exemplo) ou ainda eleger uma grande empresa que se instalou na região nos anos de maior adensamento industrial (Poesi, Coca-Cola, Wayne, Nova América, Eletromar, Skol, ou Klabin, por exemplo) a fim de estudar detidamente o caso e suas relações com o bairro, os trabalhadores, as comunidades.

Outra possibilidade seria pensar na “ausência/presença do Estado” nas áreas favelizadas do Rio de Janeiro ou a “complacência” para com o planejamento urbano ou ainda a ausência de mecanismos de promoção de desenvolvimento local que foram deixados ao sabor do mercado durante décadas. Juntaria a isso uma perspectiva que desenhasse as muitas políticas clientelistas e populistas que estabeleceram uma “relação de amor e ódio” (e outros “sentimentos”...) com as favelas cariocas há muito (ZALUAR ; ALVITO, 2004; VALLADARES, 2005). Aquela região da cidade (Complexo do Alemão) foi contemplada pela presença de certo tipo de Estado, variando em sua forma e conteúdos ao longo de décadas[6]. A exemplo disso, em fins de 2010, em reação à uma onda de violência que espalhou terror pela cidade do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão, tomado como sendo o “quartel-general” do tráfico da cidade, foi ocupado por tropas das forças armadas e polícias. No bojo da condução de um programa de segurança do governo estadual, chamado de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)[7], criou-se no Complexo do Alemão, uma “Força de Pacificação”, composta basicamente por tropas do Exército (cerca de 1.800 militares). A idéia era reprimir o tráfico de drogas e a invasão de grupos rivais armados, e preparar o caminho para a instalação de UPP´s na região.

A ênfase conferida pela mídia a partir dos eventos ligados à violência e ao banditismo, bem como as intervenções policiais no Complexo do Alemão contexto deixaria pouco espaço para uma compreensão da teia de relações engendradas na sociedade brasileira que funda os fenômenos ali postos. Seria o vilão da migração ou falência das empresas da região do Complexo do Alemão o componente violência-banditismo? Qual o fundamento da idéia midiática, disseminada ao senso comum, de que o elemento causal da migração ou falências seria decorrente do crescimento vertiginoso da violência no entorno do Complexo do Alemão?[8] Um

---

[6] Diferentemente dos autores que adentram pela linha da crítica ao clientelismo (cf. TRINDADE, 2000), Machado da Silva (2002) tece uma crítica em torno daquela relação para dizer que o que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro foi uma incorporação da favela à cidade de modo subordinado e, assim, constituiu-se uma categoria social subalterna, o “favelado”. Em meio a isto, os atores coletivos das favelas, compreendidos pelas associações de moradores e outras instituições, passam a negociar com o poder público, alterar suas formas de mobilização, e, por conseguinte, produzir um padrão de integração fragmentada à cidade.

[7] O postulado central da UPP é trazer aos territórios dominados pelo tráfico, restabelecendo o estado de direito para as populações até então cerceadas pelas ações dos grupos armados. Desse modo, pretendem possibilitar a entrada de serviços públicos e a aproximação desses territórios com o poder público a partir do braço armado do Estado. Um texto preliminar, dotado de uma análise cautelosa, todavia coerente, pode ser lido em Machado da Silva, L. A. Afinal, qual é das UPPs?. Disponível em www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br , março de 2010. Acesso em dezembro de 2011.

[8] Duas reportagens coletadas por mim em diferentes anos mostram um pouco dessa construção: O Globo, de 29/06/2007 escreve que “A região concentra hoje cerca de 40% dos crimes da cidade, e a violência foi a principal responsável pela fuga das indústrias e pelo empobrecimento do local”; o mesmo jornal em 14/12/2010, escreve:

caminho para se compreender tal idéia seja a de que os efeitos da violência e banditismo são imediatos, trágicos, cerceadores de direitos e, portanto, muito presente, de modo que a percepção mais visível entre a população (e a própria mídia) seja relacionar o declínio da região a este fenômeno.

Ao longo da pesquisa de campo foi fácil perceber o quanto muitos relacionavam a extinção e deslocamento das empresas para outras partes da cidade, unicamente ao crescimento das favelas, o que vai aparecer nos dados das entrevistas. Os fenômenos migratórios foram acentuados até os anos 1970. Houve, de fato um elevado crescimento populacional, como apontam os dados, o que contribuiu para a expansão das favelas. A conjunção zoneamento industrial e adensamento residencial é uma equação de difícil resolução tendo em vista as especificidades de cada uma, como veremos mais à frente. Entretanto, tomar o crescimento das favelas como o fator preponderante para o esvaziamento fabril entendemos aqui como uma perspectiva estreita de análise. De outro lado, muitos estudos já apontaram que as flagrantes desigualdades sociais nos meios urbanos devem ser vistas sob um prisma que tem como mediação fundamental a espoliação, fragilização e precarização da vida enfrentadas pelas classes trabalhadoras.

Ou seja, pelo exposto acima, apenas aquele recorte socioterritorial oferece uma gama de possibilidades de tratar os fenômenos que eclodem naquela região e que se espalham pela cidade.

Diante da necessidade de escolhas e recortes no objeto, defini o campo de estudos como o universo do trabalho e da produção, e nele uma região de históricos investimentos fabril-industriais no subúrbio do Rio de Janeiro – o entorno do Complexo do Alemão – para analisar algumas dinâmicas de identidades dos trabalhadores em meio às transformações recentes na estrutura produtiva e urbana deste local. Embora já tendo assinalado mais acima, reitero aqui a inquietação/motivação central que inaugura esta pesquisa:

As transformações na estrutura produtiva e urbana da região do Complexo do Alemão nos permitiriam visualizar um novo etos do trabalho, decorrente de

---

"Nos últimos anos, a violência no entorno das favelas fechou centenas de fábricas na capital. Sitiados, empresários abandonaram os prédios, que acabaram saqueados e invadidos. Quando se passa pelos arredores da Mangueira, do Jacarezinho, da Cidade de Deus, em Jacarepaguá, e do Complexo do Alemão, em Ramos, o que chama a atenção é o esvaziamento da região".

transformações mais amplas e das modificações do contexto e do local? Que novos etos e identidades estariam em curso?

A realização da pesquisa contou com o auxílio de fontes secundárias, levantamento de dados em instituições diversas e a realização de entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores e representantes de instituições da região do Complexo do Alemão. O recorte espacial aqui realizado deve ser compreendido, em primeiro lugar, por uma escolha pessoal do pesquisador, por certa cumplicidade, dado que aquele território foi o local de minhas interações sociais desde a infância e juventude. Ali morei, estudei, vivenciei a efervescência e a decadência industrial, embora compreendesse pouco o que ocorria ali em razão da pouca idade.

Em segundo lugar, como já dito, o entorno do Complexo do Alemão se transformou numa região de investimentos industriais até os anos 1980, quando então começa a declinar-se. Embora não tenha sido exclusividade desta região, as transformações ali operadas, a forma urbana assumida naquele contexto, é expressão de mudanças sociais mais amplas que ocorreram nas últimas décadas na cidade e no Estado do Rio de Janeiro. Estou particularmente interessado no entorno desse aglomerado populacional, "complexo", objeto de diferentes ações ou omissões do Estado, onde floresceu um parque produtivo diversificado. Poderia ampliar um pouco mais o campo geográfico em direção à zona oeste, seguindo o traçado da Avenida Brasil, bem como seguindo, numa outra direção até São Cristóvão, mas correria o risco de não dar conta de abarcar tamanha dimensão e variedade. Reconheço, todavia, que há importantes e fundamentais conexões entre essas regiões. Como durante algum tempo o "Morro do Alemão" foi a favela mais conhecida daquela fração do subúrbio, outros nomes de favelas foram absorvidos pela denominação "Complexo do Alemão", o que não representa concretamente que sejam homogêneas em sua história, composição demográfica, renda entre outros aspectos. Vou utilizar aqui em várias ocasiões o termo "região" ou "área" do Complexo do Alemão para representar o espaço compreendido pelo bairro e pelo seu entorno produtivo.

A seleção daquele espaço em nossa análise é dada pelas características comuns observadas na região do Complexo do Alemão[9]. Ou seja, estou trabalhando com esta denominação, não apenas como um bairro nas suas delimitações oficiais,

[9] Adensamento industrial e populacional, esvaziamento do parque produtivo, refuncionalização de antigos espaços fabris e industriais, ampliação das iniciativas econômicas autônomas e populares, ente outros.

mas como uma região em razão de características da produção fabril instalada no entorno[10.] Em 1986, o então prefeito Saturnino Braga criou uma Administração Regional (AR) que pudesse dar conta das questões da região nucleada pelo Morro do Alemão. Compreendia que aquela região deveria ter a mesma atenção que uma subprefeitura dado as demandas e a complexidade ali manifestas. As favelas uma vez reunidas ganharam status de bairro com delimitações geográficas específicas dispostas pela XXIX Região Administrativa, embora ainda seja muito presente a referência, por parte dos moradores, aos antigos limites dos bairros onde se situa o conjunto de favelas. Os moradores continuam indicando os antigos bairros (Ramos, Olaria, Bonsucesso, Penha, Inhaúma etc.) como seu local de residência e não o "Complexo do Alemão". O reconhecimento simbólico da nova nomenclatura como um lugar da "desordem", "atraso", "violência" e outros do mesmo gênero opera como estigma para muitos moradores, conforme surgem nas entrevistas.

Apenas para introduzir alguns dados, diante das características de nosso desenvolvimento industrial, na década de 1920, tínhamos na Zona Suburbana (que compreendia diversos bairros e, inclusive, a região do Complexo do Alemão), um quantitativo de 18.887 trabalhadores na indústria. Nesta mesma região, cinco décadas mais tarde (1970) o número de trabalhadores neste segmento ocupacional já era de 118.470 (ABREU, 2006, p.14,85). Conforme o autor, no censo de 1950, a região suburbana comportava 38% da população residente em favelas na cidade do Rio de Janeiro (p.107).

Em termos populacionais, a região que hoje compreende o Complexo do Alemão, formada então dentro dos antigos limites das Regiões Administrativas (RA) de Ramos e Penha, experimentaram um crescimento de 33% e 47%, respectivamente, nos anos de 1960. Ramos passa de uma população de 176.801 habitantes para 234.605 e a RA da Penha passa de 195.798 habitantes para 286.892 habitantes entre 1960 e 1970 (ABREU, 2006, p. 27). Tais dados apontam que concomitante ao crescimento da alocação industrial, a região experimentou um adensamento populacional considerável[11].

---

[10] Nos referimos à "região" aqui como um recorte espacial arbitrário em face do nosso objeto da pesquisa, orientado, todavia, pelas características que tornam aquele território importante para nós do ponto de vista da investigação.

[11] Não há aqui qualquer automatismo na relação adensamento populacional-oferta de empregos industrial, como se a população daquela região fosse eminentemente empregados da indústria. Os dados nos informam que outros dois segmentos – o comércio de mercadorias e a construção civil – vinham, respectivamente, logo atrás no volume de empregos formais registrados pelo censo de 1970 (ABREU, 2006, p. 14).

Considerações metodológicas

Para efeitos desta pesquisa em alguns momentos utilizo a denominação “cinturão fabril-industrial” em torno do Complexo do Alemão, a saber, uma região compreendida pelos bairros de Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Manguinhos, Higienópolis, Del Castilho, Inhaúma, Maria da Graça e Engenho da Rainha. Neste cinturão localizava-se um conjunto expressivo de fábricas e indústrias, bem como outros grandes estabelecimentos comerciais que tiveram intensa atividade até os anos 1990.

Como um corte cronológico, escolhi situar, predominantemente, a investigação nas três últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, considerando eventos importantes no período e a possibilidade de interagir com trabalhadores aposentados e trabalhadores em atividade. O período em questão refere-se tanto ao momento em que se vivenciam as crises de acumulação no plano global, quanto as tentativas de superação, novas ordenações econômicas no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro. O conjunto de entrevistas com trabalhadores que vivenciaram este período foi fundamental para analisar e reunir as representações sobre identidade e trabalho ali constituídas.

Como atores envolvidos na pesquisa, busquei (04) quatro tipos de sujeitos: (1) trabalhadores aposentados que participaram das fábricas que ali operaram até os anos 1990; (2) ex-empregados das empresas que não mais operam no local e que estejam em idade ativa; (3) trabalhadores ativos empregados nas atuais empresas remanescentes da região e (4) representantes institucionais de empresas daquela região, de sindicatos, associações de moradores e outras instituições coletivas (Ong´s, escolas, associações comerciais etc.).

A seleção do conjunto de trabalhadores se deu em razão da hipótese levantada da possibilidade de variações geracionais no modo de perceber as mudanças no universo do trabalho naquela região. Haveria diferenças substanciais no modo como um aposentado e um trabalhador em idade ativa (desempregado ou não) compreendem as alterações no mundo do trabalho no “cinturão” do Complexo do Alemão?

Optei ainda por entrevistar representantes institucionais a fim de notar possíveis diferenças ou aproximações nas concepções em relação aos trabalhadores. Todavia, o foco principal foi os operários das antigas e atuais

fábricas. Embora os representantes ouvidos se enquadrem na categoria “trabalhadores”, uma vez que dependem (ou, no caso dos aposentados dependiam) da venda da sua força de trabalho, aqueles representantes surgem apenas como contraponto para algumas questões também postas aos trabalhadores do “chão da fábrica” stricto sensu.

O trabalho possui uma interface quali-quantitativa considerando o universo pesquisado. Todavia, estou certo dos limites que um trabalho desta natureza apresenta. As considerações extraídas serão sempre balizadas no universo pesquisado com os conhecidos limites no tocante a generalizações. Como não se trata de um trabalho com efeitos quantitativos, o número estipulado nos diferentes grupos de trabalhadores foi coerente com o objeto em questão. Ou seja, defini um número de 10 (dez) entrevistados em cada um dos conjuntos de trabalhadores, o que totalizaria 40 (quarenta) entrevistas. Todavia, o trabalho de entrevistas apresentou alguns percalços com os quais tivemos que operar e modificar o quadro inicial.

No grupo 4 (Representantes institucionais), consegui entrevistar 14 representantes, embora duas delas tenham tido um caráter mais informal e uma das entrevistas foi, acidentalmente, apagada dos arquivos. Assim, apenas considerei neste grupo apenas 11 entrevistados.

No grupo 2 (Ex-empregados em idade ativa), entrevistei 12 pessoas, das quais 4 homens e 8 mulheres. Fato que, conforme se verá, pode ser representativo, em alguma medida, das próprias características do trabalho fabril na região que ocupava uma força de trabalho eminentemente feminina no setor têxtil e de confecção.

No grupo 1 (Aposentados) não foi possível atingir o quantitativo de 10 entrevistados, uma vez que vários voluntários acabaram não confirmando a entrevista que solicitei; realizei então 9 entrevistas com esse grupo. O grupo 3 (trabalhadores em atividade nas empresas da região) ficou com 10 entrevistas, como previsto. Desse modo, totalizaram-se 42 entrevistas. Essas entrevistas aconteceram a partir de um roteiro semi-estruturado, com algumas questões fechadas e abertas e que foram objetos de análise aqui.

As entrevistas aconteceram a partir de contatos feitos em rede, ou seja, uma pessoa entrevistada me indicava outra, na maioria das vezes. O grupo 4 (Representantes institucionais), ao contrário, aconteceu muito mais a partir de

contatos feitos diretamente pelo pesquisador nas instituições, o que não foi tarefa fácil, uma vez que houve diversas resistências em aceitar o pedido de entrevista. No capítulo IV coloco um quadro com as categorias de entrevistados e seus perfis.

As entrevistas deixam transparecer fragmentos de memória, amalgamados a partir de referências externas ou internas aos grupos de pertencimento dos sujeitos. No entanto, ciente estou de que o próprio diálogo com o entrevistado pode sugerir que este represente um papel diante do pesquisador. Ou seja, o meu papel como pesquisador pode (re)definir a postura do entrevistado, a seleção do que falar diante do outro, do estranho, sobretudo quando lançamos mão de um roteiro semi-estruturado. O roteiro para as entrevistas (anexo 1) foi pensado a partir dos objetivos da pesquisa e, por eles, através das questões norteadoras já descritas aqui.

Em primeiro lugar o roteiro procurou levantar o perfil sociodemográfico desse trabalhador (sexo, idade, ocupação, família, escolaridade, tempo de moradia no local, naturalidade e ocupação dos pais); buscava extrair, em seguida, as concepções e memória desse trabalhador sobre o trabalho na fábrica, sobre diferentes vínculos trabalhistas, sobre a constituição das favelas do Alemão e possíveis razões para a saída das empresas sob a ótica dos entrevistados, sobre participação em movimentos sindicais, sobre aspirações profissionais e pessoais.

Busquei elementos que pudessem relacionar o contexto local com o cenário mais amplo, entendendo que aspectos originados fora de nossas fronteiras podem impactar, de diferentes modos, a realidade local. As transformações que articulam global e local, todavia, se mostram em alguns momentos como difusas e complexas. A exemplo disso, embora com um recorte mais regional, fenômenos que acontecem dentro do estado do Rio de Janeiro e do eixo Rio-São Paulo provocaram o deslocamento ou descentramento da produção para locais mais distantes da Região Metropolitana (GODINHO, 2008, LAGO, 2010)[12]. Mesmo dentro da cidade foram criados alguns novos zoneamentos industriais ou ampliados os existentes, sobretudo na zona oeste da cidade, que implicou em migrações de empresas para

[12] Sobre o tema, a exposição feita por Godinho (2008) sobre novas dinâmicas econômicas em frações do território do Estado do Rio de Janeiro, é o bastante para referendar esta análise. Destacam-se nesta análise a região do Médio Vale do Paraíba, a partir da siderurgia e indústria automobilística e a região Norte fluminense, a partir das atividades nucleadas pelo setor de Petróleo. Tais dinâmicas desempenham um papel descentralizador do antigo monopólio econômico-produtivo da capital. Segundo Lago (op. cit.), entre 1980 e 2000, todos os municípios da periferia metropolitana, excetuando Maricá e Itaboraí, experimentaram um expressivo crescimento no número de trabalhadores ocupados em suas próprias cidades. Isto se deveu, especialmente, em razão da "expansão da economia urbana inerente ao próprio processo de urbanização e a crise econômica, a partir dos anos 1980, reduzindo a oferta de trabalho no núcleo metropolitano" (LAGO, 2010, p. 147).

esses locais. Os impactos de capitais globais, como a Ásia, também foram apontados como impactantes sobre a realidade local (em especial no ramo têxtil e de confecção).

O cenário do mundo do trabalho no Brasil sofreu profundas transformações a partir dos anos 80. Neste sentido, entende-se que a velocidade de tais mudanças pode, não raro, dificultar uma apreensão mais aprofundada, considerando as dimensões como o sistema político, o avanço democrático, a abertura comercial, as pressões dos movimentos sociais, a experiência de certa estabilidade monetária, o crescimento das cidades, entre outros. As alterações das últimas décadas trouxeram implicações para as cidades e para a mobilidade social urbana. Tais alterações trouxeram diferentes efeitos sobre a criação ou extinção de instituições, espaços e atividades produtivas. Nesse bojo, um conjunto de questões como a memória, o patrimônio, os comportamentos, as aspirações, a projeção de futuro, o modo como as pessoas gerenciam a sobrevivência e, portanto, as relações sociais são aspectos a que igualmente podem estar sujeitos a transformações; e, por sua vez, são elementos que estão na base da constituição identitária dos trabalhadores, conforme estou utilizando aqui.

O impacto é visível e espacialmente marcado. Em cinco décadas (1950 – 2000) a Região Metropolitana do Rio de Janeiro praticamente quadruplicou sua população, crescimento parecido com o que ocorreu nas demais cidades latino-americanas. O Rio de Janeiro passa, portanto, de uma população de quase 3 milhões para mais de 11 milhões em cinco décadas (FREITAG, 2006, p. 169).

A década de 1990, do ponto de vista econômico, apresentou um duplo movimento: de um lado a redução do emprego assalariado com registro em carteira e de outro o aumento dos trabalhadores “sem carteira” e autônomos. Há uma decadência quantitativa do emprego formal, protegido pelas garantias trabalhistas, ao mesmo tempo em que assistimos ao crescimento das iniciativas econômicas populares.

O crescimento de formas diversas daquele trabalho protegido não é prerrogativa da região do Complexo do Alemão ou do Rio de Janeiro; expressa, antes, uma tendência geral no contexto das economias dos países da periferia do capital, consubstanciado pela chamada reestruturação produtiva (TIRIBA, 2001; HARVEY, 2003; TIRIBA e PICANÇO, 2004). No período citado, conforme me deterei mais adiante, a região perdeu a capacidade de absorção da força de trabalho local.

Sobre este aspecto Lago (2010), ao apresentar uma discussão sobre as dinâmicas do trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro, aponta que dentro do mundo popular houve uma queda relativa dos operários da indústria na década de 1990, passando de 13% para 8% (p. 137)[13.]

Particularmente dentro do recorte cronológico aqui referido a região do Complexo do Alemão ganhou contornos diversos, passando desde a aglomeração de contingentes populacionais nas áreas já ocupadas nas décadas anteriores ao período em questão[14], até a fuga de grandes empresas industriais no final daquele século. Nas décadas de 50 e 60 – período em que o país ganha novos contornos a partir da etapa conhecida como nacional-desenvolvimentismo, a região ganhou status de pólo fabril-industrial atraindo uma população trabalhadora que passou a ocupar terras pouco valorizadas até então (FRAIHA ; LOBO, 2002). Não apenas pouco valorizadas pela especulação imobiliária, como ainda distante de uma política habitacional que previsse o atendimento à população trabalhadora, o que, porém, não figura como exclusividade desta região. A autoconstrução, a ocupação irregular de áreas íngremes, a construção de moradias em margens de rios e em terrenos inóspitos foram alternativas criadas pela população como recurso, sobretudo, para estar na cidade.

A premissa que nos leva a colocar o mundo do trabalho assalariado como determinante, na tentativa de antecipar a questão posta na hipótese que desenvolvo aqui, reside num campo teórico já constituído que coloca aquela forma concreta de relações de trabalho como um importante fator de agregação e de mobilidade social durante uma época. Após as conhecidas crises dos anos 1970 e seguintes, sobretudo na reestruturação dos anos 1990, novas ordenações trazendo relações de trabalho sob novas bases contribuirão para alterar o conteúdo e a forma do trabalho, com impactos sobre as formas como as identidades e subjetividades definidas pela condição de trabalhador se afirmam.

---

[13] De acordo com os dados analisados pela autora para a década de 1990 na Região Metropolitana, houve mudanças nos três grupos ocupacionais – categorias superiores, médias e populares. “As ocupações populares, que agregam os trabalhadores manuais (operários da indústria, comerciários, prestadores de serviços, trabalhadores domésticos e ambulantes) sofreram um pequeno aumento relativo, passando de 57,5% para 59,3% do total de trabalhadores, assim como as categorias superiores (dirigentes e profissionais), que aumentaram de 8,4% para 10%. Já a participação das categorias médias caiu de 30,4% para 27,8%” (p. 137).

[14] Pesquisa feita por Abreu (2006) com respeito à evolução urbana do Rio de Janeiro traz dados do recenseamento de 1920 apontando esta região como o segundo maior contingente de trabalhadores na incipiente indústria da Cidade.

Friso que não pretendo focar a análise em uma relação causal mecânica, na qual atuar sobre tais causas traria o “El dourado” novamente à região. Ou, como se o trabalho assalariado fosse tomado como a melhor alternativa à reprodução ampliada da vida das camadas populares da região do Complexo do Alemão. Ao contrário, é conhecido – e as entrevistas realizadas assim apontaram - que o trabalho exaustivo da fábrica levou ao extremo a extração de mais-valia. A pesquisa não se trata de uma defesa do trabalho fabril assalariado, tampouco quer execrá-lo, isoladamente, como o vilão do empobrecimento da população daquela área da cidade. Cabe, entretanto, questionar a idéia de que a perda da “vocação” fabril-industrial da região teria sido a fundadora de ampliação das áreas de favelas hoje. Os dados, alguns dos quais já apontados aqui, não corroboram com esta idéia. As relações sociais que aí se produzem elencam determinações de várias ordens que dão corpo a uma situação cada vez agravada pelo cenário de aprofundamento das desigualdades urbanas.

Nesta introdução é possível elencar alguns conceitos, categorias e autores com as quais dialogamos em nosso texto. Alguns deles nos apontam menos um conceito fechado e mais um campo aberto de discussões. A questão da identidade nos dá um exemplo desta assertiva. Embora, com a clareza de que não é objetivo de fazer qualquer tratado exaustivo sobre alguns temas, mas aproveitá-los naquilo que podem contribuir com nossos argumentos, elegi a questão do trabalho (incluindo as suas transformações), da identidade (incluindo a questão da formação do etos) e a questão da hegemonia (perpassando a discussão sobre projetos identificatórios), como pontos que compõe a discussão. Conforme o decorrer das discussões, aparecem outros termos surgem e que busquei, muito embora em alguns casos apenas tangencialmente, explicitá-los ao leitor.

Caminhos da exposição da pesquisa

Em relação à exposição da pesquisa distribuí o texto em cinco capítulos. O primeiro apresenta o contexto local do problema, expondo a conjunção entre o espaço industrial e o espaço de vida e moradia no subúrbio do Rio de Janeiro. Abordo nele, em diálogo com a produção acadêmica, alguns aspectos da instituição das favelas no contexto do Rio de Janeiro. Somado a isso, busco apresentar as principais atividades econômicas desenvolvidas nas antigas sesmarias do Rio, com

um recorte para aquelas que contemplavam a atual região do Complexo do Alemão, para reforçar a constatação de que há muito aquela área conjugava espaço de produção para o centro da Cidade e espaço de moradia para grande número de famílias trabalhadoras. Para situar o leitor no campo empírico da pesquisa, busco caracterizar a partir de diferentes dados a atual região do Complexo do Alemão. Por fim, a estrutura viária existente, a destinação das terras como zoneamento industrial, a ocupação pelos trabalhadores, a proximidade com o local de trabalho são elementos a considerar quando nos aproximamos de uma compreensão do fenômeno que se instala na região.

A região em tela, neste sentido, é considerada como um lugar de/do trabalho, forjada a partir dele. Se não vivemos um industrialismo especificamente fordista, como argumentam diferentes autores, é possível dizer que a constituição socioterritorial da região do Complexo do Alemão aponta o quanto a localização fabril-industrial foi determinante para conformar aquele território e suas particularidades.

No segundo capítulo busco, a partir do diálogo com diferentes autores, expor nosso modelo de modernização, sempre em relação com o desenvolvimento industrial ocorrido nos países centrais do capitalismo. Embora não tenhamos um ciclo completo do modelo de modernização industrial, o horizonte de um Estado social posto em nosso meio pode ter sido importante para a construção de um imaginário operário, tendo o salário e a fábrica como uma porta de acesso para a cidadania. Trago algumas discussões em torno da categoria trabalho, na medida em que ele se constitui como elemento central na pesquisa. Embora vivamos num momento em que os referenciais analíticos precisam ser renovados diante da eclosão de novas dinâmicas sociais, o trabalho permanece como um elemento central na totalidade social, devendo-se considerar que estamos diante de uma “nova morfologia do trabalho” e um “desenho multifacetado” com que se apresenta em contraposição aos momentos anteriores. Visto sob este ângulo, o trabalho é tomado como elemento que constitui e reconstitui identidades.

Ainda no capítulo segundo, expus uma discussão sobre a nossa formação industrial e as contradições existentes ao início do século XX no que concerne ao desgaste do modelo agro-exportador e a passagem para uma economia predominantemente industrial. Partilho com alguns autores a concepção de que um sistema de acumulação só se mantém vivo porque seu esquema de reprodução é

coerente. Dito de outra forma, a subsistência de um sistema depende de que os comportamentos dos indivíduos assumam “alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando” (HARVEY, 2003, p.117). Neste contexto trago as teses do Welfare State, e ainda a “relação salarial” de Castel (1999), para pensar no modo conservador como se deu nossa inserção na era industrial e de bem-estar social. Entretanto, se não efetivamos um modelo tal qual ocorreu nos países centrais do capital, é possível falar em reflexos daquele modelo em terras brasileiras. Conforme destaco, os industriais brasileiros buscaram formar moral e civicamente os trabalhadores, na tentativa de forjar certa solidariedade entre as classes, dirimir conflitos e consolidar a indústria como carro-chefe da economia nacional (RODRIGUES, 1998).

No capítulo terceiro dialoguei com uma produção sobre o tema das identidades. Conforme já assinalei, a questão da identidade nos remete a um campo de discussões em aberto dado as suas múltiplas possibilidades de análise e compreensão. Como as identidades possuem seus referentes simbólicos, entramos no campo das representações, das aspirações e das possibilidades abertas pelo campo das disputas que se travam em torno de tais questões. Embora os olhares sobre identidade sejam plurais, trago aqui um recorte que considera os aspectos ligados aos comportamentos frente ao trabalho assalariado, as expectativas de futuro que conformam o modo como são constituídos os projetos individuais e coletivos e as concepções de trabalho e produção da existência. Assim visto, existiria um ethos particular onde situam-se diferentes categorias de trabalhadores. Por “ethos” tomo aqui como um complexo aberto de comportamentos e valores onde é possível, no plano das análises, situar historicamente determinados grupos e frações de grupos. Observo que diferentes ordens de transformações advindas com a reestruturação produtiva redundam em impactos sobre a construção da concepção de mundo de cada trabalhador, de uma determinada coletividade, bem como o conjunto da sociedade. Ressalto que tais implicações devem se olhadas em suas particularidades, entretanto, estamos em presença de novos discursos sobre o novo: “novo momento”, “novo trabalhador”, “nova economia”, “novo homem”, “novo mercado”. A ênfase recai sobre a “necessidade de competitividade”, centrada no esforço e individualidade de cada trabalhador. Nesse bojo, soa como anacrônico a experiência de trabalho a “longo prazo”, “estabilidade” e termos do gênero. Constroem-se, assim, novas institucionalidades para a questão da identidade do

trabalhador. Nos depoimentos dos entrevistados que trabalham nas empresas atuais daquela região em estudo, já não aparecem termos como “empregado”, “funcionário”, e em seu lugar surgem novas terminologias tais como “associado”, “colaborador”, “parceiros”.

No quarto capítulo apresento a partir da pesquisa de campo um desenho sociodemográfico dos trabalhadores entrevistados. Percebem-se, através dos sujeitos entrevistados as nuances geracionais no modo de perceber as transformações no mundo do trabalho naquela região da cidade do Rio de Janeiro. Observa-se ainda alterações importantes no tocante a mobilidade social intergeracional. A grande oferta de vagas nas fábricas e indústrias da região do Complexo do Alemão era localizada em ocupações que requeriam pouca ou nenhuma escolaridade em alguns casos, daí a escolha por entrevistar trabalhadores desses grupos. A formação era oferecida no próprio processo de trabalho, o que contribuía para que muitos se apegassem à oportunidade oferecida e alcançassem a aposentadoria. De outro modo, as gerações mais novas enfrentam o imperativo de ter que estudar, se profissionalizar, caso queiram permanecer no emprego ou conquistar posições dentro da empresa. Ganha força neste contexto a idéia de “empregabilidade”: garante o emprego aquele que se aperfeiçoa constantemente, que investe em melhorar suas competências profissionais e pessoais.

No capítulo cinco, ainda dentro das análises das entrevistas, busco apresentar as diferentes vozes dos trabalhadores com respeito ao trabalho na fábrica. A partir dos dados das entrevistas demarco as empresas que faliram ou deixaram de funcionar na região do Complexo do Alemão. Os entrevistados puderam expressar suas visões com respeito ao crescimento das favelas e a violência. Busquei saber as opiniões deles com respeito à migração ou falência das empresas daquela área. O que pensam os trabalhadores e moradores da região com respeito ao esvaziamento fabril ali ocorrido? Compreendem eles as dinâmicas que incidem sobre aquele território? Destaquei aqui as motivações e as dificuldades encontradas no trabalho na fábrica e relacionei também o modo como as antigas e novas gerações de trabalhadores percebem os diferentes vínculos e proteção do trabalho. Por fim, pude traçar um quadro com a percepção e participação dos trabalhadores nos movimentos reivindicatórios, bem como a dimensão das aspirações, mudança de ocupação e expectativas em relação aos filhos. A fábrica, que outrora ocupava um lugar no espaço territorial e no imaginário daquela

população possui hoje uma nova face: ora não existem mais fisicamente, tendo sido refuncionalizadas, ora estão distantes do horizonte das aspirações novas gerações. Convive-se, todavia, com diversas temporalidades e concepções de trabalho na região do Complexo do Alemão. Não há um espaço constituído homogeneamente, e mesmo as identidades dos trabalhadores precisam ser pensadas sobre novas bases. Sobejam exemplos de diferentes interesses, motivações, aspirações, que nos colocam diante da necessidade de pensar as particularidades e rever os horizontes da construção de novas sociabilidades mediadas pelo mundo do trabalho e a partir dele.

Não basta apenas pintar a paisagem. Talvez a escrita desta tese seja a "pintura de uma paisagem". Talvez faltem retoques, ajustes, novos contornos. Todavia, o mais importante será o "para quê" e "para quem" esta paisagem foi retratada. Que contribuições ela pode dar, não apenas como uma "fruição estética", mas como possibilidade de acentuar traços e aspectos ainda não vistos de outros ângulos ou por outros sujeitos? Será importante se ao "pintar essa paisagem", escrever esta tese, com todos os limites que possam aqui ser apontados, ter dado uma contribuição para intervenções no real, para "novas pinturas", novas perspectivas de enxergar um fenômeno que se descortina aos nossos olhos, que afeta os trabalhadores desta cidade e que coloca-nos diante do desafio de romper com determinismos e pensar sempre a história como um devir.

1 ESPAÇO INDUSTRIAL E ESPAÇO DE VIDA NO SUBÚRBIO DO RIO DE JANEIRO

O desenvolvimento industrial e tecnológico no Brasil no transcurso do século XX vem sendo apresentado como um elemento fundamental, não exclusivo, para o acelerado crescimento urbano e mobilidade populacional. O complexo fabril-industrial instalado na cidade do Rio de Janeiro foi construído tendo como base uma lógica de acumulação, historicamente datada, que conjugava monumentais fábricas e indústrias, enorme contingente de trabalhadores empregados, e baixa qualificação dos quadros de modo a absorver a mão de obra pouco escolarizada.

As cidades, entretanto, possuem vida, se movimentam, experimentam diferentes dinâmicas sócio-econômicas e são atravessadas por conflitos de classe, de interesses em oposição. Sobretudo nas cidades capitalistas, a forma de organização do espaço tende a condicionar e assegurar a concentração de renda e poder nas mãos de poucos, o que realimenta os conflitos de classe (ABREU, 2006, p. 15).

A partir da segunda metade do século XIX, com a construção de ferrovias, as antigas áreas de fazendas mais próximas à área central da cidade experimentaram profundas alterações urbanas e sociais. Tendo em vista a passagem da linha férrea e construção de paradas em várias dessas fazendas, era preciso pedir autorização aos donos de terras daquelas regiões[15]. O Rio de Janeiro, como capital desde 1763, carrega particularidades advindas daquela condição político-administrativa. As cidades, já na segunda metade do século XIX, no Brasil, eram lugares para onde afluía uma multidão de trabalhadores que lutavam por sua sobrevivência. Com o primeiro surto industrial do Brasil, por volta de 1880, conforme relatado por Luca (2001), a cidade do Rio de Janeiro passa a incorporar um novo tipo de trabalhador, o operário[16].

---

[15] O bairro de Ramos, que concentra boa parte do Complexo do Alemão, é um desses casos. Ali a parada do trem foi construída em 1886 como parte de um acordo para que os trilhos passassem pelas terras do Capitão Luiz José Fonseca Ramos (FRAIHA E LOBO, 2002), e, em sua homenagem, o bairro hoje leva o seu nome.

[16] O operário, nesta concepção difere da forma mais atual com que consideramos. Conforme Vitorino (2004, p.171), não se fazia distinção entre artes mecânicas e artes liberais; antes, consideravam-se artistas ou operários os maquinistas, os tipógrafos, os fundidores, os músicos, os pintores, os arquitetos, os escultores, os sapateiros, os construtores navais, os pedreiros, os ferreiros, os alfaiates, os caldeireiros, os polieiros, os funileiros, os torneiros, os modeladores, os serralheiros, os fogueteiros pirotécnicos, os latoeiros, os calafates, os carpinteiros.

As habitações dos operários já desenhavam as formas atuais: construções rústicas de madeira, ou outros materiais baratos; localizadas em terrenos íngremes ou alagadiços, em morros ou várzeas inóspitas. Essas habitações populares constituíam um espaço típico na vida das massas trabalhadoras. O pauperismo urbano se agravava na mesma medida em que avançava as relações capitalistas de produção e exploração. Hardman e Leonardi (1990) assinalam que naquele momento surgia, nas cidades, uma multidão de desocupados que perambulava pelas ruas: antigos artesãos, artistas de rua, prostitutas, ambulantes, tipos populares, músicos, mendigos etc.

Estar na cidade representava ter acesso a determinados bens e serviços não existentes nas regiões mais afastadas. A cidade reunia uma rede de serviços e circulação de bens que atraía a população para sua órbita: dinheiro, armazéns, lojas, bancos, sistema viário e de transportes, serviços de energia elétrica, entre outros. Tais aspectos também interessavam ao industrial e capitalista por somar-se a eles uma incipiente, porém, promissora, formação de um mercado de trabalho livre assalariado, além de um considerável mercado consumidor. Aquele mercado significava a existência de um contingente de pessoas possuidoras apenas de sua força de trabalho e que se tornara "mercadoria disponível" para os capitalistas. Conforme crescia a população, aumentava a massa de "desocupados" às portas das fábricas.

Nessas condições, em 1890, um ano após a instalação da República, a população dos cortiços no Rio de Janeiro era de 100 mil habitantes (GONÇALVES, 2007). Identificados como locais insalubres e alvo de toda política de cerceamento e remoção, os cortiços abrigavam uma população misto de ex-escravos e trabalhadores braçais[17]. As diversas formas de resistência não faltaram a essas populações em diversos momentos, como em 1906 o movimento conhecido como Revolta da Vacina (CARVALHO, 2002). As terras pouco valorizadas pela população abastada e pela especulação imobiliária eram alvos da ocupação pela população que afluía à cidade em busca de um lugar na nascente indústria da capital federal. Todavia, era a renda das famílias pobres na cidade do Rio de Janeiro, no contexto

[17] Há uma conjugação de escravos e homens livres até a década de 1870 nas fábricas cariocas. Em 1882, conforme dados da Comissão de Inquérito Industrial, de um quantitativo de 4.432 operários, não mais se achavam escravos entre eles (VITORINO, 2004, p. 198).

do início do século XX, que acabava estabelecendo rígidos limites para uma ocupação regular do solo.

O início do século XX o Rio de Janeiro ainda delineava contornos de cidade com aspecto colonial. O conjunto urbano era recortado por ruas estreitas e mal iluminadas, antigos prédios transformados em precárias habitações coletivas (os cortiços, por exemplo), um expressivo grupo de vendedores ambulantes e mendigos, além da falta de adequados serviços de saneamento. A elevada densidade populacional e a concentração de um grande contingente de ex-escravos, além de grupos “marginais”, demarcavam um quadro de contrastes que se alongaria nas décadas seguintes.

Cabe destacar o intenso fluxo migratório naquele período que dificultava uma ação mais coercitiva por parte do Estado. Conforme Abreu (2006) o excedente de mão-de-obra era necessário a fim de que a indústria, o comércio e a burguesia em geral acumulassem capital. Entre outros elementos, será nessa confluência de necessidade de força de trabalho e terrenos não valorizados pela especulação imobiliária (sobretudo, próximo ao trabalho ou às principais linhas viárias) que as favelas se consolidarão no solo carioca.

Portando, além dos cortiços nas áreas centrais onde habitavam os trabalhadores, os morros que cercavam essas mesmas áreas acolhiam uma população que construíam seus casebres tendo em vista a proximidade com o trabalho. Essas construções não eram conhecidas como “favelas” propriamente até o final do século XIX, tendo em vista que este termo (Favela) nomeava apenas o Morro da Favella (atual Morro da Providência, no Centro do Rio). No entanto, as características similares de outras ocupações nas franjas da cidade acabaram sendo também denominadas por “favela”[18.]

Expulsos do centro da cidade, a população trabalhadora ora ocupou os morros no entorno ou se deslocou para áreas suburbanas periféricas. Este deslocamento não fora apenas motivado pelas políticas urbanas remocionistas e

18. Atualmente, o nome “morro”, para além de designar um acidente geográfico, ou um espaço geográfico, figura na mídia e no uso popular com a mesma conotação de “favela”, portanto, locais marcados por regras próprias e pela ausência de civilidade. No lugar de favela tal, usa-se “morro tal”, como se o conjunto geográfico dos morros do Rio de Janeiro, tornando-se completamente ocupado pelas populações mais pobres tornam-se sinônimo de favela. Sobre este tema consultar a obra: “Um século de favelas” de Alba Zaluar e Marcos Alvito, Rio de Janeiro: FGV, 2005.

seletivas na região central. Na década de 1920, a região suburbana era marcada por efervescentes atividades de exploração do solo, indústrias, transporte e comércio. Apenas para citar dois grandes exemplos, no caso das proximidades geográficas de nossa pesquisa, o parque industrial da General Electric se instalou no Rio de Janeiro em 1919, no bairro de Maria da Graça e Jacarezinho; o parque têxtil da Companhia Nova América, em Del Castilho, iniciou suas atividades em 1924.

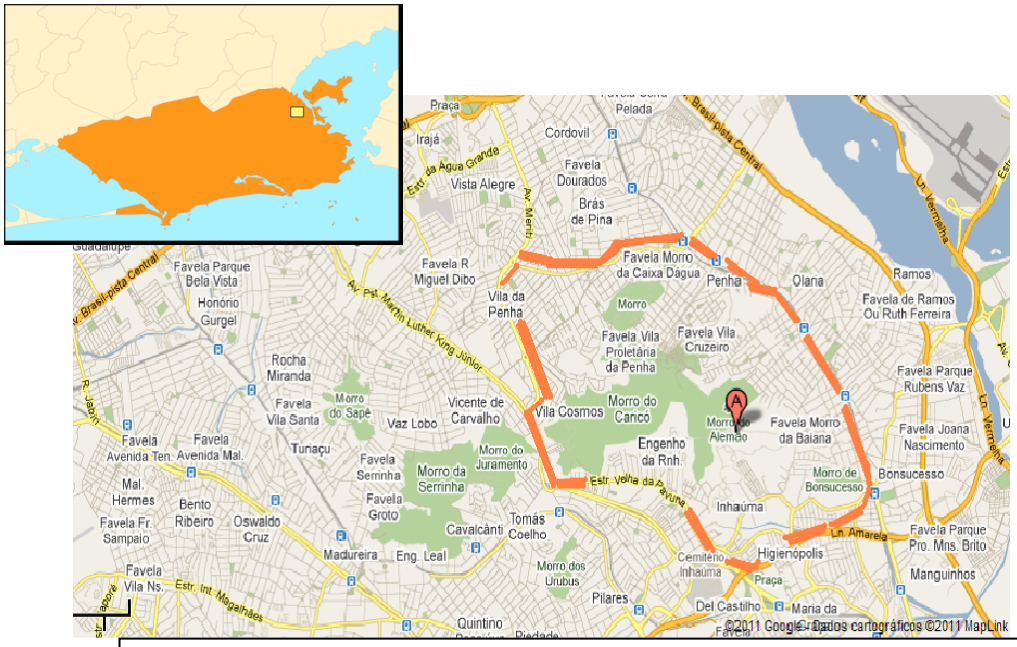
Com o surto de crescimento induzido pela Primeira Guerra Mundial o país passa a ser um importante pólo produtor e exportador – o que deixou a burguesia industrial em posição de destaque, impôs rápidas alterações no espaço da cidade, no zoneamento e alocação fabril-industrial e, consequentemente nos espaços de moradia das populações trabalhadoras. A combinação crescimento/desenvolvimento com a inadequação viária e habitacional da cidade acabou por pressionar a elaboração de planos que organizassem o traçado urbano (REZENDE, 2002).

1.1 Sesmarias, freguesias, zona industrial: dinâmicas sócio-espaciais na região do Complexo do Alemão

A ocupação da região do Complexo do Alemão reuniu, além da proximidade com a rede viária e de transportes e a localização fabril-industrial, uma vasta área desvalorizada pela especulação imobiliária compreendida pela chamada Serra da Misericórdia. Esta serra localiza-se entre os bairros de Inhaúma, Engenho da Rainha (ao sul), Del Castilho, Bonsucesso, Ramos e Olaria (a leste), Penha e Brás de Pina (ao norte) e Vila da Penha, Vila Kosmos, Vicente de Carvalho e Thomas Coelho (a oeste).

O que chamo aqui de “região do Complexo do Alemão” vai mais além da delimitação geográfica oficial enquanto Região Administrativa. Para efeito de recorte espacial, destaco o que chamo aqui de um “cinturão fabril-industrial” em torno do Complexo do Alemão, a saber, uma região compreendida pelos bairros de Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Manguinhos, Higienópolis, Del Castilho, Inhaúma, Maria da Graça e Engenho da Rainha (vide mapa 1 abaixo). Ali se estabeleceu um conjunto expressivo de fábricas e indústrias, bem como outros grandes estabelecimentos comerciais e que tiveram intensa atividade até os anos

1990, tendo em seus quadros um contingente expressivo de trabalhadores locais[19]. Essas empresas – seja de pequeno, médio ou grande porte – deixaram de empregar milhares de trabalhadores[20].



Mapa 1 – Cidade do Rio de Janeiro, em verde a Serra da Misericórdia e circundado em laranja o que chamo de cinturão fabril-industrial da região do Complexo do Alemão

Embora a região tenha se destacado como um pólo industrial, atraindo um contingente expressivo de trabalhadores que ocuparam as terras desvalorizadas pela especulação imobiliária, desde a década de 1990 e seguintes ela passou a figurar como o território de eventos ligados à violência, tráfico e banditismo. Entretanto, tomo como fundamental a idéia de que a colocação desta região do subúrbio carioca em alguns veículos de mídia a partir daqueles eventos, bem como as intervenções policiais neste contexto, obscurece uma teia de relações engendradas na sociedade brasileira que inaugura variados fenômenos ali postos. A região do Complexo do Alemão, com a instalação de um pólo fabril bastante diverso, esteve sujeita aos abalos econômicos próprios de uma configuração

[19] Embora o termo Indústria se refira ao conjunto da atividade econômica, em especial, do chamado setor secundário, estou me referindo aqui aos empreendimentos de médios e grande portes da região do Complexo do Alemão que se dedicam àquelas atividades; por fábrica, estarei designando, via de regra, os empreendimentos ligados aos setores de alimentos/bebidas e confecção, além de outras empresas de menor porte de diversificada produção na região do Complexo do Alemão. Desse modo, considero mais confortável e abrangente, para se referir às atividades econômicas daquele espaço usar o binômio fabril-industrial – ou ainda fábricas e indústrias.

[20] Apenas para citar um exemplo, conforme dados coletados através das entrevistas, três empresas da região (Nova América, Standard Electric e Poesi) empregavam cerca de 15 mil trabalhadores.

produtiva global. O que, deve ser dito, não é prerrogativa desta região, mas de outros territórios que cresceram calcados na industrialização.

Neste ponto em diante, convém destacar alguns elementos históricos que configuraram este espaço do subúrbio carioca.

A Serra da Misericórdia, parte de um maciço onde se localiza hoje o Complexo do Alemão, era nos séculos XVI a XVII terras abarcadas pelas freguesias de Inhaúma e Irajá (veja no mapa 1 a região destacada em verde). A freguesia de Inhaúma, criada em 1743, fora, na verdade, um desmembramento da freguesia de Irajá, criada no século anterior, em 1644 (FRAHIA ; LOBO, 2002, p. 23). Ao longo deste período os limites entre as freguesias foram alterados, bem ocorreram desmembramentos para a criação de outras aconteceram, como exemplo a demarcação da freguesia do Engenho Novo em 1873. Por ocasião da criação desta nova freguesia, a de Inhaúma passa a corresponder aos seguintes bairros: Olaria, Ramos, Bonsucesso, Manguinhos, Higienópolis, Inhaúma, Engenho da Rainha, Tomás Coelho, Cavalcanti, Pilares, Abolição, Engenho de Dentro, Encantado, Água Santa, Piedade, Quintino Bocaiúva, Cascadura, Engenho Leal e parte dos bairros do Caju, Del Castilho, Cachambi, Lins de Vasconcelos, Jacarepaguá, Madureira e Freguesia. A Penha ficava nos limites da freguesia de Irajá (hoje neste bairro se localiza a maior parte da favela da Vila Cruzeiro).

As terras de Inhaúma e demais freguesias, desde a expulsão dos índios Tamoios daquela região, com a derrota do levante Francês (século XVI), passaram ao domínio da Igreja. Conforme Noronha Santos (1965), parte das terras de Inhaúma ainda pertenciam aos jesuítas, que possuíam uma espécie de lavoura perto do Engenho Novo. Conforme este autor, o vale de Inhaúma abrangia uma área extensa e fertilíssima, povoada e elaborada pelos escravos e rendeiros dos padres; estendia-se para o sertão e confinava com as terras do Andaraí e do Engenho Novo. Com a expulsão dos Jesuítas pelo Marques de Pombal em 1759, aquelas propriedades foram confiscadas, sendo então fracionadas. Consta ainda que no século XVII, o capitão Baltazar Abreu Cardoso teria doado parte das terras próximas às serras para a Santa Casa da Misericórdia, onde instalaram uma fazenda (Fazenda da Santa Casa da Misericórdia). “Lembrando esses fatos, até hoje as montanhas entre a Penha e Inhaúma são chamadas Serra da Misericórdia, como um ‘registro’ das antigas atividades do lugar” (FRAHIA ; LOBO, 2002, p. 22).

Na ilustração acima, da capa do livro “As freguesias do Rio Antigo” do historiador Noronha Santos (1965), consta uma divisão administrativa de 1890 das freguesias existentes. A região da Serra da Misericórdia abrangia três freguesias então (Irajá, Inhaúma e Engenho Novo).

A atividade econômica da região era variada já no século XVIII, com o objetivo de escoar a produção para o núcleo central da cidade através do então Porto de Maria Angu[21], na orla de Ramos na Baia da Guanabara. Conforme Pizzaro e Araújo (1945), no final do século XVIII a freguesia de Inhaúma possuía cinco fábricas de açúcar e algumas olarias e também se cultivava mandioca, milho, feijão, legumes diversos, arroz, café, cacau, hortaliças (p.35).

Além do Porto de Maria Angu (ou Mariangu), o escoamento dos produtos das fazendas das freguesias de Inhaúma e Irajá era feito também pela Estrada de Santa Cruz (que já se chamou Avenida Suburbana, hoje Dom Helder Câmara), construída

[21] De acordo com texto sobre história dos bairros do Armazém de Dados do Rio de Janeiro (www.armazemdedados.rio.rj.gov.br), “no início do século XX, o Prefeito Pereira Passos instalou no Porto de “Maria Angu”, uma ponte para as barcas da Cantareira atracarem, ligando a Penha à Praça XV, com conexão para a Ilha do Governador. Os grandes aterros que ocorreram nesta área fizeram desaparecer toda a sua orla marítima. No lugar, foi aberta a avenida Brasil e o atual Complexo da Marinha”.

ainda no século XVI pelos Jesuítas para ligação entre a Cancela dos Jesuítas (São Cristóvão) e a fazenda de Santa Cruz (NUNES, 2008, p.17).

No século XIX, com a chegada das primeiras ferrovias, a região, que já tinha núcleos de povoamento e uma crescente atividade produtiva, cresceu ainda mais. Em 1883, foi inaugurada a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, que atravessava as freguesias de São Cristóvão, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá. Em 1886, inaugura-se a Estrada do Norte (futura Leopoldina Railway) que "interligou uma série de núcleos urbanos pré-existentes, (como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral) que, devido à grande acessibilidade ao centro proporcionada agora pela ferrovia, passaram a se desenvolver em ritmo bastante acelerado" (ABREU, 2006, p.53).

Cabe ainda destacar aqui o papel que as festas religiosas na Penha tiveram em relação ao povoamento daquela região, uma vez que desde o "milagre da Penha", em 1635, a região passou a figurar como um lugar de procissões, festas e reuniões[22].. E aí novamente o Porto de Maria Angu (ou Mariangú), na Penha, era fundamental para trazer a população do centro e zona sul da cidade (FRAHIA E LOBO, 2002, p. 37). Em 1879 consta que chegara à Irmandade da Penha, o "vigário do Outeiro", padre Ricardo, um abolicionista, natural de Coimbra, que acolheu em sua chácara, conhecida como "Quilombo da Penha", muitos escravos fugidos (FRAHIA E LOBO, 2002, p. 37). Segundo consta, a Chácara ficava onde localiza-se hoje a favela da Vila Cruzeiro, parte do Complexo do Alemão.

As terras que ficavam situadas entre a orla marítima da Baia da Guanabara e as fazendas das freguesias citadas foram sendo loteadas desde o final do século XIX pelas famílias portuguesas e seus descendentes. "As regiões compreendidas entre a Penha e Manguinhos, Serra da Misericórdia e o Mar de Inhaúma, território correspondente ao leste da freguesia, passou a ser mais povoada após a chegada do trem" (NUNES, 2008, p. 19). A partir deste momento, novas empresas passam a se instalar no local, ampliando assim os núcleos populacionais existentes. Em fins do século XIX, o comerciante Carlos Custódio Nunes, conseguiu do prefeito Barata Ribeiro, (o mesmo que derrubara o cortiço Cabeça de Porco em 1893) permissão para abater seis cabeças de boi semanalmente para seu açougue, como uma

[22] A origem da construção da Igreja da Penha é atribuída ao "milagre da Penha", em 1635, ocasião em que o capitão Baltazar Abreu Cardoso, livre do ataque de uma serpente enquanto caminhava em suas terras, decidiu erigir uma ermida em intenção de Nossa Senhora da Penha de França.

licença temporária. Custódio Nunes ampliou o seu negócio e a licença deixou de ser temporária, uma vez que começara a fornecer carne com regularidade para a região. Importante notar que, com a proibição de criação e abate de bovinos no centro do Rio, foi criado o Matadouro de Santa Cruz, inaugurado em 1881, no bojo das transformações da cidade que se iniciara desde então. Toda a carne que abastecia o Rio de Janeiro passou a vir de lá. Cerca de uma década depois, porém, o comerciante Custódio Nunes requer a licença para comercializar e abater bois na região de Olaria tendo em vista o abastecimento de uma área que adensava-se em população.

Importante destacar ainda a atividade produtiva das "olarias". Embora já houvesse olarias na freguesia de Inhaúma, conforme Frahia e Lobo (2002), por volta de 1820, Francisco José Pereira Rego comprou terras junto ao que hoje fica o núcleo central do bairro de Ramos e Olaria, a fim de criar gado e se dedicar a lavoura. A família Rego instalou várias olarias para atender os vizinhos fregueses, uma para louça e outra para telhas. "Aos poucos outras fábricas de tijolos surgiram no bairro e o local ficou conhecido como a região das olarias" (FRAHIA E LOBO, 2002, p. 30). Deve-se observar que diversas ruas do bairro de Olaria possuem o nome Rego (Joana Rego, João Rego, Major Rego, Leopoldina Rego, Antonio Rego).

Desse modo, ocorreu um salto populacional nas freguesias de Irajá e Inhaúma que demonstram o quanto a região vinha sendo ocupada. De acordo com o recenseamento de 1872, havia na Freguesia de Irajá 5.910 habitantes, passando para 13.130 habitantes em 1890, ou seja, um crescimento de 122%, em menos de 20 anos. Já a freguesia de Inhaúma, experimentou um crescimento no mesmo período de 135%, passando de 7.444 habitantes para 17.448 habitantes em 1890 (ABREU, 2006, p. 54).

A partir do crescimento advindo com as atividades produtivas, bem como o incremento dos meios de transportes, os proprietários de terras nos bairros de Ramos, Olaria, Bonsucesso, Penha e adjacências começaram a lotear os terrenos[23]. De acordo com Abreu (2006) havia uma ligação estreita que conectava ferrovia-pobre-subúrbio em contraposição ao transporte de bondes e moradores da zona sul

[23] Segundo Abreu (op. cit.) as freguesias que mais cresceram no período de 1906-1920, foram as de Irajá (263%) e Inhaúma (92%). Conforme os dados do autor, houve um decréscimo na região central que refletia, entre outros aspectos, a mobilidade residencial em direção ao subúrbio, "onde através da iniciativa de inúmeros loteadores, vendiam terrenos a preço módico" (p. 80).

da cidade; todavia, uma classe média e proprietária se instalou nos bairros do subúrbio construindo as primeiras mansões daquela região.

O Rio de Janeiro, nas duas primeiras décadas do século XX reunia o maior centro fabril do país, com uma produção industrial duas vezes maior que a de São Paulo (ABREU, 2006, p. 80). A cidade naquele período experimentava um crescimento que incorporava em seu cenário, novos modelos produtivos como as indústrias e fábricas. As demolições e desapropriações no centro da cidade, o crescimento populacional, a abertura de novas vias e o incremento dos transportes viriam facilitar todo um povoamento do subúrbio, bem como atrair novos investimentos para o local. “Enquanto a administração pública empreendia obras de embelezamento e de valorização no centro e na zona sul da cidade, o processo de ocupação dos subúrbios intensificou-se bastante” (ABREU, 2006, p. 79). A existência de terrenos mais baratos nas áreas servidas pela ferrovia levou muitas fábricas, conforme descreve Abreu, a se instalar no subúrbio.

> Assim, já em 1917, no primeiro fluxo do grande capital industrial em direção aos subúrbios, instalou-se em Maria da Graça a CISPER, produtora de vidros por processo mecânico. Logo a seguir, em 1921, a General Electric instalou aí sua fábrica de lâmpadas em uma antiga fazenda que fora comprada em 1919 seguida pela Marvin (parafusos e pregos) e por outras indústrias. Essas novas fontes de emprego logo atraíram um grande número de pessoas, levando inclusive ao surgimento da favela do Jacarezinho, cujos moradores era, em sua maioria, operários dessas fábricas (ABREU, 2006, p. 80).

Com as atividades encerradas em 1990, o Curtume Carioca, indústria de tratamento do couro e similares, funcionava desde 1920 na Penha. Era o maior gerador de empregos da Leopoldina (FRAHIA E LOBO, 2002, p.7). Com respeito a esta indústria, as autoras registram a memória de um antigo morador:

> O apito da fábrica que mais parecia o som de uma embarcação fazia parte do dia-a-dia da comunidade. Quando a população ouvia aquele som característico fora dos horários de costume (entrada, almoço, saída dos empregados), já esperava pelo pior: era aviso de acidente; na maioria das vezes um incêndio. De longe se avistava a fumaça. Era angustiante: o apito acionado como alarme à população parecia um grande animal ferido urrando de dor. Todos corriam em massa para ajudar a apagar o fogo e saber dos familiares que lá trabalhavam (p. 7).

No caso dos bairros do subúrbio, de acordo com o recenseamento de 1920, tínhamos a segunda maior concentração da população economicamente ativa da Cidade do Rio de Janeiro: a região central com 161.350 e a região suburbana com 146.436 (ABREU, 2006, p. 85).

Na mesma época tínhamos 50% da população economicamente ativa na indústria nos bairros do centro e zona sul e 44% dos trabalhadores nas áreas suburbanas, segundo o censo de 1920 (ABREU, 2006, p. 85).

Mas aquela dinâmica não foi propriamente uma novidade. Desde o final do século XIX, o sistema viário, através de bondes puxados a burro e dos trens já vinha intensificando a ocupação e distribuição do solo e alterando a morfologia da cidade. Abreu (2006) destaca como de reconhecida importância a abertura dos ramais de trens como indutores daquela ocupação[24].

O saldo das transformações não foi necessariamente positivo. Abreu (2006, p. 53) resgata fontes do início do século abordando os problemas com transportes, em razão da oferta não atender à demanda, bem como problemas de habitação, incremento da indústria, imigração e o conseqüente crescimento demográfico acelerado[25]. No século XX, "as áreas abertas pela ferrovia deveriam se destinar aos mais pobres, que para lá se deslocavam voluntária ou involuntariamente /.../ Trem, subúrbio e população de baixa renda passavam a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zonal sul/estilo de vida 'moderno'" (ABREU, 2006, p. 57).

Uma das soluções estava posta: o transporte ferroviário, que permaneceu carregando o "estigma" de ser "coisa de pobre", era uma solução para, ao mesmo tempo suprir a demanda de força de trabalho e manter os pobres afastados das áreas nobres. Neste sentido, não importava apenas a construção da ordem, mas o "bloqueio da desordem, provocada pela identidade do trabalho" (RODRIGUES, 2009, p. 106). A cidade do Rio, com seus quiosques, comércio popular, ambulantes, feiras, lojas, mercearias, trabalhadores de limpeza urbana, de transportes, entregadores, entre outros, configurava uma "cidade real", cidade "do trabalho", em contraposição à cidade imaginada pelas elites conservadoras, nos moldes de uma "grande capital européia" (RODRIGUES, 2009).

---

[24] Em 1886 foi inaugurada a linha entre São Francisco Xavier e Duque de Caxias (então chamada de Mirity). Tal linha interligou uma série de núcleos urbanos preexistentes, tais como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral. Conforme Abreu (ibidem) tais localidades, então passaram a se desenvolver num ritmo bastante acelerado a partir de então. Citando Noronha Santos (1934), Abreu aponta que as localidades de Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha, entre os anos de 1898 e 1902, "tiveram seus terrenos divididos em lotes, organizando-se simultaneamente empresas para construção de prédios. Ramos transformou-se em empório commercial e num dos centros de maior actividade na zona da Leopoldina Railway" (p.53).

[25] Abreu faz referência a um decreto de 1882 que isentava de impostos aduaneiros as industrias que construíssem "casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração" para os operários, consistindo, assim, na primeira vez que o Estado assume a responsabilidade de subsidiar a reprodução d força de trabalho (op. cit. p. 57).

Um imaginário de cidade “civilizada”, “moderna” vinha sendo construído desde então. Os subúrbios atrelados à idéia de vida pacata, rural, “atrasada”, e o centro e a zona sul identificadas com o que havia de moderno. Desde o final do século XIX, o imaginário urbano fervilhava com as idéias do viver numa grande metrópole, o que ficava evidente quando da apresentação das plantas de renovação da cidade, nas pequenas maquetes (RODRIGUES, 2009, p. 96). Desde o prefeito Barata Ribeiro (1892), passando por Pereira Passos (1902 – 1906) e Carlos Sampaio (1920 – 1922), a cidade se transformou num grande canteiro de obras. Imersos neste novo momento, a população teve que mudar hábitos, comportamentos, e assumir novos padrões de civilidade condizentes com a modernidade que invadira a cidade, ao menos no imaginário das elites. No tocante à ordenação do espaço da população trabalhadora, novos bairros surgem e adensam-se outros já existentes, em especial aqueles já cortados pelos ramais de trens.

Uma nova moralidade nas áreas populares e favelas começa a surgir e, “as comunidades integram-se à modernidade, senão totalmente, pelo menos não atrapalhando nem sujando a cidade e, ao mesmo tempo, constituem-se em áreas de reserva de mão-de-obra” (RODRIGUES, 2009, p. 107).

Com o advento da fase de industrialização e desenvolvimento a partir da década de 1930, houve uma tendência ao aumento da produção industrial nestas regiões e a necessidade de urbanização e construção de vias de acesso ao Centro administrativo da cidade. Neste caso inclui, por exemplo, a construção da Avenida Brasil em 1946.

Junto com as alterações no urbano, sobretudo a partir da ampliação de um parque industrial na região, uma série de problemas decorrentes dessas transformações traria novas dinâmicas ao subúrbio do Rio. Na realidade, cabe observar um todo dinâmico e articulado que compõe o mosaico social e urbano na cidade do Rio de Janeiro. Na condição de capital, e amalgamando os principais problemas de crescimento demográfico, com parcos investimentos sociais, a cidade vai ser objeto de diversos planos urbanísticos.

O “plano Agache”, de 1930 responderá à necessidade de adequar a cidade à existência de um setor industrial que se tornara realidade a partir da Primeira Guerra Mundial. A perspectiva presente no Plano era de que a busca de mudanças físicas de remodelação e embelezamento traria mudanças no plano das mudanças sociais. A questão da favela para Agache era bastante fácil de ser resolvida: bastava destruí-

la (REZENDE, 2002, p. 261)[26]. A idéia da favela enquanto uma “enfermidade social” estava bastante presente. A favela para Agache era “uma espécie de cidade-satélite de formação espontânea que escolheu de preferência o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene” (AGACHE, 1930, apud REZENDE, 2002). O Plano Agache, não foi propriamente implantado; apenas várias obras ali sugeridas foram realizadas nas décadas seguintes[27]. Devendo aqui ressaltar que também o paradigma da “higiene” e do “asseio” eram suficientemente fortes para justificar as remoções e destruições de habitações populares, por vezes, dadas com a maior truculência policial (RODRIGUES, 2009). Surgiam, por outro lado, de parte da população pobre uma identidade que tentava se afirmar na contraposição daquele imaginário: “sou pobre, mas sou limpinho”.

A aceitação de uma integração fraturada e interessada, demorou a incorporar a favela como objeto de uma política urbana[28]. O texto do decreto 6.000/37, denominado Código de Obras do Distrito Federal, do presidente Getúlio Vargas, aparece o termo “favela” pela primeira vez. Segundo Gonçalves (2007), “O artigo 349 deste código, primeiro texto jurídico a empregar o termo ‘favela’, consolidou a associação sistemática entre favelas e ilegalidade, influenciando, profundamente, as políticas urbanas em relação a estas durante décadas”. Conforme o autor, a moradia na favela “permitia, muitas vezes, a redução dos custos ‘transporte’ e ‘moradia’ na reprodução da mão–de–obra, o que reforçava a espoliação das classes populares no âmbito das relações de trabalho propriamente ditas”.

O decreto 6000/37 criava um novo zoneamento da Cidade e, entre estes determinava que o centro e a zona sul – tradicionais espaços fabris – passassem a ser áreas estritamente residenciais. Desse modo, o adensamento do subúrbio imediato (Periferia imediata)[29] foi uma conseqüência do deslocamento das industrias

---

[26] Tal paradigma não era necessariamente novo, uma vez que desde o prefeito Barata Ribeiro (1893) que colocou abaixo o cortiço “Cabeça de Porco”, na Central do Brasil, as desapropriações e remoções eram uma tônica das administrações municipais.

[27] Como não pretendemos aqui aprofundar na apresentação e análise desses Planos, sugerimos a leitura de Maurício de Abreu, Evolução Urbana do Rio de Janeiro, já citado aqui.

[28] Embora o conjunto de favelas denominado hoje de “Complexo do Alemão”, à época não figurava como objeto de preocupação dos governos por sua incipiente formação, a construção de um imaginário de favela, de uma forma de conceber esta forma urbana, perdura nas ações e intervenções do poder público na contemporaneidade

[29] A cidade até então era dividida por núcleo central, periferia imediata, periferia intermediária e periferia distante. A periferia imediata abrangia a região de Jacarepaguá, Valqueire, Lins, Cascadura, Engenho de Dentro,

ora para as regiões industriais recém-criadas ou para outros estados do Brasil, dentre eles São Paulo.

Dados reunidos por Abreu dão conta que no Censo de 1940 a indústria reunia na região central [30] 74.251 trabalhadores e em 1950, 93.715 trabalhadores, ou seja, um crescimento de 26%; por outro lado, a atividade industrial na zona suburbana[31] no mesmo período cresceu cerca de 71%, ou seja saltou de um número de 72.887 operários para 125.195 na década de 1950 (ABREU, 2006, pp. 97,98), conforme mostra a tabela abaixo.

1940	Agrícola/extrativista	Industria de transformação	comércio	Transporte/comunicações	Administração pública e defesa nacional	Profissões liberais	Serviços e atividades sociais	Condições inativas e outras ocupações	total
Núcleo	3673	74251	77056	27120	46989	14844	71005	72879	387817
Periferia Imediata	9569	72887	44614	32902	30037	3787	30246	52785	233597
Periferia Intermediária	27724	39242	15690	15562	22385	1269	18350	51300	191522

1950	Agrícola/extrativista	Industria de transformação	comércio	Transporte/comunicações	Administração pública e defesa nacional	Profissões liberais	Serviços e atividades sociais	Condições inativas e outras ocupações	total
Núcleo	4138	93715	82691	32716	48996	9557	38413	44702	500973
Periferia Imediata	10492	125195	63187	49333	60343	4377	28764	71441	489886
Periferia Intermediária	31331	99383	29481	35515	36702	1460	15139	57522	350405

As informações acima dão conta de um elevado crescimento de postos de trabalho na indústria na chamada Periferia Imediata (que compreende, entre outras áreas, a região no atual entorno do Complexo do Alemão). Observamos ainda que a área de administração pública e defesa nacional duplicou o número de trabalhadores, levando em conta que muitos terrenos daquela região foram destinados para uso das forças armadas (em especial a Marinha e o Exército).

No que tange à população residente no mesmo período (1940-1950), na região central houve decréscimo (-24%), caindo de 49.852 habitantes para 37.809;

Madureira, Marechal Hermes, Vila da Penha, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Ramos, Olaria, Bonsucesso e adjacências (ABREU, 2006, p. 21).

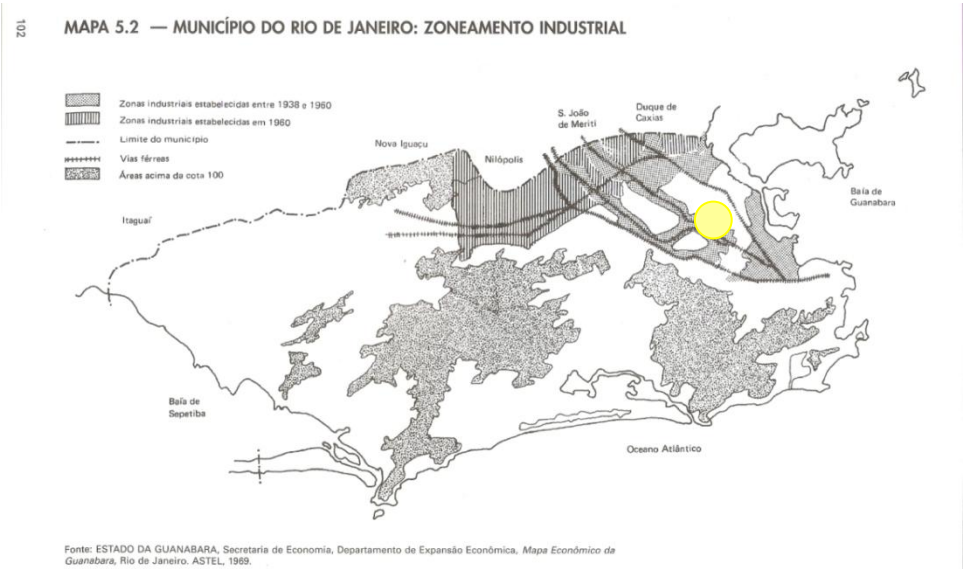
[30] Centro, São Cristóvão, zona sul, Tijuca, Engenho Velho, Andaraí.

[31] Compreendia as regiões de Engenho Novo, Méier, Inhaúma, Piedade, Irajá, Madureira e Penha.

enquanto que no subúrbio citado, apresentou um crescimento de 40%, passando de 588.532 habitantes para 826.361 habitantes. Só a região da Penha cresceu 47% no período (ABREU, 2006, p. 109). Esses dados nos apontam que, junto ao crescimento industrial, estava ocorrendo um adensamento populacional, sem uma correspondente política habitacional, o que caracteriza, para a região do entorno do Complexo do Alemão, os loteamentos irregulares construídos para atender as demandas dos trabalhadores por moradia. Movimento que já naquele momento era difícil conter.

No Decreto citado (6000/37), entretanto, percebe-se o quanto o Estado passa a intervir no processo de alocação industrial. Os bairros da zona sul, embora com importantes tradições fabris, ficaram de fora daquele zoneamento, de modo que trouxeram inevitáveis mudanças no conteúdo e na forma do espaço. Observe que dentro deste Decreto uma determinação de grande importância para a região objeto desta pesquisa. O traçado de São Cristóvão, Jacarezinho, até Bonsucesso, seguindo pela orla da Baia de Guanabara até a Rua Ouricuri em Ramos (onde hoje fica parte do Complexo da Maré), bem como a região de Del Castilho e adjacências eram áreas consideradas prioritárias para a implantação de grandes indústrias (ABREU, 2006, p.101, 103). Entretanto, cabe um destaque: grandes indústrias já haviam se estabelecido ali desde a década de 1920 (Curtume Carioca, na Penha, Nova América, em Del Castilho, General Electric, em Maria da Graça, entre outras). Ressalta-se, todavia, que a ampliação do serviço ferroviário também definiu o traçado de ampliação da implantação de indústrias, consolidando a região no entorno da Serra da Misericórdia (onde se localiza a maior parte do Complexo do Alemão) como um importante espaço fabril da cidade.

O que se observa no mapa da cidade do Rio de Janeiro abaixo (mapa 2) é que a região do Complexo do Alemão (em amarelo) situa-se entre as duas linhas férreas (Rio D'Ouro – aberta em 1883, e Leopoldina, em 1886). A maioria das fabricas e indústrias são instaladas entre 1938 e 1960, portanto, após o Decreto 6000/37.



Mapa 2 (extraído de Abreu, 2006)

A região da Leopoldina, (que compreendia bairros tais como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral), durante a 2ª Guerra, presenciou um crescimento de pequenas e médias fábricas, bem como indústrias que antes eram localizadas no centro da cidade. A abertura da Avenida Brasil, em 1946, permitiu a alocação de fábricas, e também a "invasão" pelas favelas. Para Abreu, todavia,

> A 'invasão' da nova avenida pelas favelas não deve ser vista como um fato excepcional. A localização de favelas nas proximidades das áreas industriais já era uma regra bastante comum, sendo que, em alguns casos, como o Jacarezinho, era mesmo um dos fatores determinantes da localização de algumas indústrias que buscavam mão-de-obra farta, barata e espacialmente concentrada (2006, p. 103).

O recorte geográfico aqui feito (Complexo do Alemão), portanto, se justifica na medida em que se observa que a região que mais se destacou enquanto pólo fabril-industrial foi a chamada zona suburbana I (ou Periferia Imediata), que englobava as regiões do Engenho Novo, Méier, Inhaúma, Piedade, Irajá, Madureira e Penha (Dados do censo demográfico de 1950, apud ABREU, 2006)

Com as determinações de zoneamento definidas pelo Decreto 6000/37, muitas áreas próximas a morros íngremes e áreas alagadiças foram ocupadas pelas populações mais pobres a partir da autoconstrução. Em 1950 já havia um

contingente de cerca de 170 mil moradores em favelas no Rio de Janeiro[32]. Embora tal número demandaria uma solução pública, os diversos planos urbanísticos da cidade deixaram de fora o tratamento a esta população[33]. O que é cabível dizer em relação à cidade do Rio de Janeiro é que as favelas, e em especial, à região do Complexo do Alemão, se constituíram e cresceram concomitante aos loteamentos regulares da área[34].

No período de 1940-1950, em que a cidade continua a experimentar um crescimento industrial, cabe destacar a construção da rodovia Rio-Bahia, que contribuiu para a atração de numerosa população proveniente do Nordeste. Conforme Abreu,

> Os dados referentes ao período 1940-1950 servem de exemplo significativo do crescimento industrial do Rio de Janeiro nessa época: somente nessa década, o número de estabelecimentos industriais da cidade cresceu em 30% (de 4.169 para 5.693); o pessoal ocupado em 40% (de 115.020 para 160.105); e o valor nominal da produção em 441%! Ademais, das 5143 empresas industriais existentes no Distrito Federal em 1950, apenas 62 eram anteriores a 1900, e só 509 anteriores a 1930 (p. 96).

Esses dados nos dão a dimensão das aceleradas transformações ocorridas na cidade que nos indicam a fragilidade de uma ação estatal diante do surto industrial e demográfico naquele contexto. Os subúrbios passam, com isso, a experimentar um crescimento autônomo, ao mesmo tempo sob os olhos do Estado, mas sem uma ação efetiva que sanasse o déficit habitacional. Não encontramos dados de remoção de favelas na região de Ramos, Olaria, Penha, Bonsucesso na primeira metade do século XX, tampouco depois deste período. As favelas desta região ora eram incipientes, estavam distantes das áreas mais privilegiadas pela especulação e ainda eram estoques de força de trabalho para o entorno fabril.

Embora houvesse uma proposta intrínseca ao Código de Obras citado de que as favelas deveriam ser eliminadas e o problema sugerido era a construção de

---

[32] A metodologia utilizada nos Censos dificulta a indicação específica de moradores das favelas do Complexo do Alemão naquele período.

[33] Um plano urbanístico, conhecido como “plano Doxiadis”, pensado nos anos 1960, porém não executado, considera a existência de favelas em função da disponibilidade de terras ociosas, somados à falta de recursos da população de baixa renda e a busca de empregos próximos ao local de moradia. Doxiadis propõe a reurbanização de algumas favelas. Para ele o objetivo da política habitacional era “manter a paz social” (REZENDE, 2002, 268).

[34] Os registros de ocupação de algumas favelas da região do Complexo do Alemão apontam, por exemplo, que a favela de Nova Brasília e Alvorada (duas das maiores) foram criadas – com este nome – em 1960, no mesmo ano da inauguração da nova Capital do país.

parques proletários, alguns construídos nos anos 40 (ZALUAR E ALVITO, 2005, p. 27). Entretanto, ainda nos anos de 1930, o prefeito Pedro Ernesto, deu um tratamento diferenciado às favelas, o que nos indica que, embora, houvesse no discurso oficial as ideologias da marginalidade, da favela como "chaga", como um "mal" que deveria ser eliminado, havia orientações em outras direções. Conforma analisa Gonçalves (2007), o prefeito freqüentemente visitava as favelas e acolhia as reivindicações formuladas pelos "centros de melhoramentos" que já se formavam nelas naquele contexto. Para Gonçalves, duas medidas tomadas naquele governo foram importantes no sentido de uma nova orientação quanto às favelas[35]. A primeira foi a instalação de certos equipamentos e serviços dentro de algumas favelas, o que indicava a aceitação das reivindicações daquelas populações enquanto parte integrante da cidade e não mais como uma "patologia social". As reformas no âmbito do movimento conhecido como Escola Nova, com Anísio Teixeira, que assumiu a Diretoria de Instrução Pública no governo de Pedro Ernesto trouxeram um novo olhar sobre a população pobre da cidade no tocante a serviços básicos como a Educação. Diversas escolas foram criadas na região do Complexo do Alemão após segunda metade do século XX, acompanhando a necessidade e demandas por instrução de uma região que se adensava.

A Prefeitura, então, buscou intervir nos diversos conflitos fundiários, evitando remoções e despejos impetrados contra os favelados e abolindo as remoções violentas de anos anteriores. Naquela conjuntura, apesar da ausência de instrumentos jurídicos eficazes contra as remoções, os favelados já demonstravam um pleno conhecimento das engrenagens jurídico-políticas. Soma-se a isto que já procuravam o apoio da imprensa, "evocando as consequências sociais nefastas que uma possível remoção provocaria" (GONÇALVES, 2007, p. 13). Como as negociações na justiça levavam anos e até décadas, a população permanecia na favela e, conseqüentemente, a remoção não acontecia.

Favela, como lugar da desordem, o era principalmente nas regiões centrais da cidade, reduto das elites, da administração e do comércio. Algumas foram inclusive sumariamente removidas. Entretanto, desde os anos 40, a Fundação Leão

[35] A primeira escola publica construída dentro de uma favela neste período foi a Escola Municipal Humberto de Campos, no morro da Mangueira, abrindo o sistema educacional para os "favelados", no âmbito do movimento escolanovista. Sobre isto ver Tulilo, André Luiz. As estratégias de administração das políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935. In. Revista Brasileira de Educação, v.14, ano 42. Rio de Janeiro, set/dez, 2009.

XIII[36], entre 1947 e 1954, implantou em 34 favelas serviços básicos como água, esgoto, luz e redes viárias (BURGOS, 1998, p. 29). Neste período, meio à margem das políticas remocionistas, um conjunto de favelas se formava na Serra da Misericórdia, dos quais o Morro do Alemão, Nova Brasília e Alvorada são exemplos.

Em fins dos anos 60 e anos 70, a chamada "política da bica d'água", expressão utilizada para se referir às ações clientelistas e populistas do político e governador do Rio de Janeiro, Antonio de Pádua Chagas Freitas, contribuiu para certa eliminação do paradigma remocionista. Para o governador e proprietário do Jornal O Dia, as demandas locais, em especial, das favelas eram alvo de melhoramentos e de colocação de espaços localizados nas favelas para o abastecimento de água, tendo em vista que naquela ocasião, o serviço de abastecimento ainda era bastante irregular no subúrbio[37]. Desse modo, os chamados "melhoramentos" nas favelas neste período, a presença das fábricas e indústrias, bem como a parca preocupação dos governos e as contradições que conjugavam ordem urbana e necessidade de reserva de mão-de-obra, ampliam as franjas da cidade, em especial, em lugares bem visíveis, os morros da periferia[38].

Embora o meu foco seja o Complexo do Alemão, as dinâmicas que envolvem a totalidade das favelas cariocas devem ser postas em relevo. A constituição do espaço urbano do Rio de Janeiro não se tornou particularmente caótica em função da ausência de planejamentos urbanos. Ao contrário, tivemos sobreposição de planos, todavia, sem a implementação efetiva. Nas primeiras eleições diretas para governadores dos Estados (1982), as propostas de intervenção urbana, em especial,

---

[36] Conforme Burgos (1998), a Fundação pretendia atuar no plano da consciência dos moradores das favelas e armar-se de "um espírito profundamente cristão" diferente do "horror burguês" que enquadravam todos os moradores da favela como "malandros" . Neste conjunto de idéias, a Fundação, conforme Burgos, pretendia atuar "dentro de um espírito democrático" e ao invés do conflito político, o diálogo; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação; no lugar do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais (p. 53).

[37] Na região do Complexo do Alemão, por exemplo, até o início dos anos 1990 ainda se observava algumas dessas bicas d'água, apelidada pela população de "bicão" (uma ficava na entrada da Rua Joaquim de Queiroz e outra na entrada da Avenida Central, duas ruas de grande movimentação do Complexo do Alemão).

[38] Em razão da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro em 1975, a cidade elabora o Plano Urbanístico Básico (Pub-Rio), que tinha entre seus objetivos uma política definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974 durante o governo do presidente Ernesto Geisel) que era controlar o crescimento de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo (Rezende, op. cit, p. 270). É o primeiro plano a reconhecer a existência de favelas. Em 1991 é enviado à Câmara Municipal o Plano Diretor Decenal, aprovado em 1992, tornando-se Lei Complementar n. 16/92. De acordo com Rezende (op. cit.) a cidade neste momento é o núcleo de uma região metropolitana que concentra 29,4% da população residente em favelas (p. 274). Para o Plano, "O uso e a ocupação do solo no território municipal devem estar condicionados ao controle da densidade demográfica em função da saturação da infra-estrutura e da ameaça ao meio ambiente, mediante a colocação de limites de construção nos diversos bairros" (REZENDE, 2002, P. 274).

nas favelas do Rio de Janeiro, se deram a partir de uma perspectiva de melhoramentos com obras de saneamento, fornecimento de energia elétrica, pavimentação de ruas, becos e vielas, além da construção de equipamentos públicos (escolas, postos de saúde, creches) juntos às comunidades.

A construção da Linha Amarela[39], em fins dos anos 1990, sugerida pelo Plano Doxiadis (1965) contribuiu para a remoção de diversas favelas ao longo do traçado da via. O Projeto Favela-Bairro (gestões César Maia e Luiz Paulo Conde)[40] desde a década de 1990 trabalhou com a perspectiva de remoção de algumas residências nas favelas tendo em vista a necessidade de abertura de ruas, viadutos ou mesmo a construção de novas moradias.

O diferencial desses projetos, em parte tomados como orientações do Plano Doxiadis (reurbanização de algumas favelas), acabaram por admitir não apenas a existência das favelas, mas como a impossibilidade de uma política remocionista em contextos recentes. As áreas próximas ao local de trabalho, localizadas próximas a estruturas viárias, passaram a ser povoadas – ou, apenas ampliadas a partir de comunidades já existentes e utilizadas como moradia dos trabalhadores. Historicamente, as favelas demonstram a sua hospitalidade, crescendo não apenas verticalmente como também horizontalmente no plano urbano[41].

Não se trata, todavia, de um crescimento urbano apenas, mas convém perceber as profundas alterações que daí advém. Assim, denominada “década perdida”, os anos de 1980, no contexto brasileiro, vai assistir um declínio nas relações de trabalho e um elevado índice de desemprego que inegavelmente determinaria em muito as transformações nessas mesmas relações dali pra frente.

Pauperismo, desemprego crescente e a fuga de empresas para outros cantos do planeta, ou no caso do Rio de Janeiro, uma re-espacialização produtiva são elementos que se conjugam num emaranhado constitutivo da região do Complexo do Alemão. Embora faltem dados da ocupação mais específica desta região, tendo

---

39 A Avenida Governador Carlos Lacerda, inaugurada em 1997, recebeu o nome de Linha Amarela face ao traçado e estratégia de Doxiadis (1965). Ela liga a Ilha do Fundão a Barra da Tijuca.

40 O prefeito Cesar Maia governou a cidade entre 1993 e 1997; em seguida, seu vice Luiz Paulo Conde assume até 2001; Cesar Maia retorna em 2001 e segue governando por duas gestões até 2008.

41 Deve-se observar que este não é um problema apenas do Rio de Janeiro ou Brasil. Davis (2006), fornece dados de crescimento das favelas em todo mundo a partir da década de 1970, anunciando que embora os favelados sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos em países menos desenvolvidos; isto corresponde a pelo menos um terço da população urbana global (p. 34).

em vista que hoje ela é composta por um conjunto de favelas que atravessam vários bairros, conforme já apontado aqui, é bastante comum a história de que um imigrante polonês, fugindo da 1ª Guerra Mundial, por nome Leonard Kaczmarkiewicz, que comprara terras na Serra da Misericórdia. Consta que no início dos anos 1950, o polonês, que na região era chamado de “Alemão”, por suas características físicas parecidas com a de um típico alemão, teria loteado parte de suas terras. O morro onde Leonard comprara as terras teria, então recebido o nome de Morro do Alemão. De acordo com buscas na região, bem como na tentativa de encontar registros dessa história, tomei conhecimento e visitei uma rua no Morro do Alemão que leva o nome do polonês, embora apenas o primeiro nome (Leonardo).

Possivelmente as terras adquiridas pelo imigrante seriam a continuação de um loteamento regular de terrenos planos que iniciava na linha férrea e que alcançava o sopé do morro. No mapa abaixo vemos a mancha verde que representa parte da Serra da misericórdia e demarcado em vermelho o local onde o polonês adquirira as terras. Hoje toda área verde no mapa, exceto a área do Morro do Juramento, é tomada como integrante do Complexo do Alemão[42].

[42] Seria preciso, na verdade, discutir um simbolismo próprio implícito na denominação “Complexo do Alemão” na mídia, e os verdadeiros limites geográficos do Complexo do Alemão descritos pelo Decreto 6011, de Saturnino Braga em 1986. A ampliação dos limites geográficos do que seria o bairro parece cumprir um papel hiperbólico negativo na mídia e organismos de opinião; ou ainda chamar atenção para a possibilidade de que o “problema” (violência, “poder paralelo”, banditismo etc.) não estaria limitado apenas aos limites do Complexo do Alemão enquanto bairro, mas apontar que existiria um “Complexo” ainda bem maior do que os limites reais e legais do bairro.

Próximo as terras do “Alemão” um intenso conjunto de atividades produtivas já estava em andamento. A conclusão das obras na várzea dos Rios Faria e Timbó, entre a Avenida Itaóca e Estrada Velha da Pavuna (hoje Adhemar Bebiano[43]), ampliou a instalação de inúmeras fábricas na região (ABREU, 2006, p. 103). A Companhia Nova América, inclusive, fora uma das indústrias que mantinham vilas operárias no Rio de Janeiro desde o início do século[44]. Os conjuntos habitacionais do governo do presidente Dutra, nos anos 40 são outros exemplos de adensamento populacional na região de Del Castilho, Inhaúma, Penha e adjacências.

1.1. **Caracterização atual da região do Complexo do Alemão**

O loteamento e ocupação gradual do Morro do Alemão e demais terrenos em seu entorno por uma população pobre é parte de um processo multidimensional que começa bem antes da iniciativa do polonês Leonard Kaczmarkiewicz[45]. Alguns morros da região, só foram efetivamente ocupados na década de 1980 (como o Morro da Baiana, Fazendinha, “Inferno Verde” – hoje chamado “Céu Azul”, entre outros). Desde o final dos anos 1960, Chagas Freitas vinha praticando uma política de cunho clientelista no contexto da cidade, em especial nas áreas de favelas. No Rio de Janeiro, a vitória de Leonel Brizola expressava um anseio de um segmento da população que, na perspectiva de Burgos (1998) estava cansado da lógica clientelista construída pelo chaguismo e, portanto, os candidatos alinhados com esta corrente (Miro Teixeira e Sandra Cavalcanti) não tiveram sucesso; Moreira Franco estava associado ao governo militar; Lisâneas Maciel, “falava para o operariado, não exatamente para os excluídos” (BURGOS, 1998, p. 41). O governo de Brizola desenvolveu uma política voltada para as favelas do Rio, onde a situação de infra-estrutura era bastante precária. Além disso, uma outra dimensão destacada por Burgos era a política de direitos humanos daquele governo, “em contraste com o

---

[43] O pai de Adhemar Bebiano (Domingos Bebiano) foi o principal proprietário da Companhia Nova América, hoje o local sedia o Shopping Nova América. No bairro de Inhaúma, há uma escola municipal que homenageia Domingos Bebiano (Escola Municipal Domingos Bebiano).

[44] Sobre a vila operária da Nova América, veja a dissertação de Chaves, Ana Lúcia Vieira. Da Fábrica ao Lar: vivências e sobrevivências de operárias e operários da Companhia Nova América no âmbito das assimetrias de gênero e classe social na era Vargas (1930-1954). Rio de Janeiro, UFRJ/IFCH, 2006.

[45] As informações sobre o polonês que comprara as terras naquele morro podem ser lidas em http://raizesemmovimento.blogspot.com/2009/08/nossa-comunidade-chama-se-complexo-do.html.

governo anterior, esperava definir uma nova conduta para as polícias civil e militar perante os excluídos, baseada no respeito a seus direitos civis” (p. 42).

Entretanto, é neste período que o Rio de Janeiro passa a conviver com uma nova ordem de questões, embora as décadas anteriores elas estavam presentes, não de forma intensiva quanto nos anos 80 e 90, a saber, o tráfico de drogas, bandos armados, banqueiros do jogo do bicho e outros grupos (BURGOS, 1998, p. 43). O que vai se constituir a partir daí são territórios amplamente controlados por grupos paraestatais, que se utilizam da força, da arbitrariedade e do terror para dominar segmentos da população nessas regiões.

Burgos destaca que em 1991, 962.793 pessoas viviam em favelas na cidade, 944.200 em conjuntos habitacionais e mais 381.345 em loteamentos irregulares de baixa renda, portanto, um total de 2.288.338 habitantes, o que correspondia a cerca de 40% da população de então (1998, p. 45).

Em 1994, a prefeitura do Rio criou o Programa Favela Bairro que tinha como objetivo principal a integração da favela ao bairro e a solução para problemas como saneamento básico, drenagem, contenção e serviços sociais. 62 comunidades foram atendidas até o ano de 2000 (SILVA E LIMA, 2002). As favelas do Complexo do Alemão não foram contempladas no programa uma vez que os critérios, entre outros, eram o tamanho da favela e o número de domicílios, ou seja, apenas as favelas de porte médio, com 500 a 2.500 domicílios, ou seja, favelas com uma população de até 10 mil moradores estavam contempladas neste recorte. O Complexo do Alemão já figurava como um conjunto de favelas de grande porte. A justificativa situava-se em relação ao alcance dos objetivos da proposta de urbanização. Para Burgos (1998) a luta por direitos historicamente construída pela população desses lugares encontrou no programa um “importante aliado”. A universalização do programa para as favelas do Rio de Janeiro poderia trazer impactos positivos no que tange às questões de déficit de direitos civis e políticos “e sua fraca adesão à institucionalidade democrática” (BURGOS, 1998, pp. 50-52).

Em 2011 a Prefeitura do Rio conduzia o Programa Morar Carioca, nos moldes daquele outro programa, no entanto, com a personalidade de outro governo, e pretende “urbanizar todas as favelas do Rio até 2020, com um investimento total de

R$ 8 bilhões”[46]. De acordo com a Prefeitura, “o Programa Morar Carioca faz parte do legado social das olimpíadas de 2016”[47].

Como apontei aqui, o Complexo do Alemão desde 1986 compreende, do ponto de vista administrativo na cidade, a XXIX Administração Regional. Tomando este recorte administrativo vamos nos ater a algumas informações estatísticas que caracterizam hoje aquela região.

Em matéria sobre o Complexo do Alemão, depois da mega operação ocorrida em 25 de novembro de 2010[48], lemos o seguinte:

> Nos últimos anos, a violência no entorno das favelas fechou centenas de fábricas na capital. Sitiados, empresários abandonaram os prédios, que acabaram saqueados e invadidos. Quando se passa pelos arredores da Mangueira, do Jacarezinho, da Cidade de Deus, em Jacarepaguá, e do Complexo do Alemão, em Ramos, o que chama a atenção é o esvaziamento da região[49].

A assertiva da matéria, longe de ser uma opinião isolada, conforme veremos na sistematização da pesquisa de campo, aparece como a “ponta de um iceberg”, ou como uma generalização que relaciona imediatamente causa e efeito para o esvaziamento industrial da região. Grandes metrópoles no mundo, com diversificado parque industrial e que tiveram o seu desenvolvimento a partir da industrialização enfrentam um problema comum que é a violência e seus subprodutos[50].

Entretanto, o esvaziamento industrial no Rio de Janeiro longe de ser uma prerrogativa desta região, atinge toda a cidade, num movimento que oscila a partir de transformações endógenas – dentro do próprio Estado do Rio de Janeiro e também por causas exógenas, que abrangem dimensões no território nacional e

---

[46] Informações do site da Secretaria Municipal de Habitação, disponível em http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1678462 , acesso em abril de 2011.

[47] Ibidem.

[48] Nesta operação veículos blindados da Marinha e Exército, bem como grande número de militares das forças armadas, policiais civis e militares ocuparam as favelas na tentativa, segundo a Secretaria de Segurança, de desbaratar uma das maiores quadrilhas de traficantes do Rio de Janeiro. A operação foi motivada, em especial, em razão de uma série de ataques e incêndios de ônibus e carros de passeio naquele mesmo mês; de acordo com a Polícia, os ataques aos ônibus teriam sido comandados por traficantes dentro de presídios e operacionalizada por criminosos nas favelas, e o “quartel-general” seria a Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão. Mais de 30 pessoas foram mortas e toneladas de drogas, além de armas foram apreendidas.

[49] A matéria fez parte de uma série chamada “a indústria no embalo das UPPs”, O Globo on Line, 14/12/2010, disponível em http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/12/13/apos-anos-de-esvaziamento-pacificacao-atrai-empresas-para-areas-proximas-favelas-923280376.asp,acesso em abril de 2011.

[50] A Região Sudeste concentra a maior taxa de homicídios do país (36,4%) e o Rio de Janeiro, na região, lidera o ranking (39 homicídios/1.000 habitantes), seguido do Espírito Santo (37,3 homicídios/1.000 habitantes) segundo o Mapa da Violência (2008) do Ministério da Justiça. O Rio ostenta o maior número de assassinato de jovens entre 15 e 24 anos do Brasil, conforme o Mapa.

também os fluxos migratórios de capitais para outras regiões do mundo (GODINHO, 2008).

Os serviços essenciais, equipamentos escolares, postos de saúde, saneamento básico, rede de energia elétrica, como já dito, são agregados às favelas, pelo menos, desde a administração de Pedro Ernesto, nos anos de 1930 e ampliado nos governos de Chagas Freitas e os governos de Leonel Brizola (anos 80) em diante. De acordo com dados do Censo de 2000, embora questionáveis empiricamente, o Complexo do Alemão já possuía 99,9% de unidades residenciais com energia elétrica, 97,6% de abastecimento regular de água, e cerca de 50% de coleta de lixo nas favelas[51]. Neste período as favelas do Alemão receberam ainda amplo programa de calçamento das suas vias. Ainda conforme dados extraídos do Censo 2000, e reunidos por Néri (2007), cerca de 81% da renda das comunidades de baixa renda[52] provém do trabalho, contra 63% em áreas de renda mais alta da cidade (p. 3). A julgar apenas por esses dados diríamos que as teses de "carência do estado" se fragilizam, uma vez que equipamentos públicos, saneamento, urbanização e trabalho compõem o mosaico de vida daquela população.

Entretanto, dimensões que extrapolam o nível de infraestrutura urbana, ou da venda da força de trabalho compõe um emaranhado causal que emoldura aquela região, embora com o dinamismo próprio da história e suas relações.

Reuni aqui alguns dados estatísticos, embora retirados de análises mais amplas, que podem nos dar uma compreensão sobre as dimensões sociais do Complexo do Alemão. Tais dados, em sua maioria, foram retirados do documento "Desigualdades e favelas cariocas: a cidade partida está se integrando?" (2010), do Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas. O documento toma como base o Censo 2000 (IBGE), bem como microdados da PNAD (até 2008) e ainda os dados apresentados pela pesquisa Censo das Favelas (2009), realizado pela Prefeitura do Rio no âmbito das obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

O conjunto de favelas do Alemão pode ser definido formalmente a partir dos limites traçados pela Lei 2055, de 09/12/1993, (que regulamentou o Decreto de Saturnino Braga de 1986), ou ainda como fronteiras mais ampliadas que inclui seu entorno imediato. Na maior parte dos textos sobre o Complexo do Alemão, ora se

---

[51] Néri, Marcelo. Trabalho e Condições de Vida nas Favelas cariocas. Rio de Janeiro, FGV, 2007, p. 7.

[52] O autor fez um recorte para as 5 maiores favelas do Rio: Rocinha, Jacarezinho, Complexo do Alemão, Cidade de Deus e Maré.

inclui os conjuntos habitacionais e ora se inclui as favelas de Olaria e Penha (como Vila Cruzeiro na Penha e Morro da Merendiba em Olaria, por exemplo).

Conforme os limites oficiais, o Complexo do Alemão compreende as seguintes favelas, cada uma com uma história própria, uma época de loteamento e ocupação, bem como uma hierarquização socioeconômica[53]: Alvorada, Caixa D'Água, Caracol, Favelinha, Fazendinha, Grota, Matinha, Morro da Baiana, Morro da Chatuba, Morro do Adeus, Morro do Alemão, Morro dos Mineiros, Nova Brasília, Palmeiras, Pedra do Sapo. O que trataremos nos dados abaixo, portanto, é o Complexo do Alemão legal.

Os dados do IBGE referentes à população do Complexo do Alemão referentes ao Censo 2000 o colocam como a segunda maior população em favelas do Rio de Janeiro, perdendo apenas para o Complexo de favelas da Maré. Já os dados apresentados pelo Censo das Favelas (2008/2009) indicaram uma população aproximada de 85.655 habitantes (2009, p. 3).

Mapa Social
Subdistritos Cariocas
Ranking pelo total da população

	Subdistrito	População total
	Brasil	169.872.856
	Total da UF	14.392.106
	Rio de Janeiro	5.857.904
1	Campo Grande	484.362
21	Maré	113.807
25	Complexo do Alemão	65.026
26	Rocinha	56.338
30	Cidade de Deus	38.016
31	Jacarezinho	36.459
32	Ilha de Paquetá	3.421

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

No Censo das Favelas, a Rocinha aparece na frente do Complexo do Alemão, com 100.829 habitantes. Os números são elásticos e imprecisos, na maioria dos casos. Notícias surgem de que o Complexo do Alemão teria mais de 200 mil habitantes e em alguns casos, mas fantásticos, que haveria ali meio milhão de habitantes. Em meio a isto, sugiro que os números apresentados pelo IBGE estejam submensurados; do mesmo modo como os números que aparecem na mídia estão

[53] Sobre a diferença entre as favelas convém observar o documento “O que é favela, afinal”, organizado pelo professor Jailson de Souza e Silva, no âmbito do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (2009).

inflados. Talvez no Censo de 2010, com uma metodologia nova tenhamos dados mais preciso, todavia, não serão incorporados aqui na pesquisa.

Em relação à metodologia do Censo das Favelas, cabe o registro de que algumas favelas não foram integralmente recenseadas “por não pertencerem à esfera estadual do PAC”, tais como as comunidades da Grota, Alemão, Reservatório de Ramos e Nova Brasília, no Complexo do Alemão, e Conjunto Nelson Mandela, Conjunto Samora Machel, Mandela de Pedra, Vila Turismo e CHP-2, no Complexo de Manguinhos (CENSO DAS FAVELAS, 2009, p. 3). Convém ressaltar que as comunidades do Complexo do Alemão citadas são exatamente as comunidades mais antigas e de maior densidade populacional, o que demonstra que os números aqui apontados, por exemplo, de população está flagrantemente aquém daquela região.

No que diz respeito ao número médio de pessoas nas famílias, o Complexo do Alemão figura no Censo Demográfico como a favela, dentre as maiores do Rio, com o maior índice, conforme os dados abaixo.

Subdistritos Cariocas
Ranking pelo
número de pessoas na família

Subdistrito	Número de pessoas na família
Brasil	4.29
Total da UF	3.15
Rio de Janeiro	3.02
Centro	2.25
Jacarezinho	3.14
Rocinha	3.16
Cidade de Deus	3.20
Campo Grande	3.25
Maré	3.25
Complexo do Alemão	3.38

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Já no recorte etário feito entre as cinco principais favelas do Rio, vemos que o Complexo do Alemão figura como a terceira região de população bastante jovem. Embora, entre as 3 favelas recenseadas pelo Censo das Favelas (Manguinhos, Complexo do Alemão e Rocinha), o Complexo do Alemão possui um percentual mais elevado de idosos (9% tem mais de 60 anos; enquanto Rocinha e Manguinhos tem, respectivamente 5,7% e 5,6%). Essa população mais idosa no Complexo do

Alemão talvez se justificaria pelo fato de ter sido ali uma região de franca expansão industrial desde o início do século XX e consideravelmente ampliada nos anos 1950.

Mapa Social
Subdistritos Cariocas
Ranking pela idade média

Subdistrito	Idade
Brasil	28.26
Total da UF	31.03
Rio de Janeiro	32.88
Copacabana	42.98
Jacarezinho	29.05
Cidade de Deus	28.98
Complexo do Alemão	27.17
Maré	27.02
Rocinha	26.02

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

No tocante à questão de trabalho e renda, percebemos que o Complexo do Alemão, conforme dados do Censo 2000, ocupa, entre as cinco maiores favelas, a terceira posição no que diz respeito ao desemprego, perdendo apenas para a Cidade de Deus e Jacarezinho. Em relação à renda, cerca de 82% da renda do Complexo do Alemão provém do trabalho, conforme apontam os dados abaixo.

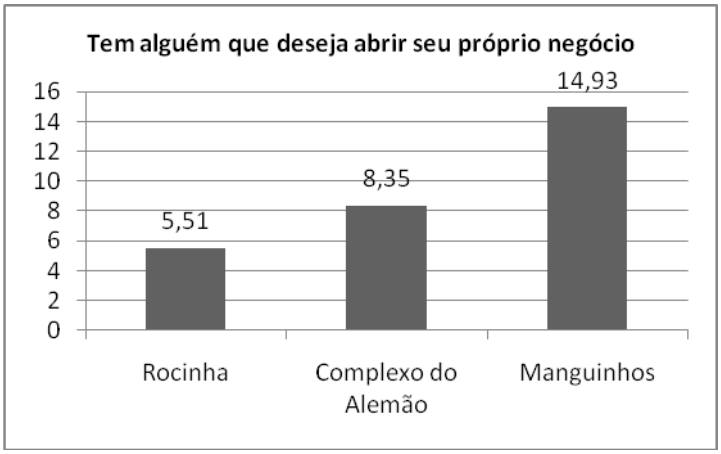
Mapa Trabalhista
Subdistritos do Rio de Janeiro
População Ocupada

Subdistrito		% da renda do trabalho	Taxa de desemprego	Taxa de participação	Idade	Taxa de formalidade
Grandes favelas cariocas		80.6	19.1	70.1	27.3	68.92
Rio de Janeiro	Jacarezinho	76.5	21.5	69.4	29.1	67.77
	Maré	82.1	18.2	70.6	27.0	67.77
	Complexo do Alemão	81.9	19.5	68.5	27.2	65.77
	Rocinha	82.0	17.2	72.5	26.0	73.60
	Cidade de Deus	74.7	22.3	67.9	29.0	71.34
Bairros de renda alta cariocas		62.9	9.9	71.2	38.3	74.53
	Lagoa	63.0	8.7	71.6	38.8	75.20
	Barra da Tijuca	74.8	10.4	71.0	31.9	70.42
	Botafogo	63.1	9.2	72.7	39.5	76.48
	Copacabana	50.8	10.3	70.4	43.0	72.94
	Tijuca	61.0	11.4	69.5	38.8	76.75
Estado do Rio de Janeiro		68.1	17.1	66.7	31.0	64.5

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Embora com um elevado percentual de renda do trabalho, a renda familiar per capita do Complexo do Alemão, apontada pelo Censo 2000 era a pior entre as 32 regiões administrativas da cidade, ou seja, 12,5 menor que a maior renda familiar per capita da cidade (Lagoa).

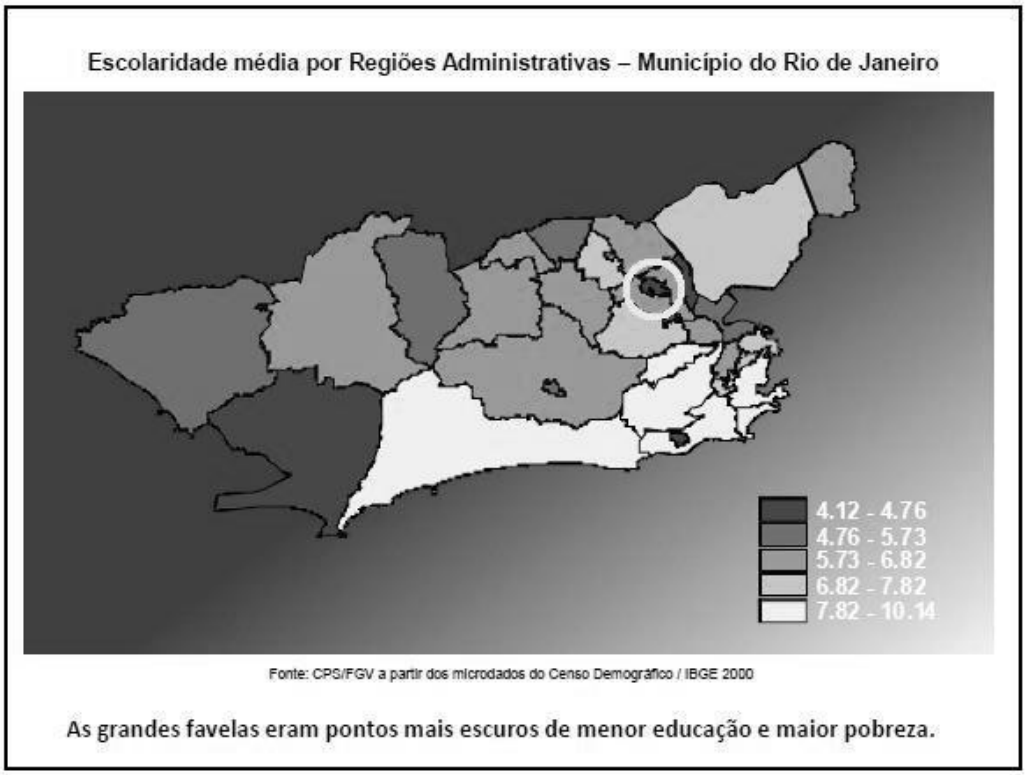
O Censo das Favelas (2009) aponta ainda que o emprego com carteira assinada está em alta nas favelas. Conforme o documento, no Município do Rio de Janeiro 42,8% dos trabalhadores têm carteira assinada. Já na Rocinha, Manguinhos e Alemão são, respectivamente, 65,6%, 55,2% e 52,9%. (p. 7). O Alemão figura como o menor percentual de trabalhadores com carteira assinada. O mesmo Censo das Favelas observou um percentual de 8,35 pessoas desejosas de abrir seu próprio negócio no Complexo do Alemão. Já na Rocinha, este índice cai para 5,51%, conforme mostra o quadro abaixo.



Em relação aos empreendimentos, nas favelas pesquisadas pelo Censo da Prefeitura, a maior parte das empresas é do ramo de serviços, com exceção do Alemão, onde predomina o comércio. Na Rocinha, 18% dos empreendimentos são comerciais, 2% industriais e 80% do setor de serviços. Em Manguinhos, os percentuais são de 27% para comércio, 9% para indústria e 64% para os serviços. No Alemão, a distribuição é 50% para comércio, 46% para serviços e 4% para indústria. No caso do Alemão, é importante registrar que a pesquisa inclui a franja formal do entorno da favela (Censo das Favelas, 2009, p. 8).

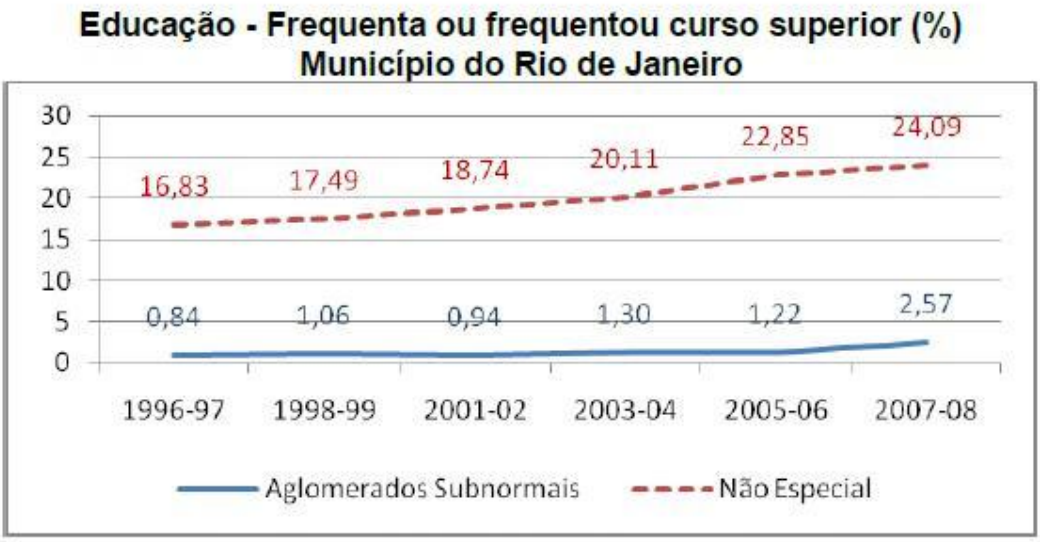
No tocante à escolaridade média, o dado censitário mostra que as maiores favelas da cidade ainda estão bem aquém neste quesito, o que acarretaria uma

série de dificuldades de acesso e oportunidade num mercado cada vez mais seletivo em relação à escolaridade. O Complexo do Alemão encontra-se destacado pelo círculo no mapa abaixo. As áreas mais escuras, conforme a legenda, apresentam os menores índices de anos de escolaridade. Enquanto nas áreas centrais e zona sul, a média é de até 10,14 anos de escolaridade, o Complexo do Alemão situa-se entre 4,12 e 4,76 anos de escolaridade.



De acordo com os dados da PNAD/IBGE, apresentados por Néri (2010), embora o acesso a educação superior tenha triplicado no período 1996 – 2008, o percentual de estudantes nas favelas ainda é bastante díspar em relação ao resto da cidade. Conforme demonstra os dados do quadro abaixo, o percentual de acesso a educação superior nos aglomerados subnormais[54] é cerca de 10 vezes menor do que nas áreas não especiais da cidade.

[54] "Aglomerado subnormal" é um parâmetro atribuído pelo IBGE aos setores censitários fixados com institutos de estatísticas municipais antes do Censo ir ao campo (cf. NÉRI, 2010, p. 20). Conforme Cavallieri (2009), setor censitário "aglomerado subnormal", para o IBGE, corresponde a "favelas e similares", trata-se de "um conjunto construído de, no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas ...), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais" (p. 26).



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

O Complexo do Alemão ocupa, dentre as 32 RA's, a penúltima posição em relação a anos de escolaridade média da população em idade ativa, conforme demonstra o quadro abaixo.

Mapa Social
Subdistritos Cariocas
Ranking pela Educação média da população em idade ativa

Subdistrito	Educação (anos de escolaridade)
Total da UF	7.62
Rio de Janeiro	8.7
Lagoa	11.79
Cidade de Deus	6.75
Jacarezinho	6.27
Maré	5.74
Complexo do Alemão	5.69
Rocinha	5.45

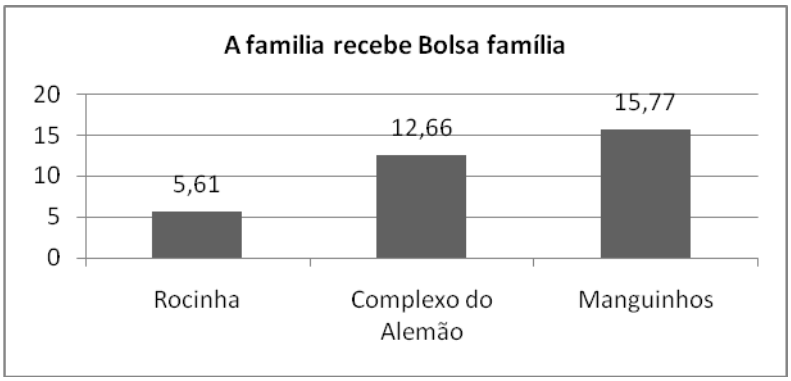
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE

Ainda de acordo com dados do Censo das Favelas (2008/2009), 58% dos empreendedores do Complexo do Alemão ou são analfabetos ou possuem o ensino fundamental incompleto (p.8).

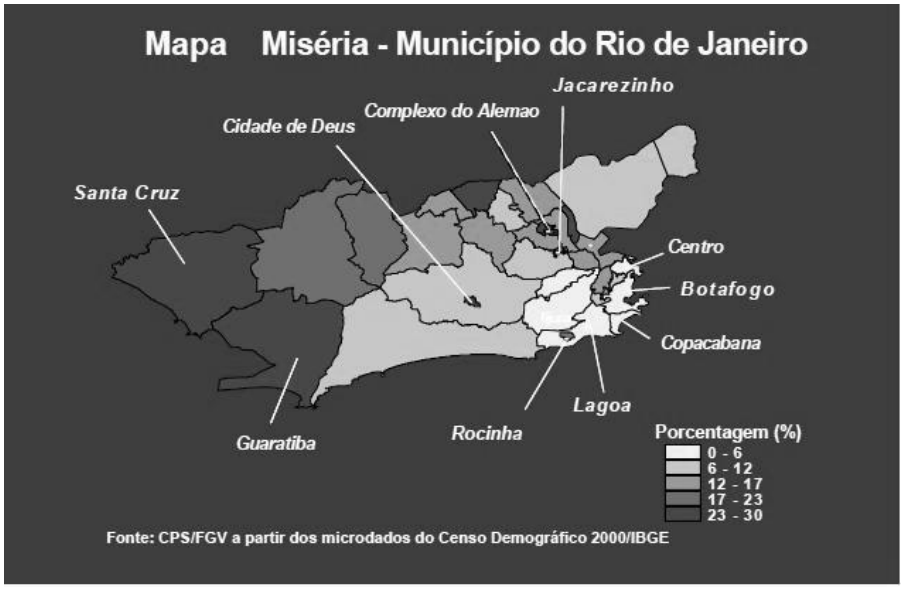
Em relação a serviços públicos no Complexo do Alemão, os avanços são bastante sensíveis, como já abordamos aqui. O quadro abaixo nos mostra isso.

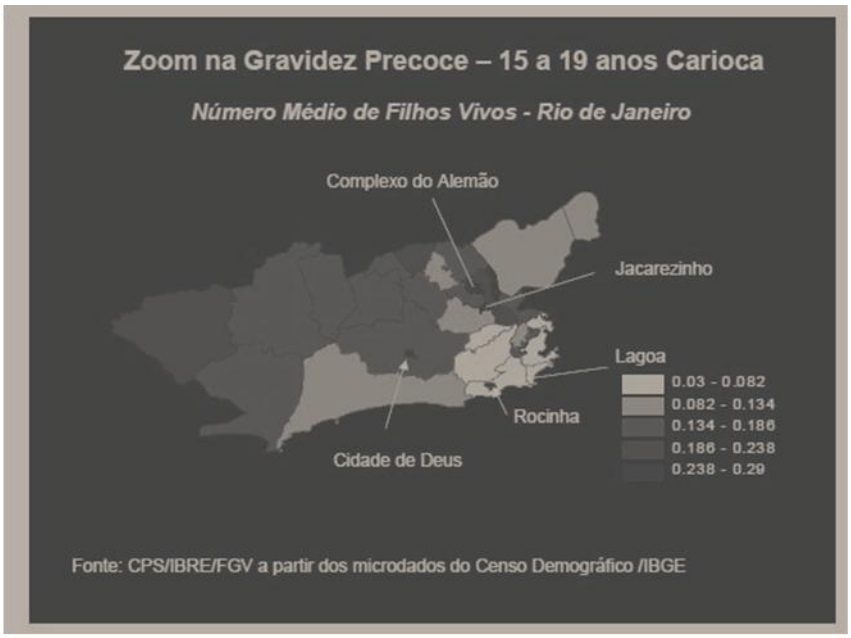
	Serviços e Transferências Públicas Acesso a serviços públicos (%)				Transferências
Subdistrito	**Água rede geral**	**Canalização domicílio**	**Iluminação elétrica**	**Coleta do Lixo**	**% da renda não trabalho**
Cidade de Deus	98.2	98.3	99.1	79.1	25.3
Média das demais 4 favelas	97.7	96.2	99.4	52.4	19.4
Maré	99.5	97.5	99.6	85.0	17.9
Rocinha	95.3	96.4	98.3	10.7	18.0
Complexo do Alemão	97.6	92.9	99.9	48.8	18.2
Jacarezinho	98.5	97.9	99.7	64.8	23.5
UF (Rio de Janeiro)	81.8	92.9	98.9	83.0	31.9
Fonte: CPS/IBGE/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE					

O Censo das Favelas, embora com as limitações que expusemos mais acima, aponta que 12,66% das famílias no Complexo do Alemão recebem ajuda do Programa Bolsa Família, conforme vemos no gráfico abaixo.



Entretanto, o Complexo do Alemão continua perfilando entre as regiões com o maior índice de miséria na cidade, e também o maior índice de gravidez na adolescência, como vemos nos mapas abaixo.





Portanto, o Complexo do Alemão, bem como o seu entorno, a partir dos dados apresentados se mostra como um grande desafio para as políticas públicas, bem como para pesquisadores. As informações anotadas aqui neste último tópico apontam para a forte estigmatização sócio-espacial da região a partir dos indicadores com índices bastante desfavoráveis. De todo modo, ficam evidente as diferenças existentes entre favelas da cidade do Rio de Janeiro, podendo se aproximar em alguns aspectos e se distanciarem em outros.

Embora bastante associado á violência, o Complexo do Alemão, bem como outras regiões mais pobres da cidade se destacou como o lugar do trabalho, das dificuldades de acesso a creche, dos imperativos à sobrevivência que torna a escolarização uma dimensão em segundo plano. O índice de trabalhadores com carteira assinada é demonstrativo de um movimento mais geral na economia nos últimos anos, bem como nos aponta pistas para a compreensão das aspirações da população no tocante ao trabalho livre e protegido, sobre o que veremos nos próximos capítulos.

Entretanto, é preciso considerar que a favela, ou os "aglomerados subnormais", como quer a definição técnica do IBGE, são partes constituintes da cidade. A favela não pode ser definida pela negatividade, pela ausência de moralidade, pela via criminal ou pelo caos aparente. Para Burgos (2005), um aglomerado habitacional transforma-se em "favela" à medida que desenvolve um microssistema sociocultural próprio, organizado a partir de uma identidade territorial, fonte de um complexo de instituições locais que estabelecem interações particularizadas com as instituições da cidade. O conceito de favela ganhou conotações negativas representando o antônimo de cidade e os símbolos ligados a esta como urbanidade, higiene, ética do trabalho, progresso e civilidade[55].

As recentes estatísticas apontam para uma redução da miséria e pobreza no Brasil. Conforme Néri,

> O Brasil é signatário das metas do milênio da ONU cuja primeira e principal meta é reduzir a pobreza extrema à metade entre 1990 e 2015. O Brasil cumpriu essa meta em menos da metade do tempo. Se usarmos a linha de pobreza da Fundação Getúlio Vargas de cerca de 137 reais mensais a preços de hoje, a taxa de pobreza no Brasil cai de 28,82% em 1996 para 16,02% em 2008, neste mesmo período o Rio percorre o sentido inverso tendo a pobreza subido de 9,61 em 1996 para 10,18% em 2008 (2010, p. 32).

Num recorte mais local, temos que a pobreza na cidade subiu de 7,87% para 9,43% nos setores não especiais e as favelas presenciaram uma queda da pobreza de 18,58% para 15,07% no mesmo período. Na perspectiva de Néri (2010), a cidade, então, estaria se tornando menos dividida no quesito pobreza por um duplo movimento: melhora de vida nas favelas e deterioração nos demais setores não-favela (setores não especiais). Parte dessa melhora deve creditar na conta dos

[55] Conforme aponta Maiolino (2008), em sua obra Espaço Urbano, Conflito e Subjetividade, a sociedade reage com as comunidades, "produzindo determinadas formas de subjetivaçao coletiva que resultam em uma apreensão da realidade da favela muito estreita, fragmentada, preconceituosa, repleta de representações desabonadas de seus moradores" (p. 127).

programas sócias, que, como vimos, no Complexo do Alemão, mais de 12% das famílias são beneficiadas.

No entanto, enquanto a miséria na região de Botafogo, Copacabana e Lagoa se aproxima de 4%, no Complexo do Alemão ela atinge o alarmante índice de 29,4% (NÉRI, 2010, p. 35). Embora a renda do trabalho seja determinante nas maiores favelas cariocas, e em especial, no Complexo do Alemão, haveria aí uma convergência causal que mescla a precariedade dos vínculos de trabalho e os baixos rendimentos percebidos pela população.

O período de abundância de oferta de postos de trabalho na região do entorno do Complexo do Alemão conjugava trabalho precário e vínculos estáveis, como em outras regiões da cidade e do país. Todavia, as décadas de 1960 e 1970, se constituíram em um momento de expansão econômica que possibilitou uma relativa mobilidade social ascendente de parcelas da população urbana (LAGO, 2002). Parte dessa mobilidade se deveu à expansão promovida pelo trabalho fabril e industrial, pela oferta de empregos semiqualificados na construção civil e obras públicas, na esfera dos serviços e na possibilidade de uma moradia própria, ainda que sob a condição de posse e ilegalidade do terreno.

Embora, como expressa Burgos (2005), a cidade do Rio de Janeiro só foi “envolvida parcialmente” no industrialismo do tipo fordista, a constituição urbana da região do Complexo do Alemão aponta o quanto a alocação fabril-industrial foi determinante para forjar aquele território e suas particularidades. Neste sentido, as práticas sócio-espaciais contribuem para forjar identidades onde a dimensão simbólica emerge como campos de força no terreno da constituição de hegemonias.

2 TECIDO URBANO E INDUSTRIALIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA O MODELO DE MODERNIZAÇÃO BRASILEIRO

No capítulo anterior pontuei elementos para uma contextualização histórica da região do Complexo do Alemão, e elenquei alguns dados socioeconômicos mais atuais que dessem conta de caracterizar aquele território. No presente capítulo buscarei, como um pano de fundo da compreensão dos fenômenos que circundam o mundo do trabalho, tecer algumas considerações com respeito ao advento da industrialização, das relações de trabalho constituídas sobre esta forma específica de produção, bem como as dinâmicas percebidas no contexto brasileiro. Por fim, busco apresentar algumas reflexões sobre novas configurações de trabalho postas numa época em que se anunciam como de constantes transformações.

Em primeiro lugar, é sabido que os fenômenos no âmbito do trabalho, não modificam apenas as relações entre os sujeitos. Dependendo do nível das mudanças processadas em determinadas regiões, eles podem modificar lugares, cidades e grandes regiões. Uma das mudanças mais presentes, no caso da cidade do Rio de Janeiro, trata-se do esvaziamento industrial percebido desde os anos 1990 (GODINHO, 2008). Tal esvaziamento se processa de modo visível no espaço urbano: as instalações físicas são mais enxutas, as áreas industriais são mais afastadas de aglomerados populacionais, a energia elétrica é utilizada no lugar das antigas fontes de combustão.

Algumas poucas chaminés de tijolo vermelho aparente ainda pontilham o espaço compreendido pelo entorno do Complexo do Alemão no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro[56]. Porém, elas não mais expelem fumaça. Mesmo algumas padarias que utilizavam o forno à lenha na fabricação do pão foram vencidas pela tecnologia da eletricidade e do gás, incorporando necessidades que vão desde um consumo sustentável, à redução de custos de produção. E com isso, suas chaminés foram igualmente “varridas” da “paisagem”. Os registros imagéticos de que temos acesso das cidades que conjugavam intensa urbanização e localização fabril são pródigos em nos mostrar as imensas torres das chaminés, como um monumento, a nos indicar a forte e, talvez, perene presença de um modelo produtivo que marcava a “paisagem”, esta entendida como um “depósito de história”, um produto da prática

[56] Veja o **anexo 2.**

social entre os indivíduos e a realidade material com a qual nos confrontamos e que representam o “acúmulo das expressões e associações culturais que se definem no espaço /.../ e que são a base do ser social das pessoas” (HOLZER, 1999). Hoje pontilham o espaço urbano as torres de televisão, de rádio e de telefonia, como a nos indicar uma nova época marcada pela comunicação e pela tecnologia; tempo fluido, fugidio, a nos exigir que acompanhemos novos ritmos, símbolos e paradigmas.

As intervenções urbanas e a destinação de antigos prédios industriais para finalidades diversas das originais têm suscitado um debate em torno do que vem sendo chamado de “patrimônio industrial”. As intervenções em edificações ocorrem diante de paradigmas que postulam ser o “progresso”, uma evolução linear e hierarquizada a partir da contemporaneidade, ou seja, as evidências históricas e o valor cultural de um monumento assumem lugar subordinado quando o assunto é o desenvolvimento e modernização[57]. O tombamento representa o registro de memória, a preservação de um testemunho histórico e espiritual de dada sociedade e que muitas vezes conflita com interesses contemporâneos ligados aos novos usos da cidade[58]. Portanto, aspectos sociais, ideológicos, políticos, econômicos e urbanísticos contribuem na constituição do espaço.

O novo espaço industrial não depende mais das antigas chaminés de tijolo aparente. Entretanto, ele marcou uma era que durou mais de dois séculos e que respondia, entre outros cognatos, pelo nome de modernidade industrial.

A base do processo de modernização social, fundamentalmente, é caracterizada pelo surgimento da economia do tipo capitalista e pelo Estado moderno. Apesar de o termo modernidade ter sido cunhado no século XIX, a idéia de ruptura a ele relacionada já estava presente desde o início da instauração da moderna sociedade burguesa, no século XVI.

---

[57] As autoras Angela Rodrigues e Mônica Camargo (2010), pontuam, por exemplo, que a cidade de São Paulo vem sofrendo um processo de desaceleração da atividade industrial e todo um patrimônio industrial vem sofrendo ora abandono ora intervenções que terminam por descaracterizar alguns bens tombados. Para as autoras “O patrimônio industrial só passou a ser efetivamente considerado como bem cultural a partir de 1950 na Inglaterra, quando importantes testemunhos foram demolidos. Nesse contexto, os movimentos para a valorização e preservação do patrimônio industrial relacionaram-se ao campo disciplinar denominado ”arqueologia industrial" cujo objetivo é estudar as mudanças sociais, econômicas, e culturais a partir da interpretação das evidências materiais do vasto legado industrial, que envolve conjuntos edificados relacionados com a extração de matéria prima, processamento, produção, armazenamento, transporte, produção energética, dentre outros” (p.148).

[58] Veja o **anexo 3** que mostra como o Shopping Nova América (local em que funcionou a Companhia Fabril Nova América entre 1925 e 1991) ficará após as obras de ampliação dos conjuntos edificados. Ou seja, o que restou do prédio da antiga indústria será literalmente “engolido” pela nova arquitetura.

Em relação ao trabalho, nas sociedades pré-industriais, há uma indissociabilidade entre meios e fins, ou seja, não se separa o trabalho de seus fins e, portanto, da vida em sua totalidade. Rituais, festas, trabalho e ócio dividem o mesmo espaço. Na sociedade pré-industrial um mesmo espaço serve para o desenvolvimento da vida familiar, para as atividades de consumo e ócio e para as funções produtivas[59]. Mesmo entre os nômades, que leva sua casa para onde está o seu trabalho, ou o caçador-coletor que vive dos recursos que o rodeiam, as atividades produtivas conjugam-se com as demais dimensões da vida, tornando-as uma unidade[60].

Diferente disto, o que sucede nas sociedades manufatureiras e industriais é uma gradual e profunda separação entre as dimensões que compõe a existência, tal qual aquela vivida pelas sociedades pré-industriais. A fábrica capitalista pretende-se impessoal, anônima, desvinculada de práticas sociais de reprodução da vida. E, portanto, a busca por apreender a teia de relações aí engendradas representa a compreensão histórica de que a sociedade industrial e contemporânea implicou em repercussões na subjetividade dos indivíduos e em seus vínculos sociais (SEVERIANO ; ESTRAMIANA, 2006, p. 17).

A sociedade industrial e urbana busca separar os espaços de trabalho e de moradia. As vilas operárias, no caso brasileiro podem representar uma tentativa de aproximação dessas dimensões, entretanto com características paternalistas ou de controle do conjunto dos trabalhadores (HARDMAN ; LEONARDI, 1990).

Dialogo aqui com o trabalho de Kuenzer (1986), para a qual a sistemática cisão entre atividades produtivas e reprodutivas opera-se de acordo com uma

---

[59] Enguita adverte, todavia, que este espaço não era inteiramente homogêneo, pois podia, por exemplo, estar dividido para homens e mulheres, apresentar zonas veladas aos não adultos, oferecer uma diferenciação estrita entre espaço público e espaço privado ou compreender subespaços especiais destinados aos rituais sociais. Mas o essencial na vida ativa das pessoas, a produção de seus meios de vida e a reprodução de suas vidas – a produção e o consumo – é levado a cabo em um mesmo e único lugar, seja a casa familiar ou o espaço comunal (ENGUITA, 1989, p. 8).

[60] Embora não tenhamos a intenção de bifurcar aqui, deve-se, todavia, considerar a existência de modelos societários onde o trabalhador não é dono tampouco de seu próprio corpo, como nas relações de escravidão, para evitar cairmos na tentação romantizada de uma história isenta de conflitos e de poderes que limitam o trabalho na sua dimensão efetivamente ontológica. Os prisioneiros tornados escravos na Grécia são um exemplo disso; e ainda a servidão durante a Idade Média podem nos fornecer alguns elementos para evitar o risco de simplificações. Conforme o sociólogo Mariano F. Enguita, “”na sociedade pré-capitalista não estavam ausentes formas de trabalho em que não havia controle por parte dos trabalhadores, desde um setor dos escravos até os galeotes, mas a forma predominante, de longe, era o trabalho autônomo – embora este estivesse submetido a confiscos sobre o produto -, ou então o trabalho forçado, mas sob tais condições tais que o trabalhador continuava controlando o processo” (1989, p. 20).

“pedagogia da fábrica”[61]. Nesta acepção, o processo de educação do trabalhador, que se dá, entre outros lugares, nas relações de produção, ocorre através de um processo contraditório, onde se observa momentos de educação e também de deseducação, de qualificação e de desqualificação, e, portanto, de humanização e desumanização (p. 11). O novo sistema produtivo, industrial, moderno,

> Ao mesmo tempo em que revolucionou os métodos de organização do trabalho, a heterogestão trazida pelo novo modo de produção que se iniciava, o capitalista, revolucionou as formas de educação para o trabalho; à medida que a maquinaria substituiu o artesão, o aprendizado longo de um trabalho completo foi sendo substituído por um aprendizado cada vez mais fragmentado de uma tarefa parcial (KUENZER, 1986, p. 25).

Se as relações sociais e técnicas de produção são processos de educação do trabalhador e, se no modo de produção capitalista estas relações se caracterizam pela divisão e heterogestão, encontra-se aí, no processo de trabalho assim constituído, o fundamento de uma *pedagogia do trabalho capitalista*. Embora a industrialização não tenha sido um fenômeno homogêneo no mundo ocidental, concordo com Severiano e Estramiana para os quais “novas formas societárias implicam sempre a gestação de novos modos de organização da identidade – e de que cada sociedade estimula aqueles traços de personalidade mais adequados à sua manutenção” (2006, p. 17).

A emergência da sociedade industrial trouxe consigo, não apenas uma reorganização do trabalho humano como ainda se constituiu no terreno de muitas – e antagônicas – visões com respeito ao trabalho na vida social. Em flagrante contraste e choque com as sociedades pré-industriais, a nova ordem serviu como objeto de estudos e análises de vários pensadores do século XVIII e XIX. A perspectiva de leitura do fenômeno industrial como um elemento fundamental na organização social fez surgir um acúmulo de estudos e teorias sociais que passam desde as evidências das virtuosidades daquele modo de organização do trabalho, a uma perspectiva de

---

[61] Para a autora a pedagogia capitalista, num duplo processo, calcado na contradição, ao mesmo tempo em que conforma e disciplina o trabalhador, transformando sua força de trabalho em mercadoria, educa-o também para enfrentar essa dominação. Conforme a autora, “à medida que esse trabalhador aprende a fazer frente às formas de disciplinamento impostas pelo capital, este vê-se forçado a rever seus modos de ação, criando novas formas de dominação. É no bojo desse processo pedagógico, o qual permeia as relações de produção, que vão sendo gestadas novas formas de organização do trabalho, novos padrões de relação, novas exigências de qualificação, novas ideologias. Estas formas, se representam movimentos de refuncionalização do modo de produção capitalista, também contém germes de sua superação, na medida em que, por meio delas, os trabalhadores vão aprendendo a se organizar, a reivindicar seus direitos, a desmistificar as ideologias, a dominar o conteúdo do trabalho, a compreender s relações sociais e a função que nelas desempenham” (p. 11).

subordiná-lo à necessidade de emancipação humana. Destaco brevemente aqui alguns desses estudos, a saber:

Vivendo em uma época de plena expansão da grande indústria no contexto europeu, Emile Durkheim (1858-1917), elabora sua teoria de divisão social do trabalho (DURKHEIM, 1988). A indústria moderna é um componente central desta divisão. Diferente da solidariedade mecânica, Durkheim aponta que a solidariedade orgânica é um estágio do desenvolvimento avançado de leis restituitivas, ou seja, visam, a partir de sanções, reordenar o bom funcionamento do organismo social[62]. Desse modo, o direito comercial, o direito constitucional e administrativo são exemplos de um aparato que está na base da manutenção desta sociedade. O trabalho é, portanto, o elemento central de coesão social, na medida em que ocorre diferenciação e ao mesmo tempo uma interdependência entre os membros dessa sociedade.

Nesta acepção, a divisão social do trabalho refere-se a um aspecto que traria a normalidade, a harmonia social, a fuga da anomia, na medida em que daria sentido às ações dos homens, restabelecendo a solidariedade social em meio a uma sociedade plena de conflitos.

Outro autor que situa suas análises também sobre o curso do desenvolvimento do capitalismo e buscou explicar a gênese da sociedade industrial foi Max Weber (1864-1920)[63]. Ele debruça seu olhar para as sociedades industriais mais desenvolvidas à época, sobretudo os Estados Unidos. Em sua análise sobre a

---

[62] No caso da *solidariedade mecânica*, Durkheim aponta que elas são próprias das sociedades simples (ou ainda segmentares), em que há uma forte integração dos indivíduos e, dado o pouco contato com outros grupos, há uma manutenção própria de seu modo de viver. A semelhança entre os indivíduos mantém a unidade do grupo. A coesão desta sociedade, em Durkheim, é sustentada pela repressão, pelo castigo, que tem a função – não de causar temor, ou amedrontar – mas de dar satisfação à consciência coletiva atingida pelo ato criminoso, desviante, de um indivíduo. Como Durkheim está preocupado com a questão da coesão social, tece um paralelo entre a sociedade e um organismo vivo. Para ele, a *solidariedade orgânica*, tal qual a complexidade dos organismos vivos, é observada nas sociedades modernas. Os indivíduos se diferenciam a partir das diferentes funções que desempenham na divisão social do trabalho. Ou seja, para ele, esta divisão tem um papel central na manutenção de uma sociedade moderna A divisão social do trabalho emerge, para o autor, num contexto onde o crescimento populacional e suas demandas não são mais passíveis de controle.

[63] Os diferentes graus de desenvolvimento das nações católicas e protestantes foi elemento empírico que leva Weber à sua empreitada na Ética Protestante. O que teria levado essas nações protestantes ao maior desenvolvimento? E Weber responde, na tentativa de analisar a questão: “Resta, por outro lado, observar o fato de os protestantes (especialmente certos ramos do movimento /.../), quer como classe dirigente, quer como subordinada, tanto em maioria como em minoria, terem mostrado uma especial tendência para desenvolver o racionalismo econômico, fato que não pode ser observado entre os católicos em qualquer das situações citadas. A explicação principal de tais diferenças deve, pois, ser procurada no caráter intrínseco permanente de suas crenças religiosas, e não apenas em suas situações temporárias externas, históricas e políticas” (WEBER, 2006, p. 40).

ética protestante (2006), o trabalho, que durante séculos foi a representação do castigo, imposição divina, de acordo com Weber, para o protestante, ele é fonte de vocação, da demonstração da eleição do fiel ao reino de Deus. A obra de Weber expõe a relação existente entre o ascetismo protestante mundano e a hegemonia deste sobre as mentes e as ações do homem econômico (MITZMAN, 1969).

Conforme o autor, as sociedades industriais desenvolvidas nasceram cimentadas sobre o *ethos* do trabalho. A maior disposição para a acumulação, nas análises de Weber, passa a compor a autodisciplina, a abnegação (não mais como dádiva e vocação propriamente religiosa), necessárias ao desenvolvimento do capitalismo. Nas palavras de Sennett:

> Na opinião de Weber, a maior disposição para poupar do que gastar passou do protestante para o capitalista como um ato de autodisciplina e autonegação. Essa mesma passagem deu origem a um novo tipo de caráter. É o homem motivado, decidido a provar o seu valor moral pelo trabalho ((2005, p. 125).

A tese de Weber, portanto, acentua a motivação à formação de um ethos do trabalho ancorado na idéia puritana e nos diz que num dado momento do desenvolvimento do capitalismo, este já não necessitava estar ancorado naqueles comportamentos ou valores. Resta, pois, no capitalismo um elemento fundamental - não apenas no capitalismo, como em toda a cultura moderna – que é a conduta racional baseada na idéia de vocação. Weber acredita na consolidação do capitalismo e indica certa inexorabilidade: “hoje, o espírito do ascetismo religioso – quem sabe se definitivamente – fugiu da prisão. Mas o capitalismo vitorioso, uma vez que repousa em fundamentos mecânicos, não mais precisa de seu suporte” (WEBER, 2006, p. 135).

O desenvolvimento da vida econômica racional da burguesia, em Weber, se fundamentou nas concepções puritanas presentes a partir do século XVI na Europa. Conforme Sennett, o desenvolvimento deste tipo de vida foi o berço do homem econômico moderno (2005, p. 130).

Igualmente voltando seu olhar para a sociedade industrial, Karl Marx (1818 – 1883), buscou analisar o capitalismo e suas relações com a totalidade social, considerando, todavia, a possibilidade histórica dos trabalhadores assumirem a produção, de forma livre e associada.

Opondo-se, portanto, ao otimismo de Durkheim em relação à divisão social do trabalho, Marx aponta que aquela divisão trouxe, na verdade, conseqüências

negativas a muitos, dependendo de seu lugar na produção. A idéia da especialização dos trabalhadores trouxe uma parcelarização do trabalho e, portanto, a perda do controle sobre o processo e o produto. Tendo o acesso aos meios de produção e o domínio da técnica, o trabalhador gozava de maior autonomia sobre o valor de seu trabalho. Todavia, na medida em que este processo e a propriedade dos meios de produção lhe são negados, ocorre um afastamento da compreensão do processo produtivo em sua completude, o trabalhador fica alienado do produto de seu trabalho e passa, por fim, a vender sua força de trabalho a outros. Em Marx, a divisão social do trabalho, se dá em benefício dos burgueses, uma vez que há extração de mais-valia e, portanto, aumento do sobretrabalho. A divisão social do trabalho em Durkheim, entendida enquanto o processo de solidariedade orgânica é vista por Marx enquanto a causa da alienação do homem em todos os aspectos da vida seja em relação à natureza, à sociedade ou ao outro. A capacidade criacional do homem, realizada com prazer e arte, passa a ser uma atividade mecânica, parcelar e distante da possibilidade de independência e autonomia.

Para Marx (1982, Cap. V), o trabalho, enquanto uma atividade essencial e exclusivamente humana difere, pois, da ação que outros animais realizam à sobrevivência. Na configuração geral que o trabalho assume na sociedade capitalista, todavia, esta atividade humana torna-se apenas a criação de mercadorias, de valores de troca, expropriando o trabalhador – o homem – do produto de seu trabalho, bem como de sua concepção. O homem aí funde-se às mercadorias e transforma-se ele mesmo numa mercadoria a ser vendida no mercado, detendo apenas a sua força de trabalho. Em Marx o trabalho é identificado como uma relação social que os homens estabelecem na produção de sua existência.

As condições da produção e reprodução da vida social ocorrem predominantemente por intermédio do trabalho e na luta pela existência. No processo de acumulação capitalista, que teve acentuado seus contornos após a revolução burguesa de fins do século XVIII e o advento da maquinaria – enquanto uso, abuso e expulsão da mão-de-obra de contingentes de trabalhadores, o trabalho assume formas que distanciam o homem de suas reais potencialidades. Sendo assim,

> Em suma, o trabalho que é ação dirigida com o fim de criar bens úteis, valores de uso, forma de apropriar-se dos elementos da natureza para satisfazer necessidades humanas, condição do intercâmbio entre homens e natureza, condição do próprio devir humano – aparece sob a determinação social e histórica de trabalho abstrato, um trabalho separado dos sujeitos – força de trabalho, mercadoria (FRIGOTTO, 1983:40).

No contexto europeu dos séculos XVIII e XIX a expressão dessa separação trabalho-homem se deu através, inicialmente, do que Marx chamou de subsunção formal e, logo após, a subsunção real do trabalho no capital[64]. Ocorrendo em seguida a conjunção das duas no processo de produção e valorização do capital. A extenuante carga horária de trabalho praticada nas fábricas e manufaturas, bem como o incremento das máquinas e a conseqüente redução de quadros de trabalhadores são alguns dos aspectos que delineiam aquele momento (NOGUEIRA, 1993).

2.1 **Indústria e Fordismo: padrão de desenvolvimento e crise do Estado social**

A grande indústria, o trabalho em massa, estava em franco crescimento ao final do século XIX no contexto ocidental. Frederick Taylor, o psicólogo industrial, juntamente com a organização de Henry Ford, no início do século XX, terminaram dando nome a um paradigma produtivo e social que marcou o século passado.

O “fordismo-taylorismo” representou não apenas um modelo produtivo, mas uma forma específica de organização social da produção (GRAMSCI, 2001). A indústria aí é configurada como a locomotiva de um modelo, não apenas produtivo ao nível da criação e mercadorias e de valor, mas como dotado de uma sociabilidade particular que implicaria na equação entre emprego industrial e modernidade. Nesta, a iniciativa do trabalhador, a participação ativa da inteligência sucumbiria ante a gerência científica que acirrava a separação entre concepção e execução. Foi necessário, neste modelo, desenvolver no trabalhador os “comportamentos maquinais e automáticos” reduzindo as operações mais

---

[64] O que Marx chama de *subsunção formal* era definido como a extração da mais-valia absoluta através do sobretrabalho; neste caso, o trabalhador foi “convertido de trabalhador independente para trabalhador assalariado /.../ arrancado da esfera doméstica e destituído dos meios de produção” (ENGUITA, 1989:15) e, com isso, o capitalista passa a “supervisionar diretamente a intensidade do processo de trabalho ou prolongar a jornada de trabalho” (idem). A *subsunção real* era, então, a ampliação da mais-valia através do uso da maquinaria; aí, o trabalhador perde o total controle sobre o processo de trabalho, agora organizado eficazmente pelo capitalista, incrementado pelo uso da maquinaria. Ocorre, daí, uma superexploração do trabalho e a extração do que Marx chamou de mais-valia relativa, podendo até haver redução da jornada de trabalho, no entanto, permanecer ou aumentar a produção. No entanto, abre-se a possibilidade – o que é mais comum – do capitalista extrair a mais-valia absoluta e também relativa.

complexas em tarefas parcelares, rotinizadas e simples. A especialização no processo de trabalho, na acepção fordista-taylorista, ofereceria facilidades aos operários, na medida em que exigiria pouco esforço do pensamento.

O fordismo coloca-se no interior da segunda onda de transformações industriais caracterizada pelo nascimento da energia e dos motores elétricos, da química orgânica, dos produtos sintéticos, do motor de combustão interna, da indústria de precisão e da produção em linhas de montagem (RODRIGUES, 1998, p. 50). Taylor estabeleceu em fins do século XIX, três princípios, os quais deveriam nortear a gerência científica (ou racional) do trabalho: (i) princípio da dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores; (ii) princípio da separação entre concepção e execução; e (iii) princípio da utilização do monopólio do conhecimento sobre o processo de trabalho e sua execução (RODRIGUES, 1998) . Se Taylor não abarcava os aspectos tecnológicos do trabalho, coube a Ford desenvolver tais dimensões. Este, por sua vez, passa a desenvolver na primeira década do século XX a moderna produção em massa. O trabalho simplificado e fragmentado, a divisão do trabalho, a produção em série, a linha de montagem de fluxo contínuo (na qual os trabalhadores permaneciam parados e os automóveis, no caso da indústria de Ford, deslocavam-se até eles) são aspectos fundamentais no fordismo. Conforme Rodrigues, “de uma maneira geral, dado o alto grau de especialização e simplificação dos postos de trabalho, a qualificação profissional dos operários montadores reduziu-se a alguns minutos de treinamento na linha de montagem” (RODRIGUES, 1998, p. 51).

Conforme Harvey “um sistema particular de acumulação pode existir porque seu esquema de reprodução é coerente” (1992, p. 117). Para a subsistência de um sistema é preciso fazer com que os comportamentos dos indivíduos assumam alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. A materialização de um regime de acumulação “toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantem a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação”[65] (HARVEY, 1992, p. 117).

[65] Harvey aponta que um regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados.

O fordismo é apresentado por Sennett (2005), como a síntese histórica do trabalho rotinizado, visto por Adam Smith (em “A Riqueza das Nações”, de 1776), como algo que “embotava o espírito”. O enciclopedista Diderot (século XVIII), citado por Sennett, descreve uma fábrica de papéis na França, “de aparência atraente, e até mesmo elegante”, exaltada por sua separação entre o ambiente familiar (da casa) e do local de trabalho, vista, por sua vez, por Diderot como algo bastante positivo. Sennett resume a descrição de Diderot sobre a fábrica:

> O que nos mostram do lado de dentro é também positivo: reina a ordem. Fazer polpa de papel era, na verdade, durante o século dezoito, uma operação caótica e malcheirosa; os trapos usados muitas vezes eram retirados de cadáveres, e depois apodrecidos em cubas durante dois meses, para decompor as fibras. Em L’Anglée, porém, os pisos são imaculados, e nenhum trabalhador parece à beira do vômito. No aposento onde as fibras são transformadas em polpa pelas marteladas de uma prensa – a mais sujas de todas as atividades – não há nenhum ser humano. No aposento onde ocorria a mais astuta divisão do trabalho, a polpa retirada e prensada em finas folhas, trabalham três artesãos com a coordenação de um balé (p. 37).

Conforme o relato, o segredo desta ordem industrial estava em suas rotinas precisas: a fábrica era um local onde tudo tem o seu lugar e todos sabem o que fazer. E Smith, conforme descreve Sennett, dizia que a separação de casa e trabalho, como não havia nas sociedades artesãs e manufatureiras, “é a mais importante de todas as modernas divisões de trabalho” (p. 40). Somando-se a esta separação as tarefas rotineiras, especializadas, os seres humanos, para Smith, perdem o controle sobre seus próprios esforços, idéias que Marx acolherá em seus estudos sobre a expropriação, alienação e mais-valia.

A fábrica de Henry Ford, no início do século XX, substantivou uma era de produção industrial rotinizada, especializada, hierarquizada e espacialmente concentrada cujas bases já haviam sido lançadas bem antes dele.

Em Gramsci (2001), realiza uma análise das condições de consolidação deste modelo como regulador e organizador não apenas do processo de produção, mas de todos os setores da vida. Para o autor, o “fordismo”, somado ao que ele chama de “americanismo”, uma vez que este modelo fecundou e floresceu de modo quantitativo e qualitativo no contexto americano, é visto como a organização, por excelência de uma economia programática. Gramsci identifica focos de resistência na Europa, em especial na Itália, frente ao emergente modelo produtivo. Analisa, então, em seu texto “Americanismo e Fordismo”, a situação da estrutura

demográfica européia. Para o autor, tal estrutura representava a contramão de um novo *ethos* em ascensão.

Para Gramsci, a "tradição", a "civilização" européia comportava "classes criadas pela riqueza" e pela "complexidade" da história passada. Em suas palavras, tal história "deixou um grande número de sedimentações passivas através de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade fundiária, do comércio de rapina e do exército". Para Gramsci, quanto mais antiga é a história de um país, "tanto mais numerosas e gravosas são essas sedimentações de massas ociosas e inúteis que vivem do 'patrimônio dos avôs', destes pensionistas da história econômica" (p. 243).

Entretanto, o avanço do capital industrial começa desenhar muito depressa novos modelos de relações econômicas entre os Estados, que vai, conseqüentemente, provocar pressões naqueles países mais resistentes ao modelo de economia programática. Na concepção gramsciana, o fordismo teria caído "como uma luva" nos Estados Unidos, pelo fato da inexistência de classes numerosas sem função, as classes que ele chama de "parasitárias", criadas pela riqueza e pela renda da terra na Europa (GRAMSCI, 2001, p. 243)[66].

Dentre as estratégias daquele modelo produtivo que acentuava cada vez mais seus contornos, uma delas era uma busca pela regulação da vida privada do operário. Começa-se a definir padrões que atenderiam as necessidades da esfera da produção do tipo fordista. O proibicionismo, o controle da vida afetiva e sexual do indivíduo (também presente na "Ética Protestante..." de Weber), são aspectos a destacar aí. A formatação nos padrões de ordem, exatidão, precisão de ritmos produzirá o que Gramsci vai chamar de *segunda natureza*. Com respeito a isto, o autor comenta o corolário Taylorista:

> Taylor se expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (2001, p. 266).

[66] Em outra perspectiva, Weber (2006), vai desenhar algumas características éticas presentes no desenvolvimento da racionalidade industrial capitalista ocidental, apontando que Europa e Estados Unidos da América palmilharam caminhos semelhantes, considerando que a conduta racional baseada na idéia de vocação, teria seu germe no ascetismo cristão protestante. Para este autor, no entanto, "quando o ascetismo foi levado para fora das celas monásticas, se fez introduzir na vida cotidiana e começou a dominar a moralidade laica, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica" (p. 135).

Sennett destaca que Frederick Taylor, “acreditava que a maquinaria e o projeto industrial podiam ser imensamente complicados numa grande empresa, mas não havia necessidade de os trabalhadores compreenderam essa complexidade”. Alias, para Taylor, “quanto menos fossem distraídos pela compreensão do projeto do todo, mais eficientemente se ateriam a seus próprios serviços” (SENNETT, 2005, p. 45).

Para Ford e Taylor, a especialização ofereceria facilidades aos operários, “exigiam pouco pensamento ou julgamento” (SENNETT, 2005, p. 45). Na verdade, não faltaram resistências a este modelo: “os trabalhadores mostraram um vasto repertório de técnicas para sabotar os estudos de tempo-movimento, e na verdade ignoraram as especificações de métodos e processos sempre que atrapalhavam ou entravam em conflito com seus próprios interesses” (NOBLE, apud SENNETT, 2005, p. 46).

No final das duas primeiras décadas do século XX, no entanto, o mundo assistiu a uma crise sem precedentes. Aquele padrão de acumulação viu o acirramento de suas contradições internas, em especial marcadas pela crise de acumulação, e pela redução das taxas de lucro advindas com a gradual redução no poder de compra de grande parcela da população, em especial, nos países onde primeiramente aquela economia programática se desenvolveu. Nos países de industrialização tardia, como o Brasil, a referida crise catapultou, no entanto, uma fase de desenvolvimento industrial que já vinha sendo tecida em décadas anteriores.

Aquela crise, no contexto mundial, anunciou um momento novo no que diz respeito à necessidade da instauração de um modelo que respondesse pela retroalimentação do capital, tendo representado um enorme racha nas estruturas do capitalismo. As contradições foram aprofundadas quase anunciando o seu fim. A assim chamada Grande Depressão, em 1929, joga milhares de trabalhadores do mundo nas ruas e assiste-se a falências de empresas, queda do PIB em vários países, as instituições políticas se vêem ameaçadas.

No abalado cenário torna-se urgente uma tentativa de reanimação do capital, ao que Oliveira (1998) vai denominar como o esforço do Estado em manter o “pleno vapor” do capital em seu rumo de “padrão de financiamento público da economia capitalista”.

Este *padrão* teve entre seus principais mentores o inglês John Maynard Keynes, que defendia uma intervenção do Estado na oxigenação da economia através dos gastos sociais[67]. Sua teoria, publicada em 1936 no livro "Teoria geral do emprego, do lucro e da moeda", recomenda, em função da crise do capitalismo após a Grande Depressão de 1929, a intervenção do Estado na economia. Este, através de investimentos públicos, deveria garantir direitos sociais como transporte, saúde, seguro social, educação, habitação, entre outros.

Além disto, o *Estado Previdenciário-Militar*[68] ocupou-se do incremento de um aparato infra-estrutural que perpassam recursos para ciência e tecnologia, subsídios para a produção, militarização, sustento da agricultura e do mercado financeiro, entre outros (OLIVEIRA, 1998, p.20). Esse modelo ficou conhecido, no contexto americano, como *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social). Seguiu-se, em especial nas décadas pós-Segunda Guerra Mundial uma euforia social causada pela intervenção estatal, em especial nos países centrais.

Na direção da compreensão das mudanças e desgastes produzidos por aquele modelo, Antunes (1997) ressalta que o quadro crítico iniciado a partir dos anos 1970, tratou de revelar os limites do padrão de acumulação taylorista/fordista. Segundo o autor, esta crise fez com que o capital, conforme vimos, “implantasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar o seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho” (p. 47). Um novo modelo produtivo e de relações de trabalho haveria que se implantar, portanto, de modo que respondesse pelas demandas na esfera da produção.

O padrão de acumulação fordista/taylorista respondeu por uma fase histórica do capitalismo em que seu correspondente político era o modelo de Estado intervencionista, regulador, previdenciário, conforme apontado. Este modelo de acumulação visava a produção e o consumo em massa, e a necessidade da criação

---

[67] Oliveira (op. cit.) relaciona os seguintes gastos sociais promovidos pelo Estado num modelo de intervenção proposto por Keynes: “medicina socializada, educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego, os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo” (p.20).

[68] Nos Estados Unidos, a prioridade foi criar um Estado militarizado para competir com o “fantasma comunista” da União Soviética (BEHRING, 2002). Anderson (1995) denomina este modelo neoliberal de “Keynesianismo militar”, numa alusão ao total controle da industria bélica por parte do Estado americano.

de um trabalhador de novo tipo, e um novo tipo de homem e, consequentemente, novos métodos de trabalho (GRAMSCI, 2001).

O longo período de expansão do pós-guerra que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e que esse conjunto pode com razão ser chamado de “fordista-keynesiano” (HARVEY, 1992, p. 119).

Esta conjunção garantiria, senão a efetividade, mas a possibilidade de uma sociedade de pleno emprego, uma vez que atrelado a isto estava a produção e o consumo massivo. O Estado aí cumpriria uma função reguladora de retroalimentação do capital através dos gastos sociais, representando, entre outros, pelos salários indiretos. Desta forma, o conjunto da população estaria resguardado através de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Todavia, manter este conjunto de direitos acabava onerando o capital e reduzindo as taxas de lucro.

Portanto, o eixo fordismo-keynesianismo forjou uma concepção de trabalho assalariado, livre e protegido, dentro da organização urbano-industrial, tomado como um modelo que tendia a se universalizar não apenas como uma forma de produção de riqueza, mas ainda como um meio de reprodução social.

O sociólogo francês Robert Castel, discutiu a “questão social”, enquanto fraturas em uma ordem que se pretende inclusiva, integradora, porém que ameaça aqueles que apresentam dificuldades de se integrarem, estando, assim considerados numa linha de vulnerabilidade, de “desfiliação”. Nas palavras do autor “a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto dos dispositivos para promover sua integração” (CASTEL, 2005, p. 31).

Na fase do capitalismo do século XX, em especial aquela definida pelo fordismo-keynesianismo, o Estado, denominado “Estado social”, possuiria importância fundamental na estrutura do capital na medida em que se converta num agente amortecedor das crises, ou na tentativa de supressão do pauperismo. Para Castel, uma combinação se torna essencial nesta equação, a saber, a sociedade salarial foi possível em face do crescimento econômico e do Estado de bem-estar social, onde a intervenção do Estado não ocorre apenas na economia, como agente produtor de bens, mas ainda como produtor de consumidores, a partir da garantia do salário.

Em Castel (2005), a relação salarial instaurada pela moderna indústria em conjunção com o Estado social, se constitui num elemento central da construção de uma identidade social operária, sendo aí o salário compreendido como uma porta de acesso para a cidadania; ou seja, o salário converte-se, nesta sociedade, num símbolo de acesso, de integração e inclusão social, representando ainda o acesso a bens e serviços oferecidos por aquele Estado. Entretanto, para o autor, o desenvolvimento daquela sociedade salarial aporta-se na conciliação entre a desigualdade produzida pelo capitalismo e a promoção do bem-estar social. As identidades sociais são demarcadas pelo consumo que estabelece diferentes posições sociais. Para Cocco, as características fundamentais do fordismo "se resumem, por um lado, no alto nível de autonomia da classe operária e, por outro lado, no simultâneo incremento de composição orgânica do capital e dos ganhos de produtividade" (2001, p. 73). O cerne do mecanismo fordista encontra-se na dinâmica dos ganhos de produtividade, da qual depende o crescimento simultâneo e interdependente, da acumulação e dos salários reais. "São as formas institucionais de regulação da relação salarial que qualificam as tarefas do Estado regulador-intervencionista" (COCCO, 2001, p. 65).

Os aspectos relacionados ao modelo de acumulação[69] fordista-taylorista, bem como o padrão de intervenção do Estado como guardião de uma ordem social que garanta a reprodução do capital visto até aqui desenham com nitidez o caminho das sociedades que estiveram no centro das transformações advindas com a industrialização e a modernidade. As cidades latino-americanas que tiveram o seu desenvolvimento atrelado às metrópoles desde o século XVI fizeram uma caminhada distinta daquelas cidades européias, embora tendo como horizonte os ganhos sociais, políticos e econômicos que vicejaram em maior ou menor grau nos países centrais.

[69] Conforme já mencionei, um "regime de acumulação" caminha junto a um "modo de regulamentação social e político", nas palavras de Harvey (1992). Cocco, na mesma linha, ressalta que "o fordismo qualifica-se, portanto, pela articulação entre um regime de acumulação (taylorista) e um modo de regulação da repartição dos ganhos de produtividade. É este último que explicita e valoriza a ambivalência dos salários como fatores de custo e vetores de demanda" (2001, p. 64).

2.2. **Do cheirinho de café à substituição de importações: germes da indústria no Brasil**

O desenvolvimento industrial ou a modernização da produção no contexto europeu não se deu de forma homogênea; tampouco o seria em relação a contextos nacionais distantes política e economicamente daqueles países centrais.

No Brasil, o moderno espírito industrialista encontrou severos obstáculos quando a Europa, cenário exposto mais acima, estava se desenvolvendo a pleno vapor (literalmente!). A metrópole portuguesa ainda no final do século XVIII proibia a existência da manufatura no Brasil, uma vez que tal iniciativa poderia afetar o comércio lusitano[70]. A produção fabril no contexto brasileiro até princípios do século XIX era marcadamente frágil. O consumo era limitado, entre outras razões, diante de uma população constituída de cerca de um terço de escravos (LUCA, 2001, p. 14). A partir da vinda da corte portuguesa (1808) ocorrem mudanças nas relações instauradas a partir de uma nova institucionalidade política e econômica, da qual destacam-se a abertura dos portos às outras nações, o incentivo à incipiente indústria, a criação de uma nova rede urbana na capital, a criação de bancos e a ampliação das forças militares no país. Em 1830, o Brasil passa a ter "cheiro de café": o produto ocupava o primeiro lugar na lista das exportações. Cabe aqui o destaque em razão de que nos anos iniciais do século XX, a produção brasileira de café, representava 75% da participação mundial do produto (LUCA, 2001, p. 15). Entendemos, portanto, que o produto foi o responsável por uma cadeia produtiva que não apenas movimentou a economia do Império, como ainda serviu de elemento fundamental para o povoamento das regiões de interior e a construção de uma malha ferroviária que teria um papel bastante central na urbanização de muitas regiões nas décadas final do século XIX e início do século XX[71].

Em meio às transformações e implicações de âmbito global, bem como a clara vinculação da nossa metrópole com a Inglaterra, a proibição do tráfico de escravos africanos na segunda metade do século XIX representou um golpe para

---

[70] Tal alvará, de 1785, foi revogado quando da chegada do Príncipe D. João ao Brasil no princípio do século seguinte, passando a incentivar a abertura de fábricas nacionais (LUCA, 2001).

[71] A ferrovia também foi substancial para o adensamento de pequenos núcleos urbanos na periferia da cidade do Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX que contribuíram para a morfologia da região do entorno do Complexo do Alemão.

aquela economia em expansão. Ricos cafeicultores paulistas fundam em 1886 a Sociedade Promotora da Imigração, o apoio do governo provincial e passam a arregimentar trabalhadores da Itália, Portugal, Espanha, países esses submetidos naquele contexto a um estado de absoluta miséria. Conforme Luca, não foi simples coincidência o fato de abolição ocorrer somente depois de os cafeicultores terem posto em funcionamento esses sistema, denominado de imigração subvencionada, que lhes proporcionava um meio bastante vantajoso para substituir os escravos (LUCA, 2001, p. 16, 17).

O que se nota é que um sistema de assalariamento, já em curso na Europa chegara aqui no século XIX de modo incipiente. Embora houvesse pagamentos de serviços antes dessa época, a presença de imigrantes em solo brasileiro ajudou na sedimentação de um novo modelo de relação de trabalho. No entanto, Nosella destaca que o Brasil assistiu a construção de um modelo de sistema produtivo que misturava inorgânicamente formas escravocratas e formas industriais (1992, p. 160). Para ele, possuímos uma combinação de “vastas áreas de formas produtivas arcaicas” e “ilhas de máxima concentração de industrialismo destrutivo” (p. 172). Castigos físicos e formas próximas a eles eram freqüentes mesmo no início do século XX entre trabalhadores nas indústrias brasileiras. As condições insalubres das indústrias, a precariedade das instalações, os constantes acidentes e a extração do sobretrabalho caracterizavam a vida operária. Conforme Luca (2001),

> Não se pode subestimar o fato de as relações de trabalho continuarem, no início do século XX, fortemente impregnadas por padrões herdados da escravidão. A mão-de-obra ainda era encarada como algo que deveria ser usado e abusado sem limites. Não por acaso, a imprensa operária frequentemente associava a condição de operário à de escravos. De fato, não havia qualquer legislação que garantisse ao trabalhador descanso semanal remunerado, férias, licença em caso de doença ou acidente, aposentadoria por velhice ou invalidez (p. 28).

Pequenas indústrias têxteis funcionavam no país desde a colônia, portanto, utilizando trabalho escravo. As primeiras fábricas, surgidas no Brasil nas décadas iniciais do século XIX, conforme Hardman e Leonardi (1993), “eram estabelecimentos de pequeno porte e tiveram, em geral vida efêmera. Somente a partir de 1870 começaram a aumentar, em número e em importância, num processo que se intensificaria entre os anos 1885-95” (p. 21).

Em 1819 já havia, conforme apontam Hardman e Leonardi, uma tecelagem no Rio de Janeiro. Uma estamparia organizada em 1826, no Andaraí Pequeno,

desapareceria em 1848; mas a partir de 1840 começam operar fábricas modernas empregando maquinaria importada e operários livres. Como nos diz os autores, quando foi realizada a 2ª Exposição Nacional, em 1866, havia apenas nove fábricas de tecidos no Brasil todo. Nos dezesseis anos seguintes foram criados 36 novos estabelecimentos. Das 45 fábricas de tecido existentes em 1882, doze localizavam-se na Bahia, onze no Rio de Janeiro, nove em São Paulo e oito em Minas Gerais.

Em fins daquele século destacam-se no Rio de Janeiro a Companhia Têxtil Brasil Industrial, em Paracambi desde 1871, a Cia. Tecelagem Santa Luisa (1891), também em Paracambi, e a Companhia América Fabril (1875), ainda com o nome de Pau Grande, em Raiz da Serra, hoje município de Magé. Na cidade do Rio destacam-se no Rio a Companhia de Fiação e Tecidos Carioca, Fábrica São Félix, Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado no Jardim Botânico (ABREU, 2006, p. 56). É importante destacar a presença bastante forte de indústrias têxteis nas principais cidades brasileiras. No caso de São Paulo e também do Rio de Janeiro, esses estabelecimentos eram responsáveis pela maior parte da produção e dos empregos, o que nos indica uma caracterização da estrutura industrial brasileira. Era, todavia, uma produção incipiente dada a limitada dimensão do mercado interno desses produtos[72].

As indústrias brasileiras ora se localizaram em núcleos de povoamento existentes e/ou em locais com abundância de recursos naturais (como água) que dessem conta de insumos para a produção. O enriquecimento de uma aristocracia cafeeira favoreceu, a partir de meados do século XIX, a criação e ampliação de ferrovias que atendessem aquelas demandas. Será, pois, nesta direção que "as cidades que iriam converter-se nos principais centros industriais do país possuíam um incipiente grau de urbanização, via de regra, e isto, anteriormente ao surgimento das primeiras fábricas" (HARDMAN ; LEONARDI, 1993, p. 121).

Todavia, em princípios do século XX a indústria passa a exercer uma influência decisiva sobre a estrutura urbana. Em alguns casos, conforme Hardman e Leonardi, a cidade chegou a ser determinada principalmente pelo crescimento

[72] As informações e dados do século XIX sobre as indústrias no Brasil podem se apresentar a nós como frágeis em alguns momentos. Maria Antonieta Leopoldi (1986, apud Godinho, 2008, por exemplo, aponta que no final da década de 1850 havia registro de 1.910 fábricas no país, sendo 419 localizadas no Distrito federal e 51% delas pertencentes ao setor de alimentos e bebidas. Segundo o documento, "não havia registro de nenhuma fábrica de tecidos nesse levantamento" (GODINHO, 2008, p. 66). Ainda que pode haver diferentes metodologias na coleta desses dados históricos e mesmo alguma inconsistência, nada invalida dizer que, de cômputo geral, a atividade econômica neste período, bem como nas primeiras décadas do século XX ainda era marcadamente agrícola e exportadora de produtos de primeira necessidade.

industrial (1993, p. 131). É possível em outros casos falar em simultaneidade da atividade industrial e o adensamento urbano.

O enriquecimento dos cafeicultores, sobre o qual destaquei acima, contribuiu para o surgimento de um grupo que passa a investir em indústrias na virada do século XIX para o XX, e que vai, gradualmente, migrando da atividade cafeicultora para a atividade industrial. Segundo Godinho, o crescente interesse pela indústria têxtil possui uma conjugação de fatores, dentre os quais cabe destacar a desorganização da produção algodoeira nos EUA, como resultado da guerra civil (1861/ 1865) e do aumento da produção interna de algodão (GODINHO, 2008, p. 67). A guerra do Paraguai (1864 a 1870) vai provocar algumas repercussões na "indústria brasileira", em especial, no caso do Rio de Janeiro, onde à mesma época, assiste-se a uma queda na rentabilidade da atividade cafeeira e o aumento da demanda ao setor têxtil por parte do exército brasileiro durante a guerra do Paraguai (GODINHO, 2008, p. 67).

O modelo econômico primário-exportador, apoiado fortemente na cultura cafeeira, impunha ao país a ausência de uma dinâmica própria, colocando a economia brasileira completamente dependente da demanda externa por produtos primários (RODRIGUES, 1998, p. 55). Outra característica importante do modelo produtivo brasileiro é sua dualidade econômica estrutural naquele momento: de um lado tem-se um setor dinâmico, gerador de riqueza, exportador, representado pelos cafeicultores e de outro lado um setor, embora relativamente diversificado, com baixíssima produtividade, voltado para o consumo interno como alimentação, vestuário e habitação (RODRIGUES, 1998, p. 56).

Neste movimento que vai provocando transformações na economia nacional, o trabalhador aparece como um agente importante, embora os governos e interesses privados tenham buscado arrefecer suas demandas, bem como distanciá-lo da arena política. Os congressos operários da primeira década do século XX, a lei de expulsão de estrangeiros de 1907 (Lei Adolfo Gordo) que objetivava punir os "elementos agitadores", as greves operárias, a Revolta da Vacina em 1906, as manifestações contra a 1ª Guerra, passaram a constituir-se como um campo de conflitos no cenário da cidade dando contornos a um tipo de trabalhador urbano que esgarçava os limites impostos por uma ordem aristocrática (CIAVATTA, 2002).

A 1ª guerra mundial produziria diversos efeitos, não apenas diplomáticos como ainda profundas alterações nas relações comerciais do país com o resto do

mundo. A principal atividade econômica e exportadora do país, o café, sofreria aí um duro golpe que provocaria uma cadeia de reações. As mobilizações operárias se intensificam nos centros urbanos mais industrializados como o Rio e São Paulo. A indústria, todavia, fora beneficiada em razão das necessidades que precisava suprir e que não eram mais atendidas pela produção européia (LUCA, 2001, p. 37).

Com o surto de crescimento induzido pela Guerra, ou seja, o país passa a ser um importante pólo produtor e exportador – o que deixou a burguesia industrial em posição de destaque, impondo com isso rápidas alterações no espaço da cidade do Rio de Janeiro, no zoneamento e alocação fabril-industrial e, consequentemente nos espaços de moradia das populações trabalhadoras.

Um das mudanças percebidas foi a necessidade de remodelação da cidade e o afastamento das fábricas existentes para regiões mais afastadas do centro. Havia ainda o surgimento de idéias de modernização urbana no contexto do início do século XX. Desse modo, uma associação de idéias modernas, embora não calcadas numa identidade do trabalho, conforme aponta Piquet (2007), com uma necessidade de remodelação da cidade, afastou progressivamente as fábricas e indústrias para as franjas da cidade.

Um primeiro deslocamento ocorre na direção de São Cristóvão e Caju e aos poucos vai alcançando outras regiões. No contexto da cidade do Rio de Janeiro, a fábrica e as indústrias tiveram um papel indutor bastante significativo.

A presença das fábricas, ainda que não mais no centro da cidade nas primeiras décadas do século XX, mas nos arredores da cidade indicava uma necessidade de proximidade com o porto. As ferrovias resolveram uma boa parte dos problemas ligados ao escoamento da produção. Outro problema precisava ser resolvido: a questão da habitação operária, o que foi em parte resolvido com a construção de algumas vilas operárias que não chegaram a se constituir num modelo (ou “solução”) amplo no contexto do Rio de Janeiro. Diferentemente de São Paulo onde o modelo teve maior repercussão do que no Rio de Janeiro, as vilas se constituíram numa das “primeiras soluções coletivas, encontradas pelos patrões, para resolver o problema da moradia da força de trabalho assalariada urbana empregada pela emergente indústria capitalista” (BLAY, 1981, p. 143). A partir da segunda metade do século XIX, várias empresas se propõem a enfrentar o problema da moradia dos trabalhadores livres “pobres”, que não tinham onde morar; a exemplo, no Rio de Janeiro, da fábrica Andaraí Pequeno, em 1853, que construiu

dormitórios para os trabalhadores não-especializados (BLAY, 1981, p. 147). Para além da perspectiva de sanar um problema de déficit habitacional havia uma atitude paternal e moralista por parte dos proprietários, pois, segundo Blay,

> Os próprios industriais, quando tem de justificar seus gastos perante as respectivas diretorias, fazem um arrazoado, tentando demonstrar que são compensadores tais investimentos, pois constituem um meio de 'inculcar moralismo e instrução' já que as 'famílias dos trabalhadores, ao viver junto, sob a supervisão mais previdente e moralizadora, receberiam exemplos salutares de honra e trabalho por parte do ilustre proprietário da fábrica e de sua honrada família (BLAY, 1981, p. 147).

No contexto da formação do operariado brasileiro urbano, envolto por tradições escravistas, ao oferecer quartos para dormir, os empresários ofereciam também modos de viver, regras, atitudes e valores a serem cumpridos. "Na elaboração de uma ideologia de valorização do trabalho urbano livre e industrial, o processo de habitar é utilizado pela burguesia como veiculo de transmissão de novos valores" (BLAY, 1981, p. 148).

No caso da capital do país, que possuía uma população bem maior que São Paulo nas primeiras décadas do século XX, parte expressiva, aliás, constituída de ex-escravos, sobejava uma força de trabalho barata.

Abreu (2006) destaca que em 9 de dezembro de 1882, o Estado promulgou um Decreto que "isentava de impostos aduaneiros e concedia outros benefícios às industrias que construíssem casas populares higiênicas, 'com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração'" (p. 57)[73]. Entretanto, os dados apontam a discrepância havida entre o crescimento demográfico na cidade e as soluções de moradia. Uma delas, fortemente atacada durante décadas, até desaparecer, foi o caso dos cortiços[74]. A ocupação das áreas íngremes e pouco valorizadas também foram alvos de ocupações por parte da população trabalhadora. Desse modo, a especulação imobiliária, a ausência de uma política habitacional por parte do governo e o desenvolvimento econômico da cidade contribuíram, entre outros aspectos, para a pouca repercussão do modelo de vilas operárias no caso do Rio de Janeiro. A casa tinha de estar localizada longe do local

[73] Blay (1981) destaca que, no caso da capital, "em 1894 a Companhia América Fabril, no Rio de Janeiro, 'assina um contrato com a Prefeitura do Rio' para a construção de casas perto da Fábrica Cruzeiro. Em 1895 são as Companhias Petropolitana, Confiança Industrial, Aliança, Corcovado e Industrial Pernambucana que adotam o mesmo procedimento" (p. 150).

[74] Em 1890, um ano após a instalação da República, a população dos cortiços no Rio de Janeiro era de 100 mil habitantes (GONÇALVES, 2007).

de trabalho, mas essa solução apenas em parte fora promovida pelo governo, através do decreto citado acima.

O modelo industrial europeu ou mesmo o modelo capitalista que propunha o afastamento do local de trabalho e residência fora levado a cabo no contexto carioca de outra forma. A população pobre da cidade foi aos poucos se acomodando às áreas de pouca ou nenhuma especulação, em especial seguindo o caminho do trem. *No meio deste caminho encontramos uma serra*, a Serra da Misericórdia[75], localizada entre dois ramais ferroviários e que foi palco de um dos maiores adensamentos populacionais da cidade do Rio de Janeiro, conforme apontam os dados trazidos por Abreu (2006). Uma forma de integração com a cidade e com uma reserva de mão de obra estava posta de forma não oficial pela população trabalhadora, a ocupação de áreas de manguezais e terrenos íngremes[76].

Tais ocupações e localização industrial começam a ocorrer num período em que a cidade e o país vivia um momento político conturbado. A capital assistia na década de 1920, a agitação e fortalecimento dos movimentos operários, a gestação de novos grupos desejos de poder político, bem como o acirramento da luta de classes. A crise global de 1929, bem como a deposição do Presidente Washington Luís, em fins de mandato, e o golpe civil-militar que colocara Getúlio Vargas no poder em 03 de novembro de 1930, marcaram não apenas um período de sangrentas lutas, mas ainda uma fase que, se não representava uma ruptura, indicava uma direção modernizante ainda que conservadora.

A cimentar, ainda que eivado de conflitos, a ideologia modernizante e industrial nascente, uma instituição teve um importante e decisivo papel, o Centro Industrial do Brasil (CIB). Conforme Rodrigues (1998), o moderno espírito urbano-industrial impregnava o novo Estado pós-30. Três aspectos que denotam uma diferença do novo Estado para o regime oligárquico precedente, de acordo com Rodrigues foram: a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os a seguir a uma aliança de classes

[75] Hoje a maior parte do Complexo do Alemão se localiza nesta serra, conforme apontei no primeiro capítulo.

[76] Na década de 1920, conforme aponta Abreu (2006), tínhamos uma região suburbana com efervescentes atividades de exploração do solo, indústrias, transporte e comércio. Como dissemos acima, a fase pós-1930 acelera os investimentos nesta área e a cidade amplia suas vias para a periferia.

promovida pelo poder estatal; e o papel central atribuído às Forças Armadas como suporte da criação de uma indústria de base e, sobretudo como fator de garantia de uma ordem interna. “De uma maneira geral, pode-se, portanto, afirmar que a Revolução de 30 soprou o moderno espírito burguês-industrial no corpo social, ainda agrário, via ações de um Estado estruturante” (RODRIGUES, 1998, p. 13).

A CIB, em 1938, deu lugar a Confederação Nacional da Indústria (CNI), representando os interesses e canalizando o pensamento empresarial de uma nova elite industrial. Na direção da produção de um consenso, do arrefecimento da luta de classes, da conciliação, a CNI cria o Serviço Social da Indústria (SESI) em 1946, por decreto presidencial (Presidente Eurico Gaspar Dutra), que tinha por finalidade o estudo, planejamento e execução, direta ou indiretamente, de “medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes” (RODRIGUES,1998, p. 22).

Estavam postas, ao menos em intenção, as bases ideológicas de um *Estado de bem-estar à brasileira*. Os interesses dos industriais naquele contexto era formar moral e civicamente, conforme nos diz Rodrigues, na tentativa de induzir uma determinada solidariedade entre as classes, como a admitir, o que os movimentos operários já evidenciavam em grande medida, o intenso conflito entre as classes. O regulamento do SESI, aprovado pelo Decreto 53.375, de 2 de dezembro de 1965, nos oferece ainda outro exemplo; vejamos:

> Art. 4º: constitui finalidade geral do SESI auxiliar o trabalhador da indústria /.../ e resolver os seus problemas básicos de existência (saúde, alimentação, habitação, instrução, trabalho, economia, recreação, convivência social, consciência sócio-política (RODRIGUES, 1998, p. 23).

Há, portanto, uma estreita ligação de base ideológica com os pressupostos do *Welfare state*. A emergência de um modelo que garantiria ao trabalhador a possibilidade de ganhos reais de salário, a intervenção estatal na condução e indução das políticas econômicas, bem como a integração do conflito social, representam bandeiras ligadas ao Estado de Bem-estar social presente nos Estados Unidos e Europa, em especial, mas que estenderia seu pacto sobre os países de incipiente industrialização. Entretanto, no caso brasileiro, as formas autoritárias e a tutela do Estado, que esvaziava o papel dos partidos políticos, determinará, em

grande medida, a subordinação da organização dos grupos emergentes e a incorporação política pela via do corporativismo estatal.

A chamada era Vargas, que se estende por quase 25 anos, com a conhecida tutela estatal dos sindicatos e a construção imaginária e messiânica de um chefe do executivo como "pai dos pobres", instalou, assim, um "padrão fordista periférico"[77]. Conforme Rodrigues, (1998, p. 59), "a literatura denominou fordismo periférico à forma que o fordismo foi construído nos países periféricos. Entre as características específicas destaca-se a não existência (pelo menos plena) de um Estado de Bem-Estar Social, assim como, a inexistência de um mercado consumidor de massa". Dialogando aqui com Jessé Souza (2003), ao discutir o processo de modernização periférica no Brasil, o autor conclui que "o Estado autoritário e modernizador, que se consolida a partir de 1930, não inicia o processo de modernização brasileiro, que se inicia já em 1808". Para Souza, o que ocorre então é a colocação daquele processo num outro patamar. Ou seja, "a partir dele o processo de modernização brasileiro passa a ser comandado não mais pelo surto urbanizador e comercial, como no século XIX, mas, agora, pela industrialização" (2003, p. 153). Entretanto, no plano político, a participação antes existente, passa a incluir os setores médios urbanos, "um dos maiores beneficiários do novo modelo de desenvolvimento, e os trabalhadores urbanos, ainda que sob bases corporativas, repressivas e desmobilizadoras" (SOUZA, 1993, p. 153).

O modelo substitutivo de importações, após a I guerra mundial, como foi chamado, representou uma nova dinâmica que se acentuaria nas décadas seguintes no país. O consumo até então possuía restrições que estavam na base de um circuito produtivo frágil. Conforme Rodrigues (1998), a industrialização brasileira, pode ser fracionada em três períodos distintos, mas com interpenetrações, de fins dos anos 1920 aos anos 60. Para ele, o 1º período vai de 1929 a 1945, onde prevalece a substituição dos bens não-duráveis de consumo final; o período

[77] A expansão da industrialização trazia a promessa de um desenvolvimento nos países objeto do imperialismo europeu, o que não se confirmou, antes, aprofundou uma subordinação econômica e social, por exemplo, dos países latino-americanos ao capital internacional. A literatura crítica sobre o tema mostrou que as sociedades latino-americanas, embora imersas nas transformações do capitalismo, não conseguiram realizar um efetivo desenvolvimento de integração nacional. Nessas bases, não conseguiram alçar um patamar de um projeto nacional autônomo. Sobre este assunto ver: SANTOS, Theotonio dos. A teoria da dependência. Balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 e ainda MARINI, Rui M. Dialética da Dependência. Petrópolis, RJ: Vozes / Buenos Aires: CLACSO, 2000.

seguinte, de 1945 a 1954, inicia-se a substituição dos bens de consumo duráveis e o terceiro, de 1954 a 1961, a substituição de bens de capital e da indústria de base.

No terceiro período, por exemplo, a participação direta e indireta do Estado representou a instalação de algumas indústrias dinâmicas como a automobilística, construção naval, material elétrico pesado, siderurgias, petrolíferas e química pesada (RODRIGUES, 1998, p. 57).

A fase histórica brasileira conhecida como desenvolvimentismo, em sua maior expressão, da década de 1940, não chega a configurar-se como um Estado de Bem-Estar, conforme analisa alguns autores, dentre eles Laurell (1997). Enquanto determinantes que nos levam a entender a dificuldade de implantação de um Estado liberal no caso dos países da América Latina, a referida autora destaca o processo de construção de nossos Estados Nacionais desde a "colonização". A estrutura de poder e as relações de trabalho desde aquele momento imprimiram marcas duradouras. Em épocas mais recentes, argumenta a autora, principalmente nas últimas quatro décadas, processos políticos de repressão contribuíram para emperrar o processo de construção de um Estado liberal ou um modelo mais equânime. De acordo com Laurell, fatores como o empobrecimento urbano e os grandes contingentes de trabalhadores à margem das relações trabalhistas apontam para o desenvolvimento tardio que se alcançou no Brasil. Dessa forma, o caso da América Latina, Laurell vai chamar de "restrito" ou "incompleto" para se referir à orientação e ao conteúdo das políticas sociais aqui praticado.

De todo modo, ainda que "restrito" ou "incompleto" é evidente que no caso brasileiro, as políticas sociais, em especial, as trabalhistas a partir da década de 40 e os pesados investimentos – ainda que com capital estrangeiro – em infraestrutura urbana, viária, industrial, extrativa e educacional configuraram-se naquilo que a literatura, conforme apontei acima, chamou de fordismo periférico e seu conseqüente modo de regulação igualmente periférico.

Convém ressaltar aqui que as transformações estruturais naquele momento representaram um "oligopolização da economia brasileira, quando os principais ramos industriais passaram a ser constituídos por um reduzido número de grandes empresas" (PIQUET, 2007, p. 37). Para Rosélia Piquet, esse período corresponde, no plano internacional, ao acirramento da concorrência entre os grandes oligopólios internacionais americanos, europeus e japoneses (2007, p. 37).

Nesta perspectiva, Fiori (*apud* FRIGOTTO, 2005) indica a existência de três projetos societários que “conviveram e lutaram entre si durante todo o século XX”. Um primeiro nascido das idéias do liberalismo econômico “centrado na política monetarista ortodoxa e na defesa intransigente do equilíbrio fiscal e do padrão ouro”. O segundo, o autor chama de “nacional desenvolvimentismo” ou ainda “desenvolvimentismo conservador”, existente desde a implantação da República adentrando a chamada Era Vargas. E um terceiro, que se opõe aos dois, que chama de “desenvolvimento econômico nacional e popular”. Para o autor este último “nunca ocupou o poder estatal, nem comandou a política econômica de nenhum governo republicano, mas teve enorme presença no campo da luta ideológico-cultural e das mobilizações democráticas” (FIORI, apud FRIGOTTO, 2005).

Os movimentos de trabalhadores neste período representaram o contraponto, a resistência e as conquistas no plano dos direitos sociais. Dentre as lutas, conquistas dos trabalhadores e os embates no terreno dos projetos acima citados, o período que compreende o final da década de 60 e a década de 70 para o Brasil ficou conhecido como “milagre brasileiro”, chegando o país a crescer 11% ao ano. Foi um período de propulsão de grandes empresas oligopólicas, conforme apontou Piquet (2007). Soma-se aí os pesados investimentos e empréstimos tomados dos bancos internacionais para financiar grandes projetos e obras de infra-estrutura, acarretando, assim, um considerável e permanente endividamento externo. Se houve um “milagre”, nem todos foram “abençoados”: para os ricos e a classe média, houve fartura, porém os pobres ficaram ainda mais pobres – numa concentração de renda em que apenas acentuou o caráter desigual da formação social do Brasil. O produto dessa política de concentração de renda não podia ser outro senão um enorme contingente de pessoas lutando por sua sobrevivência, vivendo em precárias condições, habitando em locais de extremo risco, relegadas a subempregos.

Para Piquet (2007), não havia no país um potencial interno de acumulação em escala nacional; ao contrário, houve uma concentração no eixo Rio-São Paulo, e o Estado brasileiro investiu pesado nesse pólo, reforçando aquela concentração. O intenso crescimento populacional nas duas maiores cidades do país se processa, conforme Piquet, como um padrão de “urbanização descapitalizada”, para designar a carência de serviços urbanos coletivos na cidade (2007, p. 39). Aqui nos parece que emerge uma reflexão central:

> Os problemas urbanos que mais tarde se manifestam – superurbanização, congestionamento de trânsito, favelização – não foram gerados, a nosso ver, por 'falta de planejamento', 'explosão demográfica', 'falta de recursos financeiros' ou 'atração da grande cidade'. São conseqüência do comprometimento crescente do gasto público com investimentos complementares e subordinados à dinâmica das grandes empresas oligopólicas, que ao determinar um circuito fechado de acumulação não permite que (Tavares, 1974, p. 97): - na etapa expansiva do ciclo se retirem excedentes para investimentos alternativos em setores da produção socialmente desejáveis; - na etapa recessiva, se bem sobrem recursos reais em terras, equipamentos e mão-de-obra, se definam que mecanismos de financiamento seriam capazes de convertê-los em fontes alternativas desemprego e renda (p.39).

Durante aquela última fase destacada por Rodrigues (1998), e mesmo depois dela, procurou-se dotar o país de um parque industrial moderno, no entanto não se cogitou da imposição de normas quanto à localização, seja em termos regionais ou intra-urbanos. "As decisões quanto à localização, ao serem tomadas livremente, pautadas unicamente por critérios de rentabilidade privada, provocam uma elevada concentração territorial" (PIQUET, 2007, p. 40).

Os anos em que o país viveu a ditadura militar (1964-1985) representaram uma fase de grandes investimentos em infraestrutura e insumos de produção. O crescimento econômico, sem que redundasse em desenvolvimento efetivo para o conjunto da população, ocorreu de forma robusta, a partir, em especial, de somas vultosas. A crise, que se anunciava no mundo em fins dos anos 1960 e 1970, provocou um volume de dinheiro parado. De acordo com Piquet (2007), os bancos privados internacionais à época "brigavam por emprestar a países de razoável grau de desenvolvimento e bom desempenho recente – encomendando *a posteriori* os estudos econômicos destinados a justificar o que já havia sido feito em matéria de empréstimos" (p. 57).

Conforme Antunes (1999), havia naquele momento, no contexto mundial, uma hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação na nova fase do processo de internacionalização.

Segundo Piquet (2007) houve uma mudança importante na década de setenta que para nós figura como crucial interesse nas transformações industriais do Rio de Janeiro. Conforme a autora,

> Apenas para aquilatar a magnitude da mudança de prioridade, os projetos de insumos básicos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) (entre 1973 e 1977) aumentaram sua participação de 44% para 74%, relativamente

> ao total dos investimentos fixos aprovados por este Conselho, e a participação dos projetos de bens de capital passa de 5% para 18%.Em igual período, os projetos referentes à indústria automobilística e de bens de consumo perderam importância relativa e suas participações caem de 30% para 5,5% e de 21% para 2,6%, respectivamente (p. 59,60).

Neste período, em que a atividade fabril de produção de bens de consumo (alimentos, bebidas, vestuário, calçados e outros) estava em alta na região da Leopoldina, subúrbio do Rio de Janeiro, começa-se a perceber seus sinais de crise. Há uma redução nos investimentos nos bens de consumo que afetaram as regiões produtivas. Notemos que esta região do Rio de Janeiro, que envolvia todo o entorno do Complexo do Alemão e os muitos empreendimentos fabris e industriais ali localizados, possuía um volume expressivo de força de trabalho semiqualificada e desqualificada. O que se vê com aquela crise e as acomodações realizadas – ou as decisões tomadas – possuem uma interface além das fronteiras nacionais.

2.3 Crise do padrão de acumulação e uma nova morfologia do trabalho

As conexões e dependências do país em relação ao contexto global, portanto, não são propriamente novas, embora revestidas de uma nova natureza face à intensa globalização dos fluxos produtivos e financeiros.

Harvey (1992) identifica o curso de um novo modelo de acumulação, marcado por um confronto com aquela rigidez do fordismo. A flexibilidade apontada pelo autor como marca deste novo modelo, abarca os processos de trabalho, os próprios mercados, os produtos e padrões de consumo. Para Harvey, surgem setores de produção inteiramente novos, novas formas de serviços financeiros, incrementados pela inovação tecnológica. Entretanto, destaca o autor que a acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas.

No contexto mundial, os anos de 1970 anunciaram o fim da “era de ouro do capitalismo” (HOBSBAWN, 1995), onde até então se percebia altas taxas de crescimento, lucros crescentes para os capitalistas, combinados com mobilidade social ascendente para as camadas trabalhadoras[78].

---

[78] Enquanto ícones identificadores desta fase destacam-se: a crise advinda da alta do preço do petróleo, uma crise de superprodução que tinha como principais características o incremento da capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias e estoque, excedente capitais, e, em especial o crescimento e predomínio do capital financeiro. Segue-se a reboque deste conjunto de fatores um nível elevado de desemprego de caráter estrutural

Tal crise e restabelecimento do capital e do padrão de lucratividade foram analisados por diversos autores (HARVEY, 1992; ANDERSON, 1995; ANTUNES, 1999; CARCANHOLO, 2008).

O advento da "acumulação flexível" (HARVEY, 1992), enquanto um novo regime de acumulação, trouxe mudanças significativas nas relações de trabalho e de produção, calcadas, fundamentalmente, pela globalização. Uma das iniciativas do novo regime foi atingir os mecanismos de proteção social do trabalho. O que observamos em nosso contexto, como dissemos acima baseando-nos em Antunes, uma sensível redução do proletariado industrial tradicional e um significativo aumento do trabalho assalariado no setor de serviços. Soma-se aí um acentuado crescimento das formas "atípicas" de trabalho, uma subproletarização, terceirização.

A partir da retração do binômio taylorismo/fordismo, diante da reestruturação produtiva do capital em escala global, houve uma redução do proletariado industrial, tradicional, manual estável e especializado herdeiro daquela era industrial verticalizada do tipo taylorista e fordista[79]. Considerando alguns dados, Antunes nos aponta que:

> Na principal área do operariado metalúrgico no Brasil, no ABC paulista, região onde se encontram as principais empresas automobilísticas, houve uma redução de aproximadamente 240 mil operários nos anos 80 para menos de 100 mil no ano de 2006. Na cidade de Campinas, outra importante região industrial metalúrgica, no mesmo período o proletariado reduziu-se de cerca de 70 mil para pouco mais de 40 mil (2008, p. 19).

O que se assiste diante desse êxodo, como dissemos, apenas para citar o exemplo do setor de metalurgia e automobilístico, é o nascimento de novas formas de ocupação e sobrevivência que tem um tom acentuado nas formas desregulamentadas de trabalho. Se a queda no trabalho industrial é acentuada, o mesmo não se pode dizer em relação ao que Antunes vai chamar de "novo proletariado fabril e de serviços", presentes nas diversas modalidades de trabalho precarizado.

---

devido a novas formas de organização do trabalho e da introdução de novas tecnologias. Soma-se na mistura do caldo da crise a elevação da inflação.

[79] Diante do aparecimento de novas relações de trabalho Antunes (2008) debate o que seria a nova morfologia do trabalho na contemporaneidade. O trabalho industrial que caracterizou boa parte do século XX assume na nova ordem outras feições. Haveria neste contexto a necessidade de ampliar a noção de classe trabalhadora; ao que ele vai chamar de "classe-que-vive-do-trabalho" (Antunes, 2003, 2005, 2008). Para ele, a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados, que vivem, portanto, da venda de sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção.

> Em 2005, num total de 80 milhões de trabalhadores, cerca de 60% encontravam-se em situação de informalidade no Brasil. Em vários outros países da América latina a situação é similar, quando não ainda mais grave; no México, Argentina, Chile, depois de uma expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultante a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc., alem de enormes níveis de desemprego, de trabalhadores/as desempregados/as (2008, p. 20).

Mesmo na área de serviços, é ainda perceptível a queda no volume de emprego. Embora tenha incorporado trabalhadores do mundo produtivo industrial, já se sente hoje as consequências do processo de reestruturação. Soma-se a isto a dificuldade de inclusão do jovem no mundo do trabalho (SOARES, 2006) e daqueles considerados "idosos" pelo capital (ANTUNES, 2008, p. 22). Todavia, uma expansão do trabalho no chamado Terceiro Setor, enquanto uma alternativa de ocupação vem sendo uma tendência no Brasil. Para Montaño (2005) as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, englobadas dentro do conceito (que vai chamar de "ideológico") de "terceiro setor" "assumem as funções de respostas às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir de valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua" (p. 184).

> A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, através de trabalhos realizados no interior das Ongs e outros organismos ou associações similares (ANTUNES, 2008, p. 23).

Trata-se de uma alternativa limitada, diante do crescimento do desemprego estrutural, embora este "setor" abarque no Brasil "cerca de 20 milhões de trabalhadores" (ANTUNES, 2008, p.23). No universo das ações do chamado "terceiro setor"[80], balizadas a partir do valores de solidariedade, ajuda mútua, etc. estão as atividades sob a rubrica da filantropia ou neofilantropia empresarial. Beghin (2005), ao analisar os nexos entre o novo desenho do mercado de trabalho e as respostas do Estado face às demandas sociais, compreende que "o eixo norteador da filantropia é o de buscar 'moralizar' os pobres numa sociedade em que a maior parte deles encontra-se fora do mundo do trabalho, fora da 'normalidade'" (p. 46). Beghin (idem) ainda pontua que

[80] Para um aprofundamento do tema veja a obra "Terceiro Setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social" de Carlos Montaño.

> A filantropia não interfere nos interesses econômicos e não se opõe ao Estado; ao contrário, protege o Estado de uma dívida em relação aos seus pobres. A filantropia deve contornar os riscos decorrentes do mercado auto-regulável e os de uma visão jurídica das relações sociais. Onde a intervenção jurídica criaria novos direitos, a filantropia, ao contrário, mantém sob tutela os pobres, de modo a confirmar as suas necessidades em vez de afirmar o direito de sair dessa situação (p. 46).

Dentro de uma do que seria uma nova morfologia do trabalho surgem em maior número, embora não tendo nascido recentemente, o trabalho em domicílio; ou seja, pequenas unidades produtivas no espaço domiciliar, conectadas ou integradas às empresas, desenvolvem trabalho que antes se circunscreviam ao espaço da fábrica, aumentando as formas de exploração do contingente feminino ao conjugar-se com o trabalho reprodutivo doméstico. No Complexo do Alemão tai iniciativas estavam presentes mesmo na época do apogeu industrial e continuam, como veremos, como meio de vida de muitas famílias.

Decorre, portanto, daí a necessidade de se pensar a classe trabalhadora não mais nos seus modos tradicionais, como os trabalhadores produtivos diretos, mas incorporar aí a totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Desse modo, Antunes coloca dentro de uma concepção ampliada de classe trabalhadora os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais valia e da valorização do capital e também os trabalhadores improdutivos, que não criam diretamente mais valia, mas que participam indiretamente dos serviços públicos ou privados:

> A classe trabalhadora hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agro-industriais e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno fabril e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados (2008, p. 24,25).

Assiste-se ainda uma época em que se proliferam distintas formas de “empreendedorismo” e “cooperativismo”. Essas formas de trabalho estão entre o que Vasapollo (2005) denominou como sendo expressões de “trabalho atípico”. Segundo Antunes (2008), “os capitais vem vêm, em escala global, criando cooperativas falsas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho, visando até

mesmo sua redução e destruição.” (p. 26)[81]. A palavra “flexibilização” invadiu espaços e momentos como querendo substituir “rigidez”, presente ora nos mercados, ora nos dispositivos regulatórios de proteção social, ora nos indivíduos. O quadro de “flexibilização” representa para o trabalhador uma maior precarização.

Tiriba (2001), ao analisar as iniciativas de trabalho e estratégias de sobrevivência de trabalhadores numa fase de aceleradas transformações em que o ônus recai exatamente sobre aqueles que vivem do trabalho, coloca-nos duas questões fundamentais: “seria a pobreza conseqüência do ‘fim da sociedade do trabalho’? Se o trabalho está em crise, de que vivem as pessoas?” (p.47). A mesma autora pontua que faltam análises que dêem conta de manifestar as muitas iniciativas populares que, não apenas amortecem uma crise maior advinda da acumulação do capital como ainda apresentariam germes de uma nova cultura do trabalho. Segundo a autora:

> Não por casualidade, praticamente os mesmos setores da humanidade que, ante os olhos dos historiadores, mostram-se invisíveis para a História, permanecem invisíveis também para a Economia. As mulheres e os homens trabalhadores pertencentes aos setores populares (crianças, jovens, adultos e mesmo os idosos), embora produtores de riqueza, não são considerados como atores, protagonistas de uma economia que tenta driblar a perversidade do mercado para assegurar, a duras penas, a satisfação de suas necessidades básicas (idem, p.26).

O efeito mais visível das transformações que incidem sobre os trabalhadores diz respeito à expulsão ou extinção de postos de trabalho absorvidos pelo uso do aparato tecnológico e a chamada *reengenharia de produção.* O chamado desemprego estrutural, onde posições ou ocupações no mundo da produção industrial deixam de existir em razão dos processos ligados à gestão de pessoas e do incremento da maquinaria, da robótica, da mecanização e automação, produzem excedentes de mão-de-obra que irão engrossar as fileiras do *exército de reserva industrial*.

As novas relações de trabalho no mundo globalizado respondem por diversos nomes. O chamado modelo japonês – ou toyotismo – guardadas as devidas proporções de aplicação no contexto brasileiro, coloca elementos vistos nas relações de trabalho na contemporaneidade: trabalho em equipe, horizontalização,

[81] Trata-se de uma utilização falseada da idéia de cooperativa. “Sabemos que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, têm um sentido muito menos despótico e mais autônomo, em oposição ao despotismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo por isso um real instrumento de minimização da barbárie, do desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo do trabalho” (ANTUNES, 2008, p. 26).

produção vinculada à demanda. Aquele modelo representou primeiramente uma resposta à crise financeira japonesa do pós-guerra, aumentando a produção sem aumentar o contingente de trabalhadores, em especial, um padrão assumido pelas empresas do ramo têxtil. Quando o modelo se ampliou para o conjunto das empresas japonesas, "seu resultado foi a retomada de um patamar de produção que levou o Japão, num curtíssimo período, a atingir padrões de produtividade e índices de acumulação capitalista altíssimos" (ANTUNES, 1999, p.55).

Esta "revolução" fez aguçar olhares e interesses no mundo ocidental no sentido da replicação daquele modelo. A transferibilidade do toyotismo (ou ohnismo)[82], ou de parte de seu receituário, mostrou-se, portanto, de enorme interesse para o capital ocidental, em crise desde o início dos anos 70. Essa adaptação estava, entretanto, condicionada às singularidades e particularidades de cada país. Desse modo, as condições sociais, econômicas, políticas, ideológicas, a inserção de cada país na divisão internacional do trabalho, os movimentos sindicais, entre outras, moldam a seu modo a apropriação do toyotismo em cada realidade. Isto referenda as profundas conexões que o capital estabelece em nível global. Portanto, uma crise ocorrida em qualquer dos "mercados" espalhados pelos países é capaz de provocar efeitos em cadeia em lugares dos mais distantes. Neste sentido, não é possível identificar uma crise ou transformações sem pensá-la em suas dimensões inter-relacionadas.

Historicamente, sob as condições de produção capitalistas que se desenvolveram a partir do advento da manufatura, o trabalho passa a assumir características notadamente novas para o trabalhador, quais sejam: a fragmentação e parcelarização do processo de trabalho, a perda do controle da produção, a separação entre concepção e execução, a expropriação do produto do trabalhador, a instalação da relação salarial em que foi possível ampliar a extração da mais-valia, em que no valor da mercadoria produzida estava embutida toda a mão-de-obra do trabalhador e que, por sua vez, era subtraída na hora de receber pelo seu trabalho. Ao trabalhador era dado participar do processo da execução na produção de bens e mercadorias. Atualmente vivemos sob o dilema do excedente de força de trabalho e da luta pelo "direito de ser explorado".

---

[82] Em referência a Taichii Ohno que inseriu em meados dos anos 1970 o chamado produção *just-in-time* (na hora certa).

O processo de internacionalização das economias capitalistas, tendo como seu par perfeito o ideário neoliberal vem enfraquecendo e redefinindo o papel das nações enquanto “unidades decisórias” (BEGHIN, 2005). Como expressa Boito Jr. (1999), “a ideologia neoliberal contemporânea é essencialmente, um liberalismo econômico que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia” (p.23). Um elemento principal neste processo, portanto, são as empresas transnacionais:

> Sua tática tem sido a descentralização da produção por meio da transnacionalização da mesma e a fragmentação geográfica e social do processo de trabalho, com a transferência para a periferia do sistema mundial das fases produtivas mais trabalho-intensivas (BEGHIN, 2005, p. 26).

Portanto, as bifurcações nas análises dos diferentes momentos históricos, bem como as formas concretas assumidas pelo mundo do trabalho, nos permitem falar, não de um descentramento da categoria, mas estaríamos em face de uma nova morfologia do trabalho que precisa, enquanto tal, ser analisada considerando os desafios postos às ciências sociais e humanas e a emergência de novas sínteses no âmbito do trabalho e nas relações sociais mais amplas. Sobretudo, essa que seria uma nova morfologia do trabalho incide sobre o modo como os trabalhadores se organizam e produzem a existência.

O novo cenário posto pelas transformações da economia globalizada impõe às corporações transnacionais no Brasil a necessidade da promoção de um novo complexo de reestruturação produtiva, capaz de prepará-las não apenas para a concorrência nos mercados internacionais e ainda nos mercados local e regional. Ora, esse movimento conduz a pressões diversas na esfera não apenas das relações de trabalho, mas em todo o conjunto da vida social e, em especial, no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com Behring (2002), “quando a regulação estatal cede aos interesses do trabalho, interferindo em alguma medida nas demais ações reguladoras em benefício do capital, multiplicam-se as reclamações do empresariado” (p. 171). Está-se diante de um jogo de forças entre os diferentes interesses das classes sociais. Entretanto, o contexto brasileiro, embora não tenha realizado um pleno fordismo-keynesianismo, sorveu os efeitos do esgotamento daquele padrão, coexistindo, porém, com diferentes formas consideradas arcaicas.

3. REFLEXÕES E BIFURCAÇÕES SOBRE IDENTIDADES

Nos capítulos anteriores expus, primeiramente, o modo particular da constituição de uma região industrial na cidade do Rio de Janeiro e, em seguida, a materialidade histórica assumida pelo trabalho no país, tendo como corolário a conformação de um trabalhador de um novo tipo, o operário, em oposição ao Brasil agro-exportador presente nas primeiras décadas do século XX.

No intuito de continuar tecendo nossa argumentação aqui, no presente capitulo exponho algumas abordagens sobre a questão da identidade que contribuirão para o esteio teórico onde se desenrolarão os capítulos seguintes. Trata-se de um tema recorrente nas análises sociológicas das últimas décadas, inscrito em diferentes rubricas teóricas e ideológicas. Pode-se dizer que as discussões que envolvem classe, gênero, etnia, culturas e nacionalidade constituíram-se em linhas centrais daquelas rubricas. Argumento aqui que, embora apresentando outras dimensões que compõe a existência social, o trabalho na sua forma concreta, num contexto particular da cidade do Rio de Janeiro, aparece como um mediador fundamental na constituição de identidades. Desse modo, ao longo deste capítulo vou gradualmente atravessando as discussões teóricas com elementos do campo empírico e das entrevistas realizadas.

Conforme já defendido por diferentes autores, a coerência de um modelo de acumulação requer uma unidade do processo que conjugue comportamentos individuais e processos sociais interiorizados. No capitulo anterior assinalei como ocorreu a travessia de um modelo agro-exportador para um modelo industrial no contexto brasileiro. Nos anos 1930, sobretudo, gesta-se uma nova elite, formada por industriais que pretendiam formar moral e civicamente o trabalhador e fomentar certa solidariedade entre as classes, uma vez que as décadas anteriores foram marcadas por intensos conflitos entre capital e trabalho. Neste contexto, o horizonte de um Estado Social se constituiu num elemento importante para a constituição de uma identidade social operária e seus aportes (salário mínimo, benefícios, previdência etc.) como garantia da cidadania.

Num sentido mais amplo entende-se por identidade, aquilo que é semelhante, os contornos de algo, de um indivíduo ou de um grupo. Em diferentes contextos explicativos o termo assume conotações bastante diversas. Há uma acepção de identidade, por exemplo, referente a um lugar, um território, uma cidade. É frequente

o uso do termo “vocação” para se referir a um determinado ramo econômico predominante em alguns locais. Assim, ouve-se falar em determinadas cidades com “vocação turística”, ou uma “vocação agrícola” ou ainda uma “vocação industrial”, “vocação comercial” e outros mais. A cidade, neste entendimento, ganha certa “identidade” a partir de tais atividades econômicas predominantes. Uma cidade, todavia, é expressão de um acúmulo histórico e dialético de forças que se conjugam, conflitam e se ajustam permanentemente (HAESBAERT, 1999).

A cidade do Rio de Janeiro, campo onde se localiza o foco desta pesquisa, particularmente ao longo do século XX, pode ser apontada como a expressão de diferentes projetos societários e da elaboração da idéia do homem de bem. A própria forma de organização social da cidade é tomada como disputas de projetos de identidade[83].

Neste traçado se desenham identidades individuais e coletivas, se constrói, e se reconstrói, histórias, trajetórias de vida, convívio e interações[84]. Notadamente, algumas cidades possuem uma “identidade” peculiar, podendo esta ser real – a partir de elementos que a constitui e que são vividos diretamente pela maioria da população, ou uma identidade forjada e divulgada a partir, por exemplo, de interesses turísticos e, portanto, a cidade, em sua face mais visível, aparece como uma mercadoria. Grupos econômicos podem se reunir em determinados territórios e ali constituírem atividades que terminarão por tornar aquele espaço conhecido.

Falar de identidade, assim, remete-nos a um campo em discussões, antes de ser propriamente um conceito fechado. Em geral o termo identidade não aparece isolado, mas conjugado com outros tais como “identidade cultural”, “identidade de classe”, “identidade operária”, “identidade dos trabalhadores”, “identidade nacional”,

---

[83] No Rio de Janeiro, as reformas levadas a cabo pela administração do Prefeito do Distrito Federal Pereira Passos (1902–1906) trouxeram não apenas uma modificação na estrutura urbana, como ainda a extinção de hábitos e tradições que não se coadunavam com os ares modernos que se avizinhavam. As modificações no espaço ali, não eram apenas uma questão de estética urbana, mas questões que envolviam, como um discurso oficial, o controle de epidemias. E seguramente, com os novos traçados urbanos, o fim dos cortiços no início do século XX, no caso do Rio de Janeiro, e dos aglomerados ingleses do século XIX, trariam um novo modo de vida àquelas populações (ABREU, 2006; PIQUET, 2007).

[84] A própria cidade moderna, burguesa, que nasce em oposição ao rural, estigmatizado pelo “atraso”, “antigo”, formata os modos de vida da população. A literatura brasileira é pródiga em mostrar esses exemplos, e os choques existentes ainda hoje entre o “matuto”, o “roceiro”, o “capital”, para citar alguns termos que surgem em oposição aqueles que vivem ou que se “aculturaram” à vida urbana. Maia e Krapp (2005) citando Louis Wirth (1973) em seu livro “o urbanismo como modo de vida” esclarecem que no início do século XX a cultura de caracterizava pelo modo de vida, “um estilo de vida moderno e urbano estaria em oposição a outro, considerado tradicional e rural” (MAIA E KRAPP, idem, p. 35).

“identidade social”, “identidade territorial”, “identidade individual”, “identidade coletiva”, entre tantos outros.

Enquanto um conceito cultural, Bossé (2004) nos dá importantes pistas teóricas neste mosaico. Para ele “a identificação consiste em um sentido lógico transitivo, em designar e nomear qualquer coisa ou qualquer um, e depois em caracterizar sua singularidade” (p. 161). Por outro lado, conforme o autor, ela tem um componente intransitivo, de modo a indicar a similaridade, a semelhança que se traduz para um indivíduo ou para o grupo como um sentimento de pertencimento, partilha e coesão social.

A identificação de uma unidade (ou de um grupo) se dá sempre em oposição ao “outro”; critérios de distinção são postos em relação ao que falta e ao que está presente em cada grupo que se diferencia. Neste sentido, nos identificamos a alguma coisa ou, eventualmente, em oposição a alguma coisa. Ou seja, se o outro é o referencial para a identidade de alguém ou grupo, ela acontece ora pela aproximação entre pares ou pela exclusão do outro. A própria recusa em se identificar é indício de uma identificação negativa ou a contrário. Identidades, todavia, não são unificadas, homogêneas. Dentro de um mesmo grupo pode haver conflitos e negociações. Ao longo da pesquisa de campo, entre os trabalhadores entrevistados, pude perceber a heterogeneidade de percepções sobre o trabalho fabril, sobre o pertencimento à fabrica e sobre o desejo de mudar de ocupação, tendo em vista que, em alguns casos ser visto como um operário fabril se reveste de negatividade (Observe o depoimento: “*Eu estava três meses em casa e aí a minha vó falou: ‘Janaina, me dá o teu currículo aí’* [pra levar para a indústria metalúrgica] ... *Aí eu falei ‘vó, Deus me livre! Eu não quero fábrica não, vó*!!”; Janaína, 30 anos).

O tema *identidades,* portanto, oferece um campo de possibilidades de abordagens sob diferentes matizes teóricas. Não é objetivo aqui discorrer densamente sobre elas, mas apresentar alguns elementos nas discussões que poderão contribuir para o que me proponho a investigar aqui.

3.1. Estado moderno e construção de uma identidade nacional

Pode-se dizer que a formação dos Estados Nacionais modernos esteja na base das discussões sobre identidades. Como uma idéia-força bastante difundida nos debates sobre a questão da identidade, uma parte dos estudos centram-se em fundamentá-la na criação do estado-nação, em que difunde-se a idéia de uma única cultura organizada enquanto modelo de identidade nacional.

Norbert Elias, nas discussões sobre a constituição lenta e gradual da individualização, aponta a localização e gênese histórica dos conceitos indivíduo e sociedade numa relação entre o que chama de “identidade-eu” e “identidade-nós” (1994, p. 129, 130). Para o autor a relação de equilíbrio-desequilíbrio nesses dois conceitos vai se modificando ao longo dos anos e em contextos diferenciados. Na antiguidade havia uma pendência da balança para a “identidade-nós”, no caso do Estado Romano. Isto significava que o pertencimento à família, à tribo e ao Estado era primeiramente considerado na constituição do sujeito. O indivíduo não existia sem o grupo. O termo indivíduo (no seu sentido de isolado, sozinho) era desconhecido naquele contexto. O termo “individual” não dizia respeito a seres humanos, mas a coisas indivisíveis. De outra forma, o termo fazendo referência a uma pessoa alça este peso quando num determinado estágio do desenvolvimento social e de comunicação as pessoas passam a perceber a necessidade de singularidade quando comparada às demais.

Em relação ao próprio conceito de sociedade, Elias (1994) coloca que até a Segunda Guerra Mundial tal conceito cabia às sociedades organizadas como Estados ou ainda como tribos. À medida que as sociedades vão se complexificando, a posição individual de cada pessoa em relação a um todo também se modifica.

A questão da nacionalidade, entendida como fundamento do Estado moderno ou até mesmo como conseqüência dele, se estrutura hoje sob novas bases em face das transformações contemporâneas, em especial, regidas pelas lógicas dos mercados e pelas intensas trocas culturais possibilitadas pelos meios de comunicação. Isso vai contribuir para o rompimento não apenas com as tradicionais fronteiras geográficas, alterações nas relações entre os Estados, como ainda

pressões sobre as identidades territoriais e sociais locais[85]. Os impactos percebidos diante disso não se apresentam, necessariamente, como resultados positivos; ao contrário, em muitos casos são elementos que desorganizam o local, provocam ou aprofundam desigualdades sociais. Em meio a essa realidade em rápida mutação, diferentes estudos se debruçam sobre o tema das identidades locais influenciadas pela cultura globalizante, ou ainda as resistências que eclodem diante do "rolo compressor" da globalização mercantil e tecnológica.

Pierre Bourdieu direcionou seu foco para mecanismos de produção e reprodução de desigualdades diante das possibilidades e limites dos indivíduos face ao controle de seus próprios "destinos". Embora não tendo sido ele o criador do termo, a teoria do *habitus* contribui para pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo (BOURDIEU, 2004). O *habitus* assume a conotação de uma mediação entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Neste sentido, um conjunto de disposições duráveis agiria como princípios capazes de orientar as ações práticas dos indivíduos. Estaríamos, assim, diante de um sistema de disposições construído continuamente, aberto, constantemente sujeito a novas experiências. Bourdieu desenvolve a idéia de que "as disposições que permitem aos indivíduos agir socialmente enquanto seres competentes, por um lado, resultam de estruturas sociais marcadas por relações de poder e por desigualdades entre classes e, por outro, são capazes de gerar transformações sociais" (SANTOS, 2002, p. 7). Tal concepção aponta para a possibilidade de compreender o sujeito não apenas como reflexo de uma estrutura que sobre ele age, mas como dotado de um leque de opções, de orientações que pode alavancar mudanças em diferentes direções.

A partir desta chave é possível pensar a constituição de sujeitos balizados por disposições presentes em seus grupos sociais de origem, organizados por seus modos de ser e gostos, entretanto com a possibilidade de disputar capital social ou cultural e operar na direção da transformação social ou mesmo da perpetuação do *status quo*.

Numa outra direção, há autores que localizam a globalização e seus efeitos situados no centro da desorganização de identidades tradicionais e da emergência,

---

[85] Sobre esta discussão o livro organizado por Gopal Balakrishnan, "*Um mapa da questão nacional",*(Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2002), fornecerá mais elementos ao leitor interessado nas discussões atuais sobre o tema.

ou reorganização, de novas identidades. Surgiriam, neste contexto, identidades culturais em transição que resultam do diálogo entre diferentes tradições culturais e trocas presentes no mundo globalizado (HALL, 2005; CANCLINI, 2006). Os efeitos das intensas trocas culturais e econômicas num mundo globalizado fragilizariam – em qualquer lugar – a idéia tradicional de uma identidade com contornos nítidos.

Uma das consequencias da modernidade, discutidas em Anthony Giddens reside no fato de ela romper "o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais" (2002, p. 38). A modernidade teria representado um corte com a vida tradicional pré-moderna, e se iniciara a partir de uma concepção de mundo em que os ritmos da mudança no local foram atravessados por diferentes influências situadas em distantes espaços.

Para o autor, mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude (HALL, 2005; CANCLINI, 2006, p. 36). Uma sociedade não mais baseada na tradição, no parentesco, mas em sistemas abstratos, pode gerar confiança de um lado, e produzir riscos, por outro. Tais riscos eram então desconhecidos das gerações anteriores. Convive-se com o progresso e com o risco de guerras maciçamente destrutivas, com o controle da natureza e com o risco de uma catástrofe ecológica, com um alto volume de produção de riquezas e com a possibilidade de um colapso dos mecanismos econômicos globais. A tradição não faz mais sentido e neste contexto, a vida diária é constituída no jogo entre o local e o global (GIDDENS, 2002, p. 13). Na alta modernidade ou modernidade tardia, na terminologia de Giddens, transforma-se a intimidade. Os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida em meio a multiplicidade de escolhas postas pelos sistemas abstratos daquela modernidade. Como um breve exemplo, os trabalhadores com quem dialogamos no trabalho de campo apontam para uma dificuldade inicial em suas relações com a "cidade grande", por exemplo. Tratava-se não apenas de mudar de um lugar para o outro, mas começar a experimentar uma vida que implicava em negar ou negociar tradições, aprender um ofício diferente daquele que estava habituado e se relacionar com pessoas de diferentes regiões de um país com dimensões continentais. No tocante aos fenômenos migratórios, sobretudo daqueles trabalhadores provindos do Nordeste e de outras cidades pequenas, com forte tradição rural, Fontes (2008) aponta em sua obra que não eram

poucos os que, tendo vindo para São Paulo, retornavam aos seus lugares de origem por dificuldades de adaptação à nova vida[86].

Para Stuart Hall assiste-se nos últimos anos uma verdadeira explosão discursiva em torno das identidades. O senso comum o trata como sendo algo dado a partir do reconhecimento de uma origem comum partilhadas por grupos ou pessoas ou a partir de um mesmo ideal. Mas, entende o autor, a identificação não é um processo completado, acabado; a identificação é condicional, embora seja cercada por determinações de existência e dos recursos materiais e simbólicos que a sustentam, "a identificação é, pois, um processo de articulação, uma saturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção" (HALL, 2005, p. 106).

As discussões sobre identidade, portanto, vicejam em meio a um momento em que os processos de globalização têm afetado ou perturbam uma imagem de pertencimento, de comunidade. Na modernidade tardia cada vez mais as identidades são fragmentadas, não unificadas, diferente das concepções que supunham um núcleo estável, fixo, de pertencimento cultural homogeneamente constituído. Identidades são incessantemente reconstituídas, em oposição ao Outro, em contraste com o diferente de mim; são construídas na diferença diante do outro (HALL, 2005, p. 110).

Sob outro ângulo alguns autores localizam na pós-modernidade uma ascensão do consumo como suporte para identidades. Nestas análises é possível estabelecer uma conexão entre a auto-identificação e o consumo. Este é tomado como uma estratégia para o estabelecimento e/ou a manutenção da identidade. O consumo, nesta linha, é considerado mais do que simples aspectos materiais de subsistência. O consumo dentro dos limites do sistema mundial é sempre um consumo de identidade, canalizado por uma negociação entre a autodefinição e uma série de possibilidades oferecidas pelo mercado capitalista (FRIEDMAN, 1999, p. 332). Sob esta perspectiva, os produtos de consumo podem ser considerados como constituintes da identidade pessoal e da identidade social.

---

[86] É neste sentido em que diante dos desafios de uma nova vida, urbana e operária, muitos trabalhadores constituíram diferentes estratégias para superar a fase de adaptação. Conforme Fontes (2008), as "redes sociais, no mais das vezes em relações informais entre familiares, amigos, conterrâneos e membros da comunidade, foram fundamentais não apenas para o processo de migração das zonas rurais pra a cidade, que grande parte deles vivenciou, mas também para o enfrentamento das dificuldades da vida urbana e dos dilemas do mundo do trabalho". Sobre isto ver a obra, fruto da pesquisa de doutoramento do autor: Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945 – 66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Os produtos são fabricados globalmente não apenas para serem consumidos por seu valor de uso ou funcionalidade, mas principalmente por seu valor simbólico, pelo qual os indivíduos passam a se reconhecer e se diferenciar. Estaríamos diante de uma intensificação dos processos de fetichização das mercadorias (SEVERIANO E ESTRAMIANA, 2006, p.18,19).

A constituição das identidades, para outros autores, não pode ficar circunscrita ao campo dos processos simbólicos. É preciso também ressaltar a existência de uma base material, uma dimensão territorial, como referência para a construção de muitas identidades (HAESBAERT, 1999, p. 174). Neste sentido, uma identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, "dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico" constitui-se em parte "fundamental dos processos de identificação social" (HAESBAERT, 1999, p. 172). Nesta linha, não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. Apenas para pontuar um exemplo, nas entrevistas que fiz com os trabalhadores, como se verá mais adiante, moradores do Complexo do Alemão diziam que sentiam "vergonha" do lugar e omitiam seu endereço em muitas situações sociais, particularmente em entrevistas de emprego, com receio que a associação da pessoa ao lugar não garantisse qualquer acesso à vaga. Ou seja, temos um território atravessado por representações que limitam o acesso a determinadas empresas[87].

Também analisando os aspectos que desenham a modernidade, Zygmunt Bauman se utiliza da expressão *modernidade líquida* em oposição a uma *modernidade sólida* que teria perdido seus principais fundamentos. A modernidade sólida associava-se à idéia de segurança, do Estado-providência, antigos vínculos comunitários traziam a sensação de segurança, de acolhimento, de proteção[88]. O Estado moderno buscou administrar o medo, a insegurança, criou uma rede de proteção (serviços de saúde, educação pública, casas populares, segurança etc.).

---

[87] Sobre este tema, um importante trabalho é o de Ana Lucia Maiolino, "Espaço Urbano – conflitos e subjetividades", Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2008.

[88] A idéia de uma comunidade aparece frequentemente associada ou em oposição a idéia de sociedade. Para alguns autores a idéia de comunidade parece acompanhar o desenvolvimento da modernidade ocidental e busca-se incessantemente um retorno àquela comunidade imaginada, ideal, utópica. Na perspectiva de Pelbart, "a comunidade perdida não passa de um fantasma. OU aquilo que supostamente se perdeu da 'comunidade', aquela comunhão, unidade, co-pertinência, é essa perda que é precisamente constitutiva da comunidade. Em outros termos, e de maneira paradoxal, a comunidade só é pensável enquanto negação da fusão, da homogeneidade, da identidade consigo mesma" (2002, p. 98).

Conforme Bauman, isso caracterizou uma “fase sólida” da modernidade (2009, p.18). A América Latina, todavia, deve ser vista dentro de suas particularidades, uma vez que o autor privilegia um olhar para o cenário europeu da solidificação daquele modelo de Estado. Apenas em parte o Brasil assistiu a emergência daquele modelo de proteção.

A experiência do trabalho no longo prazo, as rotinas compartilhadas, uma carreira delineada, tediosa, porém tranqüilizadora garantida pela aparente estabilidade eram elementos que mantinham os riscos do mercado de trabalho à distância. Para Bauman, havia um aspecto coletivo naquele modelo de trabalho que garantia alguma solidariedade. “A solidariedade transformou a capacidade de trabalhar em capital substituto, que, como se esperava – e acertadamente - , podia servir de contrapeso para o poder combinado dos capitais de outro tipo” (idem, p. 19).

A modernidade líquida, por sua vez, é a caracterização da emergência do medo, das incertezas, do fugidio, da competição. Os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos – escassos e claramente inadequados. “Se, entre as condições da modernidade sólida, a desventura mais temida era a incapacidade de se conformar, agora – depois da reviravolta da modernidade ‘líquida’ – o espectro mais assustador é o da inadequação” (p. 22).

Em sua acepção, a redução do controle estatal produziu os medos modernos. Em nosso meio o poder estatal, entretanto, foi incapaz de universalizar direitos na garantia de alguma estabilidade; o trabalho regulado aqui se constituiu em cima de uma massa de desempregados – no campo ou na cidade - que sempre buscava formas alternativas de sobrevivência.

No contexto brasileiro, se não houve aquela consolidação mediada pelo trabalho, porém, ao menos o horizonte de um estado forte em ampliação de direitos sociais estava posto. Conforme se perceberá mais adiante, a Carteira de Trabalho, como algo concreto e simbólico ao mesmo tempo, figurava a possibilidade de previsibilidade, de previdência, de garantia da sobrevivência entre muitos trabalhadores do Complexo do Alemão. Entretanto, o gradual desmonte de uma política naquela direção, embora dentro dos limites do capitalismo, trouxe implicações de diversas ordens. Tal desmonte é a expressão de novas bases no

conteúdo e na forma do trabalho que afetaram (e afetam), em diferentes graus, todas as regiões do globo.

3.2. **Identidades em tempos de flexibilidade**

Considerando ainda as reflexões sobre globalização e modernidade, Richard Sennett, se propõe a analisar algumas das metamorfoses do capitalismo em fins do século XX, bem como as formas e conteúdos daí provenientes. Para ele o chamado *capitalismo flexível* golpeia instituições, pessoas, identidades. "Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos?" (SENNETT, 2005, p. 27). O capitalismo de curto prazo, a nova economia, corrói o caráter do indivíduo, "sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável" (SENNETT, 2005, p. 27). Numa acepção crítica, Sennett declara que o que chamam de "mudanças", na verdade deveria se chamar "deriva". Para ele,

> O termo caráter concentra-se, sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Da confusão de sentimentos em que todos estamos em algum momento particular, procuramos salvar e manter alguns; esses sentimentos sustentáveis servirão a nossos caracteres. Caráter são os traços pessoais que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem (p. 10).

A inexistência do "longo prazo", em Sennett, se aproxima das discussões em torno da "flexibilidade". Para ele, três elementos são constitutivos das modernas formas de flexibilidade, evidenciando que se trata de um "sistema de poder", a saber: (1) a "reinvenção descontínua de instituições"; (2) "especialização flexível de produção"; (3) e "concentração de poder sem centralização" (p. 54). No primeiro elemento, acredita-se que as redes elásticas sejam mais elásticas e abertas à reinvenção decisiva do que as hierarquias piramidais tal qual aquelas que dominavam na era fordista.

A especialização flexível, por sua vez, atende cada vez mais rápido o fluxo de produtos dos mais variados no mercado, o que consiste numa "antítese do sistema

de produção incorporado no fordismo" (p. 59). Nas suas palavras, "a especialização flexível serve à alta tecnologia; graças ao computador, é fácil reprogramar e configurar máquinas industriais. A rapidez das modernas comunicações também favoreceu a especialização flexível, pondo dados do mercado global ao alcance imediato da empresa" (p. 60). Esta forma de produção exige tomada de decisões rápidas e as demandas do mundo externo determinam a estrutura das instituições.

A terceira característica de um regime flexível, a concentração de poder sem centralização, figura, na acepção de Sennett como uma afirmação falsa. "Há um enorme continente de poder no arquipélago de poder flexível", nas palavras de Sennett (2005, p. 64). Não havendo uma estrutura piramidal, na verdade, tem-se uma estrutura mais complexa onde se pratica a concentração sem centralização e a dominação do alto é ao mesmo tempo forte e informe. O poder pode ser exercido instituindo-se metas de produção ou lucro para uma ampla variedade de grupos na organização, e que cada unidade tem liberdade de cumprir da maneira que julgar adequada. Entretanto, é raro as instituições estabelecerem metas de fácil cumprimento. As unidades (descentralizadas) são pressionadas a produzir acima de suas capacidades imediatas.

Nesta nova configuração, portanto, exige-se um trabalhador igualmente flexível, que *se adapte ao novo*, que esteja *aberto às mudanças*, que *enfrentem riscos calculados*, que *saiba trabalhar em equipe*. Já não importa termos como "estabilidade", "carreira" (a não ser se estiver associado ao termo "sucesso"), "longo prazo", "experiência". Neste contexto discursivo, o mercado é dinâmico para permitir que as coisas sejam exatamente igual ano após ano. Durante as entrevistas diversos trabalhadores mais jovens disseram que a pessoa que chegava à aposentadoria tendo permanecido por toda a vida no mesmo emprego era "acomodada". Desse modo, "acomodar-se" é o oposto de "movimentar-se", portanto, numa clara acepção de ser flexível, dinâmico.

Somado a isto, nas modernas formas de gestão é exigido um envolvimento e colaboração do trabalhador como fator estratégico para os ganhos de produtividade (SANTOS, 2004). Numa época de insegurança no emprego, multiplicam-se as estratégias de cooptação, de convencimento quanto ao projeto da empresa. Evocam-se na empresa valores familiares, comunitários; dá-se valor aos trabalhos voluntários e a "ação social" como parte de programas de "responsabilidade social" (BEGHIN, 2005). Isso, todavia, não deve ser visto como algo notadamente novo.

Algumas empresas mesmo na década de 1970 e 80 já trabalhavam com a idéia da empresa como uma “família” (é o caso da Indústria Papelaria União e da Fábrica de Papéis Santa Cruz, ambas falidas, das quais entrevistei dois trabalhadores que apontaram para esse caráter familiar no ambiente de trabalho: “*Antes desse período, de entrar os computadores, a firma era comandada pelos pais, Dr. Rodolfo, Dona Maria Rezende. A empresa era uma família pra gente*”; Sr Isaac, aposentado; “*As pessoas gostavam muito dali. Tinha um funcionário lá que era o primeiro emprego, se aposentaram lá e continuavam lá. As pessoas ficavam 30 e 40 anos lá. Eles [os donos] eram muito fiéis pra gente, eram muito bons*...”, Jane, aposentada).

Em algumas empresas hoje, inclusive, fazer serviços voluntários entra como quesito de contratação, de seleção. Tal ação é percebida pelo empregador como a constituição de valores comunitários desse novo trabalhador.

3.3. **Identidade operária e projetos societários**

No tocante a existência de uma identidade operária, diversos estudos vem se dedicando a identificar características culturais peculiares por ela assumidas em diferentes contextos históricos, bem como a analisar os processos simbólicos que perpassam o próprio processo de sua formação e reconfiguração. Há certo consenso na literatura de que a fase de industrialização que marcou boa parte do século XX, os embates políticos conjugados com a possibilidade de mobilidade social, de consumo e garantias trabalhistas, serviu como plataforma de constituição de uma identidade operária (THOMPSON, 1987; BATALHA et al, 2004).

Durante boa parte do século XX o conceito de classe perpassou os debates em torno de uma identidade operária. Do lado daqueles que visavam o fortalecimento da classe operária como possibilidade de levar adiante o embate e a vitória contra o capital, a identidade figurava como um elemento central. A construção da idéia de classe se daria a partir dos processos e relações entre indivíduos localizados numa estrutura produtiva e que compartilhavam experiências e semelhanças nos modos de vida que os levavam a um processo de identificação e a formas de ação comum (BILHÃO, 2005, p. 30).

Todavia, elementos da elaboração de um novo *ethos* do trabalho na nova economia flexível estão colocados diante das transformações na forma e no conteúdo do trabalho. As mudanças trazidas pelas novas dinâmicas pretendem se impor à totalidade social como algo “natural”.

O que se assiste é a formação de um novo ambiente cognitivo e afetivo, “que transcende o âmbito da empresa e se irradia pela totalidade social” (RUMMERT, 2004). Neste bojo, as estratégias de elaboração de um novo *ethos* do trabalho conduzem-nos a considerar o modo como vem sendo difundidas novas formas de conceber as identidades dos trabalhadores. Travam-se embates neste campo ligados à manutenção da hegemonia sobre o conjunto dos trabalhadores. O conceito de hegemonia foi amplamente utilizado nas formulações de Gramsci (1991). Escrevendo no início do século XX, no contexto Europeu de ascensão do modelo industrial, Gramsci argumenta que a hegemonia se dava por meio da direção moral e direção política de uma classe ao assumir o poder sobre as classes concorrentes e aliadas. O principio da hegemonia implicaria na direção cultural e ideológica que “a classe que é ou se propõe a ser fundamental – hegemônica – imprime à ação das demais classes, exercendo sobre estas uma ação primordialmente educativa” (RUMMERT, 2004, p. 2). Gramsci elabora uma questão que está na base de suas investigações e reflexões: “por que e como se difundem, tornando-se populares, as novas concepções de mundo?” (GRAMSCI, 1978A, p. 24). A hegemonia de uma classe, portanto, fará subordinar intelectualmente as demais classes, exercendo uma atuação educativa (NEVES E SANT’ ANNA, 2005).

Os elementos de construção da hegemonia passariam pela dimensão econômica, mas não exclusivamente por ela. A hegemonia fundamenta-se, primordialmente, no consentimento “espontâneo” e “voluntário”, isto é, no consenso, o qual assume significados diversos de acordo com as diferentes formas de relações de produção de uma dada hegemonia materializada. Uma classe, ao tornar-se hegemônica, deverá difundir e sustentar sua concepção de mundo, influenciando em todos os aspectos da vida e do pensamento da sociedade, através do processo de difusão da ideologia que imprime características específicas à sua ação. Neste sentido, cada formação econômico social terá uma ideologia subjacente que a diferencie das formas precedentes.

Entretanto, nas diferentes dimensões da vida, entre elas o mundo do trabalho, expressas num lugar, atravessadas pelas contradições e conflitos postos tanto numa

“arena global” como nas dinâmicas locais, o permanente exercício da hegemonia, “através de uma multiplicidade de formas e mediações é, em si mesmo, a evidência de que uma dada totalidade social não constitui um todo harmonioso” (RUMMERT, 2004, p. 26). Na tentativa de recusar qualquer aparência de determinismo, Rummert destaca que,

> As disputas por poder material e simbólico, que se desenrolam, predominantemente, no plano cultural, nas formas através das quais os eixos essenciais de uma determinada concepção de mundo são produzidos, incorporados, reelaborados ou recusados pelas classes e frações de classes que constituem a totalidade social, representam, assim, plena expressão do princípio teórico-prático da hegemonia (RUMMERT, 2004, p. 26).

A possibilidade da garantia da hegemonia é, neste sentido, mediada pelo que Gramsci chamou de *aparelhos de hegemonia*. Eles reúnem um complexo de instituições da sociedade civil em suas múltiplas articulações e vários subsistemas, incluindo a igreja, o sistema escolar, os meios de comunicação, a organização cultural, partidos, sindicatos, associações, entre outros. São organismos sociais coletivos relativamente autônomos em relação à sociedade política. O conceito de aparelhos de hegemonia irá qualificar e precisar a hegemonia de uma classe como direção política e cultural, compreendendo-se, desta forma, que a função dos mesmos é a de garantir a coesão do Estado de solidificar, através do consenso, o poder de determinada classe no bloco social (RUMMERT, 2004, p. 6)[89].

Em meio a essa discussão, o conceito de ideologia emerge como uma ferramenta fundamental. Ideologia aqui entendida não restrita à idéia de falsa consciência, ou falsas representações, mas como substrato do imaginário, capaz de amalgamar desejos, aspirações[90]. Neste sentido, o imaginário vai além das expressões arcaicas, sedimentadas na cultura de um povo[91]. Nossa visão de mundo é orientada pelas condições objetivas em que nos encontramos. Em Gramsci, as

---

[89] Embora reconheça que esses aparelhos possuem a complexa tarefa de harmonizar os interesses das classes e frações de classes, como ainda organizar e organicizar as proposições mais afeitas a esses interesses particulares, constituindo-os como gerais, “os aparelhos privados de hegemonia, na visão gramsciana, [não são] meros instrumentos reprodutores de uma lógica que lhes é imputada externamente. Sob perspectiva radicalmente distinta, tais aparelhos guardam em si mesmos a possibilidade de, conforme a conjuntura histórica, responder contraditoriamente a determinadas demandas e orientações, abrindo espaço para a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia” (NEVES E SANT’ ANNA, 2005, p. 27).

[90] Uma discussão sobre as polêmicas e bifurcações sobre ideologia pode-se remeter a Eagleton, T. *Ideologia – Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista e Editora Boitempo, 1997.

[91] Neste tema, veja Konder, Leandro. O futuro da filosofia da práxis. O pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992b.

ideologias se constituem em uma concepção de mundo orgânica a uma classe social e posta a serviço da construção ou manutenção da hegemonia (1982). As disputas por hegemonia, presentes entre as classes e frações de classe eclodem a partir de diferentes projetos, idéias, projeções. “Embora esteja marcado pelo conformismo e pela estabilidade, no imaginário estão presentes ‘as inquietações, os sonhos, as aspirações e os traços dos inconformismos’” (RUMMERT, 2004, p. 8).

O imaginário social é elaborado a partir de um feixe de relações imagéticas, projetivas, que atuam como memória de um grupo, de uma cultura. É aí que é possível identificar diferentes percepções dos sujeitos em relação a si mesmos e aos outros. Vários entrevistados aqui nesta pesquisa, e que aparecerão mais adiante, mostraram o quanto o “vir para a cidade”, “deixar a roça”, o “ser operário”, ou ainda o “mudar de profissão” ou desejar “algo melhor para os filhos” emergem como percepções sobre si e projetos de vida. As experiências da fábrica e da cidade assumem conotações de um imaginário e de um projeto que possui como referente determinado território e as relações econômico-sociais que ali se desenrolam.

As ideologias, portanto, abrigam representações, imagens, valores, projetos, padrões de comportamento e interdições. Tais elementos isoladamente não constituem uma ideologia. É preciso que haja, conforme aponta Rummert, uma seleção e articulação desses elementos, seja rejeitando-os ou ressignificando-os:

> É precisamente essa dinâmica de constituição que nos traz a importância do imaginário, uma vez que os símbolos e representações através dos quais as ideologias adquirem expressão, para serem acolhidos por aqueles que representam o objeto da ação de hegemonia, precisam estar, de forma direta ou indireta, vinculados a ele (2004, p.8).

As representações também estão presentes num espaço socioterritorial, como apontei mais acima. Ou seja, determinado espaço é constituído pela que há de concreto conjugado com as representações e os símbolos que o caracterizam. Morar e trabalhar em determinada cidade pode ter para o trabalhador um “status” diferenciado de outras regiões. Pertencer a um determinado território pode ampliar ou reduzir estruturas de oportunidades. As identidades que emergem daí partilham de referentes simbólicos em comum.

Desse modo, entendemos que a ideologia, no sentido cultural e político, desempenha funções ordenadoras na sociedade e, difundidos por discursos explicativos sobre a realidade, terminam por construírem um sistema de referências compartilhado pelo conjunto da sociedade. Conforme Rummert,

> É no âmbito deste sistema de referências que os indivíduos e os grupos sociais se reconhecem a si próprios e, ao mesmo tempo se identificam como parte de um 'nós' em que se percebem incluídos. A identidade significa, assim, um sentimento de 'pertença' – que pode ser organicamente construído ou atribuído do exterior – a um determinado grupo e a um determinado projeto (RUMMERT, 2004, p. 9).

O início do século XX no Brasil foi marcante os discursos sobre as concepções de modernidade e progresso. O mundo foi marcado por uma aura de modernidade desde a segunda metade do século XIX estendendo-se às primeiras décadas do século XX onde o "progresso" era a tônica, a eletricidade, o vapor, o aço e ferro, contribuíram para firmar o capitalismo em âmbito internacional. Para Rummert,

> Nesse processo, um conjunto de eventos-monumento se destacou pela importância simbólica que assumiu. Foram as grandes exposições mundiais que, em suas diferentes dimensões, sempre colossais e solenes, revestiam-se de um caráter pedagógico, valorizador da racionalidade, da unidade, do congraçamento e da cooperação universais, da ciência e da técnica (2000, p. 38).

A Era Vargas, pós-1930, retomo aqui, registra um período importante da construção de um imaginário do "homem de bem", do "homem trabalhador". O trabalhismo no Estado Novo se constituiu num esforço de construção de um projeto identificatório para o conjunto da sociedade, estando em presença das disputas por hegemonia. Vargas, na tentativa de expulsar definitivamente a "vocação agrícola" do país e modernizá-lo, leva a cabo diversas propostas na direção da formação e conformação da força de trabalho de então. Em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, logo batizado de "Ministério da Revolução", pelo seu primeiro titular, Lindolfo Collor (LUCA, 2001, p. 51). Vargas ampliou a legislação de proteção ao trabalho que já vinha sendo traçada desde as décadas anteriores e apresentou uma série de projetos relativos à duração da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e de menores, convenções coletivas de trabalhos, salário mínimo, juntas de conciliação e julgamento. Vargas ainda tomou duas medidas que foram o decreto 19.770, de março de 1931, que regulamentava a sindicalização de patrões e operários, e o decreto 20.291, de agosto do mesmo ano, que estipulava a presença de dois terços de trabalhadores nacionais no total de empregados das empresas.

Não apenas a construção de uma imagem do operário-padrão, do incentivo à industrialização, da sindicalização compulsória, mas a construção de um mito na tentativa de construir uma imagem positiva de Getúlio como “pai dos pobres”. Foram emblemáticas algumas ações e discursos que buscavam consolidar um verdadeiro culto à personalidade de Vargas, desfiles, “manifestações e programas de rádio comemorando seu aniversário em 19 de abril, enaltecendo suas qualidades pessoais de ‘coragem, magnanimidade e singeleza’” (BRANDI, 1983, apud LUCA, 2001, p. 60).

Compartilho do argumento de que as ações visando a um futuro desejável estão fundadas no principio de que cada futuro desejável abriga um projeto de sociedade e, conseqüentemente, um projeto identificatório. Os elementos deste projeto, “devem repercutir, positivamente, no imaginário para serem acolhidos e, também, para serem reconhecidos como expressão sistematizadora de aspirações que motivem para a adesão e para a luta visando conquistá-la” (RUMMERT, 2004, p. 11). Nesta direção,

> Um projeto identificatório só pode tornar-se hegemônico, isto é, só pode ser efetivamente acolhido e reconhecido como passível de investimento afetivo, se aqueles a quem se destina nele identificarem um caráter de certeza de sua factibilidade, mesmo que tal certeza seja ilusória (p. 13).

Os discursos da nova economia devem, neste sentido, também estar ancorados em alguma forma de certeza por parte dos trabalhadores. A mudança advinda com a reestruturação produtiva, a economia flexível, redunda em impactos sobre a construção da concepção de mundo de cada trabalhador, como ainda o conjunto da sociedade. Tais impactos, todavia, devem ser vistos a partir de particularidades de cada local. Entretanto, numa dimensão mais geral, a difusão de discursos sobre um novo momento, um novo trabalhador, um novo homem, difunde-se pelo conjunto da sociedade. Trata-se de um momento em que se tece uma nova cultura, calcada na lógica de um “novo” mercado, com ênfase na competitividade, no individualismo, no esforço de cada trabalhador. Os discursos, expressões de disputas por hegemonia, são povoados por algumas ênfases na atual conjuntura:

> No novo momento histórico, que, na realidade, significa o novo estágio tecnológico e gerencial da produção; na nova identidade do trabalhador, que, supostamente, o coloca no centro do processo produtivo; na nova educação que qualifica para a modernidade; na subordinação das máquinas ao homem; na liberdade adquirida com a nova formação e com a nova forma de organização do trabalho; na coragem para vencer desafios e na competitividade. Eis os pontos centrais do projeto

> identificatório ora apresentado, ao trabalhador, pelo capital (RUMMERT, 2004, p. 13,14).

Como salientou Gramsci, quando de suas análises sobre o americanismo e fordismo (2001), no contexto do desenvolvimento do início do século XX, o que estava em jogo era a formação de um novo modo de vida, de um novo tipo, ou novos tipos de civilização, um novo trabalhador, com contexto do industrialismo do início do século XX. Em tempos de flexibilidade, desse modo, se requer trabalhadores igualmente flexíveis.

Nesta direção, as identidades dos trabalhadores podem acumular valores e referências produzidas por grupos que detém o poder material e querem imprimir um conjunto simbólico sobre os demais. Podem também representar desejos e aspirações que encontrariam respaldo ou recusa a identificar-se com os valores produzidos a partir de outros contextos simbólicos. Os processos identificatórios são atravessados por conflitos e contradições. O espaço de vida dos trabalhadores é também o espaço de manifestações múltiplas de participação, cultura, expressões de valores, representações, aspirações, projetos etc. É ali, e a partir dali, do espaço territorial vivido, nas suas mediações, que estabelece redes de sociabilidade, de referências, amplia recursos e oportunidades, define ações políticas, participa de experiências significativas junto a outros trabalhadores. No entanto, tal constituição não se dá sem conflitos ou disputas que operam no interior dos grupos. Nas entrevistas, apenas para citar um exemplo, como se verá no capítulo V, não eram todos os trabalhadores que se identificavam com as lutas reivindicatórias comuns; ao contrário, muitos disseram que preferiam estar “ao lado dos patrões”. Neste sentido, conforme discutido por Thompson (1987), classe operária ou consciência de classe não se dão a priori na luta de classes. No entanto, será a partir da luta de classes que, compartilhando experiências comuns de exploração, os sujeitos podem constituir-se em força política capaz de resistir o controle do capital sobre o trabalho.

As concepções que definem a identidade como algo dinâmico, a partir de um conceito cultural, contribui com as reflexões aqui realizadas, mas a abordagem da identidade do trabalho, atravessada pelos conflitos e contradições é a que mais se aproxima do campo aqui em análise. A idéia da construção de um projeto identificatório, e de um projeto societário calcado na idéia da modernidade industrial forjou uma época que perdurou por muitas décadas. Não é coerente, todavia, dizer que tal época se encerrou totalmente e vivemos, no contexto do Rio de Janeiro, uma

nova modernidade industrial e tecnológica, quando cerca-nos exemplos das formas fabris mais antigas e de relações de trabalho cada vez mais precarizadas.

A antiga fábrica e seus mecanismos - frágeis ou não – de proteção social, trabalhista – teria sido um elemento fundamental na organização dos referenciais de vida desse trabalhador. A adesão ao projeto da fábrica, o "vestir a camisa", numa acepção popular – a aproximação desse operário com a fábrica pode ser indicativo de adesão àquele modelo de relações sociais de produção. Embora não se deva excluir a possibilidade da existência de contradições no contexto da experiência da fábrica, numa região onde a paisagem era marcada pelas silhuetas das fábricas, outras modalidades de trabalho eram marginais, como apontam as falas dos antigos trabalhadores.

De acordo com os referenciais apontados aqui, entretanto, tais percepções podem estar radicadas em projetos orientados de acordo com a ideologia dominante, como podem ainda representar uma adesão voluntária, a partir de aspirações presentes no imaginário, e acolhidas como um investimento afetivo deste trabalhador.

Como apontado no capítulo primeiro, a região do Complexo do Alemão se constituiu atravessada por um ethos do emprego fabril, o que não foi exclusividade daquela região na cidade do Rio de Janeiro. A vigência daquele modelo, bem como o esvaziamento fabril observado, acompanhou o próprio desenvolvimento da cidade, inserido numa dinâmica econômica mais ampla. A educação do trabalhador para aquele contexto se dera sob as bases de um modelo fabril calcado na baixa ou nenhuma especialização, no posto fixo de trabalho, e nos comportamentos que conformavam um "operário-padrão".

O desenvolvimento industrial fez surgir segmentos de trabalhadores que se identificavam por suas ocupações e construíam sua subjetividade a partir do universo do trabalho[92]. Em determinados grupos sociais a experiência do trabalho se constitui em uma das principais referências da elaboração de identidades. Como ainda a experiência do trabalho pode servir como parâmetro negativo para a constituição da biografia dos sujeitos. Não raro, trabalhadores entrevistados de modo algum desejavam a ocupação dos pais. Ser operário - se representara algum

[92] A criação das sociedades de ajuda mútua, no Rio de Janeiro é exemplo de uma solidariedade de classe constituída a partir de ocupações profissionais. Sobre este assunto ver o capítulo "os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira", in: Batalha, Claudio H. M.; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre. Culturas de Classe – identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

status em determinado momento do desenvolvimento industrial brasileiro - pode expressar, como já apontei, fortes sentimentos de recusa, de desdém em outro momento.

Todavia, as escolhas da profissão ou ocupação, no caso da região do Complexo do Alemão, nem sempre se deram, conforme pontuo mais à frente, a partir de uma escolha, mas a partir dos imperativos da sobrevivência, da composição da renda familiar.

A experiência do trabalho, em suas múltiplas manifestações de produção da existência, conjuga relações entre as formas objetivas da realidade e as representações criadas e mantidas junto às classes trabalhadoras como recurso ora de hegemonia e manutenção do *status quo* ora de possibilidades contra-hegemônicas ou de superação, sempre conflituosa, do cenário construído e das identidades em jogo.

Novos referenciais de análise nos permitem hoje escapar ao determinismo presentes em aportes que colocavam a sociedade ou a estrutura acima do sujeito, como um ente invisível, auto-existente a construir as realidades objetivas. Do mesmo modo, as reflexões sobre identidades escapam hoje a um referencial que as consideram como algo homogêneo, ou ainda a existência de comunidades sociais integradas e culturalmente estáveis. De algum modo, todavia, não se pode desconsiderar a existência de uma cultura operária, talvez em menor grau diante de uma nova morfologia do trabalho, mas que contribui no processo de reelaboração de experiências que assumem os contornos de uma identidade de classe.

Muitos estudos de identidade operária buscaram focalizar os elementos estruturantes da coesão política dos trabalhadores a partir do ativismo, das lutas e da organização sindical. Conforme Batalha et al (2004), ao enfocar o ativismo e a consciência de classe, alguns estudos tenderam a idealizar as comunidades operárias, concebendo-as como coletividades relativamente indiferenciadas e homogêneas, enquanto subestimavam os aspectos que indicavam dispersão e variabilidade de referências e comportamentos sociais (p. 13).

Mesmo ao longo do século XX não se era possível falar em homogeneidade operária, hoje, com novas formas e conteúdos do trabalho, ocorreria uma maior heterogeneidade na estrutura de ocupações e diversidade das formas de contratação do que aquelas presentes anteriormente. Ocorre, neste sentido, grande diferenciação social de diversas ordens. A diferenciação social no emprego pode

sofrer muitas variações considerando o tipo de empresa (nacional, multinacional, de grande, médio ou pequeno porte), o ramo da produção (metalúrgico, têxtil, confecção, gráfico, celulose e papel, siderúrgico, etc.), o tipo de contratação (efetivo, terceirizado, tempo parcial, tempo determinado), a função exercida (função mais qualificada ou menos qualificada) e os salários. Dado a fragilização e precariedade nas relações de trabalho, observa-se maior disputa por emprego entre os trabalhadores. Em muitos casos tais diferenciações (como aquelas entre efetivos e terceirizados) podem provocar disputas entre trabalhadores.

Embora o "pacto keynesiano" não tenha sido completo em nosso país, a indústria continua como um eixo dinâmico, embora com menor participação no conjunto da força de trabalho. De acordo com informações expostas no documento "A indústria e o Brasil – uma agenda para crescer mais e melhor", da Confederação Nacional da Indústria (CNI), "hoje, um de cada quatro trabalhadores formais está empregado na indústria. A indústria paga 27% do total de salários da economia e responde por 22% do PIB do Brasil" (2010, p. 17). E completa dizendo que quase 70% de nossas exportações sai das indústrias aqui instaladas[93].

Conforme define Castel (1998), na nova economia há um conjunto de trabalhadores que constitui um mercado primário onde se localizam os trabalhadores mais qualificados, mais estáveis e um mercado secundário, onde se localizam aqueles trabalhadores menos qualificados, precarizados, submetido às flutuações da demanda (p. 523, 524).

Harvey aborda essa diferenciação a partir da figura de três círculos concêntricos. O centro é ocupado por profissionais em tempo integral, fundamentais para o desenvolvimento de longo prazo da instituição, com vantagens generosas e maior segurança no emprego. O círculo intermediário, ou como ele chama – a periferia - é constituído por empregados em tempo integral, mas com habilidades facilmente disponíveis no mercado, com altas taxas de rotatividade. O terceiro e mais externo círculo é o que goza de menor segurança no mercado, inclui empregados em tempo parcial, temporários, terceirizados, etc., grupo este que tende a crescer significativamente. Para Harvey, no entanto, a atual tendência dos

[93] Deve-se notar aí, no entanto, que mais de 1/3 das exportações brasileiras em janeiro de 2010, referiam-se a insumos básicos (petróleo, minério de ferro, carne bovina, frango, café e outros do gênero), segundo informações do Ministério do Desenvolvimento. Ver www.dsenvolvimento.gov.br "Exportações em janeiro/2010 crescem 21,3% em relação janeiro/2009". Matéria veiculada em *01/02/2010. Acesso em abril de 2011.*

mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (p. 143, 144).

Algumas identidades operárias ao longo do século XX no Brasil foram constituídas a partir da idéia da qualificação. Trabalhadores possuidores de um ofício buscavam distinção dentre os demais menos qualificados. Estudando o caso específico de Porto Alegre, Bilhão (2005), explica que no início do século XX a atividade do operário industrial, permitiu a constituição de uma nova conduta pautada no pertencimento a uma coletividade de operários (p.18). Diante das atuais flutuações no mercado global, bem como na rotatividade e insegurança do trabalho, a construção de uma coletividade estaria em processo permanente de ameaça.

A reflexão sobre a constituição e reelaboração de identidades deve levar em conta a gama de representações que podem, numa direção provocar rupturas com a ordem estabelecida ou em outra reforçar elementos de dominação e reprodução de desigualdades. Uma questão central reside no fato de investigar como se formam os desenhos de identidade coletiva, e quais são os instrumentos que se utilizam para forjar um sentido de quem é ou deve ser esse trabalhador e, de outro lado, como esse trabalhador reelabora, reconstitui, processa essas novas imagens identitárias. Dessa forma, no próximo capítulo trarei elementos que contribuirão para pensar as características dos trabalhadores da região do Complexo do Alemão, balizado pelo conjunto das entrevistas realizado.

4. O PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO DO TRABALHADOR DO COMPLEXO DO ALEMÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Nos capítulos anteriores busquei estabelecer o esteio histórico e teórico pelo qual constituí a discussão sobre as transformações socioeconômicas na região do Complexo do Alemão. A partir deste ponto, exponho o campo empírico propriamente e dados consolidados a partir de um contato com trabalhadores daquela região. No diálogo, estabelecido a partir de um roteiro de entrevista, busquei resgatar, a partir dos relatos orais dos entrevistados, a experiência do trabalho, nas suas diferentes dimensões, ocorridas no contexto industrial daquela região do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

Tendo em vista a coleta de alguns dados, estabeleci diversos contatos com os trabalhadores do cinturão fabril do Complexo do Alemão considerando para três grupos para tal finalidade. Um primeiro grupo foi o de Aposentados, que doravante em alguns momentos usarei a sigla AP. Este primeiro grupo experimentou o trabalho na fábrica entre os anos 1960 e 1980. Um segundo grupo foi o de Ex-empregados em idade ativa (sigla EIA), ou seja, aqueles que trabalharam em uma ou mais das empresas que faliram ou migraram daquela região entre os anos 1980 e 2000. E um terceiro grupo foi o dos Empregados atuais (com a sigla EA), ou seja, são aqueles que na ocasião da pesquisa ainda trabalhavam em alguma empresa remanescente na área do Complexo do Alemão. Um quarto grupo, eleito com finalidade distinta daqueles acima foi o dos Representantes Institucionais (RI). Neste caso, o objetivo era observar as percepções sobre as transformações socioeconômicas do ponto de vista das instituições que representavam, com perguntas diferenciadas em relação aos trabalhadores das fábricas.

O objetivo dentre os grupos de trabalhadores entrevistados foi estabelecer um corte geracional que perpassasse diferentes momentos do mundo do trabalho na região do Complexo do Alemão a partir da percepção e das representações ali construídas.

De início a proposta era fazer um contraponto entre jovens (entre 16 e 18 anos) e relacionar as percepções encontradas com trabalhadores aposentados. Caso assim tivesse feito a pesquisa de campo, teria uma análise polarizada em dois momentos e apenas dois grupos. Todavia, preferi acrescentar aqueles trabalhadores que experimentaram a vida nas fábricas e hoje possuem novas ocupações. Este

último grupo experimentou a transição entre certo apogeu econômico e o esvaziamento fabril da região. O grupo de Empregados atuais, embora alguns bem jovens, foi fundamental na análise na medida em que puderam, inclusive, expressar fragmentos da história de seus pais e família, associados ou mesmo em contraposição às suas próprias experiências de trabalhadores e moradores da região do Complexo do Alemão.

Dado as características do objeto aqui pesquisado, não me inclinei à realização de uma pesquisa de caráter quantitativo. O conjunto de trabalhadores entrevistados representa aqui apenas uma fração dos trabalhadores que vivenciaram (e vivenciam) as transformações no âmbito dos processos de trabalho e da alocação fabril-industrial na região em estudo. Busquei com isso identificar as repercussões daquelas transformações do ponto de vista identitário e social. Desse modo, tomei como meta a realização de 10 entrevistas para cada um dos quatro grupos para um mapeamento das percepções e opiniões daqueles trabalhadores e representantes institucionais.

Em relação aos 3 grupos de trabalhadores, estabeleci contato inicial com pessoas próximas a mim e também com alunos de turmas da graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde então lecionava algumas disciplinas. Obtive respostas bem positivas desse contato inicial, embora muitas não se concretizaram por diferentes motivos. Encontrar ex-empregados das antigas fábricas e que ainda estão em idade ativa foi o grupo de mais fácil acesso; inclusive neste grupo terminei por entrevistar 12 trabalhadores.

O grupo de Aposentados e os Empregados atuais foram os de mais difícil acesso. No grupo de aposentados obtive 09 entrevistas e o grupo de trabalhadores das empresas atuais, 10 entrevistas como previsto. Quanto a este último a dificuldade maior foi a questão de conciliar horários. Em algumas empresas obtivemos permissão para conversar com os trabalhadores no próprio espaço de trabalho; outras situações, o entrevistado me recebeu em casa. Isso pode, em algum momento, ter efeitos sobre algumas questões do roteiro, sobretudo quando perguntados sobre a empresa em que trabalham.

No grupo dos representantes institucionais (11 entrevistas), o contato foi feito pessoalmente por mim na maioria dos casos (06 entrevistas), mas também contei com a ajuda de algumas pessoas conhecidas que me apresentaram a alguns deles (5 entrevistas). Optei, todavia, por não apresentar informações sóciodemográficas

dos representantes institucionais, tendo em vista que o objetivo das entrevistas com eles foi saber sobre os aspectos relacionados à saída das empresas e as principais motivações a este fato e não a experiência do trabalho propriamente conforme foi feito com os três primeiros grupos.

Devo registrar que muitas entrevistas agendadas, com dia e hora marcados, não se realizaram pela recusa ou dificuldades dos entrevistados quando se aproximava a data. Cheguei a deixar o roteiro das questões com alguns, mas não obtive respostas. Isso resultou em atrasos na conclusão desta etapa.

O caráter geracional nos grupos de entrevistados foi importante na análise, uma vez que tem-se nas entrevistas trabalhadores com 70 anos de idade (mais idoso) e com 22 anos (a mais nova). Percebe-se nas falas as marcas de gerações e das percepções de trabalhadores, conforme se verá mais adiante.

Em síntese, temos os seguintes grupos e quantitativos de entrevistados:

Categoria de entrevistados	Total por categoria
Ex-empregados aposentados (AP)	09
Ex-empregados em idade ativa (EIA)	12
Empregados das empresas atuais (EA)	10
Representantes institucionais (RI)	11
Total geral	42

Tabela 1

Dentre os Aposentados (AP) e os ex-empregados em idade ativa (EIA), convém um importante destaque: 5 aposentados ainda desenvolvem alguma atividade de geração de renda, todavia sem o registro em Carteira. Dentre os ex-empregados em idade ativa (EIA), 09 desenvolvem atividade remunerada sem registro em Carteira de Trabalho, e 2 estavam recebendo seguro-desemprego e apenas eventualmente se envolvem em alguma atividade de geração de renda. Ou seja, no momento da entrevista, apenas um EIA possuía trabalho com registro em Carteira. Ainda outro trabalhador que fiz contato, um vigilante, que havia sido estampador em uma industria têxtil e de confecção, mesmo tendo feito diversos contatos pessoalmente com ele, porém, ficou muito receoso de dar qualquer entrevista; embora tenha lhe entregue o roteiro em mãos. Segundo ele, “tinha coisas pra falar” que eram “sigilosas demais”, além do mais, tinha movido uma ação

trabalhista contra a empresa e precisava de total discrição. Mesmo com minha promessa e com a apresentação dos limites da pesquisa e dos princípios éticos que a regiam, não obtive sucesso. No entanto, a última vez que o encontrei, disse-me que estava “escrevendo uma história sobre aqueles anos” na indústria têxtil e que me entregaria este material algum dia.

O contato com os Ex-empregados em idade ativa aconteceu a partir de indicações e de uma metodologia em rede, uma vez que os próprios entrevistados me indicaram outros trabalhadores. Pareceu-me que um facilitador disto e, inclusive, do maior quantitativo de entrevistas neste grupo, foi o fato de que quase todos estavam desempregados ou em trabalhos por conta própria, ou em tempo parcial.

Durante o período em que se deu a coleta dos dados e as entrevistas, surgiram diversas oportunidades de conversas informais com diferentes sujeitos. Elas serviram de alguma forma para o processo de reflexão e de orientações quanto a busca de novos dados. Exemplo disso foi a realização de uma entrevista realizada com um aposentado (72 anos). Essa entrevista não foi gravada como as demais, porém, tinha um roteiro inicial com as questões que orientavam a busca dos objetivos e desse modo, pude registrar informações importantes que ajudaram no momento de partir para um roteiro definitivo.

O nome dos entrevistados que aparecem aqui são fictícios a fim de resguardar a identidade desses trabalhadores.

A partir das informações trazidas pelo trabalho de campo, apresento aqui quem é o trabalhador do Complexo do Alemão. Aponto as características sociodemográficas daqueles que vivenciaram as mudanças no mundo do trabalho em curso naquela região. A partir do roteiro da entrevista, recortei para efeito deste capítulo os seguintes aspectos: idade, sexo, estado civil, local de nascimento, tempo de moradia na região do Complexo do Alemão, escolaridade, formação profissional, empresas em que trabalharam, ocupação atual, ocupação dos pais e exercício na função de chefia.

Na tabela abaixo (tabela 2) apresento um conjunto inicial de informações sobre os entrevistados, no que diz respeito a Idade, sexo, estado civil, naturalidade, escolaridade e ocupação atual. O objetivo é mostrar de forma rápida e consolidada esses dados, embora mais adiante eles apareçam de forma mais detalhada e separada para efeito de análises e comparações.

Grupo	Pseudônimo	Idade	Sexo	Estado civil	Nat.	Escolaridade	Ocupação atual
Aposentados (AP)	Nina	67	F	Viúva	PB	EM completo	Chefe de bancada de costura; inspetora de qualidade
	Lucia	68	F	Viúva	PB	3º ano EF	Costureira
	Jane	60	F	Divorciada	PE	4º período Pedagogia	Auxiliar de contas a pagar; secretária
	Adna	50	F	Solteira	RJ	1º ano EM	Costureira
	Júlio	70	M	Casado	MG	Alfabetizado	Operador de máquinas; contra-mestre
	Isaac	61	M	Casado	PE	Alfabetizado	Cortador; auxiliar metalúrgico
	Geraldo	61	M	Casado	RJ	EM completo	Auxiliar de produção; comerciante
	José Gomes	62	M	Casado	RJ	2ª série EF	Conferente
	Zeca	59	M	Casado	RJ	EF Completo	Operador de máquinas
Ex-empregados em idade ativa (EIA)	Vera	43	F	Casada	RN	7º ano EF	Cozinheira/copeira
	Elisa	36	F	Casada	RJ	Ensino Médio	“do lar”; ajuda na escolinha da irmã
	Isadora	45	F	Casada	RJ	8º ano EF	Diarista (foi costureira)
	Natalia	38	F	Casada	RJ	EM completo	Do lar (foi auxiliar de produção)
	Neuza	45	F	Casada	RJ Campos	EM completo	Costureira
	Eliane	40	F	Casada	RJ	ES completo	Analista de contas médicas
	Rita	38	F	Casada	RJ	EM completo	comerciante
	Janaína	30	F	Casada	RJ	EM completo	Desempregada
	Edilson	30	M	Casado	RJ	EM completo	Desempregado
	Alberto	40	M	Casado	RJ	ES completo	Secretário da Associação de moradores;
	Ricardo	50	M	Casado	RJ	5º per. Pedagogia	Vendedor autônomo
	Cícero	50	M	Casado	SP	5º ano EF	Comerciante e pedreiro
Empregados atuais (EA)	Patrícia	29	F	Solteira	RJ	ES completo	Assistente social
	Irene	30	F	Casada	RJ	3º ano EM	Inspetora de qualidade
	Marta	41	F	Casada	RJ	EM completo	Comerciante
	Fátima	22	F	Solteira	RJ	1º ano EM	Costureira
	Denis	49	M	Casado	PB	1º ano EM	Comerciante
	Lucas	27	M	Casado	RJ	3º ano EM	Mecânico industrial
	Marcos	37	M	Casado	RJ	EM completo	Chefe de produção
	Fausto	37	M	Casado	RJ	3º per. C. Contábeis	Motorista; comerciante
	Jeremias	45	M	Casado	AL	Em completo	Operador de máquinas
	Denilson	27	M	Solteiro	RJ	1º ano Graduação tecnológica	Técnico de controle ambiental

Tabela 2

4.1. Idade e sexo dos trabalhadores entrevistados: mulheres e jovens no mundo do trabalho no Complexo do Alemão

A metodologia usada para contatar os entrevistados, principalmente a partir de indicações de terceiros ajudou-me a compor a amostra que considero fundamental nas análises sobre os fenômenos observados. Uma primeira observação diz respeito a idade dos entrevistados: apenas 4 entrevistados localizam-se na faixa dos 20 anos; entretanto, se os reúno numa faixa de até 40 anos, tenho aí 12 entrevistados. Desse modo, há um grupo que vivenciou as transformações (especialmente a saída e falência das empresas do Complexo do Alemão) numa idade bem jovem, considerando aqui os anos 1990 como um marco dessas mudanças. Dito de outra forma, há uma grupo que vivenciou o esvaziamento fabril situados, em média, numa faixa etária entre 10 e 20 anos de idade.

Este dado sugere algo notável: na década de 1990, no mesmo momento em que o projeto fabril-industrial para a região em estudo estava em decadência, havia uma população que experimentava um novo momento em relação a alguns aspectos, tais como: nova regulação do trabalho juvenil com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90), ampliação da oferta escolar e de programas de apoio escolar (como merenda, livro didático, uniformes, gratuidade no transporte público). Neste contexto, a fábrica teria deixado de ser um atrativo para a geração de adolescentes e jovens dos anos 1990 e os discursos circulantes passam a focar em palavras de ordem e programas tais como “toda criança na escola”, “lugar de criança é na escola”, “erradicação do trabalho infantil”[94]. Ao mesmo tempo, sobretudo naquela região específica, se declinavam as oportunidades de emprego assalariado nas fábricas. Destaco que os trabalhadores mais jovens (12 entrevistados, até 40 anos) figura como 38% do total de entrevistados. Como aparecem os discursos sobre o trabalho, as transformações sócio-econômicas, as relações de trabalho entre esse grupo?

Antes do ECA a legislação permitia o trabalho de adolescentes acima de 12 anos desde que fosse na condição de aprendiz; isso se modificou no ECA (1990),

[94] Fiz uma discussão sobre a questão do trabalho infanto-juvenil em minha dissertação de mestrado, apontando as mudanças na institucionalidade do trabalho infantil no Brasil e apontando permanências no que diz respeito à concepções de alguns programas de trabalho juvenil. SOARES, Ozias de Jesus. “Para Além de Uma incubadora de monstrinhos – a formação do jovem trabalhador sob a Lei da Aprendizagem”, UFF, 2006.

para 14 anos, na condição de aprendiz, sem registro em Carteira para fins de tempo de serviço para aposentadoria (Lei 10.097/00).

Como mostra o gráfico 1, há uma concentração de trabalhadores entrevistados no grupo 2 (30 a 49 anos), o que significa dizer que nos anos 1990, também eram pessoas jovens no mundo do trabalho[95].

O gráfico 2 aponta o sexo dos entrevistados. Realizei 16 entrevistas com mulheres e 15 com homens (excetuando aqui os representantes institucionais). No grupo dos Ex-empregados em idade ativa (EIA) tive o maior quantitativo de mulheres dentre os demais (dois terços de mulheres, ou seja, 8 mulheres). E é este o mesmo grupo em que quase todos os entrevistados não possuem vínculos trabalhistas com registro em Carteira. Algumas relações surgem neste quadro. Uma primeira aponta para a questão da maternidade, ou seja, das 8 mulheres entrevistadas, 5 possuem filhos adolescentes ou crianças e uma possui um filho portador de deficiência motora. A função socializadora atribuída à mulher é representativa neste grupo. Dentre o grupo das 8 mulheres deste grupo, todas são casadas e apenas uma tem o marido desempregado (ambos eram operários na mesma fábrica). O que se vê diante desse caso pode ser expressão da diferenciação de gênero no mundo do trabalho, ou seja, nesta situação, reproduz-se um modelo sócio-familiar onde o homem se põe como o provedor principal do núcleo familiar e os fluxos de autoridade e legitimidade passam, portanto, por esta relação.

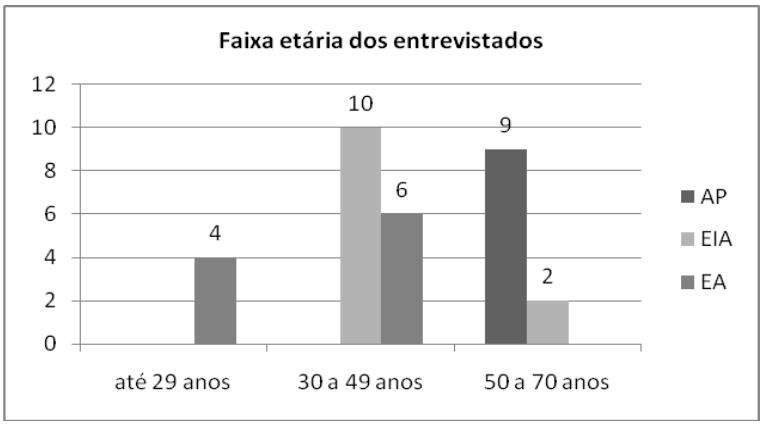


Gráfico 1

[95] A composição da renda familiar entre os trabalhadores ao longo de nosso processo de industrialização no Brasil contou com a participação de crianças e mulheres num primeiro momento. A dilapidação salarial a partir da crise do final dos anos 1970 no país foi igualmente um elemento que levou toda a família para a fábrica. A legislação que disciplinava o trabalho juvenil no país (antes do ECA) permitia que o adolescente (a partir de 12 anos) pudesse participar da fábrica na condição de aprendiz, excetuando as tarefas consideradas “de risco” (Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1943).

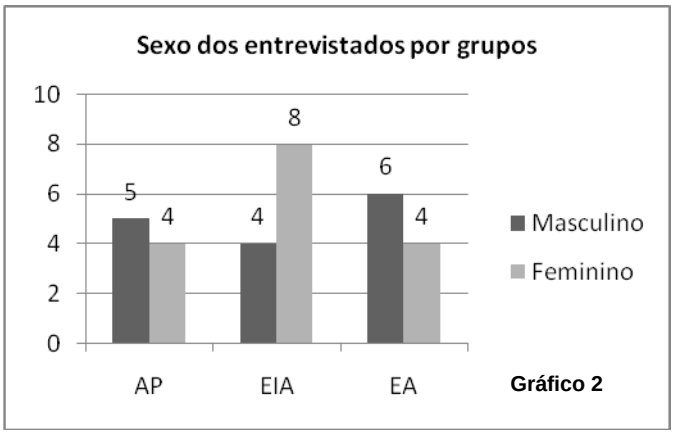


Gráfico 2

Embora haja importantes rupturas em relação à mulher no mundo do trabalho, isto não significa dizer que tais conquistas tenham tido efeito homogêneo em todas as camadas sociais. Um dos entrevistados (Empregados Atuais), quando perguntei a ocupação de seus pais, se pronunciou do seguinte modo:

> Minha mãe nunca trabalhou. Eu estou fazendo o mesmo com minha esposa. Enquanto ela não precisar trabalhar, deixo ela em casa cuidando do meu filho. Mas o que eu ganho dá pra gente viver; e graças a Deus dá pra gente viver... (Marcos, EA, 37 anos).

O entrevistado acima trabalha numa empresa metalúrgica, de produção de luminárias, é encarregado de seção. Sua fala é emblemática de sedimentos de representações sociais que localiza a mulher como cuidadora e o homem como provedor. O trabalho feminino, em sua concepção, pode se dar apenas em último caso, *quando houver necessidade*. A exclusividade do cuidado materno com o filho fica transparente em sua fala, quando então o entrevistado usa a expressão “cuidando do meu filho”. Nesta acepção, o trabalho doméstico assume a forma de “natural” para a mulher, “em nome do amor e do dever materno” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 597).

A maior presença feminina no grupo dos Ex-empregados em idade ativa (EIA) também deve ser buscada nos ramos produtivos que se estabeleceram na região do Complexo do Alemão; ou seja, o ramo da produção que absorvia um maior volume de mão de obra feminina (e também adolescente) era o ramo têxtil e de confecção. A fábrica neste momento não se distancia dos papéis ou das tarefas socialmente atribuídas às mulheres. Das 8 mulheres entrevistadas no grupo EIA, 6 trabalharam

no ramo têxtil ou confecção. A fala da mãe de uma das mulheres entrevistadas neste grupo é representativa aqui[96]:

> Naquela época mulher tinha que saber muita coisa, tinha que ser prendada... tinha que saber cozinhar muito bem, tinha que saber cuidar bem de uma casa. Eu me lembro que minha mãe foi costureira e eu fui criada ali... minha mãe costurava naquelas máquinas de pedal, simples, e eu fui criada ali, costurando, olha minha filha... e eu dizia assim 'eu não quero que minha filha seja costureira, que é uma profissão que sofre muito'. Hoje as oportunidades são outras.

A mãe da entrevistada, hoje com 72 anos de idade, destaca que "mulher tinha que saber muita coisa"; "coisas" essas circunscritas ao trabalho reprodutivo doméstico, ao cuidado, o que completa com o termo "prendada"[97]. Nota-se, no entanto, que sua filha (a entrevistada) se tornou costureira quando vieram de Campos dos Goytacazes para a cidade do Rio de Janeiro, conforme relata:

> Eu me lembro minha mãe me pegou pelo braço, aos 14 anos, e me levou pra empresa e falou: 'eu preciso que minha filha trabalhe para ajudar nas despesas da casa'. E ela me levou para aquela empresa, e fiquei lá e lá eu fui aprendiz de costureira, depois auxiliar de costureira, depois profissional. (Nice, costureira, 45 anos).

Conseguir casamento para a filha era outra preocupação de mães. No caso da entrevistada Nice, relata que se casou aos 18 anos no Rio de Janeiro, e durante boa parte de sua vida se dedicara ao trabalho, à casa e ao marido.

Dentre as 4 entrevistadas aposentadas, 3 trabalharam em empresas de confecção. Em seus relatos a questão do tipo de trabalho e da proximidade com a casa (como se a fábrica fosse uma extensão da casa – no sentido físico e nas semelhanças com as tarefas domésticas) aparece como facilitadores do ingresso na fábrica, tomando em conta as relações de gênero vigentes. Neste mesmo grupo, atualmente duas desenvolvem atividades de geração de renda complementar e o que destaco ainda é que todas essas entrevistadas são solteiras ou viúvas ou divorciadas, conforme aponto nos dados abaixo.

---

[96] A mãe estava conversando conosco no momento da entrevista e era inevitável que participasse com suas opiniões, o que foi, aliás, muito interessante, uma vez que exemplifica o exposto.

[97] Diz-se da mulher "prendada" aquela que possui aptidões domésticas como cozinhar, costurar, arrumar a casa, cuidar dos filhos e do marido. Em determinadas circunstâncias, ser prendada era precondição para o casamento.

4.2. Estado civil dos entrevistados

Além das questões de gênero ou da própria divisão sexual do trabalho, a situação de conjugalidade tem o potencial de produzir diferentes respostas diante das questões do trabalho e sobrevivência. Neste caso, se entende que a situação de conjugalidade e família vão orientar as respostas, a visão de mundo, as expectativas em relação ao trabalho, emprego ou estudos. O maior número de entrevistados é casado (23 entrevistas). Nota-se ainda, como destaquei, todos os ex-empregados em idade ativa são casados. Dentre os Aposentados, mesmo aquelas mulheres que não convivem com companheiro atualmente, já foram casadas, exceto uma das entrevistadas que disse nunca ter convivido com alguém, nem ter tido filhos.

Dentre os 23 entrevistados casados, temos 9 mulheres (num universo de 16 mulheres entrevistadas). Dentre os 14 homens casados, apenas 2 vivem o segundo casamento, um por viuvez e outro por separação.

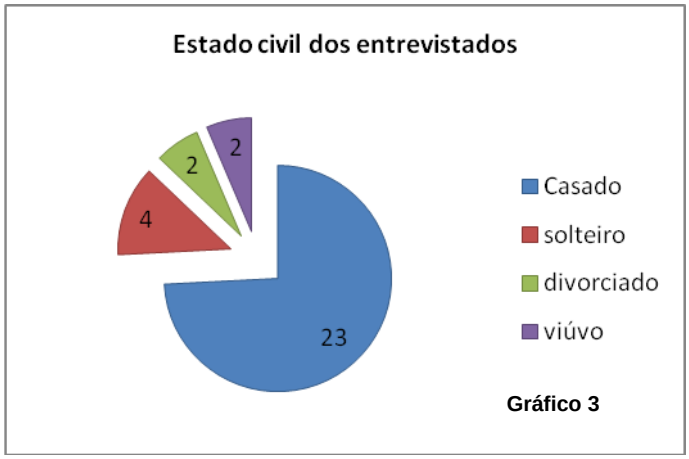


Gráfico 3

Dentre os Empregados atuais (EA) três são solteiros e sem filhos, representando o maior número de solteiro entre os três grupos. Nesse recorte, uma entrevistada possui 22 anos e outra, 29 anos, e um com 27 anos.

O que transparece nos dados aqui apresentados é uma visibilidade do fenômeno de transformação na composição das famílias, tendência que vem sendo

notada nos últimos anos no Brasil[98] Novos arranjos familiares não apenas abalam as concepções tradicionais de família como ainda contribuem para alterações nos papéis, na distribuição de poder, na composição do orçamento doméstico[99].

4.3. Tempo de moradia e naturalidade dos entrevistados na região do Complexo do Alemão

A questão do tempo de moradia no local é um dado importante que informa o número de entrevistados que teve a possibilidade de vivenciar as mudanças sócio-econômicas da região, desde o que se pode considerar como o apogeu fabril (anos 1970) até a sua decadência (anos 1990 em diante). Apenas uma parcela menor (8 entrevistados) possui menos de 30 anos de moradia no local. Tal dado pode nos indicar, de um lado, que são jovens (7 entrevistados) ou que vieram morar mais recentemente na região (apenas 1 entrevistado).

O conjunto de entrevistas com os trabalhadores apontou um dado de mobilidade sócio-espacial importante: dentre os 31 entrevistados, apenas 12 trabalhadores mudaram para uma residência/local melhor do que o que tinham quando trabalhavam nas empresas da região[100]. Pode-se falar aqui em uma tímida mobilidade residencial considerando inclusive o número de entrevistados na faixa etária de até 40 anos (12 entrevistados). Dentre o grupo que mudou de residência, 7 são aposentados, 3 ex-empregados em idade ativa e 2 são empregados atuais. Nota-se que a menor mobilidade se deu entre os Ex-empregados em idade ativa. Entre os Aposentados essa mobilidade foi bastante expressiva. Ou seja, alguns entrevistados deixaram de morar propriamente no interior das favelas para residir nas franjas do Complexo do Alemão (no “asfalto”), o que pode ter se dado por diversos motivos: compra de casa com recursos de aposentadoria, FGTS,

---

[98] LEONE et al, 2010.

[99] Uma das alterações familiares analisadas por Sant´Anna (2010) no contexto de 4 regiões administrativas da cidade do Rio de Janeiro (Copacabana, Tijuca, Campo Grande e Barra da Tijuca), diz respeito ao crescimento do formato *familiar mulher-chefe sem cônjuge*. Para a autora a distribuição espacial dos formatos familiares na cidade do Rio de Janeiro expressa as desigualdades sociais inscritas no uso do espaço. Ver o artigo “organização social do espaço e família na metrópole do Rio de Janeiro”, Maria Josefina Gabriel Sant’Anna, In: Santos, A. M., Marafon, G.J., Sant’Anna, M. J. G. Rio de Janeiro: um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

[100] Embora tenham permanecido no entorno no Complexo do Alemão, ou mesmo dentro das favelas mas em condições de moradia melhores que as anteriores em termo de proximidade com as vias principais, transportes, supermercados etc.

desapropriação, oportunidade familiar, ou outro motivo; entretanto, não busquei aprofundar os motivos entre os entrevistados. Nota-se que há mobilidade na moradia mesmo entre as favelas (favelas “melhores” e “piores” para se morar, na percepção dos entrevistados), ou de um lugar “menos privilegiado” na favela para outro mais próximo a rede de serviços e ruas principais dos bairros.

A permanência ou não no interior das favelas, ou mesmo a maior ou menor proximidade com as favelas do Complexo do Alemão também são elementos a considerar quando este entrevistado expressa suas opiniões sobre o crescimento das favelas e as razões para a migração ou falência das empresas, ou ainda o modo como ele encara as questões ligadas ao tráfico e à violência nos bairros da região. Nota-se que há sensíveis diferenças entre modo com o Aposentado vê a violência e o crescimento das favelas e o modo como os Empregados atuais ou Ex-empregados em idade ativa vêem esses fenômenos. O que transparece em diferentes discursos é que o próprio movimento e oportunidade de “sair da favela” pode ter faces objetivas (dificuldade de acesso e locomoção) e faces simbólicas (deixar de ser “favelado” ou de conviver muito de perto com a violência e seus efeitos). Do ponto de vista simbólico, sair da favela pode expressar para alguns a própria negação de uma identidade “favelada”, da fuga de uma visão preconceituosa e discriminatória que pesa sobre aqueles sujeitos. Desse modo, ocorre uma busca que o desvincule daquela imagem até mesmo para garantir algum posto de trabalho.

É significativo o número de entrevistados com tempo de residência no local há mais de 30 anos (gráfico 4). Apenas um aposentado situa-se no primeiro grupo (até 30 anos de moradia); os demais aposentados estão situados acima dos 30 anos no local. Todavia, observa-se que 5 deles vieram de outras regiões (mais da metade) e residem na região por até 40 anos. É importante anotar que a partir da segunda metade do século XX houve maior mobilidade da população de outras regiões do país ou de cidades de interior para as metrópoles do eixo sul-sudeste, considerando o chamariz do emprego e desenvolvimento percebido naquele momento na região.

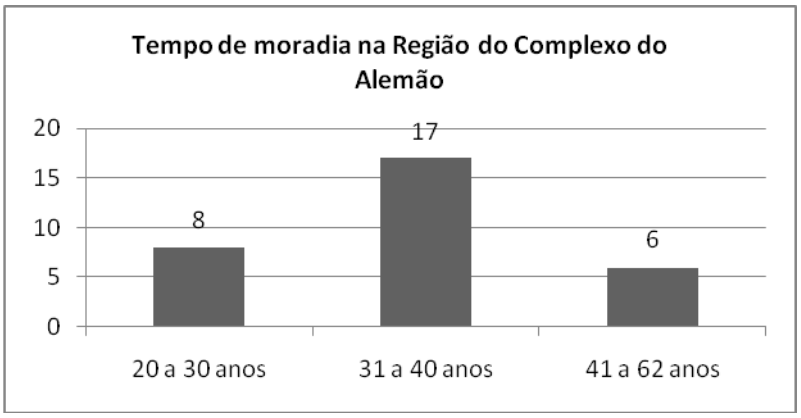


Gráfico 4

Convém ressaltar que 25 entrevistados ora não nasceram no Rio de Janeiro (9), ou são naturais do Rio de Janeiro, mas seus pais são oriundos de outros estados ou cidades do interior do Estado (16 entrevistados). Em termos de mobilidade populacional fica patente que o Rio de Janeiro serviu de pólo de atração de populações oriundas do campo desde a segunda metade do século XX. A indústria, desde os anos de Vargas já vinha obtendo uma posição de destaque, mas acelerou seu crescimento a partir do governo de Juscelino Kubitscheck, com seu Plano de Metas. Em 1958, o PIB brasileiro registrou se aumento mais significativo (10,8%) que depois seria ultrapassado apenas na época do Milagre Brasileiro. A indústria nos anos 1950 chegou a atingir a marca de 25,6% do total do PIB, marcando sua importância para a geração de riqueza e de trabalho no Brasil (LUCA, 2001:73).

Os anos de moradia dos entrevistados na região do Complexo do Alemão apontam para uma característica de ocupação antiga da região e não uma ocupação relativamente recente que teria iniciado somente a partir dos anos 1980[101]. Os dois gráficos seguintes consolidam os dados de naturalidade dos trabalhadores entrevistados. Talvez se possa falar aqui de um movimento de retração do fenômeno migratórios a partir dos anos 1970, a partir dos dados oferecidos pelas entrevistas. As estatísticas sobre movimento populacional não indicam uma intensa

[101] Algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro datam de fins do século XIX (área central) e início do século XX (zona sul). A região do Complexo do Alemão experimentou um crescimento desde os anos 1950, concomitante a instalação de muitas indústrias. Em 1980 já estava densamente ocupada.

mobilização em meados dos anos 1970, mas o final desta mesma década e o início dos anos 1980 foram marcados por uma intensa mobilidade espacial da população por todo o território brasileiro, todavia, tendo ocorrido de maneiro diversa dos fenômenos das décadas anteriores (PIQUET, 2007:65). Como apontei no Capítulo II, Rio e São Paulo, em razão de serem locais de grande concentração de capitais atraiu uma população de outros estados em momentos de expansão do emprego[102].

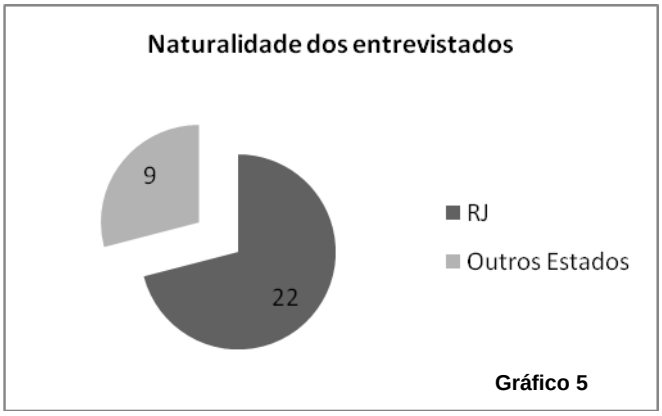


Gráfico 5

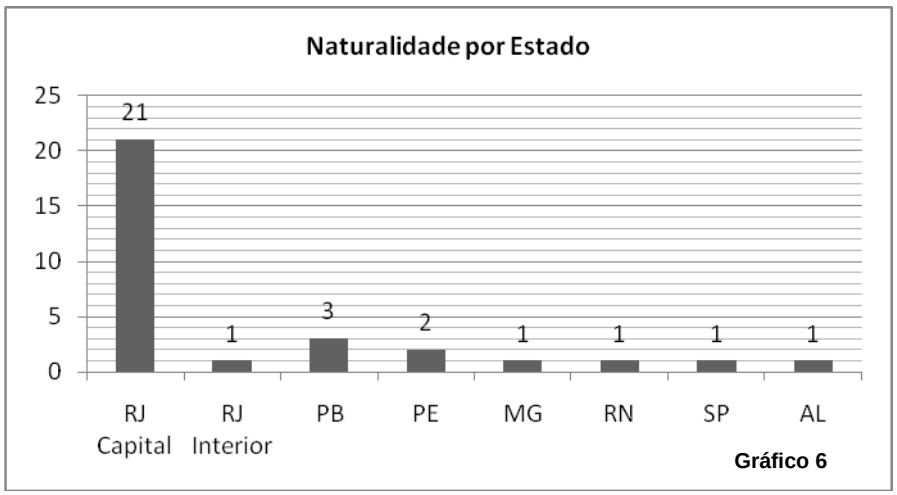


Gráfico 6

A capacidade de atração que a grande cidade exercia se deu, em parte, diante da construção da oposição campo-cidade, onde o primeiro se apresentava

[102] Nos anos 1960 e 1970 começa haver uma menor migração de nordestinos e de outros estados da federação, para uma configuração migratória de novo tipo que se movimenta dentro do próprio estado do Rio de Janeiro. Sobre os fenômenos migratórios especialmente no caso da metrópole do Rio de Janeiro, ver Lago, Luciana. *Desigualdade e segregação na Metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise.* Rio de Janeiro, IPPUER/UFRJ-FASE e Editora Revan, 2000.

como sinônimo de instabilidade, de revezes, de atraso. A própria economia brasileira, com sua ênfase na indústria como carro-chefe do desenvolvimento, relegou o campo a um segundo plano, em especial a partir dos anos 1930 (BEDÊ, 2007). Vir para a "cidade" amalgamava aspectos na ordem da sobrevivência diante da crise no campo e aspectos simbólicos representados pela possibilidade de "mudar de vida", "ser alguém", ter projeção social. A cidade representava em muitos casos, objetivamente, o lugar da "liberdade", da possibilidade de sobrevivência mais digna do que a experiência do campo.

Um dos trabalhadores aposentados entrevistados relata que chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Pernambuco, no início dos anos 1970, a fim de conseguir emprego na "cidade grande". Conforme narra sobre a oferta de empregos:

> Naquela época o patrão ia buscar na Rodoviária. Quando você descia do ônibus o encarregado ia pegar gente lá na Rodoviária e muitos vinham de lá já com promessa de emprego (Isaac, aposentado, 62 anos).

Embora estivéssemos diante de dois planos nacionais de desenvolvimento (I PND e II PND) na década de 1970, as desigualdades regionais cresceram, e a distribuição de renda não aconteceu (MENDONÇA, 1995; PIQUET, 2007)[103]. Uma Aposentada relata que seu irmão, que havia saído de Recife, vindo morar no Rio de Janeiro nos anos 1970, a convidou com a expectativa de que nesta cidade *as coisas eram melhores*:

> Eu saí de lá (Recife) e só vim com algumas roupas e meus livros e fui morar com uma prima minha que é dentista. Mora aqui perto em Irajá. Eu tenho um irmão que era militar e hoje está na Petrobras. Ele me disse: 'você vem para o Rio porque aqui é mais fácil' (Jane, aposentada, 60 anos)

E outro Aposentado fala da "fartura" de empregos na década de 1970:

> Naquela década de 1970 era fácil. Antes de mim, quer dizer eu fui pro quartel, fui pro exercito, mesmo antes de entrar para o militarismo, lembro que as pessoas passavam na rua e perguntavam: 'você quer trabalhar? Tem vaga aqui'. Quando não perguntavam pras pessoas, tinha placas nas portas [das fábricas]: 'Há vagas'. (José Gomes, aposentado, 62 anos).

Como apresentado no Capítulo I, a instalação de grandes empresas na região do Complexo do Alemão foi favorecida diante da proximidade com o centro da cidade, a existência de uma estrutura viária (estradas e ferrovias) e a existência de

---

[103] O grau da concentração de renda entre as décadas de 1960 e 1970 são exemplos dessa situação: no ano de 1960, os 20% mais ricos da população brasileira eram donos de 54% da renda nacional, em 1970 passaram a deter 62% dela. Na outra ponta, os 50% mais pobres, que detinham apenas 17,7% da renda nacional em 1960, passaram a ter que dividir apenas 11,8% em 1970 (MENDONÇA, 1999, p. 69).

um estoque de força de trabalho, o que contribuiu para compor o quadro de relativa fartura de empregos na região. Acresce-se aí o fato do modelo fabril existente absorver grande número de trabalhadores.

4.4. **Escola e mundo do trabalho**

Os relatos acima apontam para aspectos presentes naquela região, e na memória coletiva, onde floresceu um diversificado parque industrial que requeria uma força de trabalho pouco especializada dirigida a produção de alimentos e bebidas, bens de consumo não-duráveis, metalurgia leve, produtos elétricos, apoio logístico entre outros. Um dos elementos presentes nesta baixa especialização e formação, diz respeito a escolaridade.

Dentre os trabalhadores aposentados, apenas duas já tinham o ensino médio quando começaram a trabalhar na região do Complexo do Alemão, devendo notar que ambas eram oriundas do Nordeste e com uma formação técnica de nível médio (Contabilidade e Formação de Professores)[104]. Entretanto, ao chegar ao Rio de Janeiro não conseguiram colocação nas suas áreas de formação e foram trabalhar nas fábricas (respectivamente, fábrica de embalagens de papel e confecção). A aposentada Nina, 67 anos, destaca que a formação e a experiência na carteira foram diferenciais para conseguir emprego numa indústria têxtil e de confecção:

> Eu quando comecei lá [na Poesi] já tinha trabalhado 3 anos e meio na De Millus. Quando eu vim do Nordeste eu já era professora formada... minha irmã veio morar aqui no Rio e por apego às crianças e a Enedina [sua sobrinha], e eu vim passear no Rio pra ver as crianças, aí quando eu cheguei aqui fiquei aqui e gostei e era professora estadual na Paraíba; /.../. Na segunda feira, eu fui lá na Poesi e a fila era muito grande e não tava entrando ninguém, a fila que tava lá foi todo mundo dispensado, somente eu fiquei, e o rapaz viu a minha carteira e pediu prá eu voltar no dia seguinte. E ele ficou com a minha carteira e havia vaga pra chefe de bancada de costura aí eu entrei como chefe de bancada e aí eu fiquei 13 anos, até a doença do meu marido; ou seja, por problemas pessoais, senão eu teria ficado até o fim da empresa (Nina, aposentada, 67 anos).

No relato de outra aposentada, Jane, as questões ligadas ao cuidado de filhos e da casa foram impeditivo para que continuasse seus estudos. Ela era bancária em Recife e diz que não era difícil conseguir emprego no contexto dos anos 1970:

---

[104] Causa surpresa, mas ao mesmo tempo aponta para a necessidade de se pensar casos particulares ou “fora da média”, o fato de duas mulheres, nordestinas, possuírem uma formação de nível médio na década de 1960. O país ostentava na década de 1960 um percentual de 39,6% de analfabetos entre a população acima de 15 anos, índice otimista diante do alarmante percentual de 56% de analfabetos na década de 1940, quando experimentávamos o curso do desenvolvimentismo e trabalhismo no Brasil.

> Eu já tinha o técnico de contabilidade. Eu fui até o terceiro período de administração, lá no Recife. Depois disto vim pra o Rio. Eu vim pra cá pensando que aqui fosse fácil. E dois anos depois eu casei com um carioca. Depois de um ano e pouco tive meu filho e como eu ia voltar a estudar? /.../ Fiquei sem trabalhar uns dois anos [no Rio] e voltei a procurar emprego. Nunca fiquei parada. E continuou sendo fácil conseguir emprego. Hoje é que não é. Mas eu tinha qualificação. Tinha o segundo grau técnico (Jane, aposentada, 60 anos).

O imaginário construído de que no Rio, na cidade grande as coisas eram mais fáceis também surge na fala da entrevistada. A despeito de sua formação e experiência bancária, as oportunidades que surgiram no Rio de Janeiro não mais se deram na área de sua formação, senão apenas tangencialmente, já que ela passou a ocupar o cargo de recepcionista e secretária numa fábrica de papéis, local em que trabalhou até a falência da empresa em abril de 2005[105].

A escolaridade dos entrevistados em geral situa-se numa média considerada boa, já que 24 possuem o ensino fundamental completo. Dentro deste grupo há aqueles que concluíram o ensino médio, ou ainda cursaram ou estão cursando uma graduação. Cenário diferente daquele presente entre os trabalhadores das décadas de 1960 e 1970, quando então não havia uma proposta efetiva de universalização do ensino fundamental, tampouco uma preocupação dos governos e dos empresários com a questão da escolarização[106], como um “fator” de produção propriamente. A universalização da educação básica, por exemplo, nos anos 30 e 40, sob o olhar do então presidente da Confederação Nacional da Indústria, Euvaldo Lodi, era uma “utopia nefasta”, uma vez que as necessidades mais prementes da sociedade brasileira era aumentar a produtividade do trabalhador e incutir-lhe valores relacionados ao trabalho, à dignidade, e os conhecimentos utilitários para o exercício de uma função (RODRIGUES, 1998). Todavia, cabe salientar que algumas iniciativas de alfabetização de adultos aconteceram nas décadas de 1940 e 50. Conforme o país se industrializava, em especial a partir dos anos 1950, o discurso reinante era a necessidade da erradicação do analfabetismo, o que motivou campanhas de diferentes matizes teóricas que ora estavam orientadas para a questão da qualificação de eleitores, aumento da escolaridade do trabalhador, ou ainda uma perspectiva emancipatória, “popular” e “libertadora” presentes, por

---

[105] Aqui ela se refere à Industria de Papel E.Almeida, conhecida como Fábrica de Papeis Santa Cruz, localizada na Avenida Itaóca, no entorno do Complexo do Alemão.

[106] Embora deva se registrar que o princípio universalista estivesse presente nas discussões das primeiras décadas do século XX e expressas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento escrito por 26 educadores sob o título “a reconstrução educacional no Brasil”.

exemplo, no Movimento de Cultura Popular em Recife, “De pé no chão também se aprende a ler” em Natal e outros movimentos detalhados no texto de Luiz Antonio Cunha e Moacyr de Góes, “O golpe na Educação” (2002). O Mobral, no âmbito da ditadura militar continuou a levantar a bandeira da alfabetização de jovens e adultos nos anos 1970 e um novo cenário em relação à universalização da educação passa a tomar conta dos discursos na medida em que esta passa a ser tomada como “investimento”, incremento do “capital humano” para fugir das *amarras do subdesenvolvimento* (FRIGOTTO, 1984). Todavia, tal proposta não se tornou efetiva entre a massa trabalhadora.

Estudos atuais que buscam relacionar a sociologia urbana e a sociologia da educação apresentam uma perspectiva que demonstram que a escola pode fazer diferença no que tange a oportunidades educacionais. Nesses estudos, não apenas a escola ou a família tem preponderância sobre as oportunidades educacionais, mas a organização social do território incide sobre aquelas oportunidades[107]. Entretanto, deve-se considerar que tais oportunidades devem encontrar eco com políticas mais amplas de trabalho e emprego, embora os estudos queiram destacar os aspectos que diferenciam trajetórias educacionais e profissionais dadas num mesmo território.

Os dados trazidos pelos Aposentados mostra um corte fundamental em relação a escolaridade conforme vemos no gráfico 10, ou seja, apenas dois possuem o Ensino Médio completo, 1 possui o Ensino Médio incompleto, e os demais situam-se numa faixa que vai de Alfabetizado ao Ensino Fundamental (EF). Oposto a isso se vê o avanço na escolaridade a partir da geração dos Ex-empregados em idade ativa, e ainda mais acentuado entre os Empregados atuais. Neste último grupo, vê-se a presença de 6 Ex-empregados com o ensino médio completo, 2 entrevistados com educação superior completa, e 1 cursando a graduação (num universo de 12 entrevistados). Dentre esse grupo, 5 mulheres que possuem o ensino médio completo o fizeram apenas após o casamento, estudando à noite e trabalhando durante o dia.

Entre os Empregados atuais (EA), os 4 trabalhadores que possuem o Ensino Médio Completo estavam, no momento das entrevistas, concluindo esta etapa da

[107] Sobre este tema ver o artigo “Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais”, de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Mariane Campelo Koslinsk. Eure, Vol. XXXV, N. 106, diciembre-sin mes, 2009, pp. 101-129, Pontificia Universidad Católica de Chile. Disponível em www.redalyc.org.

Educação Básica; isto significa dizer que todos os Empregados Atuais ou já possuem o Ensino Médio (06) ou estão concluindo esta etapa (04).

O novo trabalhador parece ter incorporado o discurso da necessidade de escolarização, embora na prática não haja necessariamente uma ligação estreita entre esta e as funções exercidas. Defende-se que a formação geral propicia conhecimentos científicos que auxiliam os instrumentos de pensamento e raciocínio lógico diante de demandas cognoscitivas e operativas. Entende-se que a escolarização do trabalhador promoveria um espírito científico a fim de que compreenda o novo mundo tecnológico e as problemáticas que o circundam. Nesta linha, é fácil perceber porque “o conhecimento” tenha se tornado um recurso da nova economia mundializada. A escola, de um bem escasso num primeiro momento, passa a assumir a categoria de direito público subjetivo atualmente (no caso do ensino fundamental, conforme o art. 5º da LDB 9394/1996).

Deve-se notar, entretanto, que embora os Ex-empregados em idade ativa tenham, de um modo geral, bom nível escolar, é o grupo com menor acesso ao mundo do trabalho assalariado protegido (e mesmo a única entrevistada neste caso não atua na área de sua formação; esta entrevistada, Sra. Eliane, é formada em Pedagogia, no entanto trabalha como analista de contas médicas). A promessa de maior mobilidade e empregabilidade a partir de graus elevados de escolaridade parece não encontrar eco em muitos trabalhadores. Assiste-se a um quadro que apresenta trabalhadores escolarizados e desempregados diante dos novos padrões e exigências do mundo do trabalho.

A busca por maior escolaridade, em especial, após o ingresso no mundo do trabalho sinaliza o desejo de mudança de ocupação que, no caso específico do grupo dos Ex-empregados (EIA) isto não se concretizara até aquele momento da pesquisa. Um dos aspectos a considerar aqui foi a ampliação da oferta escolar noturna que encontrou eco entre os trabalhadores desejosos de uma melhor colocação no mercado de trabalho, bem como representou, num nível mais simbólico do que prático propriamente, a “necessidade” de trabalhadores mais escolarizados para enfrentarem os “desafios” do novo mundo do trabalho.

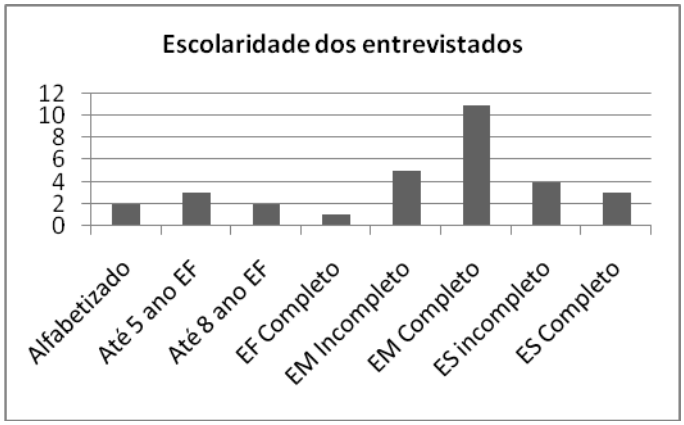


Gráfico7

O que as informações consolidadas acima ainda apontam é que a exigência de escolaridade e os discursos sobre ela foram elementos de pressão sobre uma nova geração de trabalhadores. Dentre os aposentados, a não exigência de escolaridade é patente a partir das informações acima, como ainda destaco o depoimento abaixo:

> Naquela época [anos 1960] não precisava de escolaridade; no meu tempo a prática valia mais do que a teoria... a gente aprendia ali... Quando eu fui preencher a ficha pra eu trabalhar foi a maior 'mão-de-obra', e o rapaz viu que eu não tava me dando bem e falou: 'meu filho, você não está se dando bem não, né?' .. eu falei: 'eu não vou enganar não... não to não'. Aí veio de lá pra eu cobrir [as palavras] de acordo com o que eu queria e aí aprovou... tinha uns quinze ou vinte que entrou junto comigo... Daqui a uns três anos, quando ela [a psicóloga] me viu com aquela roupa de chefe, ela chorou... porque ela lembrou da minha ficha... E encontrou um cara que lhe perguntou: 'o que é?' [que estava chorando] e aí ela lembrou de mim... (João, aposentado, 70 anos).

Sua fala destaca que a prática (o aprender fazendo, no processo de trabalho), tinha mais valor que qualquer aprendizagem prática. Este senhor entrevistado, Sr. Julio, trabalhou no Moinho Inglês, na Revista Cruzeiro e na Fábrica de Tecidos Nova América. Embora fosse apenas alfabetizado, com dificuldades de escrita, ele ocupou funções de chefia em duas delas, e relata: "eu dei sorte que arrumei um bem além de minhas capacidades" (Sr. Julio, aposentado, 70 anos)[108].

[108] O relato deste aposentado é sugestivo para indicar que a partir do 1º Código Eleitoral, de 1932, os cidadãos analfabetos não podiam votar, o que foi revisto apenas com a promulgação da Emenda Constitucional número 25, de 15 de maio de 1985. Muitas campanhas de alfabetização neste período, além de contribuírem efetivamente para a elevação do nível de escolaridade e redução do analfabetismo, possuíam um caráter eleitoreiro.

O depoimento de outra entrevistada denota o quanto a escolaridade era de pouca ou nenhuma importância em algumas funções. A Sra. Lucia, 68 anos, relata que chegou à empresa em início dos anos 1970, sem pretensões de conseguir emprego e saiu com a “ficha preenchida”:

> Aquele emprego ali foi a ‘salvação da lavoura’, porque a gente vinha do Nordeste sem instrução nenhuma... eu fiz até a quarta série e cheguei aqui com filhos pequenos; eu fui lá [na Fábrica Poesi] levar uma menina, uma vizinha minha, pra ela trabalhar, porque a mãe tava doente e quando cheguei lá, a assistente social, falou: ‘pega aquele papel e vai fazer sua ficha’; e fui lá pra cima, e não sabia preencher nada... parece até Deus... é uma história que eu não gostaria nem de lembrar porque me emociono... na outra semana em comecei a trabalhar... só não comecei a trabalhar no dia seguinte, porque era feriado... na função de acabamento (arrematadeira) fazendo acabamento das peças. (Lucia, aposentada, 68 anos).

Já outro entrevistado aposentado teve que “comprar” um diploma de 1º grau (ensino fundamental) a fim de se enquadrar na vaga de uma metalúrgica, conforme conta:

> Quem tinha baixa escolaridade conseguia. Naquela época tinha muito analfabeto. Quando eu cheguei no Rio a maior parte dos funcionários não tinha leitura nenhuma. Mas mesmo assim tinha a carteira assinada. Não exigia isso [escolaridade] não. /.../ Quando eu entrei na Papelaria União eles exigiam o diploma, eles exigiam o ginásio completo. O que eu fiz? O desejo que eu tinha de trabalhar ali era grande e eu cheguei junto ao seu Alcir que era o encarregado e disse a ele: ‘seu Alcir, eu não tenho leitura, não tenho diploma, mas com minha inteligência eu faço qualquer coisa, qualquer tipo de trabalho’. E ele me disse para eu comprar um diploma e me deu a dica de onde vendia. Naquela época o diploma custava o dobro do meu salário. Eu tenho esse diploma até hoje. Não foi um diploma tirado pela minha capacidade. Mas fiz isso por causa do meu trabalho. Aí eu fui estudar de noite, aí aprendi a escrever meu nome, somar, dividir, multiplicar, fazer alguma coisa (Isaac, aposentado, 61 anos).

A formação para o exercício da ocupação, desse modo, se dava no interior da empresa, no próprio processo de trabalho, sem uma conexão indispensável com escolaridade, o que é indicador tanto de um modelo particular de relações de trabalho, como ainda do momento de desenvolvimento da indústria que passava o Brasil após a segunda metade do século XX. Entretanto, também é indicador do nível da política pública em relação à educação que perdurou durante décadas no Brasil: a quem era oferecida a escola? A quem cabia a educação pública? Em meio a euforia desenvolvimentista brasileira e dentro do contexto da ditadura militar, a 2ª LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 5.692/71), institui uma profissionalização compulsória no Ensino Médio que tinha um duplo objetivo: atender a demanda do mundo do trabalho e conter a procura por vagas no ensino

superior. Cunha e Góes (2002) chamam esta iniciativa de “profissionalização fracassada” que produziu efeitos desorganizadores de todos os níveis de ensino, sobretudo, para as classes trabalhadoras[109].

4.5. **Participação em programas de formação profissional**

Busquei saber dos entrevistados sobre a participação em programas de formação/capacitação profissional dentro ou fora da empresa. A idéia era buscar perceber o que as empresas ofereciam em termos de qualificação de sua força de trabalho, ao mesmo tempo conhecer o movimento que esses trabalhadores estariam fazendo na direção de aprimoramento profissional ou ainda a busca de formação pra uma possível nova inserção profissional. A ocupação, como apontei, pode não ter relação com a formação ou com o investimento que esse trabalhador tenha feito em sua trajetória.

Se a escolaridade, na maioria dos casos, para exercer as funções do “chão de fábrica” não era requerida, tampouco o eram os cursos específicos. Ou seja, os processos de trabalho no interior daquele modelo produtivo não requeriam graus de escolaridade tampouco uma formação profissional inicial. Antes, o que se requeria do trabalhador era acima de tudo “valores”, comportamentos, que fosse indicado por outros “bons trabalhadores”, que fosse “ordeiro”, que “desse produção”, “empenho”, “aprender depressa” e coisas do tipo:

> Na Colombo foi a minha tia que me colocou lá dentro... no caso, se fala ‘pistolão’, né? E ela tinha muito tempo de casa e tinham ela como referência, e ela podia indicar... ela tinha bom comportamento, é... como se diz... faz cerão, não traz prejuízo pra firma, não falta, traz produção... e foi isso que ela conseguiu levar a gente pra lá. Ela colocou eu e minha irmã e minhas duas primas. Ela já tinha um bom comportamento lá e a minha tia falou pra gente que tínhamos que agir assim também... (Rita, EIA, 39 anos).

A tentativa de fazer alguns cursos “básicos” pode ainda estar na base de aspirações de mudança de ocupação: por que queriam mudar? Por que alguns buscaram mudar? Conseguiram? Quais as condições objetivas que impediram ou

[109] Uma discussão ampla sobre a Educação Brasileira nos seus aspectos de cerceamento e seletividade de públicos pode ser lida em ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação Brasileira: 1930 – 1973. Petrópolis: Vozes, 1978.

que possibilitaram? No gráfico 8, “cursos básicos” referem-se ao curso de datilografia manual, que segundo as entrevistadas era feito na tentativa de “se tornar secretária”, “fazer um serviço mais leve na fábrica”, entretanto, nunca foram usados pelas entrevistadas, mas acenavam com a possibilidade de fugir do trabalho mais “braçal” no chão da fábrica. As condições salariais e de trabalho “no escritório” (como denominavam a área administrativa, financeira e de pessoal na fábrica) eram diferentes do “chão de fábrica”. No caso das duas aposentadas que tinham cursos técnicos (Contabilidade e Formação de Professores), a urgência e necessidade de trabalhar, aliada à oferta de trabalho naquela região em que foram morar contribuíram para que não atuassem naquelas áreas específicas de formação.

O processo de aprendizagem das ocupações, de acordo com as informações dos entrevistados demonstra que poucas empresas investiam em qualificação de sua força de trabalho[110]. Das 23 empresas nas quais os entrevistados participaram/participam, em seis delas se ofereciam algum tipo de formação para além dos conhecimentos necessários ao exercício da ocupação; em duas dessas, se ofereciam/oferecem complementação de escolaridade no nível de ensino fundamental e médio. Curiosamente que não há relatos negativos por parte dos entrevistados em relação a essas empresas. Observe algumas falas extraídas de entrevistados desse grupo:

> Eles tinham uma estrutura muito boa lá o SENAI ia lá no início eles tinham uma programação lá que eles tinham pra formar o pessoal eles davam duas horas extras pro pessoal depois do expediente pra incentivar o pessoal... Você recebia essas horas pra se formar... Mas daí depois eles acharam que não eram legal aquilo ali porque eles viram que eles tavam pagando pro pessoal fazer o curso e aí ele foram ver depois quem era que tinha interesse pra ficar aquelas horas lá sem ser hora extra, por vontade própria... Aí eu fiz vários cursos lá.. Que me deixou uma bagagem... Eu fiz cursos de pedreiro, ladrilheiro, eletricista, é... De bombeiro... Todos os cursos que eu podia fazer lá eu fazia... (Cícero, EIA, 50 anos)

> Cheguei à empresa apenas com a quarta série e dentro da própria empresa concluí o ensino fundamental; esse é um dos motivos que levaram a me identificar com a empresa (Zeca, AP, 59 anos).

> Eu fiz um curso de medida industrial, pela Nova América, ali no SENAI de Triagem.... (Julio, AP, 70 anos).

> Nós incorporamos a ISO 9000 e ela exigia que você qualificasse o seu funcionário. Então nós tínhamos um plano de qualificação. Mas isso acontecia dentro do horário de trabalho. (Ricardo, EIA, 50 anos).

[110] Tomando aqui “qualificação” por um programa sistemático de formação profissional continuada que conjugue o saber técnico com aumento da escolaridade.

Algumas empresas lançam mão da proposta de qualificação ora por necessidade de formação interna ora por uma questão de provocar a adesão dos seus empregados.

Em uma das entrevistas, com um diretor de uma grande empresa do ramo de confecção, quando perguntei sobre a exigência de qualificação de seus funcionários, respondeu que bastava “ter destreza com as mãos” e não havia necessidade de escolaridade, apenas ser alfabetizado. Há claramente uma defesa pelo saber prático, simples, expresso pelo que chama de “destreza” ou habilidade com as mãos.

O modo como se estruturou a base técnica da produção sob o modelo fordista prescindia de escolarização ou de uma formação profissional acadêmica fora da fábrica. A formação se dava, dessa forma, no próprio processo de trabalho. O mundo do trabalho na atual configuração, embora devendo admitir a coexistência de sedimentos de práticas antigas e de precarização do trabalho, aponta para um descompasso entre a força de trabalho escolarizada e a oferta de postos de trabalho, característica de uma sociedade onde o desemprego torna-se fenômeno de longa duração para muitos[111].

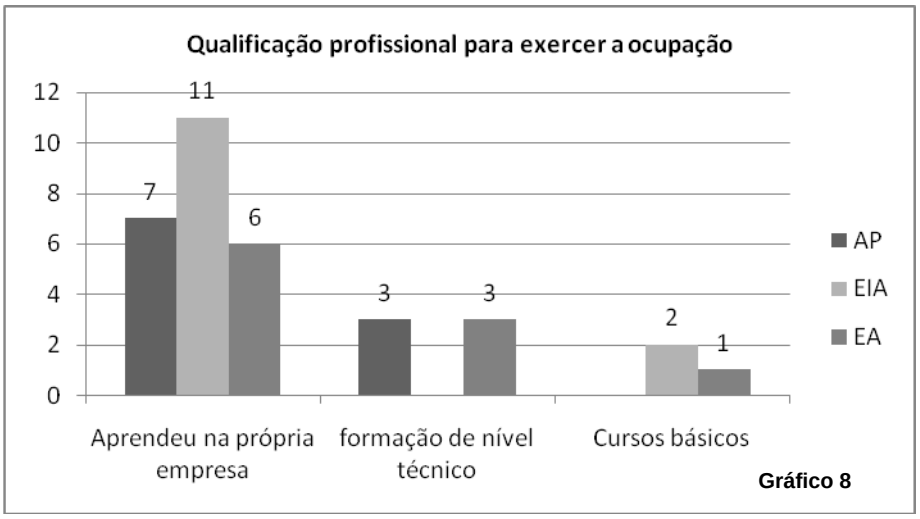


Gráfico 8

[111] Algumas áreas ocupacionais e em alguns momentos de rápida expansão econômica e incremento em sua base técnica e tecnológica, e em algumas regiões do país, enfrentam carência de mão de obra qualificada. Sobre isto ver o documento Sondagem Especial da CNI, ano 5, n.3, 2007.

4.6. Diversidade de empresas dos trabalhadores entrevistados

A partir das entrevistas consolidadas, elaborei a tabela 3, expondo as empresas representadas na pesquisa de campo e o quantitativo de trabalhadores em cada uma delas.

Das 24 empresas apontadas no quadro abaixo, apenas oito ainda permanecem na região do Complexo do Alemão e dentre essas, quatro são de porte pequeno ou médio e uma (Alladin) tem apenas 80% de sua capacidade operando na região.

Empresa	Trabalhadores	Ramo
1. Poesi	8	Têxtil/Confecção
2. De Millus	2	
3. Nagle	3	
4. Nova América	4	
5. Franco-Brasileira	1	
6. Tuky	1	
7. Papel Santa Cruz	1	Papéis
8. Tanure	1	
9. Colombo	1	Alimentos
10. Doces Rute	2	
11. Heliogás	1	Derivados do Petróleo
12. Castrol	1	
13. Papelaria União	1	Metalúrgica
14. Andratti	1	
15. Alladin	2	
16. Spot Iluminação	1	
17. STI Eletrônica	1	
18. EATON (2)	2	
19. Loja de utilidades	1	Comércio
20. Rede Varejista	1	
21. Distribuidora de Bebidas	1	
22. Haarmann & Reimer (Bayer do Brasil)	1	Química
23. Unipro	4	Gráfico
24. Transportadora	1	Transportes

Tabela 3

Deve-se observar, em relação à tabela acima, que dentre os entrevistados há aqueles que trabalharam em mais de uma empresa; isto pode significar que um

mesmo trabalhador pode ter atuado em mais de uma empresa do mesmo ramo ou em empresas de diferentes ramos da produção.

Embora dentre os entrevistados os ramos têxtil/confecção e metalúrgico aparecem em primeiro e segundo lugar, nota-se a existência de uma diversidade produtiva característica da região. O número de trabalhadores aqui representados não é, todavia, proporcional ao volume de trabalhadores nos diferentes setores. Mas, é bem verdade que as indústrias têxtis e de confecção empregavam um elevado número de trabalhadoras e trabalhadores na região, dado, sobretudo, a forma como se organizava a produção e a maquinaria. Há uma longa tradição de produção têxtil e de confecção no Brasil que remonta às próprias origens de nossa produção industrial.

A metalurgia da região do Complexo do Alemão era, na verdade, um ramo voltado para produtos eletro-eletrônicos, de telefonia, de produção de utilidades domésticas e luminárias de metal. Os setores de apoio logístico (depósitos, grandes garagens de empresas, pátios de máquinas e equipamentos pesados, locação de transportes, etc.) também bastante presente naquela região não está bem representado aqui pelos entrevistados, em função mesmo do modo como fui conseguindo pessoas que me concedessem as entrevistas. O setor têxtil/confecção é um exemplo, todavia, de como a região dispunha de um parque fabril expressivo desta área (além das grandes fábricas - Poesi, Franco-brasileira, Nova América – havia também dezenas de confecções de médio e pequeno porte).

4.7. Caracterização da formação profissional e ocupação atual dos entrevistados

A tabela seguinte (tabela 4) mapeia as ocupações atuais dos diferentes trabalhadores entrevistados. A primeira linha (“não desenvolve atividade”) figura em segundo lugar em quantidade (06), apenas superada pela ocupação ligada ao comércio (08). No primeiro grupo temos 4 aposentados que não realizam atividade complementar de geração de renda e dois desempregados no grupo dos Ex-empregados em idade ativa. Devo notar que esses dois trabalhadores foram recentemente demitidos de uma empresa do ramo de metalurgia em função da

extinção das atividades da empresa na região, passando a se instalar, segundo os entrevistados em Valinhos, SP[112]; o local vai dar lugar ao primeiro condomínio-bairro da região, conforme propaganda no local (vide anexo 4).

Uma comparação entre as tabelas 3 e 4 nos dá a dimensão da migração dos trabalhadores fabris para os ramos de comercio e prestação de serviços, áreas que se apresentam como alternativa para a brusca queda do emprego industrial na região do Complexo do Alemão para esses trabalhadores. Apenas 6 trabalhadores permanecem no setor industrial (serviços gráficos, metalurgia, derivados do petróleo). Entre os aposentados, 5 desenvolvem atividade remunerada no comercio e prestação de serviços.

Ocupação	Grupo/quantidade			
	AP	EIA	EA	Total
Não desenvolve atividade remunerada	4	2		6
Comércio	3	3	2	8
Desempregado		2		2
Depiladora	1			1
Porteiro	1			1
Cozinheira/copeira		1		1
Costureira		1	1	2
Diarista/Doméstica		1		1
Cuidadora de crianças:		1		1
Secretário Associação de Moradores		1		1
Assistente Social (na indústria gráfica)			1	1
Mecânico industrial			1	1
Chefe de Produção industrial			1	1
Motorista			1	1
Operador de Máquinas			1	1
Técnico de Controle Ambiental			1	1
Inspetora de qualidade			1	1
	9	12	10	31

Tabela 4

4.8. Tamanho das famílias dos trabalhadores entrevistados

Uma questão dentro do aspecto sóciodemográfico da pesquisa trata-se do tamanho médio das famílias dos entrevistados, ou mais especificamente com quantas pessoas eles residem atualmente. Com as informações consolidadas no gráfico seguinte, nota-se que 18 entrevistados (num total de 31) convivem em famílias entre 4 e 6 componentes. Dentre esse conjunto, os Empregados atuais (EA) é o grupo com maior número de componentes por família – 8 deles convivem com

[112] De acordo com o site da EATON (www.eaton.com.br) a empresa possui 6 unidades no estado de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul.

famílias entre 4 e 6 componentes. Igualmente, o grupo dos Ex-empregados em idade ativa (EIA), possui 8 entrevistados com famílias entre 4 e 6 componentes. De um modo geral, o maior número de entrevistados (18) que convivem em famílias entre 4 e 6 componentes, é formado por um casal com dois filhos. Dentre os Empregados Atuais há um caso de recasamento onde se convivem com os filhos de relacionamentos anteriores e o caso de uma entrevistada que possui 4 filhos. Um caso entre os Ex-empregados que demonstra um pouco das nuances ao se avaliar a composição familiar é a convivência com netos.

Os aposentados, em sua maioria, localizados entre as famílias com até 3 componentes (7 entrevistados) se explica pelo fato de que os filhos já formaram novas famílias e deixaram de conviver com os pais.

Um desafio se coloca para os Ex-empregados (EIA) – que na grande maioria convivem com renda variável provinda de trabalhos por conta própria, como apontei mais acima, e para os Empregados atuais que convivem com a insegurança no emprego, própria da conjuntura de mercado atual.

Os dados do IBGE (2000), conforme sinalizei no Capítulo I apontam para uma média de 3,38 pessoas por família no Complexo do Alemão (dados do censo de 2000). Os dados dos entrevistados desta pesquisa apontam para uma relação aproximada a este número: 3,71 pessoas por família.

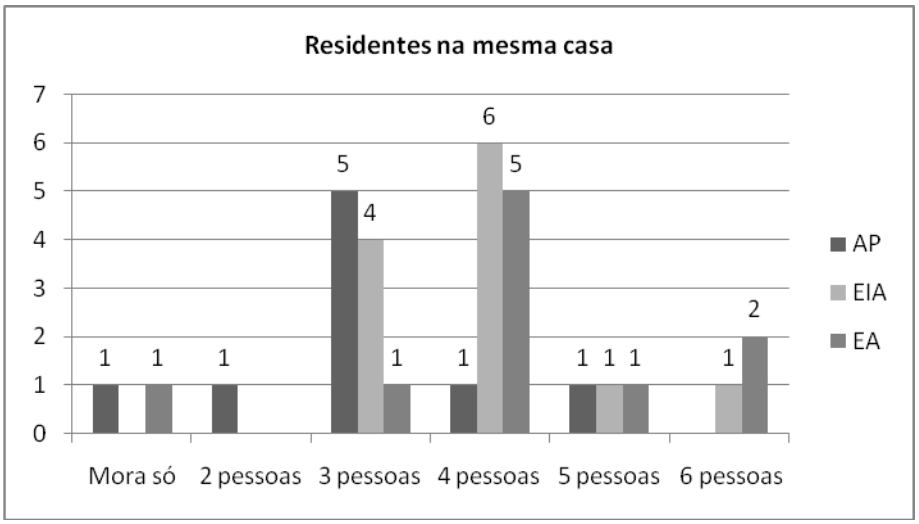


Gráfico 09

Deve-se observar a seguinte informação: dentre os Ex-empregados (EIA), a metade recebe o benefício social do Bolsa-Família e/ou Bolsa Carioca (6 entrevistados dentre o grupo de 12). Embora os Empregados atuais tenham uma

prole mais numerosa diante dos demais grupos, apenas 1 deles recebe o benefício; e uma entrevistada neste mesmo grupo, é solteira, mora com os pais e irmãos e um deles recebe o Bolsa-Família (entrevistada Fátima, EA, 22 anos). Tal situação é indicativa de que a renda desses trabalhadores ultrapassa o valor mínimo estipulado para receber o benefício[113].

A questão referente a renda estava prevista no primeiro roteiro de entrevista, mas retirei logo após a terceira entrevista por perceber o constrangimento que isso gerava em alguns entrevistados. Desse modo, não há como estabelecer uma análise neste sentido aqui.

Entretanto, quando perguntados sobre atividades de geração de renda desenvolvidas pelos entrevistados, nota-se que mais da metade dos Aposentados precisa complementar renda (5 trabalhadores, dentre 9 entrevistados), embora seja o grupo com o menor número de componentes vivendo sob o mesmo teto. Fato é que a renda provinda da aposentadoria não é suficiente para a garantia da sobrevivência desses trabalhadores. A condição salarial alcançada por esses trabalhadores a partir de sua inserção no mercado de trabalho fabril da região, bem como a política previdenciária se localiza aquém das necessidades dos trabalhadores. Constata-se ainda que o benefício recebido não acompanha o custo de vida desses aposentados.

Dentre o grupo dos Ex-empregados em idade ativa, 3 disseram ter que desenvolver mais de uma atividade para garantir renda, entretanto, como disse, metade dele recebe o benefício do Bolsa-família, o que significa dizer que trabalhar com registro em Carteira pode comprometer a continuidade do recebimento do benefício, conforme relatou-me a entrevistada Vera (EIA, 43 anos): “se eu tiver Carteira [assinada] eu perco a Bolsa”.

O número de filhos de uma família tem implicações diretas na questão das oportunidades educacionais a eles oferecidos. Embora não tenha recolhido esses dados de todos os entrevistados, muitos deles, sobretudo os aposentados e os ex-empregados em idade ativa, provinham de famílias com prole numerosa. O senhor Isaac, por exemplo, relata que sua mãe teve, em Pernambuco 22 filhos, dentre esses 14 sobreviveram, conforme narra:

---

[113] Em 2011 para receber o benefício soma-se a renda familiar e divide-se pelo número dos membros; caso a renda per capita fosse maior que R$ 140,00 (cento e quarenta reais) a família não teria esse benefício (www.mds.gov.br).

> Lá [em Pernambuco] eu trabalhava na roça, na banana, em cana de açúcar. Meu pai faleceu e eu fiquei cuidando da família de 14 aos 21 anos. Aí vim pro Rio por conta própria. Minha mãe teve 22 filhos, oito morreram. Eu falei pra minha mãe que eu ia aproveitar a oportunidade de meu cunhado ia pro Rio morar com meu tio e que os meus irmãos já eram grandinhos. E eu disse a ela que mandaria dinheiro pra ela (Isaac, aposentado, 62 anos).

> A minha família era 'do norte'... minha mãe teve 21 filhos, tudo 'criado' e pra gente estudar era muito difícil... e também a gente era retirante... e meu pai era daquele que ficava um ano num lugar e depois ia pra outro... arrumava um dinheiro e achava que aquilo ali já dava pra ele ... e pegava todo mundo e voltava pra lá e o dinheiro acabava e não tinha condição .. isso aí, de certa parte, mexia com as crianças, porque tirava da escola... (Cícero, EIA, 50 anos).

O perfil das famílias, mesmo das mais pobres, tem se alterado nos últimos anos. Em 2000, segundo o IBGE, a taxa de fecundidade era de 2,38 filhos por mulher. Em 2010, esse número cai para 1,86 filhos por mulher e na região sudeste, 1,66 filhos por mulher. O Rio de Janeiro, segundo o Censo 2010, registra a menor taxa de fecundidade da federação: 1,62 filhos por mulher (IBGE, 2010). Em 1960 a taxa nacional era de 6 filhos/mulher, em 1970, 4,5 filhos/mulher.

4.9. **Trabalhadores entrevistados e as ocupações de seus pais: uma visão geracional**

O tamanho médio das famílias e a taxa de fecundidade sofreram significativas quedas nas últimas décadas. As alterações na distribuição da população, a intensa urbanização, os fenômenos de saída do campo para a cidade, provocaram efeitos variados. Um deles que pode ser visto aqui pelo conjunto dos entrevistados, reforçado por diferentes pesquisas, diz respeito à mobilidade social.

Em primeiro lugar, nota-se que dentre todos os aposentados entrevistados, nenhum seguiu a ocupação dos pais. Houve uma transformação geracional que pode ser vista na ocupação dos pais dos entrevistados aposentados e a ocupação que seguiram. No grupo dos Ex-empregados em idade ativa, apenas uma (Neuza, 45 anos) tem a mesma ocupação da mãe; devendo aqui notar que esta entrevistada nasceu em Campos dos Goytacazes e veio para a capital na adolescência, quando então, por questões de contribuição na renda familiar (família com 5 filhos), foi trabalhar numa confecção na região do Complexo do Alemão. Entretanto, a entrevistada Neuza hoje possui uma confecção em sua casa, trabalhando por conta própria e até empregando outras mulheres do Complexo do Alemão. Embora tendo

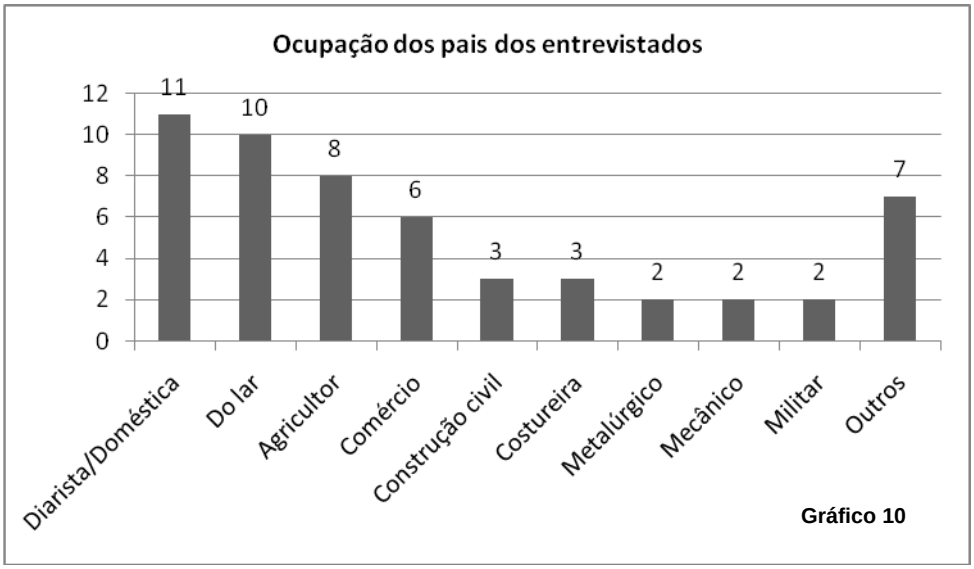
trabalhado em fábricas ela expressa que a melhor coisa é poder dizer que “não tem patrão”.

Dentre os Empregados atuais, apenas dois deles trabalham em ocupações semelhantes a dos pais: um é mecânico industrial (Lucas, 27 anos) – o pai trabalhou na área de mecânica de automóveis e serralheria; e outro (Denis, 49 anos), trabalha no ramo do comércio da mesma forma que sua mãe e pai.

A tabela abaixo (tabela 5) foi construída a partir da pergunta feita aos entrevistados sobre a ocupação de seus pais. Desse modo, aparecem informações, na maioria dos casos relacionados ao pai e a mãe, distribuídas nas linhas abaixo referentes às diferentes ocupações. Os entrevistados respondiam a essa questão apontando o que faziam seus pais. Em poucos casos, o entrevistado apenas apontou a ocupação da mãe, tendo em vista os casos de separação, morte do pai, ou por nunca terem conhecido o pai. Em alguns casos, pouco representativos, um dos pais chegou a ter mais de uma ocupação.

Ocupação dos pais	**Quantidade**			
	AP	**EIA**	**EA**	**Total**
1. Faxineira/diarista/Doméstica	4	5	2	11
2. Do lar	1	3	6	10
3. Agricultor	4	4		8
4. Comércio	2	3	1	6
5. Construção civil	1	1	1	3
6. Costureira		1	2	3
7. Metalúrgico			2	2
8. Mecânico			2	2
9. Militar	1	1		2
10. Abatedor de gado	1			1
11. Porteiro			1	1
12. Criadora de porcos		1		1
13. Trabalhador de Curtume		1		1
14. Funcionário público			1	1
15. Padeiro			1	1
16. Peixeiro		1		1

Tabela 5



Se agruparmos, no gráfico 10, as ocupações de construção civil, costureira, metalúrgico e mecânico, como aquelas que estariam mais ligadas à fábrica e indústria, termos apenas 11 casos num universo de 54 respostas ligadas às ocupações dos pais. As ocupações ligadas a trabalhos domésticos, agricultura ("trabalhava na roça", como falavam), e comércio figuram como as mais freqüentes. Isso aponta para o fato de que o trabalho industrial, ou as ocupações ligadas à função de "operário" mais clássico (fábrica, metalurgia, construção civil) não representava o meio de vida e sobrevivência da geração dos pais dos entrevistados. Há, portanto, uma modificação bastante relevante aí.

A etapa de industrialização dos anos 50 em diante, e de urbanização acelerada a partir daí, trouxeram elementos novos nas ocupações dos trabalhadores, sobretudo ao nos apontar a existência de uma mobilidade sócio-ocupacional maior.

De um modo geral, há pouca ou nenhuma relação entre a ocupação dos pais e a dos entrevistados. Talvez o que possa ser apontado com maior clareza é que tanto a ocupação dos pais quanto a dos meus entrevistados não requeriam escolarização ou formação profissional anterior à entrada na fábrica. Aqui uso o termo qualificação como o agregado de escolaridade, formação profissional e experiências acumuladas pelo trabalhador. Nas entrevistas com os grupos de aposentados e dos Ex-empregados em idade ativa, apenas uma vez, no setor

metalúrgico (entrevista feita com Sr. Isaac, aposentado), foi exigido um certificado de escolaridade do ensino fundamental, embora sem valor legal dado que o tal certificado fora comprado. Em outras ocasiões o preenchimento da “ficha” pelo candidato funcionava como uma espécie de “teste” para ingresso na empresa.

Não seguir a ocupação dos pais não é prerrogativa das classes populares. Numa época de aceleradas mudanças de base técnica e tecnológica, de criação e extinção de áreas ocupacionais, é comum que as novas gerações sigam ocupações e profissões diferentes dos pais, inclusive motivadas por fatores de ordem afetiva, de gosto, de identificação, de aspirações. O que parece relevante aqui é que, embora não tenham seguido a ocupação dos pais, tenham tido acesso a mais escolaridade do que seus genitores. Se considerarmos, entretanto, as ocupações com pouca ou nenhuma especialização ou escolaridade, a localização na pirâmide ocupacional variou muito pouco.

Aqui está posta uma questão no tocante às relações de trabalho que podem estar na base da “aceitação” do trabalho na fábrica: as ocupações mais freqüentes (diarista/domestica, agricultor, do lar), dentre as respostas dos entrevistados, referem-se a tipos de relações de trabalho autônomo, não protegido, sazonal, ou reprodutivo doméstico; a fábrica, por outro lado, acenava com uma possibilidade de mobilidade social, via trabalho assalariado protegido (registro em CTPS, aposentadoria e benefícios advindos a partir daí). No próximo capítulo aponto, a partir das entrevistas, que embora a fábrica se mostrasse um trabalho rotineiro, árduo, não desejado para os filhos, quando perguntamos sobre as motivações para permanecer na empresa, é frequente as expressões “gostava da empresa”, “gostava do tipo de trabalho”, “fiquei por causa dos benefícios”, ou “por causa da aposentadoria”. Coloca-se aí um diferencial em relação ao trabalho dos pais ou das relações de trabalho que possuíam antes de virem para o Rio de Janeiro, ou seja, é preferível estar na fábrica a trabalhar sob relações instáveis presentes naquelas ocupações que vivenciaram direta ou indiretamente através dos pais.

Os estudos sobre oportunidades e resultados educacionais conjugam algumas variáveis que incidem sobre o sucesso escolar e as chances de mobilidade social de famílias de origem social pobre. O tamanho da família e a divisão da atenção e cuidado com o desenvolvimento escolar é levado em conta nesses

estudos[114]. A escolaridade dos pais, sobretudo da mãe é influente nesta equação; uma prole numerosa numa classe social pobre exerce pressão em todos os seus membros para a composição da renda familiar, o que compromete, em boa medida, o avanço e os resultados escolares de crianças e jovens nesta condição[115]. Nesse bojo, deve se considerar as hierarquias existentes no mosaico desigual do sistema educacional brasileiro que separa em primeiro lugar as instituições em públicas e privadas (quem pode e quem não pode pagar), depois em escolas públicas reconhecidamente de qualidade (as escolas federais, em especial) e em escolas públicas de competência dos estados e municípios, com recursos limitados e condições de trabalho insatisfatórias. Engrossa o caldo destas oportunidades a distribuição espacial das escolas de qualidade no território: onde se localizam? A quem atendem? Que mecanismos de seleção – abertos ou velados – existem?[116]

Os aspectos do tamanho da família e a ocupação e escolaridade dos pais exercem um papel importante na educação e sucesso escolar dos filhos. O que pude observar nas informações dos entrevistados é que entre a geração dos pais dos entrevistados e a geração dos filhos desses mesmos trabalhadores entrevistados há um salto ainda maior no que respeita à escolarização e oportunidades educacionais. No próximo capítulo, por exemplo, fica claro que as aspirações dos entrevistados em relação aos filhos passam longe das fábricas. Se a fábrica e o trabalho industrial se mostravam para os antigos trabalhadores como ícones da possibilidade de ascensão social e proteção trabalhista e previdenciária, para as novas gerações o cenário é outro.

---

[114] Ver Ribeiro, C. A. C. Desigualdades de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. IN: DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, 2011, pp. 41 a 87.

[115] Um estudo no contexto francês sobre as implicações da família sobre o sucesso escolar dos filhos pode ser lido em Lahire, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares – as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004.

[116] Um artigo, resultado de uma pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, versa sobre as disputas de famílias pobres por escolas públicas de melhor qualidade na cidade do Rio de Janeiro, bem como os mecanismos velados de seleção de alunos por parte das escolas, pode ser lido em: Costa, Marcio da e Koslinski, Mariane Campelo. Quase-mercado oculto: disputa por escolas comuns no Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa v.41 n.142 jan./abr. 2011.

4.10. Trabalhadores entrevistados em função de chefia

Considerando aquele modelo de trabalho fabril, levantei a hipótese de que uma parcela de trabalhadores poderia eventualmente ter ocupado cargos de chefia. A hipótese se confirmou, embora com um pequeno número de trabalhadores. O gráfico seguinte (gráfico 11) aponta o número de entrevistados que ocuparam/ocupam funções de chefia. Todos os que ocuparam função de chefia, nenhum tinha/tem formação superior; dentre esses, dois tem apenas o primeiro segmento do ensino fundamental. Dentre os 7 entrevistados que ocuparam chefia, 3 são aposentados, 2 são ex-empregados em idade ativa e 2 são empregados atuais. Dentre esses 7, apenas duas mulheres, ambas em empresas de confecção.

Uma importante questão quanto às relações estabelecidas naquele modelo é colocada aqui, ou seja, a possibilidade de galgar níveis hierárquicos mais elevados, mesmo sem um grau de escolaridade ou formação específica, senão aquela oferecida na própria empresa. A distância social colocada entre a geração dos pais dos entrevistados, a situação vivida por eles na infância ou adolescência (também uma etapa de trabalhos) é acionada quando eles falam da vida que levavam na fábrica. Um dos entrevistados aposentado (Sr. Julio, 70 anos), diz assim:

> Aquela firma pra mim eu tava no patamar máximo... se ela não falisse, eu ia (risos) virar dono! Eu tava com 23 anos de casa!.

O Sr. Julio trabalhou na Companhia Nova América e Tecidos até se aposentar. Hoje as antigas instalações deu lugar a um shopping center na zona norte.

No caso da ocupação de chefia por estes mesmo entrevistados, outras questões subjacentes ligadas à execução de tarefas menos braçais e o reconhecimento (distinção) entre os demais colegas (homens e, principalmente, mulheres, já que era um ramo que ocupava intensa força de trabalho feminina) o faziam abraçar aquele tipo de trabalho:

> No meu caso, eu fiquei muito tempo no emprego, meus primeiros passos foi ali, aprendi medida industrial, interpretação de desenho e inclusive cheguei a ser chefe, porque eu era um cara que era esforçado e queria aquilo com unhas e dentes, não só porque o emprego bom, na sombra, mas tinha aquela garotada [mulheres] tudo em volta (risos).

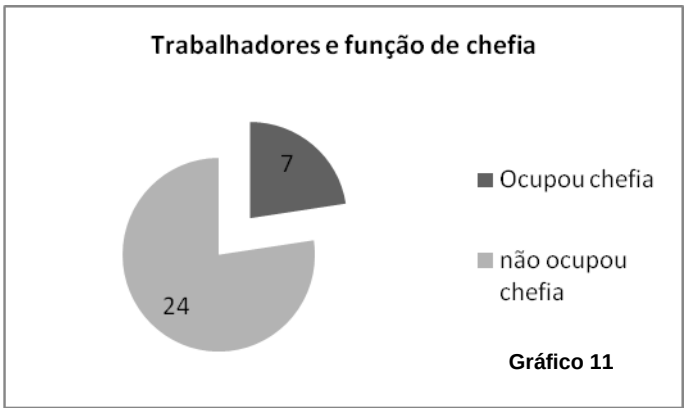


Gráfico 11

A expectativa de mudar para um “cargo melhor” – em geral, entendido como aquele menos braçal e melhor remunerado – ou “subir na empresa”, muitas vezes era usado pelos empregadores como uma espécie de elemento disciplinador, orientador de valores e comportamentos, fator de aumento de produção. Se um trabalhador pouco escolarizado galgava um cargo melhor, tão somente pelas habilidades, destreza, produção, disciplina, aquilo servia como uma referência para que outros trabalhadores poderiam igualmente ocupar outros cargos melhores. Não há necessariamente um “alto salário”, mas a possibilidade representada de deixar de ser um “peão”, um simples operário do chão da fábrica, se destacar. No caso do Ex-empregado Cícero (50 anos, trabalhou na Tannure, fábrica de papéis), só não teve maiores chances por causa da falência da empresa e da baixa escolaridade:

> Eu entrei lá como ajudante... Depois eu passei a operador de máquinas... E saí de lá como encarregado de setor... /.../ eu só não subi mais degrau lá, porque eu só tenho o quarto primário... Eles queriam me dar uma chance lá, mas não pude ir mais adiante porque eu tinha que escrever bem... Escrever certo, entendeu? Mas aprendi muita coisa com eles... Eles me ajudavam lá. Eu trabalhava com pessoas... Eu saí de lá como encarregado...

A barreira para o “progresso” dentro da empresa é, segundo ele, de sua própria responsabilidade. Ele assume seus limites, mas fica ressentido em outro momento, conforme narra:

> Eu ficava triste porque eu achava que aquela pessoa [na função de chefe] que tava ali tinha estudado, ele tinha leitura, ele tinha conhecimento, e eu fazia melhor do que ele sem a leitura que ele tinha... Entendeu?

Em sua fala, o elemento mais indispensável ao exercício de uma função era a sua experiência e não a “leitura”, os estudos, que dispunham os chefes. Em outras

falas de entrevistados aparecem as expressões: “crescer na empresa” e “melhorar de cargo”, expressões, nestes casos, ligadas à questão de “ser um bom funcionário”, “dar produção”, não se envolver em greves, assiduidade, pontualidade. O elemento escolaridade atualmente é condição primária para o desenvolvimento dentro de uma empresa.

4.11 Quem é o trabalhador do Complexo do Alemão?

A partir das informações sóciodemográficas dos entrevistados, é possível nos aproximar, ciente dos limites da pesquisa aqui pontuados, de um perfil do trabalhador que transitou/transita pelo mundo do trabalho fabril-industrial na região do Complexo do Alemão.

No tocante à idade é possível dizer que já não são muitos os trabalhadores que vivenciaram certo apogeu do emprego industrial dos anos 1960 e 1970 naquela região. Resta, todavia, um grupo que experimentou a crise de esvaziamento observada a partir do final dos anos 1980 e seguintes. Isto é um dado importante na medida em que, conforme explicito no próximo capítulo, as gerações mais novas desconhecem em boa parte as dinâmicas socioeconômicas que deram forma aquele lugar e pouco compreendem os processos de dilapidação e precarização do trabalho das décadas mais recentes.

Em ligação com o aspecto da idade, temos o tempo de moradia no local. Pelos dados dos grupos entrevistados, temos uma média de 38 anos de moradia entre os trabalhadores. Encontrei trabalhadores que nasceram no Complexo do Alemão, por exemplo, uma entrevistada costureira com 22 anos de idade e um aposentado com 62 anos de moradia na região. Nota-se, portanto, a existência de uma população que fixou residência bem antes dos anos 1980.

Quando se fala em naturalidade 09 entrevistados vieram de outros estados da federação, num total de 31; um outro grupo, bastante expressivo, 16 entrevistados, são filhos de pais que vieram “tentar a vida” no Rio de Janeiro, vindo de outros estados ou do interior do Rio de Janeiro. Tal fato corrobora com o momento do esvaziamento do campo, a aceleração da urbanização e o chamariz do emprego industrial e das grandes obras após a segunda metade do século XX. Se a cidade, de um modo geral, passa a experimentar uma retração migratória nos anos 1970

(PIQUET, 2007), talvez seja possível dizer que algumas regiões da cidade, mais que outras, continuaram recebendo população, por diferentes razões, dentre elas, a atração do trabalho assalariado protegido.

O grupo que vivenciou a fase até o início dos anos 1990, aponta para maior estabilidade no emprego, podendo nele, inclusive, chegar até a aposentadoria, como foi o caso de vários entrevistados. Outro grupo, subseqüente a este, já experimentou momentos mais difíceis, já que após aquela década começam as migrações e falências das empresas da região. Entretanto, segundo disseram, teriam permanecido mais tempo naquelas ocupações caso as empresas não tivessem falido ou se retirado da região do Complexo do Alemão. Um terceiro grupo, dos Empregados atuais, tem a fábrica como uma oportunidade, dado o cenário de desemprego e precarização atual; no entanto, o investimento em escolaridade e em formação profissional mostrou, em diversos casos, o desejo de ir além, seja dentro ou fora da empresa.

Os depoimentos daqueles que vieram “tentar a vida” no Rio de Janeiro apontam para a chegada aqui numa idade ainda bem jovem. Os trabalhadores de mais idade apontam para o fato de terem começado a trabalhar na fábrica ainda na adolescência (com 14 ou 16 anos), fato que era amparado pela legislação de então, conforme discuti em minha dissertação de mestrado (SOARES, 2006). As empresas locais, como evidenciam as falas dos entrevistados, aproveitavam essa fartura de força de trabalho juvenil para ampliar seus capitais. Alguns relatos apontam para o fato de que esses adolescentes trabalhavam a mesma carga horária de um adulto recebendo salários menores.

Notamos ainda que a região, embora com a citada diversidade produtiva, predominava as fábricas do ramo têxtil e confecção, que, por sua vez, empregavam um quantitativo maior de mulheres do que de homens. As funções ocupadas corroboravam com a idéia da existência de “trabalho de mulher” (costura, arrematadeira, passadeira etc.) e “trabalho de homem” (trabalhos mais braçais, mecânica, metalurgia, eletricidade, construção civil etc.); mesmo nas empresas do ramo de metalurgia, as mulheres eram inseridas em atividades que requeriam minuciosidade no manejo com as peças, tarefas das quais os homens “desdenhavam”, conforme um dos depoimentos de uma operária metalúrgica.

Quanto ao número de filhos, as entrevistadas se situam entre 3 e 4 filhos, o que as colocam acima da média de fecundidade brasileira (em 2000, segundo o IBGE era de 2,38 e em 2010, 1,86 filhos/mulher). Se tomarmos a taxa do último Censo (2010) tem-se no Complexo do Alemão, o dobro da fecundidade da média nacional.

É relevante aqui na pesquisa a informação sobre a ocupação dos pais. Houve uma significativa mudança geracional em termos de ocupações desses entrevistados. Em relação à ocupação dos pais dos entrevistados, nota-se uma forte presença de atividades ligadas à agricultura e serviços domésticos, além de comércio (em geral, por conta própria), construção civil, costura e outros. Apenas 3 entrevistados têm ocupação semelhante a um de seus pais. Nota-se ainda que apenas 6 dos pais dos trabalhadores entrevistados tiveram alguma ocupação ligada ao trabalho fabril ou construção civil. O dinamismo econômico de ênfase fabril-industrial, o esvaziamento do campo e o acesso à escolaridade deram novos contornos às ocupações dos trabalhadores residentes na região do Complexo do Alemão.

Sobre escolaridade, agrupando informações aqui apontadas, fica evidente o movimento de aumento da escolaridade e expansão das matrículas no ensino obrigatório: 24 trabalhadores possuem o Ensino Fundamental completo; destes, 18 possuem o Ensino Médio completo; e dentre esses últimos, 7 possuem o ensino superior incompleto ou concluído[117]. Destaca-se que, na maioria dos casos, foram buscar a formação escolar em concomitância com o trabalho na fábrica, ou mesmo depois de terem sido demitidos, provavelmente incorporando o discurso da "empregabilidade" e capital humano que vicejou aqui pós anos 1990. As mais baixas escolaridades encontram-se entre os Aposentados, seguido dos Ex-empregados em idade ativa. Nos anos de 1970 e 1980 não teríamos nem trabalhadores daquela região, nem moradores do Complexo do Alemão com formação superior, dado as condições de acesso a este nível de ensino. Há, portanto, uma clara curva ascendente em termos de escolaridade na região, fruto de diferentes elementos[118],

[117] Apenas uma entrevistada, moradora do Complexo do Alemão desde criança e filha de pais operários, ocupava um cargo de nível superior, como assistente social, numa indústria gráfica.

[118] A expansão de matrículas no ensino superior nos anos 1990 é vista como fruto de uma conjuntura que hiperdimensiona o papel deste nível de ensino no aumento de renda, bem como a expansão de matrículas tanto na iniciativa pública quanto privada, sobretudo nos cursos de Licenciaturas, porta de acesso para jovens pobres à universidade.

embora as favelas cariocas, de um modo geral, ainda ostentem cerca de 10% de pessoas ocupadas que nunca freqüentaram a escola (NÉRI, 2010, p. 37).

Aquele modelo de trabalho que se espalhou pela região do Complexo do Alemão prescindia da escolaridade ou mesmo de formação profissional. O maior volume de força de trabalho na região localizava-se em tarefas com baixa qualificação e formação. Este é um fato que pode ocorrer diante de eventual rápida expansão econômica, onde as próprias empresas devem se encarregar da formação de seus quadros, ou ainda, pode expressar aquele momento do mundo do trabalho em que não estava posta a necessidade de escolarização ou formação específica para o desenvolvimento das tarefas fabris. No caso do Complexo do Alemão, talvez possa se falar na conjugação dos dois elementos. Os trabalhadores ingressaram nas empresas, salvo nos casos dos Empregados Atuais, com pouca ou nenhuma exigência de escolarização ou mesmo de profissionalização. Alguns alcançaram cargos de chefia.

A área do Complexo do Alemão foi palco de uma diversificada atividade produtiva, demonstrado pelo conjunto dos entrevistados: indústria têxtil/confecção, papéis, alimentos, derivados do petróleo, metalúrgica, comércios, química, gráfico, depósitos e distribuidoras; a grande maioria já não mais existe na região.

As transformações econômicas naquela área podem ser evidenciadas quando se toma conhecimento das atividades e ocupações desenvolvidas até os anos 1990 e as ocupações atuais dos entrevistados. Atividades ligadas ao ramo têxtil e confecção, papel, metalurgia, alimentos cedem lugar a um espectro mais amplo que envolve o comercio e prestação de serviços e os empregos em pequenas unidades produtivas. Se as empresas que ocupavam intensa força de trabalho na região já não mais se encontram ali, então o que restam aos trabalhadores?

Os programas de transferência de renda e outros congêneres podem estar na base da fragilidade de nosso estado de bem-estar social. O salário deixa de ser o eixo de um modelo de desenvolvimento e de ascensão social para se colocar em outras rubricas. As iniciativas econômicas autônomas figuram como a possibilidade de sobrevivência, embora, em muitos casos precarizadas e vulneráveis do ponto de vista da previsibilidade.

Durante o início da pesquisa de campo decidi que tomaria as três principais ruas de três favelas do Complexo do Alemão e faria um levantamento das iniciativas econômicas da região. Comecei o trabalho e fui interrompido pela desapropriação de

todas as lojas de uma das ruas em função das obras do PAC. Curioso é que alguns trabalhadores com quem conversei nessas lojas, desconfiados, me perguntavam se eu não estava ali com o intuito de “tirá-los” daqueles locais. Disse a eles que meu propósito ali era bem diferente de qualquer desapropriação e que eu não estava a serviço da Prefeitura. Eu não sabia que havia uma ação neste sentido em andamento. 15 dias depois todas as lojas estavam derrubadas e eu não retornei mais ao local!

Porém, consegui fazer um levantamento visual na região e listar as iniciativas econômicas vicejantes dentro das favelas e no seu entorno mais imediato. Caberia em outro momento a realização de um censo econômico na região do Complexo do Alemão que ajudaria a pensar novas institucionalidades no mundo do trabalho e estratégias de sobrevivência que atravessam a região. Pude anotar os seguintes empreendimentos: Academias de ginástica, Acessórios de moda, Açougues, Autopeças, Aviário, Bares e restaurantes, Borracheiro, Consultórios médicos e odontológicos, lojas de Cosméticos, Depósitos de bebidas, Depósito de doces, Deposito de gás e água, Escolas e cursos particulares, Farmácias, Ferro-velho, Gráficas, Hortifruti, Lan houses, Loja de roupas e acessórios, Loja de telefonia, Loja de utilidades, Material de construção, Mercearias, Oficinas de carros, Padarias, Papelaria e armarinho, Peixaria, Pizzaria, Quiosques diversos, Salão de beleza, Salão de festas, Sapataria, Serralherias, Silkscreen e faixas, Sorveterias, Vidraçaria. Isto tudo no interior das favelas do Alemão. Alguns bancos se instalaram lá recentemente (Banco do Brasil, Santander, Itaú, Caixa Econômica e Bradesco).

Ainda anotei outras iniciativas de prestação de serviços na região: Animação de festas, bombeiro hidráulico, Consertos diversos, Costura, Eletricista, Encomenda de doces e salgados, Explicadores, Fretes, Lava-jato, Pedreiros, Pintura residencial, Pontos de transporte alternativo, Tomadores de conta de crianças.

Parte dessas iniciativas existia concomitante ao trabalho na fábrica, mas não foi possível e nem era objeto da pesquisa fazer este levantamento. No capítulo seguinte vou tecer considerações com respeito às diferentes perspectivas dos trabalhadores diante do trabalho assalariado protegido e do trabalho por conta própria e sem vínculos formais. A coexistência de diferentes relações de trabalho na região do Complexo do Alemão já era um fato mesmo quando ali se experimentava o *boom* do emprego fabril. A região ostenta uma das maiores taxas de pobreza da cidade do Rio de Janeiro, conjugadas com baixa escolarização e precarização das

relações de trabalho. Os bônus de uma época áurea do Complexo do Alemão se foram; resta pensar as alternativas e construir novas sociabilidades que revertam o visível ônus que recai sobre a população trabalhadora que insiste em criar e recriar sua existência e estratégias de sobrevivência num novo mundo do trabalho que parece querer escapar às nossas mãos.

5 PERCEPÇÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO, FAVELAS E PARTICIPAÇÃO: A ÓTICA DOS TRABALHADORES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS NA REGIÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO

As considerações feitas em torno do conjunto de entrevistados apresentadas no capítulo anterior serão objetos de diálogo neste capítulo. Elas serão em alguma medida retomadas aqui a fim de dialogar com as percepções dos trabalhadores sobre trabalho, identidade, aspirações e compreensão das mudanças num território da cidade do Rio de Janeiro.

Neste capítulo o objetivo foi compreender o modo como os trabalhadores se vêem num universo produtivo e social particular na cidade do Rio de Janeiro a partir das entrevistas concedidas. Os diálogos com os entrevistados foram bem ricos de informações que, inclusive, extrapolaram as demandas do roteiro. Algumas dessas entrevistas bifurcavam por caminhos que tornava um tanto difícil um retorno ao roteiro. Alguns se deixavam levar pelas lembranças, nostalgias, e, em meio a risos e até choros, consegui um contato bem próximo com aqueles trabalhadores. Em meio a isto, exponho aqui o fio condutor das conversas que tive com os trabalhadores na direção de identificar as representações, as histórias sobre o cotidiano da fábrica, as aspirações e a compreensão sobre o esvaziamento fabril da área do Complexo do Alemão. Nesta parte também incluo as informações e diálogos com os representantes institucionais, com objetivos, como me referi, diferente dos grupos de trabalhadores fabris.

Em especial, neste capítulo apresento aspectos da relação do trabalhador com a fábrica: como percebem as transformações e se percebem nelas? Os tópicos das análises aqui feitas estão distribuídos em 5 dimensões, a saber:

- Dimensão das transformações sócio-econômicas da região do Complexo do Alemão sob a perspectiva dos trabalhadores – que empresas deixaram ou faliram na região do Complexo do Alemão?
- Dimensão das motivações para o trabalho na fábrica e as dificuldades enfrentadas enquanto trabalhador;
- Dimensão dos vínculos trabalhistas e diferentes formas de inserção no mundo do trabalho;

- Dimensão da participação, organização coletiva e movimentos reivindicatórios dos trabalhadores;
- Dimensão das aspirações, possibilidades de mudança de ocupação e expectativas em relação aos filhos.

Dedico um tópico para cada uma das dimensões acima. O objetivo foi perceber de que forma a percepção dos trabalhadores se aproxima ou se distancia das questões ligadas às transformações mais amplas do mundo do trabalho na região.

A fala dos representantes institucionais foi trazida aqui a fim de estabelecer ligações entre suas percepções e a dos trabalhadores das fábricas. Ou seja, as entrevistas com os representantes institucionais (RI) foram importantes na medida em que puderam dar suas opiniões com respeito a algumas transformações da região do Complexo do Alemão e que também foram objeto de apreciação dos trabalhadores entrevistados. Desse modo, não foquei questões sóciodemográficas deste grupo, mas considero importante, tomando em conta as informações coletadas, delinear um perfil do grupo entrevistado, a saber:

Dos 11 entrevistados de diferentes instituições, 7 possuem graduação: dois pedagogos, um psicólogo, um químico, um engenheiro e dois administradores. Os quatro restantes não tem formação superior, sendo três deles ocupantes de cargos eletivos (dois representantes sindicais e um presidente de associação de moradores).

Do conjunto desses entrevistados desse grupo (RI), 4 são representantes de empresas e dois ligados à área de educação (escola pública e SENAI). O quadro com os representantes institucionais está distribuído do seguinte modo, com respectivos nomes (fictícios):

Instituição	Nomes
Associação Comercial	Miro
Associação de moradores	Reinaldo
Escola Municipal (Diretora)	Kelly
Fundação de Ex-funcionários de indústria do ramo de telefonia	Elias
Indústria metalúrgica de equipamentos	Silas
Indústria metalúrgica de luminárias	Ferreira
Indústria Têxtil e de confecção	Nilo
Presidente do ONG e Pré-vestibular Comunitário	Durán
SENAI	Antonio
Sindicato dos gráficos	João
Sindicato dos metalúrgicos	Arnaldo
Tabela 1	

Dentre as questões que orientaram a pesquisa e a construção do roteiro, busquei saber dos entrevistados se lembravam o nome de empresas que faliram ou migraram da região do Complexo do Alemão. Esta questão se impunha na medida em que queria colocar em discussão o grau de percepção que esse trabalhador tinha sobre as transformações; ou seja, em primeiro lugar queria identificar em que medida ele, como trabalhador e morador da região, percebia esse esvaziamento das empresas. As empresas estavam ali – e algumas há mais de meio século – e qual a relação (concreta e/ou simbólica) que este trabalhador estabelecia com elas? Concreta, diante do fato de que muitos moradores da região eram trabalhadores daquelas empresas, ou tinham alguém na família que ali trabalhava. E simbólica, na medida em que, de um lado, algumas empresas eram o horizonte de aspiração de muitos trabalhadores, conforme algumas falas dos entrevistados, ou seja, a possibilidade de trabalhar ali representava conjuntamente a possibilidade de ascensão e distinção social. Conforme as entrevistas, alguns trabalhadores usavam a empresa como referência, não apenas espacial, mas carregado de uma conotação positiva de moradia (“moro próximo à Coca-Cola”). A “má fama”, entretanto, pode também servir de referência, mas aqui destaca-se o fato de que algumas empresas possuíam um status de reconhecimento social que era destacado pelos moradores.

Outras empresas se mantinham fechadas aos moradores, com pouquíssimo aproveitamento da força de trabalho local. Um dos motivos pode ser o tipo de

produção de algumas empresas que requeriam apenas uma força de trabalho mais especializada, por sua vez, pouco disponível na região. Quanto a este último exemplo, uma das empresas que migrou para São Paulo, uma divisão de essências da Bayer do Brasil, era conhecida como uma "fábrica de chicletes" e, segundo um ex-empregado entrevistado, a empresa "era discreta" uma vez que trabalhava com produtos que eram componentes para o fabrico de drogas e temia pelo roubo desses produtos[119]. A relação simbólica aí seria de afastamento, como o relato de um entrevistado: "empresa misteriosa" ("não sabia o que faziam ali dentro"). Ou seja, havia empresas com muros altos, que empregavam pouca ou nenhuma força de trabalho local e que até hoje, mesmo entre os moradores antigos da região não saberiam dizer nem o nome, nem o que se faziam ali (era comum ouvir dos entrevistados: "tinha uma empresa ali naquela rua, mas não sei de que era"). Em geral essas empresas ocupavam menor número de trabalhadores se comparadas, por exemplo, com as empresas do ramo têxtil ou de confecção.

Listei, a partir dos depoimentos, 47 empresas que migraram ou faliram na região do Complexo do Alemão e abaixo coloco uma tabela com a freqüência, em ordem decrescente, com que elas apareceram na fala dos entrevistados. Essa coleta foi feita a partir da pergunta "saberia dizer o nome de empresas que faliram ou deixaram a região do Complexo do Alemão?". Não era objetivo da tese, reitero, conduzir um levantamento da situação das empresas daquela região. A relação abaixo foi construída, desse modo, a partir dos depoimentos dos entrevistados. Notamos nesta questão que as mais prejudicadas foram aquelas empresas do ramo têxtil e confecção.

[119] Observe a fala de um entrevistado da empresa: "Nós éramos uma indústria química... os produtos que a gente fabricava eram matéria prima, eles eram aportes para o beneficiamento dos entorpecentes. Nós tínhamos acetato, álcool, e era um risco muito grande... /.../ todo mundo sabia [que tinha um laboratório de drogas na favela], sim. Tanto é que nós tínhamos que fazer relatórios freqüentes, mensal, pra Polícia Federal de nosso estoque" (Ricardo, EIA, 50 anos).

TABELA 2 Empresas	Quantas vezes foram citadas nas respostas dos entrevistados
Poesi	20
Coca-Cola	17
Heliogás	11
Skol	8
Nova América	7
Esperança	6
Rute	6
Café Capital	5
Tanure	5
Christiani-Nielsen	4
Sti Eletrônica	4
Tufy-Habib	4
Colombo	3
Franco-brasileira	3
Nagle	3
Aladdin	2
Chinezinho	2
Curtume Carioca	2
Klabin	2
Rio Roupas	2
Sika	2
Papelaria União	2
Fábrica de Papeis Santa Cruz	2
Asterix	1
Bayer do Brasil	1
Empresa de PVC	1
Fábrica de biscoitos	1
Gás Esso.	1
Gráficas (diversas)	1
Grefisa	1
Hemisfério Sul	1
Inega	1
Marialva	1
Metalúrgica	1
Montana	1
Pedrosa	1
Persianas Camelle	1
Spot Rio	1
Standard Electric	1
Supergasbrás	1
Tecido Novaes	1
Transportes (diversas)	1
CCPL	1
Souza Cruz	1
Gilette	1
GE	1

As quatro últimas empresas, embora estejam um pouco mais distantes do Complexo do Alemão (Benfica e Maria da Graça) foram citadas pelos entrevistados talvez pelo peso que representavam para a região. A CCPL, por exemplo, fornecia, nos anos 1980, o leite para as padarias do Complexo do Alemão[120]. A Gilette e a

[120] As instalações da antiga CCPL foram ocupadas por residências e recentemente implodidas para dar lugar a um conjunto habitacional (mais detalhes em: www.rj.gov.br/web/seobras).

General Electric (GE) foram citadas por estarem imediatamente próximas à CCPL (Cooperativa Central de Produtores de Leite). A Souza Cruz (fabricante de cigarros) foi citada em função das notícias de que em 2012 aquele parque será transformado em instalações da Polícia do Rio de Janeiro[121].

Os dados abaixo (gráfico 1) mostram uma interessante discrepância entre o número de empresas citadas pelos Aposentados e Ex-empregados em idade ativa em relação aos Empregados atuais. Dentre o conjunto de 10 entrevistados das empresas atuais, 7 situam-se na faixa de 22 a 37 anos de idade; ou seja, os mais jovens não vivenciaram o primeiro momento de efervescência do emprego industrial na região, mas tem notícia daquela época e ainda vêem algumas marcas físicas na região dos galpões e terrenos daquelas empresas. Alguns imóveis foram refuncionalizados para dar lugar a supermercados, escolas, shoppings centers, condomínios, canteiro de obras, templos religiosos, estacionamentos, entre outros.

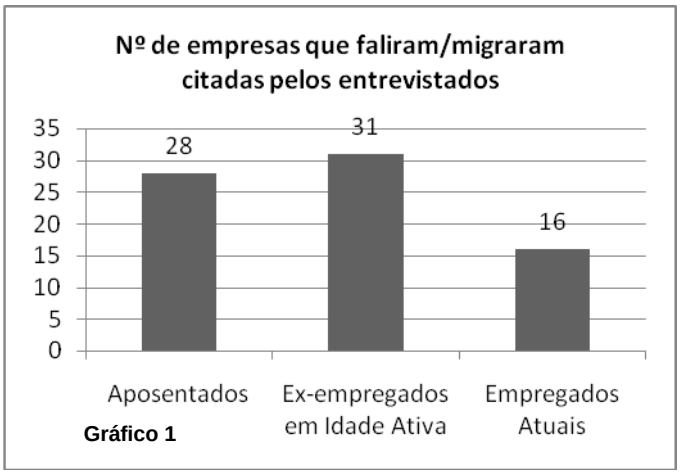


Gráfico 1

Os Empregados atuais citaram o nome de 16 empresas, enquanto os ex-empregados em idade ativa foram além dos aposentados, com 31 empresas citadas. Observe que na tabela anterior a Poesi (empresa têxtil e confecção) figura como a empresa mais citada. Talvez isso se dê pela maior proximidade da empresa com o Complexo do Alemão, já que ela ficava numa das vias principais da região, a Estrada do Itararé e também tinha uma extensão significativa, além de empregar intensiva força de trabalho da região (veja a foto no anexo 5). Em seguida temos a Coca-Cola, pela dimensão que ocupava em duas vias principais da região, a Estrada

[121] No lugar da Souza Cruz será construída a “Cidade da Polícia” que reunirá 32 delegacias especializadas da Polícia Civil (mais detalhes em: http://www.rj.gov.br/web/imprensa).

do Itararé e a Avenida Itaóca. Mas é possível apontar também, no caso da Coca-Cola, uma dimensão simbólica ali expressa pelo fato de serem vizinhos de uma das maiores empresas do mundo. Em terceiro lugar aparece a Heliogás, que conforme um ex-empregado (Aposentado) era uma empresa de capital majoritariamente francês. Nos depoimentos percebe-se que a Coca-Cola e Heliogás eram empresas desejadas pelos moradores da região. Note que ambas eram empresas com conexões globais. A possibilidade de se identificar com uma "marca", com uma representação de grande empresa estava presente. O aposentado José Gomes (59 anos), ao ser perguntado se gostava de trabalhar na Heliogás, assim relata:

> Olha a gente se sentia orgulhoso. Porque aqui na redondeza não tinha ninguém que pagasse como a Heliogás... quando saíam da Coca-Cola, o primeiro lugar que o pessoal pedia emprego era na Heliogás. Era um emprego muito visado. Alem do salário tinha o 14º, bolsa de estudos pros filhos, assistência médica pela companhia, assistência pelo sindicato...

Trabalhar numa empresa multinacional teria naquelas condições maior *status* que um trabalho numa empresa nacional. Uma das raízes mais objetivas desse status deve ser buscada na política de favorecimento das grandes empresas oligopolistas e multinacionais durante o governo militar. Dado a capacidade de produzir mais e a menores custos, as empresas estrangeiras instaladas no país terminavam por estrangular o empresariado nacional, sobretudo aquele não associado a grande empresa oligopolista. O governo militar pós-1964 intensificou a internacionalização da economia brasileira. Além dos efeitos mais diretos sobre o aumento da dívida e a participação daquelas empresas nos setores mais dinâmicos da economia, pode-se falar, portanto, que a partir daquele período e do modelo de desenvolvimento adotado, empresa forte é empresa estrangeira ou estatal. A associação com empresas nacionais aparece hierarquicamente como de menor importância. Isso representa um impacto sobre a subjetividade desse trabalhador. Para o trabalhador e suas demandas mais imediatas de sobrevivência e proteção, é desejável que participe e se identifique com aquelas empresas, ou seja, com o "time que está ganhando"[122].

---

[122] As palavras do Ministro do Planejamento do governo Castello Branco (1964-1967) são enfáticas quanto ao modelo industrial brasileiro: "há dois motivos que explicam nossa desnacionalização temporária. Primeiramente, a mudança de escala: quando se passa da fundição artesanal para a grande industria automobilística, há exigências de capitais e qualidade que alteram a sobrevivência das pequenas e médias empresas nacionais. (...) Em segundo lugar, a evolução rápida da tecnologia. (...) Nestes casos, a escolha é entre mantermos um nacionalismo míope ou absorvemos maciçamente capitais e técnicas estrangeiros. Esta última é a melhor" (CAMPOS, R., Do outro lado da cerca. Rio de Janeiro, IBGE, 1967, p. 65).

Dentre as 7 empresas mais citadas não consegui entrevistar ex-trabalhadores da Skol e da Coca-Cola. Essas empresas podem ser citadas como exemplos daquelas que não faliram, mas deixaram a região e se fixaram em outros locais da cidade do Rio de Janeiro (as empresas em que os entrevistados trabalharam estão descritas na tabela 3 do capitulo anterior).

Deve-se observar que dentre as 47 empresas citadas pelos entrevistados, todas eram de médio e grande porte. De acordo com a fala de entrevistados (trabalhadores e representantes institucionais), existiam aquelas que empregavam centenas ou milhares de trabalhadores:

> Uma empresa como a Standard, com mais de 7,5 mil funcionários, você quer o quê? Quando ela fecha todo o seu entorno é prejudicado. Se você tem um bar, um restaurante que serve esse pessoal e a empresa fecha, como você faz pra pagar o seu aluguel no final do mês? (Elias, representante da FUESE, Fundação dos Empregados da Standard Electric).
>
> E quanta gente ficou desempregada por causa disso! Na Franco-Brasileira tinham 3.200 funcionários... (Neuza, EIA, 45 anos, ex-costureira da Franco-Brasileira).
>
> Na Nova América tinha 4.500 funcionários nos três turnos... Quando o trem chegava ali ficava vazio: um montante ia pra Klabin, outro ia para a Nova América, outro ia pra Aladdin, era muita coisa mesmo! (Julio, Aposentado, 70 anos, aposentado da Nova América).
>
> A maioria dos funcionários era morador daqui... a Tanure tinha na faixa de uns 600 funcionários ou mais... e a maioria morava aqui... 80% aqui na região... (Cícero, EIA, 50 anos, ex-funcionário da Papéis Tanure).
>
> Em outubro é a eleição da Cipa; eles colocam lá no quadro de avisos.... e quem quiser se inscrever aí eu me inscrevi e fiquei em primeiro lugar na Cipa, entre mais de 300 funcionários da empresa... (Edilson, EIA, 30 anos, ex-funcionário da Eaton).

Além das empresas de médio e grande porte, no entorno delas situavam-se outras que prestavam serviço, ou mesmo eram alimentadas pela empresa maior e, quando diante da falência ou migração daquelas ocorrem fraturas em toda uma cadeia de fornecedores naquele entorno mais imediato. Somente se somarmos os números citados nos depoimentos acima teremos uma perda de mais de 15 mil empregos assalariados diretos na região. Os dados acima apontam para uma reconfiguração no universo produtivo da área no entorno do Complexo do Alemão (migração ou falência de empresas). Embora nos faltem dados quantitativos mais específicos do volume de emprego do conjunto das fábricas da região, o esvaziamento e refuncionalização dos antigos parques industriais nos dão a dimensão do volume de emprego assalariado ali existente.

5.1 Trabalho, esvaziamento industrial e crescimento das favelas: o que nos dizem os entrevistados?

Depois de buscar saber o nome de empresas que deixaram a região em estudo, quis saber dos trabalhadores sobre possíveis relações entre o crescimento das favelas e o esvaziamento fabril ali observado nas últimas décadas, uma vez que tal suposição despontava (e ainda figura) como um lugar comum. Perguntava aos entrevistados se o crescimento das favelas havia de alguma forma afetado as empresas. Ou seja, qual a percepção ou a relação que esse trabalhador-morador estabelece entre essas dimensões tão disseminadas por determinados setores da mídia? Nesse ponto, o crescimento das favelas dividiu opiniões entre os entrevistados; mas foi rico do ponto de vista das análises que faço aqui na medida em que uma variedade de motivos aponta para o quanto a representação da favela é constituída entre eles. A resposta que mais apareceu entre eles foi que não houve qualquer influência da favela para a saída das empresas. Entretanto, somando as colunas 2 e 4 do gráfico 2 percebe-se que o tráfico nas favelas e o próprio crescimento aparecem com 13 respostas, num universo de 31 entrevistados. As falas são rápidas, em muitos casos, enfáticas ao falarem da questão da favela:

> [o crescimento das favelas] Trouxe um impacto negativo... Foi o causador da perda, da mudança e da falência de muitas empresas. (Neuza, EIA, 45 anos).

> O crescimento das favelas ali foi totalmente negativo. Totalmente negativo! Nós não chegamos a falir por problemas financeiros. Apenas migramos. Infelizmente, melhorarmos em outro lugar (Ricardo, EIA).

A maioria, no entanto, não aponta o crescimento das favelas propriamente como alguma relação causal para o afastamento das empresas. Todavia, a segunda resposta que mais sobressai nesta questão é o tráfico, este dado a partir da favela; ou seja, na percepção dos entrevistados há um problema que poderia estar na base para a saída das empresas, mas este é o que ocorre no interior e através da favela e não a favela em si. Um conjunto de respostas apresentadas (8 entrevistados) demonstra que, ao contrário, a favela foi positiva para as empresas na medida em que ela representou “estoque” de mão de obra e mercado consumidor.

> Eu acho que a favela foi até bom pra empresas... o pessoal da favela não exigia muito... o salário que oferecia era bom pro povo. Olha, quem construiu esse Rio foi o favelado... (Lucia, Aposentada, 68 anos).

> Foi bom para a empresa porque o fluxo de vendas aumentou... é a classe popular que tem ali só o bujãozinho ali e isso aumentou... (José Gomes, Aposentado, 62 anos).
>
> Acho que isso não foi problema para a empresa. Até porque já existiam morros aqui quando elas vieram. Mas acho que o fato dos funcionários morarem perto era até um atrativo para as empresas. Por exemplo, o funcionário pode almoçar em casa. Eu mesma ia (Marta, EA, 41 anos).

O primeiro depoimento (Lucia) aponta certa resignação e pouca ambição do trabalhador da favela ("o pessoal da favela não exigia muito"), ao menos à época da aposentada; ela se referia aí também a questão dos salários. Ao fim, ela expressa sua opinião em relação ao "favelado": foram eles os construtores do Rio de Janeiro. O segundo depoimento que destaco aqui, também de um aposentado, que em seu caso (empresa de gás de cozinha), o crescimento das favelas, na verdade, representou aumento nas vendas, já que não havia (nem há) gás encanado nas favelas. A terceira fala aponta para a questão da proximidade com as empresas; ou seja, morar próximo, na fala da entrevistada Marta, era um "atrativo" para as empresas. De fato, já havia todo uma ocupação dos bairros no entorno do Complexo do Alemão, mas houve um crescimento horizontal e vertical (ampliação dos pavimentos dos imóveis) acentuadamente nos anos 1980. Esses depoimentos, portanto, conjugam baixos salários "exigidos", mercado consumidor, proximidade dos locais de trabalho com a residência.

No gráfico 3, mais abaixo, observa-se as respostas agrupadas. É importante aqui assinalar o que queria ver quando agrupei os dados abaixo; ou seja, sob a perspectiva dos trabalhadores o crescimento das favelas ou não influenciou aquelas empresas ou até foi bom para elas sob o ponto de vista de consumidores e de estoque de força de trabalho. Em seguida a este conjunto agrupado vem a questão da violência e crescimento das favelas. Há entre os trabalhadores certo consenso de que a favela não figura como a causa principal. Fiz outra pergunta sobre os motivos da saída das empresas que analiso mais adiante onde as diferentes percepções em relação à saída das empresas corroboram com as respostas aqui apresentadas.

Os dados do gráfico 2 estão representando o conjunto de entrevistados; mas, também separei as respostas por grupo de entrevistados como se vê no gráfico 4, o que vai demonstrar algumas nuances. Incluo neste grupo de respostas a percepção dos representantes institucionais também a fim de estabelecermos algumas comparações.

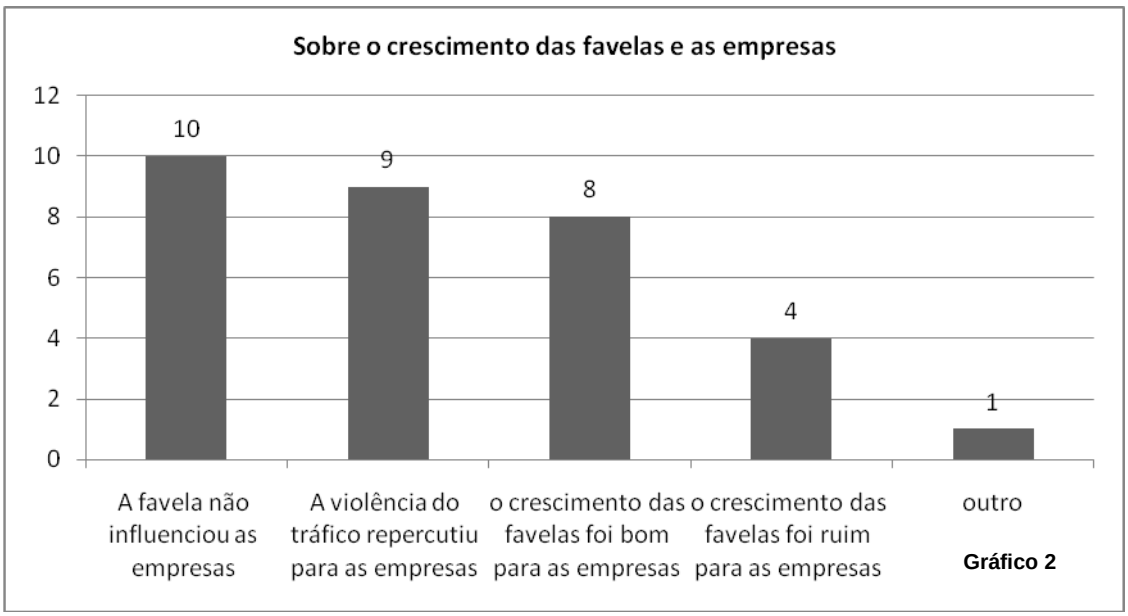


Gráfico 2

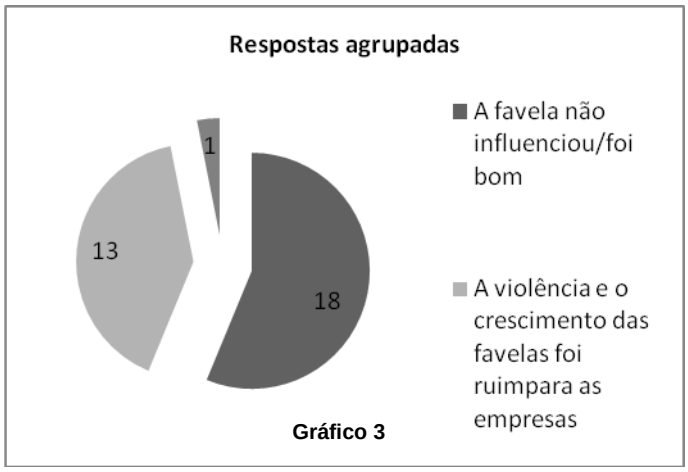


Gráfico 3

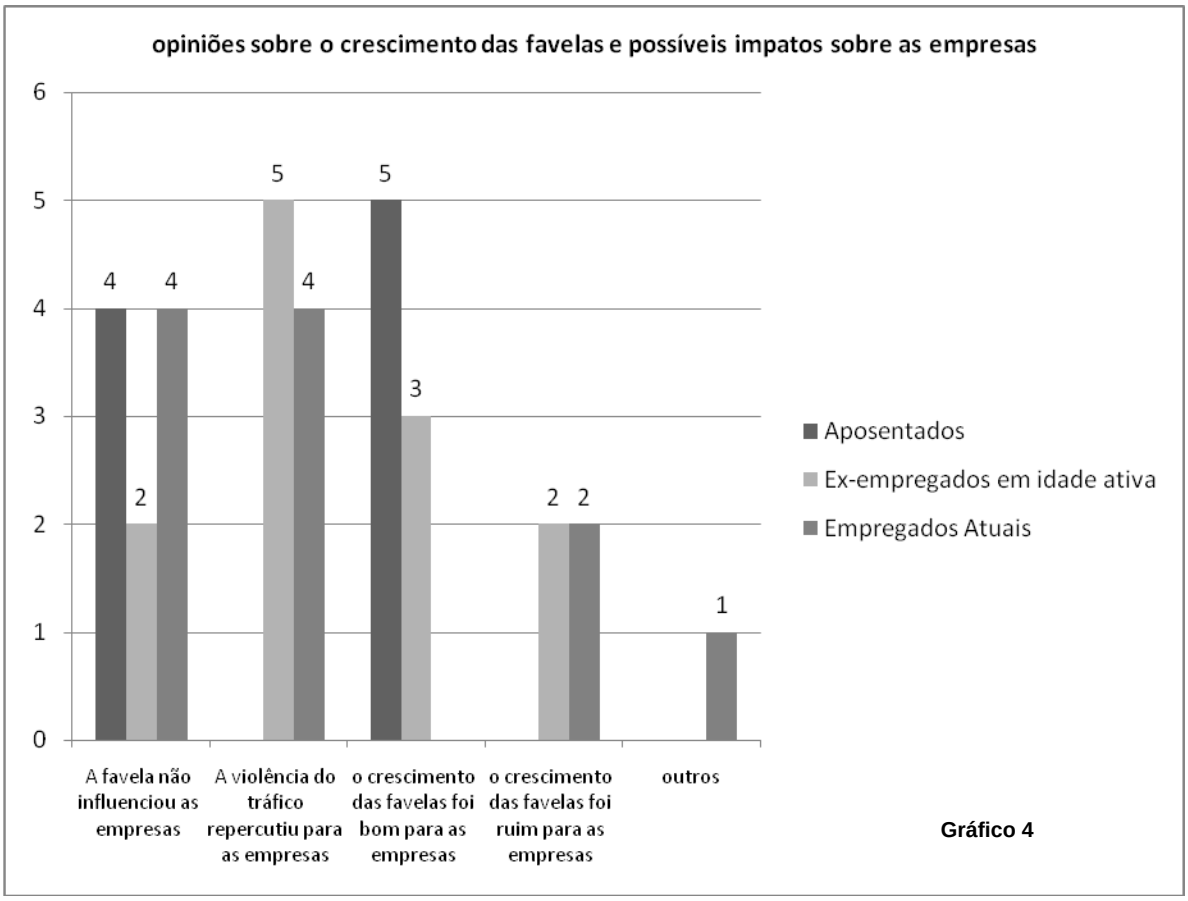


Gráfico 4

Os dados mostrados no gráfico 4 trazem informações importantes no modo de perceber os fenômenos. A percepção de si, enquanto sujeito no mundo, passa pelas representações, socialmente construídas, que se tem do espaço onde se vive e interage. A entrevistada Elisa (36 anos), usa o termo “medo” para se referir ao que o empregador sente ao saber que um candidato é oriundo da favela. E o aposentado Geraldo fala de sua decepção ao tentar conseguir um emprego e ter sido rejeitado pelo fato de morar na favela:

> Acho que sofre discriminação sendo da favela. Se você for procurar um emprego e tiver uma pessoa que não seja da favela e você, você perde. Você tem que ter um currículo muito mais alto do que a pessoa. Eles têm medo de que você possa dar informações dentro da favela... (Elisa, Ex-empregada em idade ativa).

> Fui fazer uma entrevista lá na Avenida Brasil, em Ramos e fui até selecionado pra trabalhar, mas quando eu falei que morava no Morro do Alemão, o cara me riscou, porque a empresa trabalhava com valores. E o cara me perguntou se eu morava no Morro do Alemão e disse pra mim: ‘ih, sujou a sua ficha! O patrão aí não vai gostar, porque ele não gosta de ninguém da favela’; então me disse que o patrão não ia aceitar e simplesmente me agradeceu e eu fiquei com vontade de chorar, fiquei com um gosto amargo na minha boca. Porque era uma empresa grande, bonita e fiquei todo orgulhoso pensando em trabalhar ali; era um lugar ótimo, aí me cortou

> logo ali. Eu pensei: 'meu Deus, o cara não me aceitou porque eu moro no morro do Alemão!'. (Geraldo, AP, 61 anos).

A fala de Elisa faz emergir algumas questões que estão na base das representações do sujeito que aponto mais acima: o que é o "medo"? Como a entrevistada pode avaliar/medir o medo do empregador ou selecionador? Como se construiu essa imagem? Por que ela assegura que "sofre discriminação" simplesmente por ser da favela? Existiria, assim, uma imagem de "favelado", socialmente construída, que depõe contra o trabalhador na hora de conseguir um emprego. A entrevistada carrega consigo essa imagem? Para quem esse trabalhador daria "informações dentro da favela"? Na ótica da entrevistada, para os empregadores/selecionadores o morador da favela tem, *a priori*, uma ligação próxima com criminosos moradores também da favela. Violência e tráfico associados à favela foram respostas recorrentes na fala dos Ex-empregados em idade ativa (7 respostas entre 12 entrevistados).

Se a favela e seu crescimento não figuram, na visão do grupo de Aposentados, com qualquer conotação causal para a expulsão das empresas, para os Empregados Atuais o crescimento das favelas conjugado com o tráfico seriam os elementos que afastaram as empresas (6 respostas, em 10 entrevistas).

Isto pode demonstrar o quanto a geração mais nova (tanto dos Ex-empregados em idade ativa, quanto aos Empregados atuais) teria sido mais impactada pelas ações do tráfico e violência do que a geração anterior (Aposentados). Nos anos 1980 e 1990 a onda de violência, surgimento de facções criminosas e a guerra entre elas dentro das favelas que hoje compõem o Complexo do Alemão foram situações apontadas pelos entrevistados como maior problema da região. O entrevistado Fausto (37 anos), entre os empregados atuais, relaciona favela e violência:

> Com certeza cresceu as favelas e isso prejudicou as empresas. Mas a violência veio por causa desse aumento da população. Aí as empresas procuraram outros lugares, né? /.../ Tanto a vinda das empresas e a saída das empresas ajudou no crescimento das favelas (Fausto, empregado atual).

Observe que ao final de sua fala ele relaciona o crescimento das favelas como sendo causado pelas empresas, e o afastamento das empresas como a causa

para o crescimento das favelas. Ou seja, alguns espaços foram ocupados onde antes eram empresas. E outros espaços foram ocupados a partir da chegada das empresas.

A violência e o banditismo do tráfico nas favelas, na visão dos mais jovens são, não apenas importantes fatores causais para o afastamento das empresas, como ainda funcionam como elementos estigmatizantes dos trabalhadores moradores dessas favelas; fato, que, na ótica dos aposentados, não era impeditivo, uma vez que relatam que as fábricas e indústrias da região acolhiam nas décadas de 1970 e 1960, os trabalhadores do entorno.

Para os Representantes institucionais, as respostas foram diversas, o que agrupei conforme mostra o gráfico 5. Suas respostas quanto ao crescimento das favelas apontam para fatores político-econômicos (falta de planejamento e de uma política de emprego - 7 respostas), e 4 respostas apontam que tal crescimento não foi, ou não trouxe problemas para as empresas; 3 respostas apontam que trouxe prejuízo na medida em que esse crescimento não foi, nem é, compatível com o zoneamento industrial, ou seja, causa desconforto para ambos os lados. Duas respostas que fugiram a esse agrupamento, que coloquei na categoria “outros” foram: “as nossas associações de moradores ficaram reféns dos bandidos”, o que aponta para a questão da criminalidade e não para o crescimento das favelas propriamente; e “a favela cresceu, no entanto, o nível educacional também cresceu”.

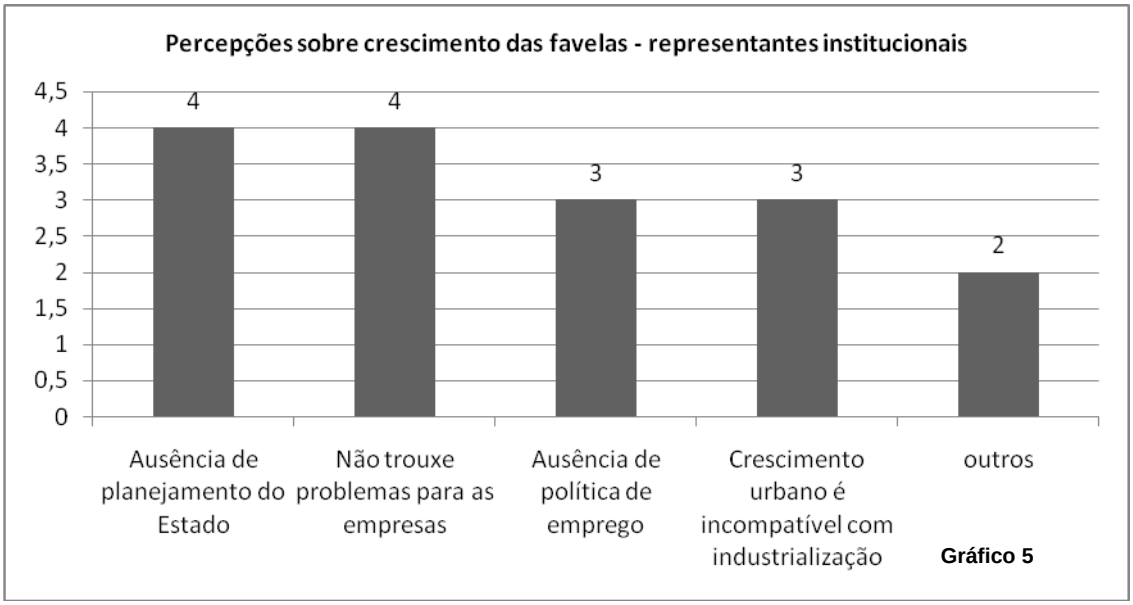


Gráfico 5

Para uma parte dos Representantes institucionais, a questão da ausência de planejamento, poucos incentivos ao emprego, limites frouxos em relação ao zoneamento industrial e moradia popular, ampliou a pauperização naquela área. Destaco uma fala de um representante sindical:

> Acho que a favelização e a violência não é o determinante. Você vê aqui a Leite de Rosas, um prédio enorme, cercado de residências: o troço fica inconsistente, tem que sair num determinado momento. Muitas vezes a atividade industrial causa um desconforto à população. A coisa acaba se inviabilizando. Mas essas áreas do Rio onde tinha muitas empresas, a população cresceu e se tornaram áreas residenciais, se tornaram áreas não propicias a indústria e aí gera também certa animosidade entre a população e a empresa. E se ela, a empresa, não tiver muito sintonizada onde ela está estabelecida; se a população não achar que ela é importante, ou a tendência do judiciário é ficar ao lado da população. O que é melhor gerar moradia ou emprego? Aí fica nessa discussão (Arnaldo, Sindicato dos Metalúrgicos).

> No início dos anos 80, com as eleições diretas para os governadores dos Estados, e com a eleição de Leonel Brizola (1982) começa haver um processo de ocupação desordenada dos morros daqui (Penha e adjacências). Na época a própria Polícia era impedida de fazer incursões dentro das comunidades. Essas posturas favoreceram o rápido crescimento das favelas e foram a maior causa do desaparecimento das fábricas e indústrias da região (Miro, Associação Comercial e Industrial).

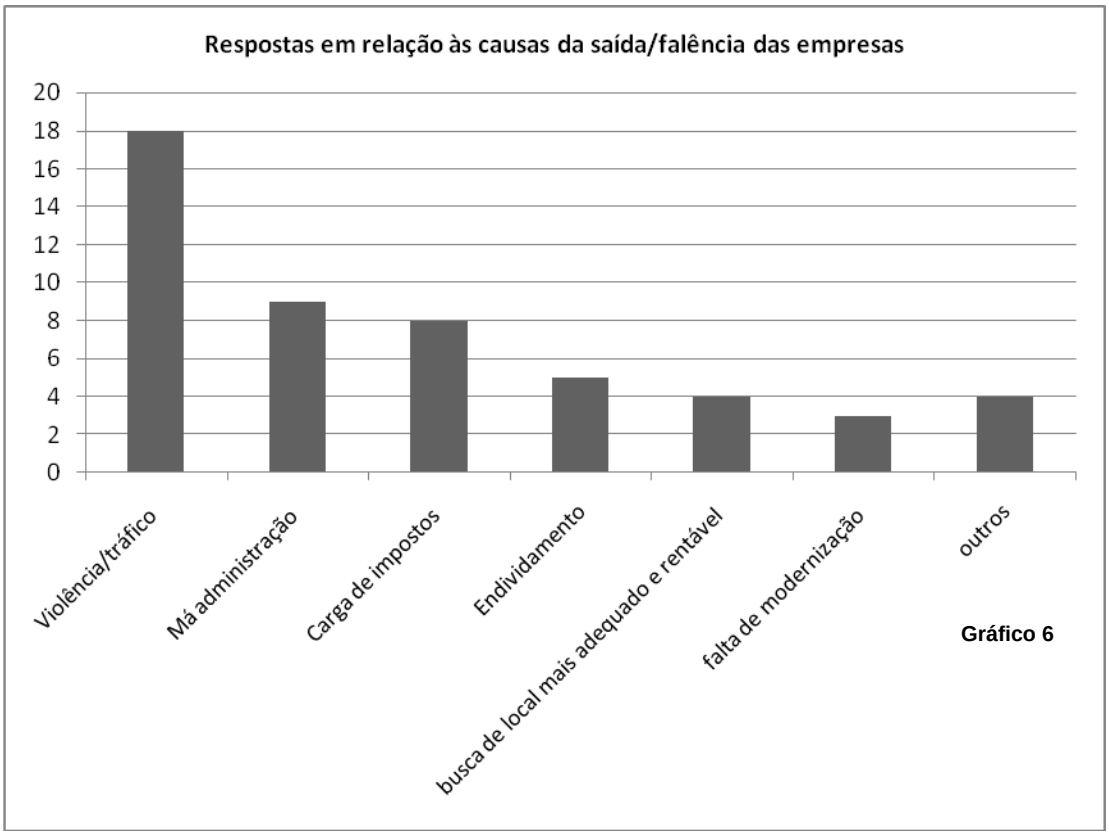
No entanto, Miro considera que há outros problemas que se somam para o afastamento das empresas: para ele houve um aumento da pobreza, mas outros fatores como a tecnologia (cita a questão da extinção do Curtume Carioca em função da entrada do couro sintético, segundo ele), e a questão da abertura comercial com a entrada de produtos da China. Disse que, inclusive, apresentou uma proposta ao Prefeito para isentar de impostos as empresas que quisessem voltar a se instalar na região, mas não houve retorno.

5.2 Por que faliram ou foram embora as empresas?

Se, a partir dos dados acima, o crescimento das favelas e a violência não foram determinantes, isoladamente, para a saída ou falência das empresas, o que teria sido, então, na visão dos entrevistados?

Nesta seção quis saber qual seria o motivo da saída ou falência das empresas na ótica dos entrevistados. Reunidas as respostas dos três grupos de trabalhadores entrevistados, vê-se que novamente a violência/tráfico figura como a

maior freqüência de respostas. Quando abrimos os dados para as diferentes categorias de entrevistados, se vê que os aposentados foram quem apresentaram a maior diversidade de respostas nesta questão; foram eles também que deram o menor peso à violência como fator de migração/falência das empresas, conforme se vê no gráfico abaixo (gráfico 6), repetindo o que disseram em relação ao crescimento das favelas na seção anterior.



Embora os aposentados não tenham atribuído ao crescimento das favelas um elemento determinante, a violência já aparece nas respostas de dois deles. Um aposentado (José, 62 anos), apresenta um motivo que teria afetado particularmente a empresa em que trabalhava:

> Uma outra coisa que acarretou o fechamento da empresa aqui também... é uma coisa que eu não gostaria de falar... mas tinha a questão da violência... sabe, de repente a gente tá lá e bate uma bala perdida e aí: bum!

A empresa, uma grande distribuidora de gás, ficava localizada entre as favelas do Morro do Adeus e Morro do Alemão, e à época (década de 1990) eram

dominadas por facções rivais. Era comum haver troca de tiros de um lado ao outro. Segundo o entrevistado, a empresa temia por esta situação. O mesmo relato, acrescido de conotações mais dramáticas, é colocado pela entrevistada Neuza (ex-empregada, 45 anos):

> A Heliogás, eles ameaçavam jogar bombas dentro na empresa! Imagine! Uma empresa de gás receber uma bomba, uma granada! Então as pessoas ficavam ameaçadas...

De fato, uma empresa desta natureza (gás liquefeito de petróleo) estar situada entre embates de traficantes armados, se consumada a ameaça, representaria um risco não apenas para a empresa e seus empregados, mas para os imóveis e moradores de seu entorno. Num outro nível de análise, os episódios violentos assumem conotações dramáticas que podem reforçar novas e variadas versões para o mesmo fato, como foi possível perceber nas entrevistas quando davam as razões para a falência e migração das empresas.

As falas, reunidas no gráfico seguinte (Gráfico 7), estão separadas pelos diferentes grupos. Novamente as gerações mais novas apontam para a violência como o maior fator de afastamento das empresas. A violência e o banditismo dos grupos rivais tiveram um acelerado crescimento no mesmo momento em que as empresas estavam ora falindo ou migrando para outras regiões. É essa imagem e associação que teria se firmado como relação causal para as novas gerações. Observe algumas falas dos ex-empregados em idade ativa e dos empregados atuais:

> A razão mais forte daqui dessa região, daqui da Avenida Itaóca, pela qual as empresas se mudaram, ou faliram foi ameaças de bandidos... (Neuza, EIA, 45 anos).
>
> A violência intimidou algumas empresas; algumas tinham que pagar “pedágio” para a comunidade e o poder que ali se instalava; segundo ele, uma das empresas em que trabalhou era obrigada a fornecer cestas básicas para a comunidade (Alberto, EIA, 40 anos).
>
> Eu acho que posso levar pro lado da violência. A violência nessa época cresceu muito. Então, o grande empresário vai ficar ali pra quê? Pra sofrer esse dano? Pra arriscar sua vida? E acabar com todo o projeto que ele tinha de vida? Então ele abandonou por isso e foi pra outros lugares, outras cidades (Denis, EA, 49 anos).
>
> A violência. Eu acho que o maior fator é ela. A violência gera outros fatores: perigo, riscos... (Fausto, 37 anos, EA).

As respostas a essa questão, embora tenha evidenciado a violência/tráfico, vieram, na maioria dos casos, acompanhadas de outras razões. Mesmo os dois aposentados que citam a violência/tráfico, falaram também de “carga de impostos, concorrência” (José Gomes) e “impostos altos e ida para Manaus” (no caso do aposentado Zeca, 59 anos, sobre a Alladin).

> Acho que por causa da violência e porque deixaram de crescer. Acho que foi isso... (Marta, EA, 41 anos).
>
> Os filhos moram nos Estados Unidos e arrumaram emprego por lá e eles (os filhos) não queriam investir. Na época que a fábrica fechou era aquela época que ficavam mandando fechar a fábrica... os bandidos ficavam mandando fechar... aquelas coisas todas, e isso foi ruim e eles preferiram fechar e ficar só em São Paulo. Eles também tinham em Caxias e lá também fechou. Agora também só estão em São Paulo (Natália, 38 anos, ex-empregada de uma metalúrgica de componentes elétricos e eletrônicos).

Dentre as 18 respostas que sugerem a relação causal “violência-saída das empresas”, apenas 6 apontam exclusivamente este motivo.

O que se percebe é que o elemento mais imediato, mas impactante para os trabalhadores, sobretudo os mais novos, é a violência, sem deixar de considerar outros aspectos importantes para a falência ou migração. Uma das falas de um ex-empregado de uma empresa de produtos químicos é emblemática neste sentido. Veja quantas informações ele nos fornece em sua fala, embora considere também o fator violência:

> Nós saímos dali porque logo depois a Bayer resolveu investir na indústria vertical. Antes era horizontal [a planta da empresa]. As indústrias têm investido numa planta vertical por causa da questão espacial. Como se fosse um prédio.
>
> Mesmo nos altos e baixos da economia, nós nunca tivemos problemas. Era uma indústria enxuta, tanto financeiramente quanto administrativamente. Então ela projetava um crescimento.
>
> O que efetivamente afetou a gente enquanto indústria foi a decisão de investir mais, né? Será que vale a pena investir aqui? Tem estrutura pra isso, tem água, enche a rua, a luz chega com facilidade? Ou tem picos de energia?

Em sua fala elementos como “projeção de crescimento”, alteração de planta física da empresa, infraestrutura, mudança na base técnica e tecnológica ficam em evidência tanto quanto a violência.

Já os aposentados, que acompanharam há mais tempo o apogeu, a crise e migração das empresas não apontam nem o crescimento das favelas nem a violência como o fator preponderante. Eles falam de questões administrativas, busca de maior rentabilidade e falta de modernização e visão dos empresários.

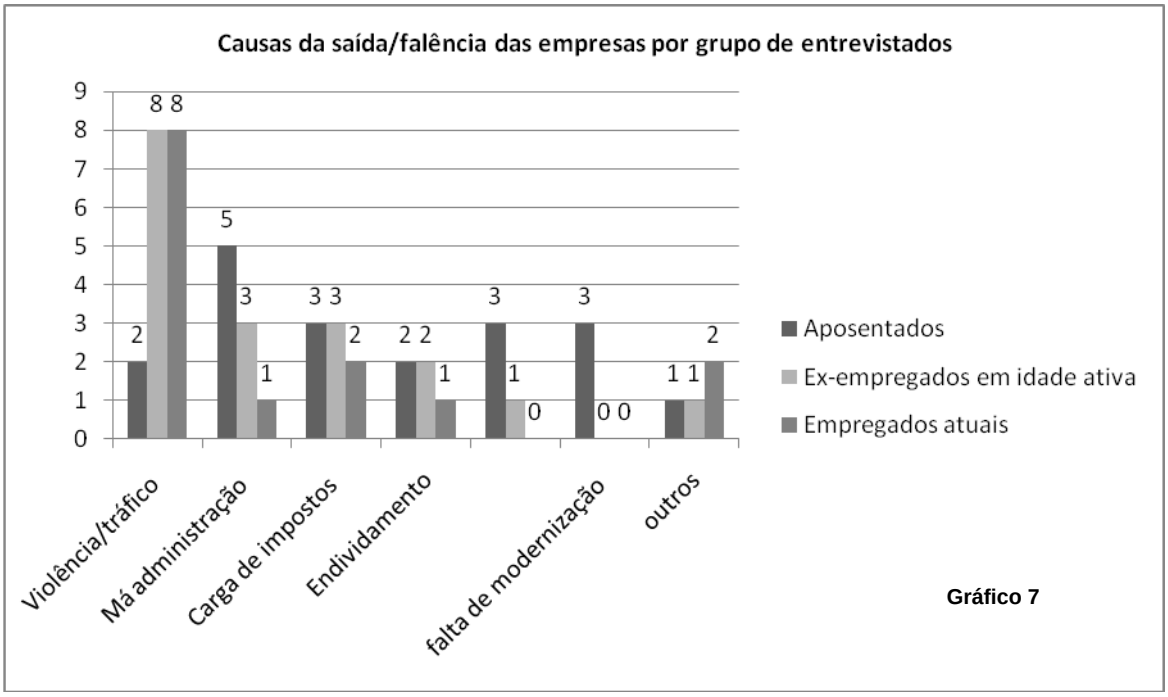


Gráfico 7

A maioria dos aposentados cita a “má administração” (5 respostas), a carga de impostos (3), a “busca por local mais adequado/rentável” (3), “endividamento” (2), “falta de modernização” (3) e, na categoria *outros*, “brigas internas entre os sócios” (1).

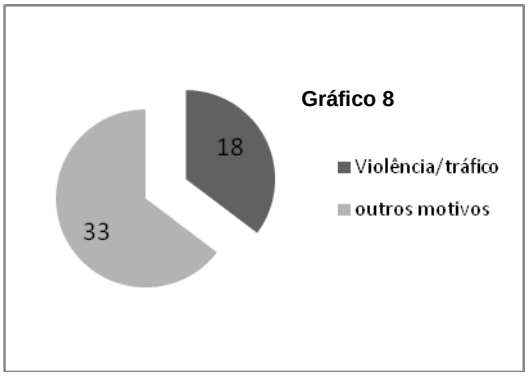


Gráfico 8

Em síntese, os entrevistados apontaram 51 motivos pelos quais as empresas deixaram de funcionar na região ou faliram. Nesta relação de motivos, alguns colocaram apenas a violência como elemento determinante (6 respostas); somando estes últimos com os que apontaram este motivo associado a outros, temos 18 respostas que associam violência-saída das empresas (gráfico 8). Por fim, 33 repostas indicam outras razões para a falência/migração das empresas.

Ainda dentro desta perspectiva fiz um exercício de separar as informações em "motivos internos" e "motivos externos" a fim de se visualizar o modo como os entrevistados percebem aquelas mudanças na região; por "motivos externos" classifico aspectos como violência/tráfico, carga de impostos, falta de infraestrutura viária, comunicações, energia; e como "motivos internos", aspectos ligados à má administração, endividamento, busca de melhor local, falta de modernização. Logicamente, é um recurso apenas de análise dos depoimentos dos entrevistados, uma vez que tais motivos não se operam com uma separação nítida. Todavia, na perspectiva dos entrevistados eles se apresentam como interfaces independentes, conforme observei na pesquisa. As causas "externas" aparecem em 27 respostas e 26 respostas como causas internas. Dentre as causas externas, 9 respostas apontam para o que concerne ao Estado (regulação dos impostos, política econômica e melhoria da infraestrutura da região) e 18 respostas para questões que, embora represente a ausência de uma política efetiva de segurança pública, envolvem grupos armados e controle de áreas de mercado do tráfico, motivos esses em que, para a maioria dos entrevistados, o Estado não teria ingerência. Isto é, se difunde socialmente a idéia de que o afastamento ou falência pela violência/tráfico não é de responsabilidade dos governos, mas um problema social e moral. Há que se considerar na análise o próprio modo como o Estado é percebido no entendimento dos trabalhadores.

A mesma questão foi apresentada aos representantes de instituições. Conforme as falas consolidadas no gráfico abaixo (gráfico 9) A criminalidade/violência tem a mesma freqüência de respostas que os fatores macroeconômicos. A conjunção de fatores locais (violência, crescimento das favelas) com o macro (importações, abertura comercial, fusão de empresas) é visível nas respostas desses representantes.

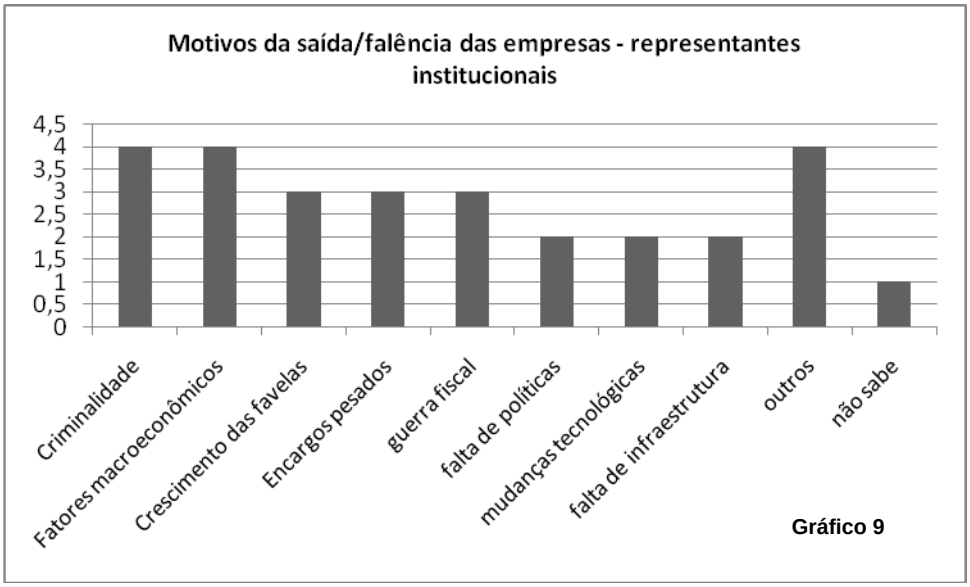


Gráfico 9

Enquanto os trabalhadores percebem as causas para o afastamento e falência das empresas com uma visão duplamente “de dentro” (da favela e da empresa), os representantes institucionais localizam o problema da criminalidade e crescimento das favelas, entretanto listam motivos que passam pelas questões como a nossa política econômica e industrial foi conduzida, as relações comerciais, mudanças tecnológicas, guerra fiscal, entre outros. Para os Representantes institucionais, o crescimento das favelas se localiza no mesmo patamar de respostas que os “encargos” e a “guerra fiscal”. Observe que os trabalhadores, em seus depoimentos falam de “má administração”, “endividamento” (que pode advir da má administração), “falta de modernização” por parte da empresa e “briga de sócios” (gráfico 9). Embora deva se considerar que os Representantes institucionais também possuem, de certo modo, uma visão “de dentro”, da perspectiva das instituições que representam, do lugar em que ocupam, seja na empresa, associações, escolas ou nos sindicatos. Trata-se de pontos de vista relacionais, dependentes e construídos a partir das diferentes filiações dadas.

No tocante aos Representantes institucionais, agregando os fatores “macroeconômicos” (abertura comercial, competitividade internacional) aos fatores “político-econômicos” internos (encargos, guerra fiscal, falta de políticas, falta de infraestrutura) temos 14 respostas, o que vai superar em muito os fatores considerados por mim, didaticamente, como locais (violência/crescimento das

favelas, que fica com o total de 7 respostas). Vejamos o gráfico agregado (que aparece com o número de respostas e o percentual delas no conjunto):

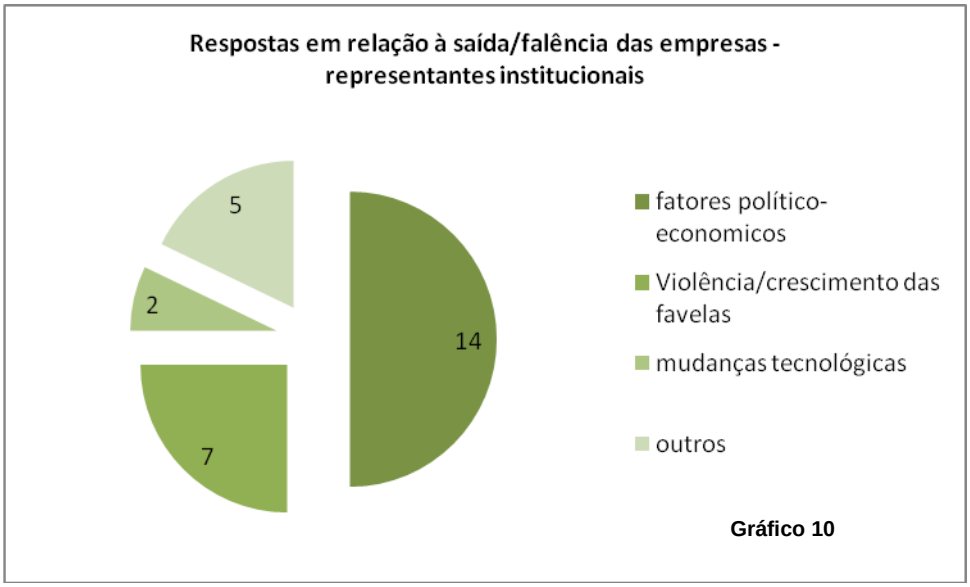


Gráfico 10

Ainda sob a perspectiva dos Representantes institucionais, as respostas acima nos permitem dizer que há um peso grande em relação às questões político-econômicas (14 respostas), sejam elas de ordem interna ou macroeconômicas, seguidas pelos problemas que envolvem a violência e o crescimento urbano ou das favelas (7 respostas). Na percepção deles o maior problema está no modo como o Estado gerencia o desenvolvimento econômico, os incentivos à produção, às políticas de emprego.

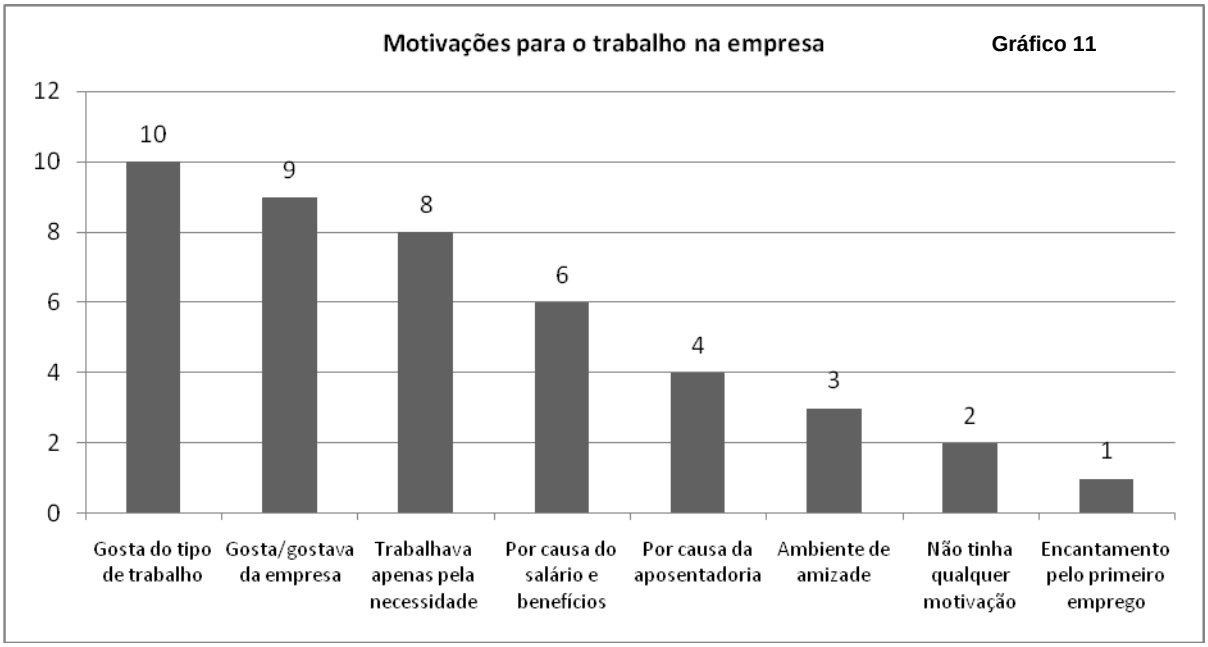
Na categoria outros, onde aparecem 5 respostas diferenciadas: “havia e há muita pressão dos sindicatos” (Nilo, diretor de empresa de confecção); “Muitas dívidas para com o Estado” (Durán, presidente de ONG); “houve má administração” (Reinaldo, Associação de Moradores); “foi o esvaziamento industrial quem produziu essa violência” (Ferreira, diretor administrativo de metalúrgica); e “não sei o motivo da saída” (Kelly, diretora de uma escola municipal).

Em síntese, tanto os trabalhadores quanto os representantes institucionais levam em conta a violência e o crescimento das favelas como elementos contributivos para uma nova configuração econômica na região. Os dados nos informam que os trabalhadores possuem uma percepção de como outros fatores

além do tráfico e o banditismo colaboraram para o esvaziamento industrial. Os episódios violentos e o domínio do tráfico não foram os únicos motivos listados por eles, como pivôs de transformações naquela região. Os trabalhadores localizam aspectos como a má gestão, ou a própria decisão de não modernizar a fábrica, ou mesmo a possibilidade de maximização de lucros a partir da instalação da empresa em outras regiões, ou mesmo a carga de impostos.

5.3. **“Aquela empresa era uma mãe pra gente”: motivações em relação ao trabalho na fábrica.**

A motivação que fez/faz um trabalhador se envolver em determinada ocupação pode ir além de demandas mais imediatas de sobrevivência. Quis saber, assim, o que os motivava (ou motiva) em suas ocupações na medida em que tal questão pode expressar importante aspecto componente das identidades. A pergunta: “o que mais o motivava (ou motiva) na empresa?” também admitia múltiplas respostas. Dentre os 31 trabalhadores entrevistados, obtive 43 respostas, ora isoladas (apenas um motivo) ou múltiplas. Abaixo (gráfico 11) coloco as respostas agrupadas nos três conjuntos de entrevistados e em seguida separo as informações pelos três grupos a fim de que se percebam as diferenças entre eles.



Observem que respostas “menos imediatas” são citadas em maior número entre os entrevistados (*gosta do trabalho, gosta da empresa, ambiente de amizade, encantamento com o primeiro emprego*), ou seja, 23 respostas num total de 43 citadas. Outras 18 respostas apontam questões mais imediatas e de proteção trabalhistas (*necessidade, benefícios, aposentadoria*).

Quando abrimos as respostas (gráfico 12) em relação aos três grupos de entrevistados, algumas diferenças emergem. Note que a resposta “gosta do tipo de trabalho” aparece 8 vezes somente entre os Empregados Atuais (EA), e a maior freqüência de respostas entre os aposentados (6 respostas) se deu no quesito “gosta/gostava da empresa”. Porém, surgem ainda entre os entrevistados 4 respostas ligadas à aposentadoria, dado que não aparece nem entre os Ex-empregados em idade ativa e nem entre os Empregados atuais (o que se justifica pelo fato de ser a aposentadoria um horizonte mais distante).

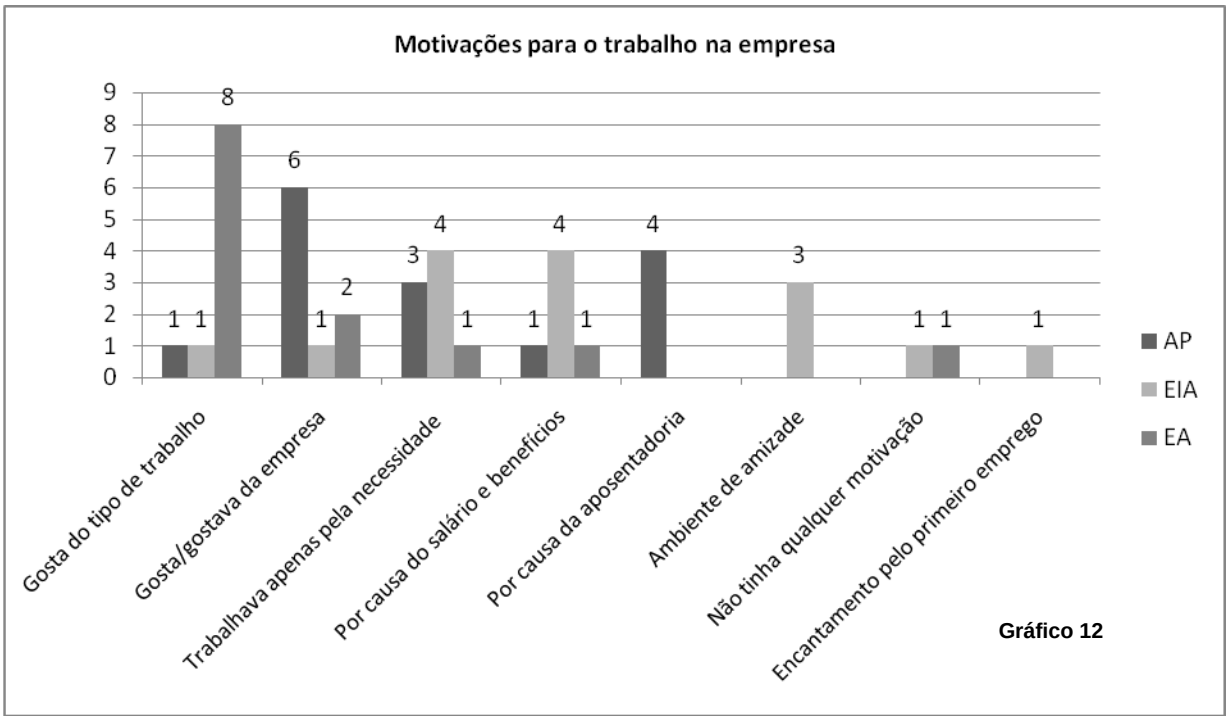


Gráfico 12

Dentre os Ex-empregados em idade ativa (EIA), o que prevaleceu foram os aspectos mais imediatos e de proteção (*por necessidade, pelos benefícios, ou não tinha qualquer motivação)*. Apenas duas respostas apontam *gostar do trabalho* ou *da empresa*. Que época foi essa? O que representou aquelas saídas/falências?

Impactou a vida deles? E as indenizações, como foram? O que a empresa legou para esses trabalhadores em termos de novas inserções? O que ela lhes deu em termos de formação/qualificação para novas oportunidades?

As respostas sugerem que as tarefas extenuantes, a baixa valorização profissional, em especial, daquelas que estavam no ramo têxtil/confecção, apontam para a insatisfação apresentada. Soma-se aí que embora as mulheres (Ex-empregadas em idade ativa) tenham permanecido muitos anos no ramo têxtil/confecção, isso acontecia entre várias empresas; ou seja, havia com freqüência a migração de trabalhadoras de uma empresa de confecção para outras. O dado aqui pode nos indicar que as mulheres, particularmente naquela região, eram as que tinham menor ligação e menor tempo naquelas empresas. O tipo de trabalho (têxtil, confecção) e a baixa qualificação estariam na base desta questão.

Em linhas gerais os Aposentados e os Empregados atuais gostam mais do trabalho ou da empresa do que os ex-empregados em idade ativa (EIA). Uma fala de uma costureira (EIA) é demonstrativa do fato:

> Eles só viam o lado deles e a gente [nada]... Começou a cair o salário e o sindicato só arrumava uma 'mixariazinha', pra calar a boca da gente, um 'cala a boca'! Olha, não tinha ventilador direito, a água não dava vazão; eles tinham que colocar mais bebedouros, eles podiam rebaixar o teto, era um calor insuportável! As mulheres desmaiavam lá dentro; e na hora da saída era aquela multidão pra bater o cartão; não dava cesta básica; havia muita rotatividade...
> Outra coisa: tudo era justa causa, advertência. Eles ficavam te advertindo, se você não desse aquela produção; a gente produzia e na hora de pagamento, cadê aquelas horas? Cadê as horas extras? E não recebia; sabe por que eu fui mandada embora? Porque eu não dava produção; mas sabe por quê? Eles deixaram de pagar e eu fiquei desmotivada; a gente dava de si e não rendia a produção, aí eu comecei a faltar. (Vera, 43 anos).

Outra entrevistada (EIA) também se pronuncia neste mesmo sentido:

> Fui pra Poesi [depois de ter saído da Nova América] e era muita exigência, uma escravidão! A gente sempre fazia tudo o que eles pediam e nunca estavam satisfeitos. Eu lembro que dava produção, trabalhava como profissional e não recebi por isso. Eles falavam que era o salário mais a produção, e não pagava! Eu não gostava do trabalho. Pra gente ir ao banheiro tinha que pedir uma ficha. Era hora pra ir no banheiro e voltar; o almoço era um absurdo! Eram três refeitórios... a gente se sentia, assim, humilhada. O pior refeitório era pra gente. E enfrentava aquela fila e quando chegava era hora de voltar de novo pra trabalhar. Aí meu pai falou: 'você não é obrigada a trabalhar num lugar que você não gosta'. (Natália, 38 anos).

As respostas para aquela insatisfação, ou indicações de motivações mais imediatas por parte dos EIA podem ser exemplificadas nas falas acima: precárias

condições de trabalho, arbitrariedade e injustiças nas demissões, exagerada exigência de produção etc.

Numa direção oposta a essas, havia quem possuía (e possui) um estreito vínculo com a empresa, seja por retribuição salarial ou por outros vínculos afetivos. O entrevistado Ricardo (50 anos), também Ex-empregado em idade ativa, demonstra uma ligação bastante forte com a empresa:

> Era uma indústria que dava um suporte financeiro legal pros funcionários. Pra você ter uma idéia, eu cheguei a receber 17 salários por ano na época. Eram quatro salários a mais que um trabalhador normal. A gente tinha um 14º salário no início do ano, 15º em julho, 16º nas férias, 17º no final do ano.

Esse mesmo trabalhador, já citado neste capítulo, apesar de ter saído da empresa há mais de 10 anos, ainda usa o termo “nós” para se incluir em todo o processo de mudanças da empresa: “nós saímos dali”, “nós nunca tivemos problemas”, “o que afetou a gente”, “a nossa produção agora em São Paulo”. Embora a empresa tenha migrado para São Paulo, o processo de indenização, segundo ele, foi satisfatório e justo:

> A indenização foi tudo numa boa... a parte financeira era muito boa e isso cria um vínculo muito forte com o funcionário. Você pode contar com aquilo é por isso que você vestia a camisa. Você tinha um plano de cargos e salários em que você era valorizado. Nesse período eu recebi cinco aumentos e cinco promoções.

E depois, o nome da empresa, a marca que ela representava também são elementos presentes na fala do entrevistado:

> Quando cheguei lá e vi que era uma indústria química e do ramo da Bayer, fiquei feliz porque eu tinha uma idéia [de como era a Bayer] /.../“Mas, as pessoas pouco sabiam (que era a Bayer). Fica em frente ao Complexo do Alemão. Fica do lado das torres elétricas, perto do rio. Era uma indústria grande! Era uma divisão da indústria de aromas e essências da Bayer do Brasil.

Desse modo, a diversidade produtiva da região é representada também na variedade de relações de trabalho ali estabelecidas. Ramos da produção menos valorizado sob o aspecto salarial e de condições de trabalho caminhavam lado a lado com outros ramos que produziam “orgulho” (nas palavras do aposentado José Gomes), ou nunca deixaram os trabalhadores sem seus salários ou as devidas indenizações diante da falência ou migração para outras regiões. Isso demarca o processo de identificação desse trabalhador com a empresa.

A forma com que a fábrica conduz as relações de trabalho e a recompensa salarial são elementos que fortalecem a adesão do trabalhador àquela empresa. Não é gratuito o fato de algumas empresas, dentre os entrevistados, adotarem a denominação “associado”, ou “colaborador”, ou “cooperador” no lugar das antigas nomenclaturas (empregado, funcionário). Todavia, tanto no modelo antigo como nas atuais corporações se convive com diferenciadas e precárias relações de trabalho.

Tradicionalmente nas sociedades antigas e tradicionais as profissões eram passadas de pai para filho. O trabalho do artesão e mesmo na manufatura certa “hereditariedade” era comum. Mesmo nos primórdios da industrialização houve certa “transmissão” de ocupação na medida em que muitos filhos de operários já acompanhavam seus pais na fábrica[123]. No início do século XX, no Rio de Janeiro, era comum o emprego de crianças e adolescentes nas fábricas e o salário era dado pela produção do conjunto da família (CIAVATTA, 2002). Antes das decisões em favor da mudança de nosso modelo agro-exportador para um desenvolvimento calcado na industrialização, e mesmo nas primeiras décadas deste novo modelo, é marcante a diferença entre trabalhadores urbanos e rurais, estabelecendo uma hierarquia na qual o campo é secundarizado. Os discursos de um Brasil atrasado, em sua face agrícola, povoam todo o território e o enaltecimento de um novo modelo, moderno, capaz de alavancar a economia e a projeção do país no cenário internacional, alcança os trabalhadores que, diante do esfacelamento do campo, migram para as cidades a procura de novas relações de trabalho calcadas na promessa industrial[124].

---

[123] Duas obras que versam sobre este assunto são: ENGUITA, Mariano F. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto alegre: Artes Médicas, 1989; e NOGUEIRA, Maria Alice. Educação, Saber, Produção em Marx e Engels. São Paulo: Cortez, 1983.

[124] Na década de 1950, o valor da produção industrial superou, pela primeira vez, o valor global da produção agrícola. A população ocupada na agricultura parou de aumentar, para retrair-se nas décadas seguintes. Em 1940, 69% da população estavam na zona rural; em 1980, apenas 32%. Nas cidades, as indústrias modernas registraram enorme crescimento: entre 1960 e 1980, a indústria metalúrgica cresceu 202%, a mecânica 730%, a de materiais elétricos 342% e a de material de transporte 225% (RUY, José Carlos. Modo de produção capitalista e classes sociais no Brasil contemporâneo. Princípios, ago/set/1995, p.30).

5.4. Principais problemas enfrentados pelos entrevistados nas empresas da região

As informações dadas pelos entrevistados no tópico anterior encontram ressonância quando foram perguntados sobre os principais problemas que enfrentaram/enfrentam no trabalho; de um lado, o que motivavam ou motivam, e de outro a percepção sobre problemas enfrentados. Procurei evitar que essas perguntas fossem feita imediatamente à anterior, mas encontrei que mais da metade dos entrevistados disseram não encontrar problemas na empresa. Um grupo expressivo (8 entrevistados) disse que enfrentou problemas *com a chefia*. Talvez esse seja o problema mais visível em função de terem que lidar com hierarquia, fluxos de autoridade, subordinação, ordens, e não podiam (ou não podem) retrucar diante da relação de trabalho ali estabelecidas. Tais situações geravam, por vezes, situações caracterizadas como "humilhantes" pelos entrevistados. Duas observações na fala de entrevistadas apontam para isto e são emblemáticas aqui. Uma primeira com respeito a humilhações no tratamento com o trabalhador:

> Humilhação era gritar com o funcionário. O patrão chegar, o chefe, o encarregado e chamar o funcionário de 'burro' na frente de todo mundo, né? Expor o funcionário à crítica dos demais. Então, isso é humilhação. Não é um trabalho que dignifica ninguém. O que dignifica é você ganhar um salário justo, né? E se sentir gente. Nessa hora você se sente um lixo, um resto, a pessoa gritando com você e no meio de um monte de gente e todo mundo olha pra você e depois ficam comentando que você tomou uma bronca (Neuza, EIA, 45 anos).

E uma segunda trata-se do relato de uma entrevistada que precisava sair para um exame em função da gravidez de seu filho. Em seu depoimento ela diz a chefe que precisava passar no médico, e que voltaria logo:

> Mas ela [a chefe] falou 'meu Deus do céu!' Ela era assim; eu falei com ela: 'S., eu to falando contigo com educação', e ela falou: 'enfia tua educação no...!', 'vai pro c...! todo mundo resolveu faltar!, vai, vai, vai, some!' Isso foi diante de todo mundo; eu me senti humilhada, com vontade de chorar... aí, daqui a pouco ela voltou e me viu falando com as pessoas e ela falou: 'Janaína, você tá falando de quê?! Eu já mandei você calar a boca, cala a boca!' As pessoas me viram chorando e alguns rapazes que eram de Painéis, eles tavam lá ajudando e eles falaram: 'que isso! Essa mulher é assim com vocês!'. Aí eu fui chorar no banheiro e quando eu voltei tinha o meu papel de autorização em cima da mesa... (Janaína, EIA, 30 anos).

As condições de trabalho também figuram na lista do que as entrevistadas chamam de "humilhação".

> O que aconteceu comigo e deve ter acontecido com outras pessoas também, humilhação, sim, de estarmos trabalhando e não ter um lanche, um café, não tinha nada! Porque naquela época, a empresa não dava coisa nenhuma... E o calor, e a sauna que era? E na hora de comer? Levávamos o almoço e não tinha aquele ferro a vapor industrial? Então, a gente colocava a comida ali pra não comer gelada. Porque a empresa não tinha condições. Hoje tem o microondas nas empresas e o vale-refeição (Neuza, EIA, 45 anos).

> Na Poesi – apesar do pouco tempo, me senti diminuída como ser humano, explorada e logo pedi as contas. Na Tuky tive a mesma sensação, mas já tinha uma filha e fiquei mais tempo do que devia (Eliane, EIA, 40 anos).

A chefe de Janaína (que havia reclamado de sua ida ao médico), a partir daquele episódio, contratar mais homens, em razão das muitas dispensas médicas envolvendo gravidez. E embora a entrevistada aponte que as tarefas realizadas na empresa metalúrgica eram tarefas muito minuciosas para que fossem feitas por homens:

> Aí minha chefe falou assim: 'eu não quero mais mulher, não! Eu vou contratar é homem! Tá todo mundo engravidando, fica um tempão fora!'. Mas era muito gostoso, assim, a gente acompanhou todo mundo sem filhos, chegar ali e a gente ia no casamento de todas elas ... e a gente acompanhava a gravidez... era muito legal... o problema era que a chefe tinha esse problema com o afastamento das meninas.... aí ela chegou, não era nem o departamento, era ela mesmo quem decidiu contratar pessoas com mais idade e homens... mas os homens não tinham paciência com aquilo lá não ...

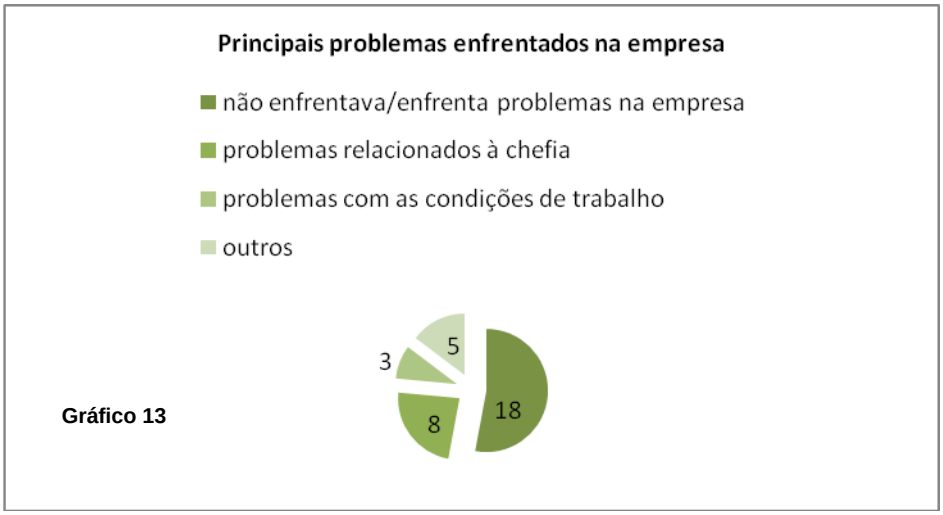


Gráfico 13

Quando se abre esta questão entre os diferentes grupos, se vê que os empregados atuais são os que lideram a indicação de que não enfrentam problemas na empresa.

Há sensíveis diferenças nas condições de trabalho entre os antigos empregados e os atuais. Hoje, em se tratando da grande empresa, os riscos de acidente devem ser minimizados, os locais de trabalho parecem oferecer mais conforto que os antigos galpões das fábricas; além disso, os benefícios dados aos trabalhadores podem incluir o auxílio-alimentação entre outros. O trabalhador atual precisa, na concepção dos empresários, "jogar no mesmo time". Não raro, expressões como "somos uma equipe" e outras analogias esportivas são utilizadas e que expressam uma nova semântica na relação capital-trabalho[125]. O trabalhador, seja aquele inserido num privilegiado círculo de grandes empresas ou em outras de menor porte, precisa hoje, conforme o léxico empresarial contemporâneo, *se envolver no projeto da empresa* ("vestir a camisa", numa terminologia comum).

Os Ex-empregados em idade ativa são aqueles que mais citam problemas com as chefias, seguido dos Empregados atuais. Já destaquei aqui algumas falas de Ex-empregados em idade ativa sobre a questão das chefias. Na categoria "outros" obtive 5 respostas diferentes em relação aos problemas (Muita competição; Riscos de acidentes; "Na Poesi tinha muitos problemas"[mas não especifica]; "sentia-me diminuída como ser humano"; "cansaço, excesso de tarefas"). Mas são os Ex-empregados e os Aposentados que não falam das *condições de trabalho*, senão em apenas três casos.

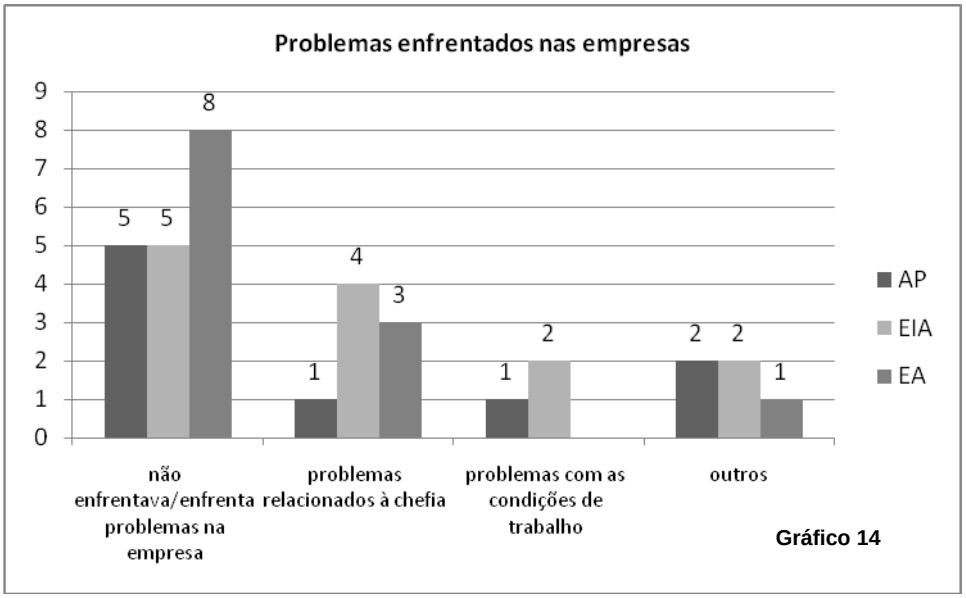


Gráfico 14

[125] Embora com finalidades localizadas dentro daquele contexto, em fins do século XIX e início do século XX já haviam "benefícios" aos trabalhadores que implicavam na necessidade de se adequarem, aderirem a fábrica e aquele conjunto de relações estabelecidas. As vilas operárias, as casas para operários, escolas para os filhos, participação no clube da empresa era ao mesmo tempo uma maneira de controlar a vida privada do sujeito e conformar-lhe naquele modelo (HARDMAN, Foot e LEONARDI, Vitor, 1990; CIAVATTA, 2002).

As dificuldades apontadas estão na direção das motivações para o trabalho a empresa. Embora falem das péssimas condições de trabalho, da rotatividade em algumas empresas, das humilhações, as lembranças do convívio com os colegas, das sociabilidades parecem sobressair-se.

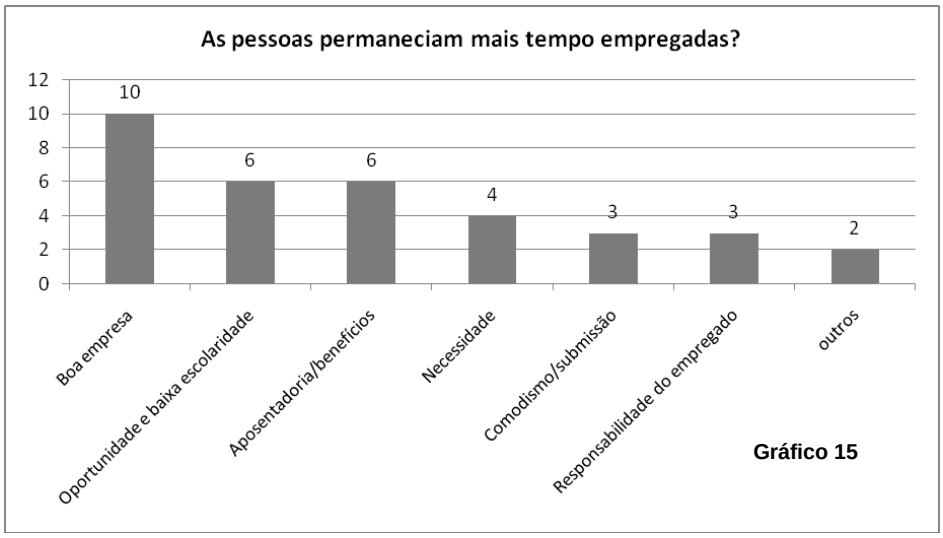
5.5. A proteção da Carteira de Trabalho: "quem não tinha Carteira assinada a polícia prendia..."

Um determinado *ethos* do trabalho fabril que tinha a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)[126] como símbolo de proteção e garantias legais se fortaleceu no Brasil a partir do governo de Getúlio Vargas. O documento figurava como um legitimador de um trabalhador integrado ao processo produtivo de então. A Carteira era uma prova concreta de que uma pessoa não era "desocupada". O tempo de serviço ali anotado era igualmente uma porta de entrada para novas oportunidades, uma vez que ele poderia legitimar o exercício de uma ocupação. Estar sem a "carteira assinada" era estar à margem dos benefícios previdenciários. O serviço de saúde era acessado através da carteira de trabalho. Ela, desse modo, se tornou o símbolo de um determinado modelo de relações de trabalho e representava o nível de inserção social do sujeito aos benefícios e serviços sociais. Ser "biscateiro" era estar à margem. Mas havia emprego para todos? Todos tinham efetivamente uma "carteira assinada"? Os trabalhadores permaneciam mais tempo empregados em relação aos trabalhadores atuais? Se permaneciam, por quais motivos?

Quando perguntados se as pessoas no auge do emprego fabril na região do Complexo do Alemão permaneciam mais tempo empregadas, houve uma freqüência muito grande de respostas indicando que o tempo de permanência em um emprego era maior do que hoje. Busquei saber que motivos levavam a essa maior permanência. Os entrevistados, de um modo geral, deram mais de uma resposta a essa questão. O que sobressai aí é que permaneciam empregados porque "a empresa era boa". Logo em seguida aparecem respostas na direção de que as

[126] Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, regulamentada pelo Decreto nº. 22.035, de 29 de outubro de 1932.

pessoas “se agarravam” à oportunidade, em razão de terem baixa escolaridade (6 respostas). Com o mesmo número de respostas segue-se aspectos ligados a “aposentadoria/benefícios”. Temos, então, três motivos principais da permanência que se relacionam a *boa empresa*, *baixa escolaridade/oportunidade* e *proteções/benefícios trabalhistas* (gráfico 15).



Quando se abre as respostas a fim de mostrar os diferentes grupos de entrevistados, aparece novamente a questão de um corte entre as décadas anteriores a 1990 e posteriores:

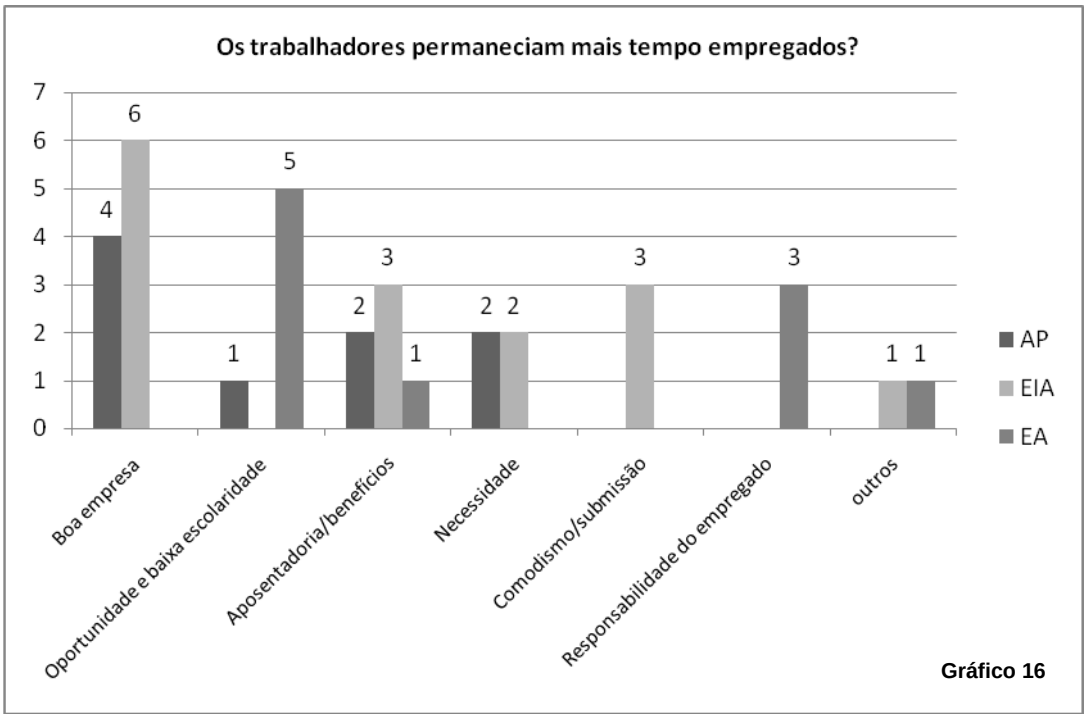


Gráfico 16

As respostas dos Aposentados apontam para “boa empresa” (4), oportunidade (1), proteção ao trabalho (2) e necessidade (2). As respostas parecem indicar a relação entre a “boa empresa” e os mecanismos de proteção no trabalho. Sob a ótica dos empregados atuais, aquela geração (antes de 1990) permanecia mais tempo empregada porque precisava “aproveitar a oportunidade” que tinham diante da baixa escolaridade; outra resposta que aparece nas falas dos empregados atuais é que os trabalhadores daquele tempo “tinham mais responsabilidade” do que os de hoje.

Essa *responsabilidade* tinha faces objetivas naquele momento que não estão dissociadas da “oportunidade”: uma população recém-chegada à cidade grande ou com pais nessas condições, se depara com a possibilidade do emprego (relativamente) estável da fábrica; de outro lado, um segmento da população com número de filhos maior do que as gerações mais novas e que, portanto, precisavam garantir o sustento familiar; uma população que vivia sob o símbolo (e suas prerrogativas) da Carteira de Trabalho, inclusive como garantia de que aquilo representava sua condição de “cidadão”[127], ou, com um sentido que se encerrava em si mesmo: ser “trabalhador”. Conforme depoimento de um dos entrevistados:

[127] Note que após o decreto nº 21.175/1932, a Carteira passa a ser um “atestado de conduta”, uma vez que havia nela espaços para anotações policiais.

> Naquela época você tinha que andar com a carteira de trabalho. Se a polícia te parasse tinha que mostrar que era trabalhador. Quem não tinha a carteira assinada a polícia prendia. Se ele fosse biscateiro, até ele provar que era trabalhador demorava muito (Isaac, aposentado, 62 anos).

Na visão dos Ex-empregados em idade ativa, que experimentaram mais fortemente os anos da virada de uma nova configuração na região do Complexo do Alemão, havia empresas boas, mas a *necessidade*, a *proteção trabalhista* e o *comodismo/submissão* surgem como outros motivos que faziam os antigos trabalhadores permanecerem mais tempo num mesmo emprego (conforme mostra o gráfico 16). O trabalho fabril, na ótica dos Ex-empregados em idade ativa, para as gerações mais antigas, era uma ocupação que se dava diante da necessidade de sobrevivência; não era uma opção, ou um trabalho que se dava a partir de uma trajetória de formação, de escolhas.

Os discursos sobre o emprego e empregabilidade presentes pós-1990, sobretudo, já coloca a necessidade de um trabalhador "não-acomodado". Surgem falas de uma geração mais nova que já identificam o fato de ficar muito tempo no mesmo lugar como "comodismo" ou "submissão". O novo trabalhador, ou o trabalhador de um tempo de flexibilidade busca sempre novas oportunidades, "investe em si". É o trabalhador que precisa buscar "agregar valor" ao seu currículo. Dentre os ex-empregados em idade ativa entrevistados (12), três estão fazendo um curso de graduação, duas desejam fazer e sete estudaram em paralelo com o trabalho nas antigas fábricas (ensino fundamental e médio). Neste último caso, observa-se que embora o trabalho tenha sido um imperativo, estudar poderia garantir um outra ou uma nova inserção.

As gerações mais novas viveram o momento de amadurecimento (ou de massificação) da idéia de que o instrumento mais básico da mobilidade e justiça social era o acesso à escola. Para as gerações mais antigas de trabalhadores, o trabalho industrial era a possibilidade de garantia de sobrevivência, proteção e ascensão social, o que nem sempre acontecia de fato. O final dos anos 1970 e anos 1980 são anos marcados por uma crise econômica mundial e com fortes reflexos no Brasil; e é neste mesmo momento em que a solução buscada, ou anunciada, foi o caminho da democratização do acesso à educação escolar. Disseminou-se a idéia de que graus elevados de escolarização representariam a garantia de um trabalho mais qualificado e, portanto, com a possibilidade de maior ganho salarial. Era possível, de acordo com os depoimentos "fazer carreira na fábrica", "crescer". Desse

modo, ir à escola (ou retornar a ela) era para aquelas gerações a possibilidade concreta (ou anunciada, prometida) de “mudança de vida”.

Neste sentido, a despeito dos aspectos econômicos e políticos envolvidos, o trabalhador passa a ser o autor privilegiado de uma trajetória de sucesso, de mobilidade social. A precarização da vida, expressa pela ocupação de um posto de trabalho de baixa qualificação escolar e profissional e consequentemente um baixo nível de renda, naquela acepção, passa a ser de responsabilidade do trabalhador.

A escola aparece como uma entidade “integradora”, (Gentili, 1998), ou seja, ela passa a ser considerada como um poderoso dispositivo de integração social num sentido amplo. A escola, nesta perspectiva, possuía a capacidade de integração econômica da sociedade e das pessoas e, na segunda metade do século XX, as teorias da economia da educação e do capital humano se destacarão como paradigmas para um momento em que se preconizava a universalização dos direitos econômicos e sociais que formavam a base do Estado de Bem-estar social. Entretanto, no contexto brasileiro, a ampliação do acesso à educação ocorreu de forma lenta até os anos 1980.

Os anos 1980 revelam a concentração de renda e o crescimento da pobreza e miséria (PIQUET, 2007, p. 72), a despeito do investimento em escolarização feito por muitos trabalhadores.

Os Empregados atuais entrevistados podem ser representativos do quanto de investimento em educação escolar tem sido realizado pelos trabalhadores: todos têm o ensino médio ou estão cursando; uma concluiu a graduação e três estão na faculdade (conforme visto no capítulo anterior). Quadro diferente daquele visto entre os Aposentados e mais próximo dos trabalhadores das antigas fábricas (em idade ativa). Talvez seja possível perceber o movimento que vai desde os discursos na promessa de uma educação que trará ou contribuirá para a mobilidade até a necessidade de um trabalhador em permanente atualização e formação presente nos dias de hoje. De um lado, educação que trará a possibilidade de maiores ganhos para as antigas gerações (embora sendo este um bem escasso à época) e de outro lado, para as gerações mais novas, a educação como suporte indispensável à “*empregabilidade”*.

5.6. O que pensam os trabalhadores sobre os diferentes vínculos de trabalho...

Somando-se às considerações do tópico anterior, busquei saber entre os trabalhadores as percepções sobre os diferentes vínculos de trabalho. Numa época em que a Carteira de Trabalho deixa de ser (ao menos) a representação de um ethos de trabalho protegido, como os trabalhadores percebem as possibilidades de vínculos de trabalho?

Antes é preciso destacar que mesmo à época do trabalho fabril e industrial na cidade do Rio de Janeiro, um conjunto expressivo de trabalhadores se dedicava a outras modalidades do trabalho que podiam estar ou não vinculados direta ou indiretamente àquele modelo produtivo. Estas outras atividades não eram de todo garantidas por um contrato formal com registro em Carteira. Espalham-se ainda hoje pela região do Complexo do Alemão pequenas confecções que prestavam serviços para médias e grandes empresas. Na pesquisa de campo, entrevistei uma costureira que mantém até hoje uma confecção em sua casa e que emprega outras mulheres das favelas do Complexo do Alemão (Neuza). As diferentes formas de subcontratação e de trabalho "pra fazer em casa" eram comuns naquela região, conforme os depoimentos.

O momento vivido pelos Aposentados e a permanência no emprego representava a proteção trabalhista e um status diferenciado da geração de seus pais. Uma das questões mais importantes no roteiro dizia respeito aos diferentes vínculos de trabalho: como o trabalho assalariado protegido é visto? E o trabalho autônomo e por conta própria? O que dizem os trabalhadores?

Uma primeira observação aponta que as opiniões/percepções em relação aos diferentes vínculos devem ser olhadas em relação à condição de cada indivíduo frente ao trabalho, a saber: idade, sexo, condição conjugal, filhos e outros. Exemplo disso é que dentre as 6 mulheres que responderam preferir o trabalho protegido (vide gráfico 18), com registro em carteira, 4 são Ex-empregadas em idade ativa, e todas são mães; duas delas destacam a questão dos benefícios, do plano de saúde, por conta dos filhos[128].

---

[128] Diferentes formas de diferenciação social são marcadas hoje por outros signos: se antes a Carteira era o ícone ou o "passaporte" da inclusão, talvez possa falar em novos signos como o "plano de saúde", como um "novo passaporte" de inclusão dada a precariedade desse serviço por parte do governo. Mais que diferenciação, ter acesso a alguns benefícios pode estar posto no lugar da captura ou da adesão do trabalhador à empresa

> Eu prefiro a fábrica. Conta própria não! Eu acho que as fábricas você tem todos os direitos... as fábricas atualmente têm um plano de saúde, oferecem outros benefícios, outras coisas... isso é muito bom pra quem tem filhos... acho que é bem melhor (Elisa, 36 anos, EIA).

Embora a entrevistada ela seja sócia proprietária de uma escolinha (educação infantil e reforço escolar) na favela junto com a irmã, ela destaca os benefícios em função dos filhos. Outra entrevistada, dentro do grupo de mulheres que prefere o trabalho assalariado protegido, Janaína (30 anos) diz que a própria empresa, às vésperas de encerrar suas atividades no Rio de Janeiro, ofereceu um curso a fim de que os trabalhadores abrissem seus negócios. Ela fica dividida entre o trabalho protegido (o que ela chama de "segurança") com seus benefícios e ter seu próprio negócio:

> Eu prefiro ter segurança. Eu acho que esse trabalho por conta própria é uma insegurança... até quando eu saí de lá teve uma consultoria falando de abrir seu negócio... e você as vezes não tem noção de como é ... eu tenho vontade de ter um negócio, mas também penso em certa estabilidade, segurança; segurança de você trabalhar ali e ter seu plano se saúde... benefícios... (Janaína, 30 anos, EIA).

Dentre as 7 mulheres que responderam que preferem ter autonomia e liberdade, 6 possuem filhos e uma tem um filho em condição especial que precisa de cuidados freqüentes. Outra fala comum entre as mulheres é a questão da liberdade no uso do tempo:

> Antes de ter meu próprio negócio, era de segunda a sábado e às vezes domingo e não dava, era muito trabalho... e aí eu não saía, não curtia... aí é isso que me fez abrir esta loja, porque a hora que eu quiser, eu fecho, e a hora que eu quiser sair, eu saio... Tenho liberdade... Eu mesmo faço meu horário. (Rita, 38 anos, EIA).

> Não tem coisa melhor do que você não ter patrão! [risos] Eu acho que só o fato de você dizer: 'eu não tenho patrão, o patrão sou eu!', é muito bom! Estou sentada aqui conversando com você porque eu não tenho patrão (Neuza, 45 anos).

Tais falas deixam transparecer pelo menos duas situações: a possibilidade de liberdade no uso do tempo e, com isso, a possibilidade de estar com os filhos; em segundo lugar a questão dos benefícios que a empresa pode oferecer, em especial o plano de saúde. Num momento em que a renda familiar é composta não mais pelo rendimento do homem mas também da mulher, ou nos casos em que a renda

---

num contexto de precarização dos serviços públicos. É comum ouvir entre os trabalhadores: "só fico na empresa por causa dos benefícios".

principal é a da mulher, a questão da “segurança”, “previdência”, “saúde” fica bastante em evidência quando se trata de escolha entre ter seu próprio negócio ou não. Somado a isto, ter tais benefícios representa ainda em outros casos a possibilidade de independência financeira.

Para os Aposentados (gráfico 19), o que fica evidente, primeiramente, nas respostas em relação ao trabalho por conta própria é o fato de que ele seria fruto de “falta de opção” (4 respostas), seguido da opção pelo “trabalho protegido e benefícios” (3 respostas) e pela “liberdade e autonomia” que o próprio negócio pode oferecer (3 respostas). As informações trazidas pelos entrevistados nos oferecem pelo menos uma combinação de elementos que estariam na base das aspirações dos trabalhadores: querem liberdade e autonomia (que advém do trabalho por conta própria) conjugadas com a proteção trabalhista e previdenciária própria da relação de trabalho que viveram na empresa.

As respostas dentre aqueles que trabalharam nas fábricas (EIA) tem certo equilíbrio de opiniões no que se refere a preferência pelo trabalho protegido e a liberdade e autonomia advinda do trabalho por conta própria (gráfico 19). De um lado acena-se com a necessidade de proteção, por outro lado, se quer a liberdade ou a possibilidade de gerenciar seu próprio tempo.

Gráfico 17

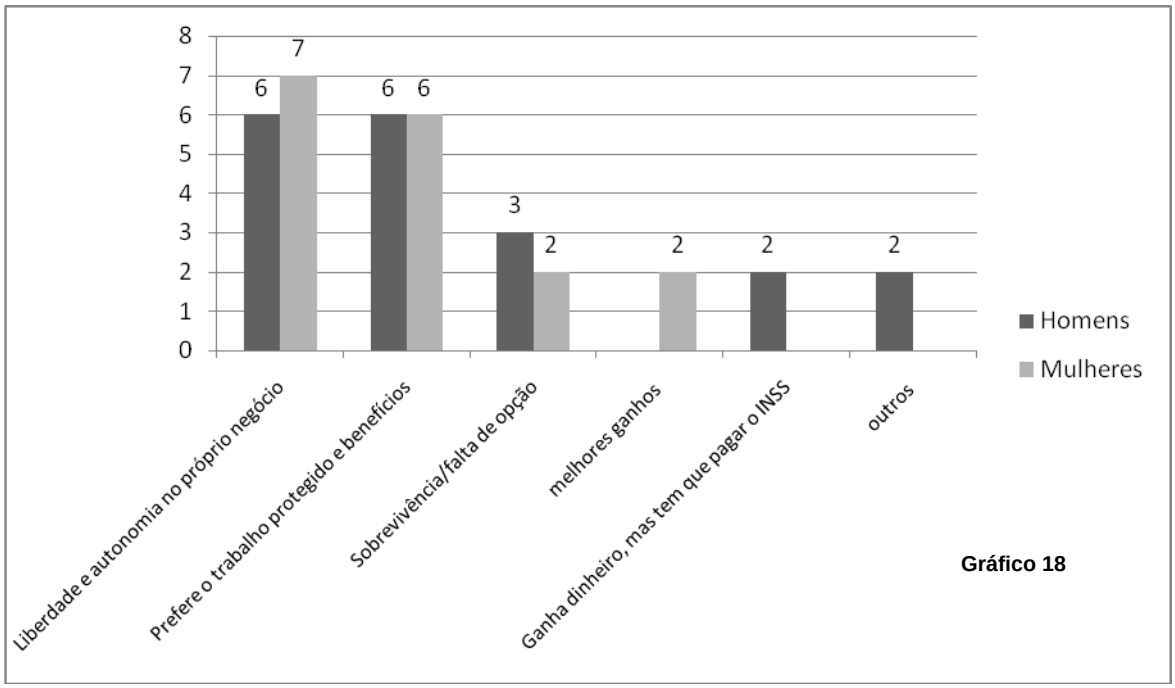


Gráfico 18

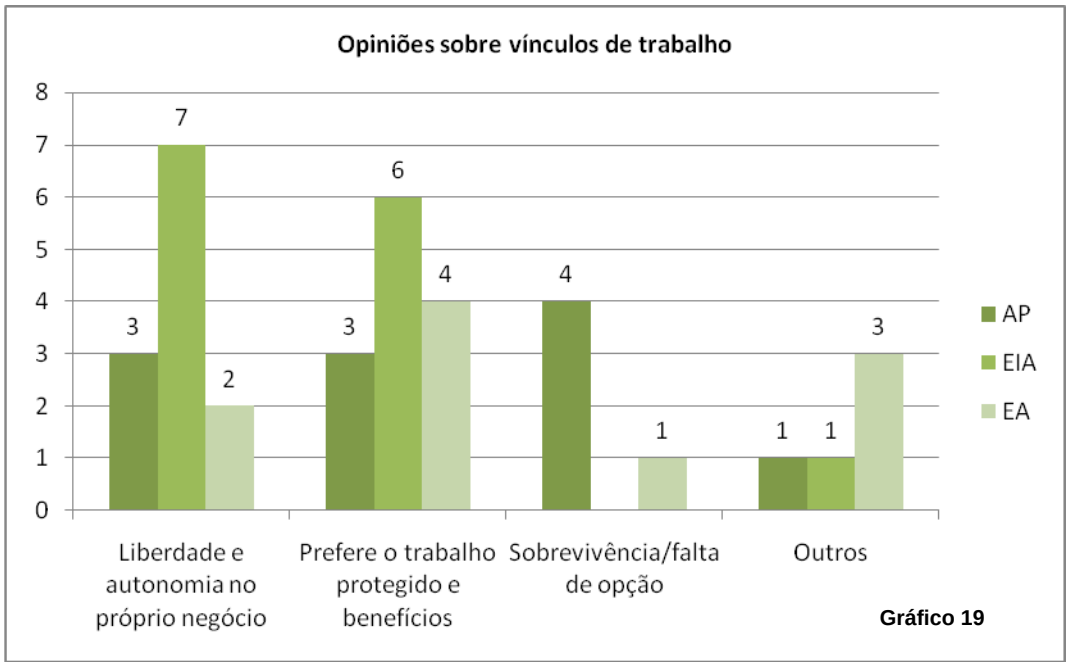


Gráfico 19

Observe que para os Empregados atuais, há uma preocupação com a questão da proteção trabalhista quando agregamos suas respostas (gráfico 19). Embora seja o grupo mais escolarizado, e mesmo em função disto, apenas 2 respostas apontam para a questão da liberdade e autonomia de ter seu próprio negócio. Na coluna “outros”, para os Empregados atuais, surgem respostas na

mesma direção da proteção e garantias trabalhistas, com uma ressalva de que no próprio negócio é possível ter maiores ganhos ("Dá dinheiro, mas fica desprotegido em relação à doença e aposentadoria" – Jeremias, 45 anos; "vale a pena, ganha dinheiro, mas tem que se preocupar com a aposentadoria" – Denilson, 49 anos). Para este grupo, a busca por escolaridade representa o "porto seguro" contra os acasos da vida e do trabalho por conta própria.

Uma das respostas dos Empregados atuais, colocada na coluna "outros", chama a atenção para um a individualidade da escolha. Para o entrevistado, "a pessoa tem que buscar o melhor pra si, com ou sem carteira" (Marcos, 37 anos, metalúrgico). Para Marcos, a escolha é pragmática, não importa o vínculo. E outra resposta (EIA) aponta o trabalho por conta própria apenas "para complementar renda" (Edilson, 30 anos, ex-metalúrgico). Para Edilson, a complementação de renda pode ser buscada com o trabalho por conta própria ou outro tipo de vínculo, como, aliás, já faziam os trabalhadores Aposentados entrevistados. Atividades como vender bolos, salgados, doces, ou conserto de roupas aos fins de semana ou mesmo dentro das fábricas foram atividades citadas pelos Aposentados como complementação de renda.

Estas informações nos levam a considerar a coexistência de diversos vínculos ou de formas de geração de renda por parte dos trabalhadores. Embora tenha havido uma tentativa de se estabelecer um padrão produtivo e de regulação social calcados no taylorismo-fordismo, em especial desde os anos 1930 no Brasil, não é razoável dizer que ele tenha se universalizado no país. Houve uma proposta de se consolidar um modelo de trabalhador, de país, de sociedade, que implicava na formação e formatação de um trabalhador moldado moralmente ao ideário industrial. Nesta perspectiva a nação desenvolvida é nação industrializada. Nesta acepção, o atraso no desenvolvimento brasileiro se dava em função de uma economia da ordem agro-exportadora. O foco a partir daqueles anos se deu em função da transformação de um modelo de desenvolvimento para outro centrado na indústria, como já pontuei no capítulo II. Modelo que implicava numa nova cultura do operariado; a fábrica, neste sentido, precisava ser "educativa" (Kuenzer, 1985, Bedê, 2007). E não apenas a fábrica, mas a necessidade de um todo coerente e orgânico que regulasse aquelas relações. Todavia, perduraram diferentes formas de trabalho, numa combinação do moderno com o arcaico no caso brasileiro.

Um novo paradigma se difunde na atualidade que é a noção de empregabilidade[129]. A ampliação da escolaridade, com graus cada vez mais elevados, a capacidade do trabalhador ser flexível, adaptável, aprender sempre, são colocados como o ponto focal de saída das crises do capital. Outro ingrediente na noção de empregabilidade é a competitividade, vista no que se refere a duelos entre mercados, até entre países, e também entre os indivíduos que tem de disputar o direito ao trabalho.

5.6.1. Vínculos de trabalho sob a ótica dos representantes institucionais

Busquei saber a posição dos Representantes institucionais (RI) sobre os diferentes vínculos de trabalho. O que surge com maior evidência é que o trabalho por conta própria surge em resposta à falta de emprego na fábrica. O trabalho assalariado na fábrica surge como o padrão capaz de garantir emprego para a população; outros tipos de vínculos vêm como alternativas à falta daquele emprego. Ou seja, o modelo assalariado da fábrica aparece como o que deve absorver a demanda por trabalho; na sua falta é que esses trabalhadores, aliando necessidade e criatividade, buscam as atividades de geração de renda e trabalho por conta própria.

Duas respostas, dentre os 11 entrevistados desse grupo, apontam ainda para o fato de que as pessoas não desejam mais o trabalho na fábrica. Ou seja, diante da alternativa do trabalho autônomo, há trabalhadores que rejeitam a possibilidade de ir para a fábrica. Neste sentido, o diretor de uma grande empresa de confecção diz que:

> Essa área experimentou uma mobilidade social, ou seja, hoje temos no entorno pessoas de classe média baixa e média que não demandam o tipo de emprego ofertado pela empresa; a área de Duque de Caxias, no entanto, em especial a área central, muitas costureiras são recrutadas dali. Ali é minha 'microrregião' [Caxias], uma vez que o acesso a Penha, seja de ônibus ou de trem facilita o deslocamento das funcionárias (Nilo, empresa de confecção).

[129] Fortemente enraizada entre aos trabalhadores e difundida pelos especialista em "gestão de pessoas", a noção de "empregabilidade" designa a capacidade do trabalhador em não apenas se adaptar à situações novas no trabalho (ser flexível, adequar-se às dinâmicas), como ainda em reunir um conjunto de competências a fim de se manter empregado. Em caso de desemprego, a noção de empregabilidade ganha uma conotação referente à capacidade do trabalhador em inserir-se novamente em um posto de trabalho dado o conjunto de suas habilidades e competências.

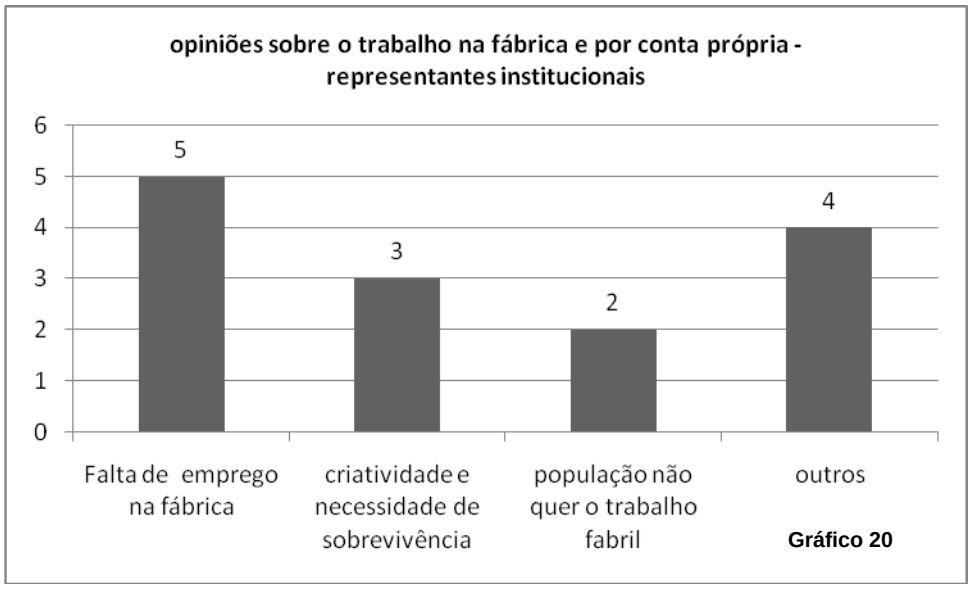


Gráfico 20

Ainda na perspectiva dos RI, A diversidade de respostas a essa questão fez com que agrupássemos um conjunto de respostas na categoria outros. Um diretor de empresa metalúrgica (Ferreira) diz que as pessoas precisam de “regularidade” em relação ao recebimento de salários, o que a iniciativa autônoma não permite. Um empresário, representante de uma associação comercial e industrial, aponta que esse trabalho por conta própria foi importante caso contrário já estaria instalado o “caos na região” (Miro, Associação Comercial e Industrial). A diretora de uma escola municipal disse que o trabalho das diaristas e domésticas nunca rivalizou com o trabalho nas fábricas e que há muitas mães nessas condições. O profissional do SENAI disse que “os pequenos empreendimentos tem que estar associados sempre às grandes empresas”, porque há oscilações econômicas importantes. Para a instituição representada por este entrevistado é importante que empresas de todos os portes sejam clientes, na medida que oferecem suporte educativo de acordo com aquelas demandas. Por fim, destaco, dentro da categoria “outros” uma fala emblemática do diretor de uma metalúrgica:

> Eu conheço dois serralheiros que não vêem a hora de arranjar um emprego, porque oscila muito e as pessoas que sustentam família precisam de regularidade. Eu já não estou vendo que as pessoas têm bons olhos para essa coisa de ‘ser seu próprio patrão’, até pelas crises que se passam, pelas intempéries de nosso país. Eu tô vendo mais a busca pela estabilidade profissional (Ferreira, diretor administrativo-financeiro de metalúrgica).

Para os RI, o trabalho por conta própria surge como uma resposta à crise do trabalho assalariado protegido, conjugado com a criatividade e necessidade de sobrevivência. O trabalho invisível (ou "invisibilizado") das empregadas domésticas aparece, no depoimento, como algo em concomitância com o trabalho fabril, porém "de bastidores". Entretanto, deve se considerar que a população do Complexo do Alemão, mas não apenas ela, sempre conviveu com outras modalidades e formas de trabalho. Se nos bairros do entorno o que se via eram apenas estabelecimentos comerciais e outros empreendimentos legalizados, no interior das favelas um crescente comércio e prestação de serviços se anunciava como uma força capaz de absorver boa parte dos trabalhadores sobrantes mundo assalariado da fábrica desde os anos 1980[130].

5.7 Participação dos trabalhadores e o movimento sindical

A dimensão da participação e engajamento dos trabalhadores nos diferentes movimentos reivindicatórios foi considerada aqui na pesquisa através de questões que buscavam saber: (1) se os entrevistados eram/são sindicalizados, (2) se participavam/participam de greves e outros movimentos de trabalhadores, (3) como era/é a atuação do sindicato das diferentes categorias aqui representadas.

O gráfico 21 nos indica uma crescente queda na sindicalização entre as gerações de trabalhadores. De um modo geral (gráfico 22) vê-se que dentre as diferentes categorias de entrevistados e de ramos produtivos aqui representados, a sindicalização é bastante baixa. Atinge-se, entre os empregados atuais, um perfil de total não-sindicalização (gráfico 21).

Tais informações demonstram, em parte, a perda de espaço do emprego industrial. Mesmo entre os Aposentados o percentual de sindicalização não é alto. Um exercício possível de se fazer considerando as informações até aqui trazidas é o seguinte: algumas empresas (principalmente multinacionais) eram boas

[130] No levantamento de iniciativas econômicas que iniciei em uma das principais ruas do Complexo do Alemão, alguns moradores disseram que já desenvolviam aquelas atividades há mais de 20 anos. Infelizmente não concluí o levantamento, mas as observações empíricas e os depoimentos dos entrevistados me conduzem à conclusão da existência de um universo grande de iniciativas que se deram em paralelo à fábrica (e após elas), confirmado, inclusive pelo salto quantitativo nas estatísticas do chamado "emprego informal" no conjunto da força de trabalho no Rio de Janeiro e Brasil nas últimas décadas.

empregadoras; um grupo de trabalhadores desenvolveu um sentimento de pertencimento (familiar) com a empresa, outros “vestiram a camisa” e foram até a aposentadoria, somados com dificuldades oriundas de formação política, podem estar na base da incipiente sindicalização. Ser contra o patrão, que acolhe, que garante o sustento familiar, não estava no horizonte de muitos trabalhadores neste contexto.

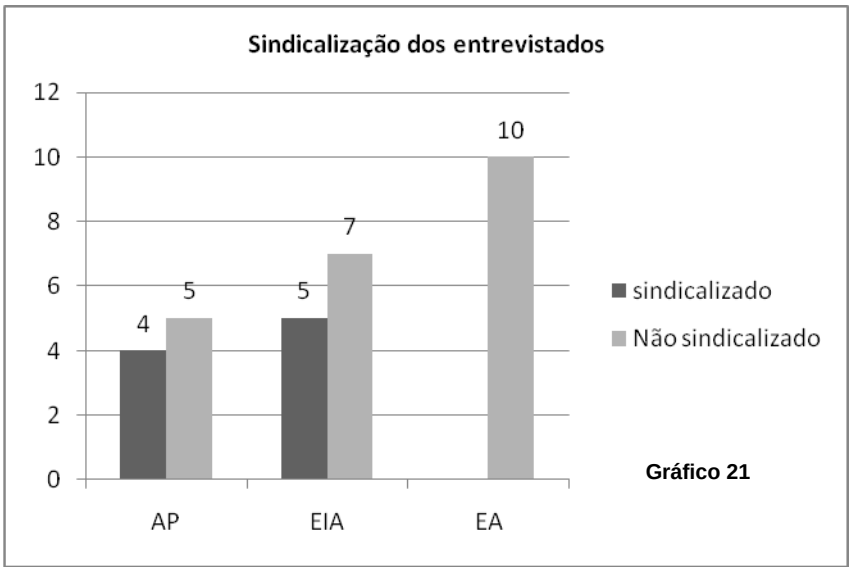


Gráfico 21

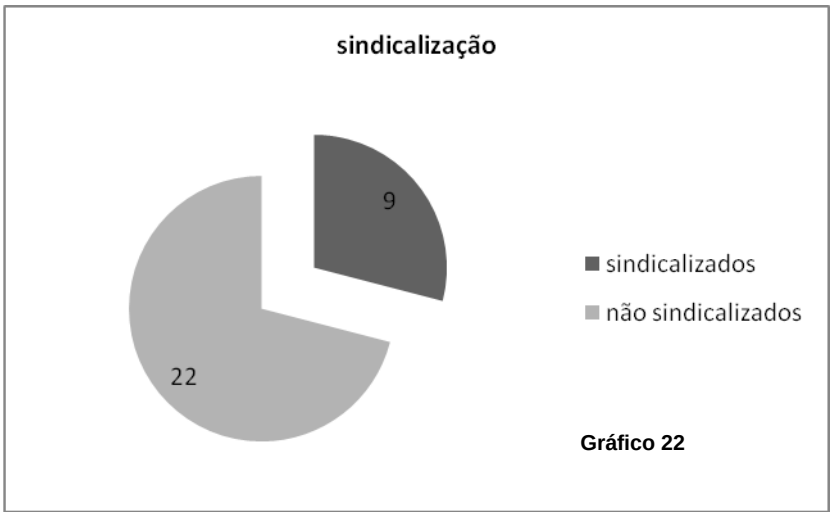


Gráfico 22

Observe que o gráfico 21 mostra a distância entre a sindicalização dos antigos trabalhadores e os trabalhadores atuais. As lutas e bandeiras coletivas tal qual praticadas em décadas anteriores parecem caminhar numa outra direção. Que direção (ou direções) seria(m) essa(s)? Teriam as demandas do mundo do chão da

fábrica esvaziado de seu conteúdo político? As estratégias e os laços de solidariedade entre os trabalhadores teriam perdido seu peso aglutinador?

5.7.1 Trabalhadores que participaram de greves e paralisações

Quando perguntados sobre a participação em greves e paralisações, as respostas caminham na mesma direção da sindicalização; ou seja, 26 trabalhadores entrevistados nunca participaram de tais movimentos, embora os tenham presenciado.

Ao apresentar os dados pelos diferentes grupos de entrevistados percebemos que apenas 1 entrevistado aposentado participou de greve ou paralisação. Dentre os Ex-empregados em idade ativa a participação foi maior. Fato justificado pelo momento de mudança vivido pelas empresas em fins dos anos 1980 e nos anos 1990, sobretudo expressos pelas demissões e ações trabalhistas.

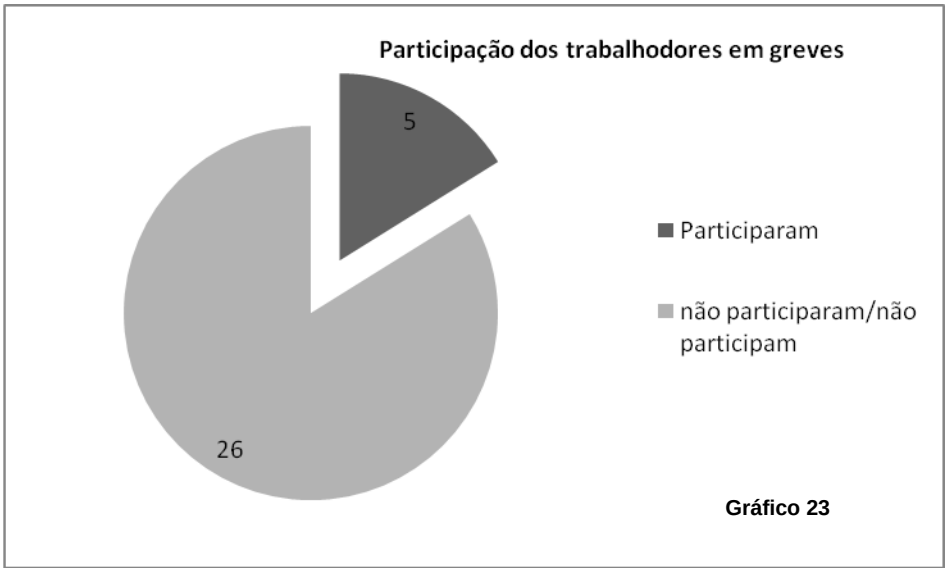


Gráfico 23

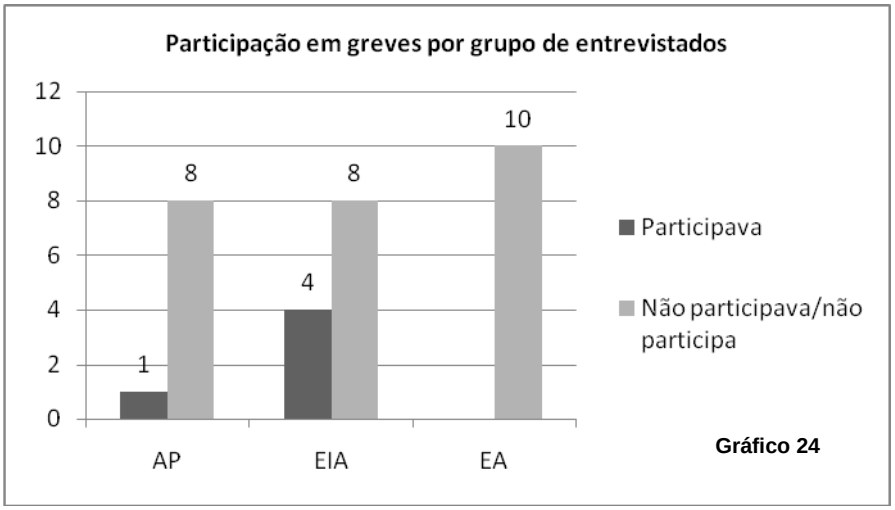


Gráfico 24

Embora houvesse uma razoável sindicalização entre os aposentados e os ex-empregados em idade ativa, a participação em paralisações e greves fica aquém daquela sindicalização. O que pode nos indicar pelo menos dois caminhos: um primeiro é que era uma sindicalização formal, e um segundo é que os sindicatos aí representados não correspondiam aos anseios das categorias. Os motivos são variados apresentados pelos trabalhadores: porque eram chefes, porque eram religiosos (veja depoimento abaixo), ou porque não queriam "ficar mal" diante do dono da empresa, não queriam perder o emprego, ou porque queriam produzir. Destaco aqui algumas falas neste sentido:

> Olha, cara, quando tinha greve lá eu não fazia não. Eu não ia na onda dos outros não... porque eu acho que, assim, que se você tem a capacidade de se desenvolver, você vai a luta! Tá certo que faziam greve porque davam motivo, mas nem por isso você vai deixar de trabalhar... se fazia greve você perdia ponto. É por isso que eu tinha crédito com eles [os donos], porque eu não aderia a essas greves... (Adna, 50 anos, AP).

> Eu não gosto de greve, não. Que negócio é esse! Deus me livre! Eu sou da hipótese que cristão não faz greve. (Geraldo, 61 anos, aposentado).

> A gente ficava o dia todo lá dentro, trabalhando, e as meninas lá na rua só cantando, jogando ovo. (Lucia, AP, 68 anos, ocupava chefia)

A identidade do trabalhador, tal como a visualizo nesta tese, tem um componente estruturador que são os vínculos estabelecidos com a fábrica (afetivos, relações de amizade, sobrevivência e sustento familiar, projeção de futuro, estabilidade e garantia de aposentadoria etc.) A relação de trabalho e a ligação no âmbito da fábrica, como expus, pode representar desde o acolhimento de um trabalhador oriundo do campo ao *status* oferecido pela inserção em uma empresa "de nome", "de porte no mercado". Uma dimensão mais ampla, onde o trabalhador

se veja ou não como parte de um conjunto organizado, pode ser vista nas respostas dos entrevistados em relação a adesão sindical, ao envolvimento com as demandas reivindicatórias comuns e ao próprio modo como esses trabalhadores percebem os embates na relação capital-trabalho.

5.7.2 Atuação do sindicato na ótica dos trabalhadores:

Atrelado à questão da participação do trabalhador, outra pergunta buscou saber o quanto o sindicato, na ótica do trabalhador, era atuante junto as diferentes categorias. Agrupei as respostas em três conjuntos de respostas: o sindicato (A) não participava/não participa; o sindicato (B) participava, mas era fraco e o sindicato (C) participava e era atuante.

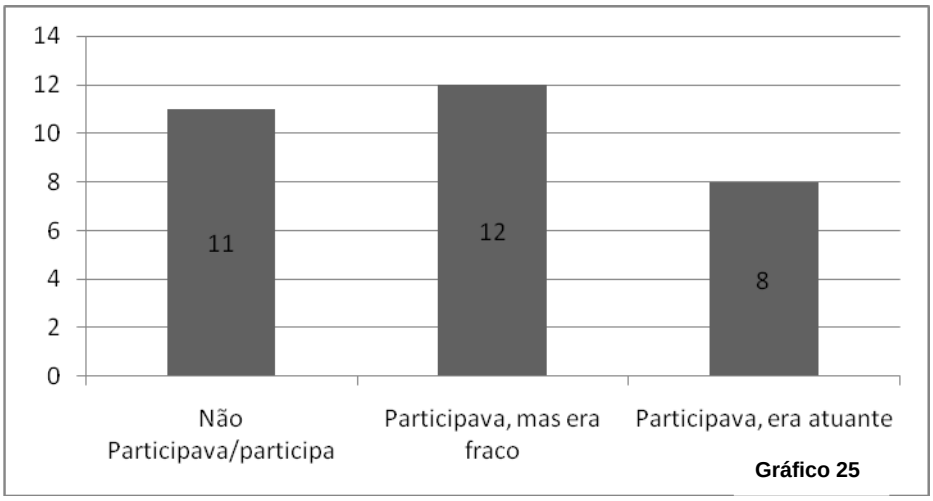


Gráfico 25

As respostas agrupadas pelas colunas de atuação fraca ou não atuação apontam para 23 respostas que associam o sindicato a uma entidade não participativa, pouco expressivo para aqueles trabalhadores (gráfico 26). A isto soma-se a baixa sindicalização e a fraca participação dos trabalhadores nos movimentos paredistas. De um modo geral há muita insatisfação dos trabalhadores em relação aos sindicatos. Estar “ao lado” do sindicato é se colocar “contra o patrão” – de quem imediatamente aquele trabalhador depende e se sente “filiado”. Como já discutido por diferentes autores, o contexto de desemprego a partir dos anos 1980

representou um fator de desmobilização sindical. A conjugação precariedade e desemprego também fizeram com que os sindicatos reorientassem suas pautas de reivindicações. Conforme Santana e Ramalho, “se nos anos 1980 a questão econômico-salarial tinha prioridade, nos anos 1990 (principalmente em sua segunda metade), a temática da garantia do emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumem o primeiro plano” (2003, p. 32).

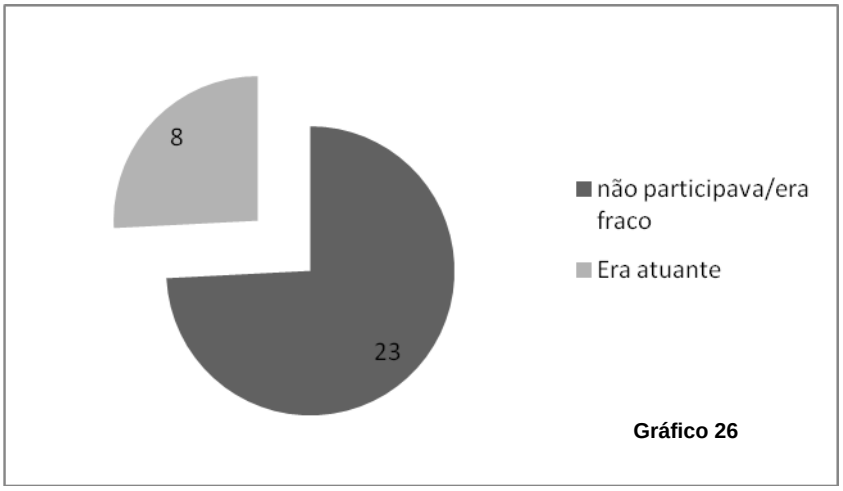


Gráfico 26

As nuances, entretanto, aparecem quando separamos pelas diferentes ramos produtivos. O ramo metalúrgico, conforme aparece no gráfico 27 fica entre “participava, mas era fraco” e “era atuante”; ou seja, não houve respostas neste ramo relacionado a falta de atuação. Embora a participação dos sindicatos ficasse aquém das demandas dos trabalhadores, observa-se que o maior número de respostas positivas para um sindicato atuante ficou no setor metalúrgico. O que isto quer dizer? Há sindicatos com maior e menor poder de pressão? Algumas áreas são mais combativas que outras? Possuem algum histórico de lutas? Em relação aos ganhos salariais dessa categoria, há diferença em relação aos demais?

Para Santana e Ramalho (2003), a experiência de lutas dos metalúrgicos do ABC paulista lhes conferiu um poder de negociação junto ao patronato, de modo que conquistaram uma tradição de respeito aos direitos sedimentados através do empenho coletivo, a partir do final dos anos 1970 e 1980. As práticas construídas coletivamente possuem um peso fundamental na mobilização dos trabalhadores. Conforme a fala do representante do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro que entrevistei, os metalúrgicos das empresas da cidade também gozavam de certo

acúmulo de conquistas, mas foi se enfraquecendo com o próprio esvaziamento industrial. Outros sindicatos, apesar de reunirem um expressivo quantitativo de trabalhadores, possuíam um histórico de fraca mobilização.

No gráfico 27 percebem-se as diferenças por grupos de entrevistados. Nenhum aposentado apresentou resposta no sentido da não-participação do sindicato. Para este grupo, o sindicato fica entre “participava, mas era fraco” e “era atuante”. As gerações mais novas já enfrentam uma outra realidade; para os empregados atuais, o que transparece é a não atuação. Ou seja, nem os trabalhadores são sindicalizados, nem os sindicatos atuam na área. Há uma relação recíproca neste sentido. Uma das empresas atuais em que fui recebido gentilmente os empregados recebem o nome de “colaboradores”, segundo informação de uma das entrevistadas.

Percepção da participação do Sindicato pelos diferentes grupos de entrevistados:

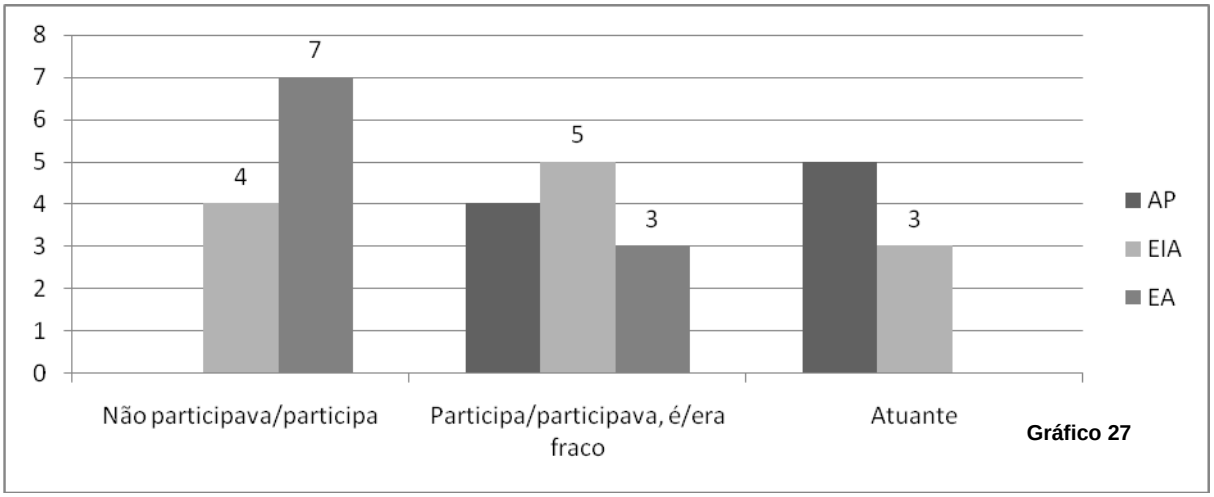


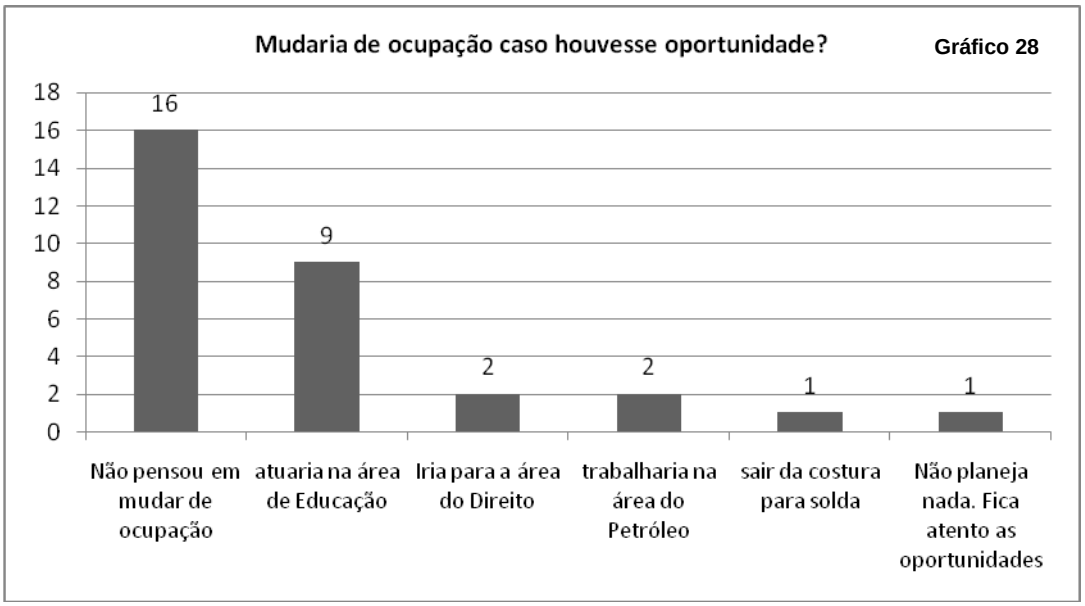
Gráfico 27

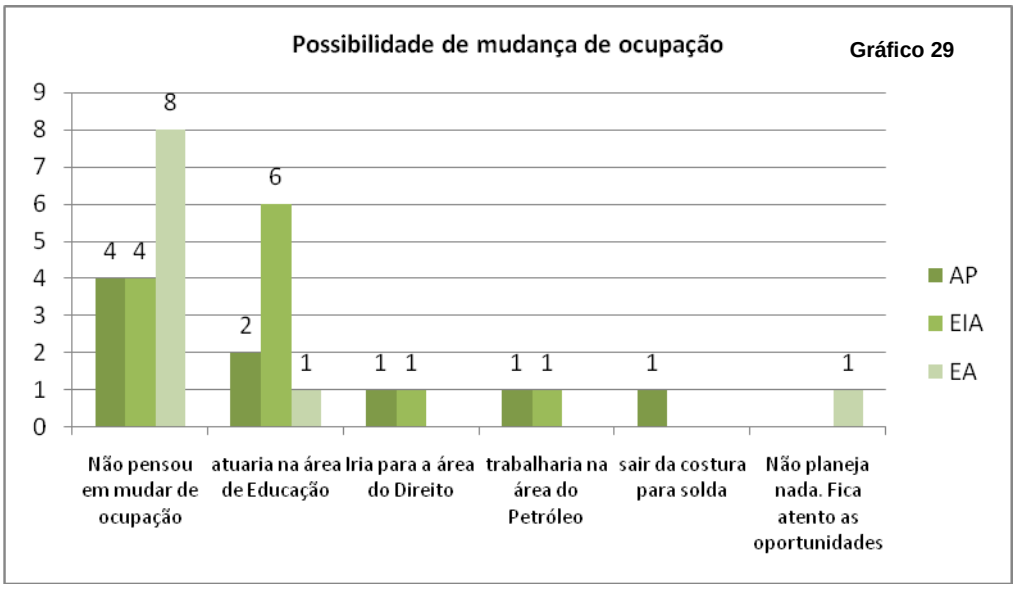
5.8. **Trabalho na fábrica, aspirações profissionais e mudança de ocupação**

Duas perguntas fizeram parte desse tópico. A primeira buscava saber se ele mudaria de ocupação caso tivesse oportunidade; em caso positivo, perguntava para qual ocupação ou profissão mudaria. A segunda pergunta era sobre os filhos; ou seja, o que desejam para seus filhos em relação ao trabalho e vida profissional?

Em relação à primeira pergunta, foi curioso perceber que a maioria não mudaria de ocupação (gráfico 28). As respostas à questão da mudança de ocupação são demonstrativas do grau de ligação que esse trabalhador tinha/tem com a empresa. Note-se que dos 16 entrevistados que responderam que não mudariam de ocupação, 8 são Empregados atuais, 4 são Aposentados e 4 Ex-empregados em idade ativa.

Dentre os 9 aposentados, 5 deles disseram que mudariam de ocupação e dos Ex-empregados em idade ativa, 8 mudariam de ocupação. Desse modo, há maior incidência de mudança de ocupação entre aqueles que vivenciaram um momento anterior de atividade das empresas, e menor interesse em mudar de ocupação entre os empregados atuais (gráfico 30). O que motiva a isso? Que condições objetivas estão em jogo nesta relação de aspiração?





Dentre os 10 empregados atuais entrevistados (EA), 8 não querem mudar de ocupação. Dos Ex-Empregados em idade ativa (EIA), 6 gostariam de atuar na área de educação. Dentre os três grupos, 9 entrevistados disseram que mudariam para a área da educação, e destes, 7 são mulheres. O magistério carregou durante muito tempo o status de uma profissão feminina. As escolas normais, criadas a partir do século XIX, dotou a docência de uma ocupação com caráter feminino, de cuidado. Por outro lado, também considera-se que ela tenha sido a precursora do caminho para a democratização do acesso da mulher à universidade (Romanelli, 1978). Dentre aqueles que disseram que mudariam para a educação temos uma entrevistada que fez o curso normal na Paraíba; 4 que fizeram ou estavam fazendo uma licenciatura (Letras e Pedagogia) e uma entrevistada que atua numa escolinha não legalizada na casa de sua irmã numa das favelas do Complexo do Alemão.

O que se percebe com as respostas à essa questão é que se os trabalhadores, conforme mostrado mais acima, em sua maioria gostavam do tipo de trabalho ou da empresa, é coerente que não pretendessem (ou pretendam) mudar de ocupação.

5.8.1. *“Meu desejo é que meus filhos sejam patrões”:* expectativas em relação à profissionalização dos filhos

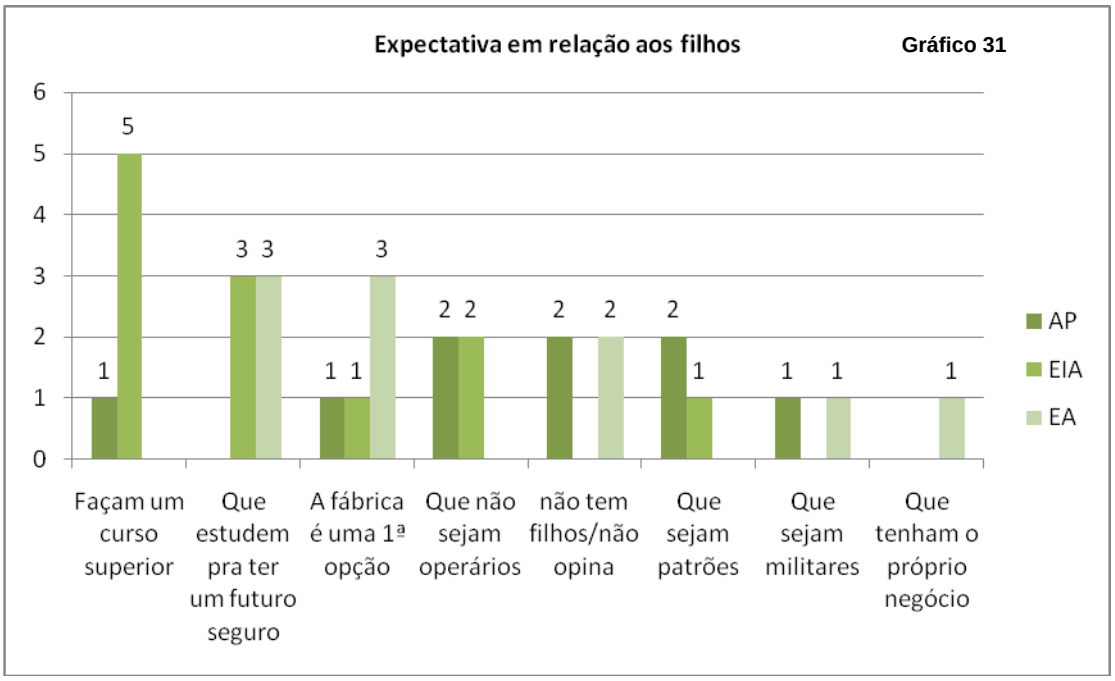
> Operário sofre muito, principalmente quem não sabe ler hoje. Passa por humilhação, os patrões passam por cima, é como amassar o barro. A sociedade respeita quem tem mais escolaridade. Você pode escolher, mas operário vai sair de uma empresa ruim hoje e vai entrar numa pior, coitado! Pra onde ele vai? (Isaac, aposentado).

Se há uma boa incidência de respostas dos entrevistados apontando para a não mudança de ocupação, o desejo em relação aos filhos é bastante oposto a essa direção. No gráfico 30, reunidas as duas colunas iniciais (dos que desejam que os filhos estudem) tem-se uma freqüência de 12 respostas nesta direção. Se o sonho da mobilidade para as gerações mais antigas era o trabalho na fábrica[131], ela passa a, na melhor das hipóteses, a um papel de trampolim para outras ocupações, conforme demonstra as respostas consolidadas no gráfico 31. Ou seja, apenas 5 respostas apontam a fábrica como uma primeira opção, mas não definitiva.

[131] Cabe o destaque aqui para a fala da aposentada Lucia: “eu trabalhava na terra cuidando de bois, eu plantei mandioca, batata-doce, limpei mato, o roçado e meu pai era muito ruim e eu larguei, e eu passei um “perrenhe”; e meu marido veio pra o Rio e depois mandou buscar com as crianças e depois quando cheguei aqui ainda arrumei mais dois filhos. E depois foi que eu arrumei esse emprego, como se fosse o primeiro (melhor) emprego do mundo!”. O emprego na fábrica, para ela que vivenciara outra realidade no nordeste, era um salto de qualidade em sua vida profissional.

Nesta questão houve certa unanimidade de respostas em relação ao trabalho na fábrica. O acesso a faculdade é visto como uma porta de acesso a um emprego mais qualificado e com maiores ganhos de renda para a maioria dos trabalhadores. Maior escolaridade representa para eles a possibilidade de um “futuro seguro”. Surgem falas de trabalhadores que desejam que os filhos sejam “patrões”; caso ingressem na fábrica que sejam gerentes, chefes:

> Eu vim pro Rio de Janeiro viver a vida das indústrias. Eu rejeitei a agricultura. Mas eu não quero isso pros meus filhos. Mas meu desejo é que meus filhos sejam patrões, que sejam uma personalidade conhecida, vista por todos (Isaac, aposentado, 61 anos).
>
> Só colocaria meu filho na fábrica se fosse como gerente, numa outra área... mas lá na produção, não! Se eu estivesse lá, eu ia qualificar o meu filho, e investir nele pra ele ter um grau melhor, que ele entrasse como gerente... (Janaína, EIA, 30 anos).
>
> O filho do médico vai ser médico.. mas a visão é outra... eu não quero que meu filho vá pra fábrica ... mas, eu também não quero que ela (a filha) vire professora, porque é um estresse total! Uma coisa...! Eu quero o melhor pra eles... que se formem em advogado, como eu falei... Minha filha pode ser uma médica (Rita, 38 anos).



Dentre as 31 respostas, apenas 5 apontam a fábrica como uma 1ª opção. Ou seja, é preferível a fábrica ao desemprego. Ao menos naquela região o emprego em massa já não é uma realidade. A vivacidade da fábrica presente até os anos 1980 parece ter perdido suas cores, tanto no imaginário, quanto na possibilidade objetiva em função do esvaziamento industrial da região.

5.9. O caleidoscópio do mundo do trabalho na região do Complexo do Alemão

A pesquisa de campo representou uma etapa reveladora do verdadeiro mosaico de opiniões que cercam o mundo do trabalho e suas transformações no Complexo do Alemão. A extinção (seja por falência ou migração) de grandes empresas – pela opulência de seus prédios e o emprego de maciça força de trabalho (como o caso da Poesi, Nova América, Coca-Cola e outras) – é considerada o ícone das transformações sócio-econômicas daquela região. A decadência do emprego assalariado protegido nas cercanias do Complexo do Alemão, todavia, não se deu apenas em razão das grandes empresas, mas dezenas de outros pequenos e médios empreendimentos que faliram ou migraram como parte de uma reação em cadeia que pode ter começado com a extinção de empreendimentos maiores. Mas são esses grandes empreendimentos que aparecem recorrentemente na fala dos trabalhadores da região e que, em boa parte derivam da grandiosidade dos empreendimentos, marcas fortes e reconhecidas dentro e fora do país, a capacidade de acolhimento de uma força de trabalho pouco escolarizada, bem como as conquistas advinda daquela fonte de renda cujo exemplo maior pode ser a casa própria (embora de posse), construída em grande parte dada a ajuda (muito comum) dos mutirões nas favelas.

O encerramento das atividades produtivas de muitas empresas se inicia nos anos de crise da década de 1980, mas se prolonga gradualmente pelos anos seguintes, num processo de deslocalização e desindustrialização que ainda pode ser visto recentemente[132]. Via de regra, não há substituição de uma atividade produtiva que empregam em massa por outra: ao contrário, muitos daqueles espaços ficam ociosos, ganham novas funções não-fabris (shoppings, igrejas, estacionamentos, supermercados etc.) ou dão lugar a empreendimentos imobiliários residenciais[133]. Na maioria das vezes trata-se de um processo não-abrupto de encerramento de atividades econômicas, um processo relativamente lento, pouco

[132] O caso da EATON que encerrou suas atividades em 2011 é um caso emblemático de migração das empresas da região.

[133] A Poesi, localizada ao pé de uma das favelas do Complexo do Alemão deu lugar a um condomínio residencial; a Heliogás, a Coca-Cola, A EATON, A Franco-Brasileiro, a Divisão da Bayer, a Skol todas se transformaram (ou estão em fase de construção) em condomínios residenciais, principalmente a partir dos programas PAC e Minha Casa Minha Vida do governo federal.

perceptível pelas novas gerações de trabalhadores. Há, por outro lado, um deslocamento para uma economia de serviços, ocorrido desde meados dos anos 1980, conforme demonstra a tabela abaixo (tabela 3):

Pessoal ocupado no mercado formal da Cidade do Rio de Janeiro, por setor de atividades, segundo informações da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais do TEM, 1985 a 2005.						
Setor de atividades	1985	1990	1995	2000	2003	2005
Extrativa mineral	6.230	4.138	2.589	2.112	2.568	2.168
Indústria de transformação	310.794	301.976	208.106	150.053	141.395	148.322
Serviços ind. de utilidade pública	41.042	40.723	40.959	29.397	27.504	30.207
Construção civil	80.563	74.681	78.968	57.018	53.672	58.812
Comércio	244.315	245.828	257.487	264.046	289.300	318.408
Serviços	785.100	760.614	793.454	834.971	861.341	931.719
Administração pública	470.650	420.405	413.241	393.337	391.469	392.166
Agropecuária, extr., caça e pesca	2.910	4.772	4.461	1.848	1.909	1.883
Outros/ignorado	9.958	143.570	26.159	136		
Total	1.951.562	1.996.707	1.825.424	1.732.918	1.769.158	1.883.685
Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho Emprego, 1985, 1990, 1995, 2000, 2003 e 2005. (TABELA 3 – retirada de GODINHO, 2008, p. 141)						

Os dados mostram uma acentuada queda de empregos na indústria de transformação a partir da década de 1990, o que é evidência de que a Cidade do Rio de Janeiro, incluindo a região fabril-industrial do Complexo do Alemão foi fortemente afetada. De outro modo, os setores de comércio e serviços apresentam significativa elevação nas contratações no mesmo período (crescimento de 21% no período, contra uma queda de 52% dos empregos na indústria). Em números absolutos, a indústria perdeu, segundo a tabela acima, 162. 472 empregos; enquanto comércio e serviços tiveram um acréscimo de 220.712 postos de trabalho.

A cidade do Rio de Janeiro está inserida numa dinâmica econômica mais ampla dentro do Estado onde novos núcleos produtivos surgem como alternativa. A tabela abaixo aponta como a capital atualmente divide seu espaço com outras regiões do Estado.

Pessoal ocupado nos setores formais, empregados em 31 de dezembro dos anos de referência, no Estado do Rio de Janeiro, por regiões administrativas de governo						
Regiões/ano	1985	1990	1995	2000	2000b	2005
Estado	2.673.863	2.838.975	2.688.192	2.718.138	2.718.138	3.191.784
RMRJ	2.301.020	2.412.835	2.234.732	2.198.975	2.177.076	2.443.414

Capital	1.951.562	1.996.707	1.825.424	1.732.918	1.732.918	1.883.685
Demais municípios	349.458	416.128	409.308	466.057	444.158	559.729
Noroeste	16.070	23.883	25.924	30.760	30.760	40.382
Norte	70.667	79.230	78.545	98.640	98.640	165.774
Serrana	89.172	108.690	116.851	126.395	126.395	145.362
Litorânea	29.915	40.915	52.365	69.917	76.257	122.298
Médio Paraíba	121.422	126.115	129.475	135.872	135.872	158.186
Centro-sul	26.304	27.786	34.457	37.686	37.686	48.920
Ilha Grande	19.239	19.098	15.843	19.893	35.452	67.458

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho, 1985 a 2005. (in: Godinho, 2008).

(1) "Três municípios deixaram de participar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir do ano de 2001, são eles: Itaguaí, Mangaratiba e Maricá. Assim, para realizarmos a análise do crescimento nas regiões administrativas, optamos pela correção nos valores de 2000, recolocando os dados desses municípios em suas novas regiões" (observações de Godinho, 2008).

Na ótica dos trabalhadores, o declínio fabril da área do Complexo do Alemão, não é creditado na conta do crescimento das favelas onde moram; ao contrário, há quem coloque que aquele crescimento tenha sido proveitoso para as empresas ao representar estoque de força de trabalho e mercado consumidor. Nota-se, desse modo, que o trabalhador aí percebe os sentidos conjunturais e estruturais daquelas transformações, embora a imediaticidade conduza a um olhar para a violência e a favela como causa primordial.

Para os Representantes institucionais, o crescimento das favelas foi visto como uma ausência, em muitos casos planejada, do estado, sendo este crescimento incompatível com uma área industrial.

As empresas, na ótica dos trabalhadores, deixam a região por uma dupla questão: a violência e o tráfico imprimiram um clima de insegurança nos negócios, somados à má administração, dívidas, impostos altos, falta de modernização e a busca por locais mais adequados em infraestrutura e mais rentável para a empresa. Tais elementos sugerem uma questão: se a maioria lista outros motivos, além da violência e tráfico, para a saída das empresas, em não havendo violência e tráfico elas teriam permanecido na região? Na realidade, a desindustrialização é um fenômeno, primeiramente global – em razão, sobretudo, das mudanças na base técnica e tecnológica, depois um fenômeno que atingiu todas as regiões da cidade do Rio de Janeiro, com sua história já exposta aqui. O clima de insegurança é, de fato, um elemento contributivo, mas deve-se localizar as raízes da crise em motivos para além da conjuntura posta naquela região.

A violência aparece na fala dos Representantes institucionais, mas destacam elementos diferentes não citados pelos trabalhadores das antigas e atuais empresas da região. Enquanto estes focaram fatores locais como a violência, crescimento das favelas, atrelados à questões que envolvem a má gestão dos negócios, os representantes institucionais focaram, somado com a violência e favelas, questões de ordem político-econômicas e estruturais (abertura comercial e competitividade, encargos, mudanças tecnológicas, guerra fiscal, ausência de infraestrutura, entre outros).

As opiniões dos trabalhadores sobre o mundo do trabalho na região e sua participação nele mesclam nostalgias e indignações. Lembranças, convívios, momentos diversos, dão o tom quando perguntados sobre suas motivações para o trabalho na fábrica. Gostar do trabalho e da empresa se associa à segurança advinda do trabalho assalariado protegido e à necessidade de sobrevivência. A maioria dos entrevistados viveu ora um momento do apogeu do emprego fabril ou, no caso dos Ex-empregados em idade ativa, uma fase de transição e decadência daquele padrão. Para os Empregados atuais (em geral bem jovens) a fábrica, como expressão do emprego em massa, deixa de ser central no cenário urbano daquela área.

Aquele modelo de relações de produção e de trabalho figura como algo ambíguo na perspectiva dos trabalhadores: ora ele é o suporte necessário da sobrevivência e proteção trabalhista, ora é tempo-espaço de cerceamento, de subordinação, de sofrimento (na fala do aposentado Isaac: *"operário sofre muito, principalmente quem não sabe ler hoje. Passa por humilhação, os patrões passam por cima, é como amassar o barro"*). Surgem, neste sentido, falas apontando problemas com as chefias, à hierarquia, embora a maioria não descreva maiores problemas na fábrica.

A geração de Aposentados e, em parte, a geração dos Ex-empregados em idade ativa, experimentaram um corte importante na questão da mobilidade social, sobretudo em relação aos vínculos de trabalho. É bem verdade que aspectos como casa própria na favela, energia, água, escola e serviços de saúde somam-se a lista de "ganhos" contabilizados que muitos tiveram diante da vida do campo – sejam diretamente ou por relatos de seus pais, no caso dos ex-empregados e dos empregados atuais. Filhos de agricultores, de diaristas ou de "donas de casa" (este último, trabalho não remunerado, extenuante e atravessado pelas relações de

gênero que marcaram papéis definidos e distintos de provimento – para o homem e de cuidado – para a mulher), muitos trabalhadores e trabalhadoras viveram na fábrica a oportunidade de salário fixo, benefícios, proteção trabalhista e aposentadoria.

As percepções e opiniões sobre o trabalho livre e protegido da fábrica e a liberdade advinda diante da geração de renda por conta própria rendeu diferentes respostas. O trabalho autônomo, por sua vez, tomou conta das favelas do Complexo do Alemão sob as mais variadas formas na proporção inversa ao afastamento e desaparecimento das fábricas e outros empreendimentos. A proteção ao trabalho deu lugar a outras formas com contornos identificados, na maior parte das vezes, com a precarização e a fragilização das relações de trabalho e sobrevivência.

A fraca sindicalização dos trabalhadores da região aparece com nitidez nas entrevistas. Não há Empregados atuais sindicalizados. Nas palavras do representante dos gráficos (Sr. João), o sindicato vem existindo “para fazer homologações de demissões”. De um lado fraca sindicalização, com a correspondente fraca participação dos trabalhadores em greves e paralisações.

Há uma descrença disseminada nas entidades representativas dos trabalhadores; para eles, na maioria das vezes, os sindicatos eram fracos e omissos. Tais instituições não foram agregadoras do ponto de vista do fortalecimento coletivo e nem foram capazes de somar forças junto a outros sindicatos que representavam os diversos ramos de trabalho da região. Embora, haja aí uma percepção geracional diferenciada que pode ser indicativo de dois momentos: nenhum Aposentado disse que o sindicato não participava; eles podiam até serem fracos, mas reuniam as categorias, atuavam em muitos momentos. Opinião inversa aponta os Empregados atuais: para eles não há qualquer participação dos sindicatos.

Diante da possibilidade de mudança de ocupação, os Empregados atuais disseram que não mudariam o que fazem atualmente, embora a grande maioria esteja estudando tendo em vista melhorar sua qualificação. Mas na mesma direção, quase a metade dos Aposentados disse que também não mudariam de ocupação; a fábrica para eles foi uma oportunidade a qual deveriam se “agarrar”. Entretanto, para os que viveram a transição, o momento em que as empresas começaram a migrar ou falir, a mudança de ocupação aparece como algo necessário, imediato, fundamental. A fábrica já não era o que tinha sido para as gerações anteriores.

A fábrica deixou de ser um espaço que recebia, sem muitas dificuldades os trabalhadores com baixa qualificação, tanto para as gerações mais antigas quanto para as mais novas. Isso fica evidente quando expressam o que querem para seus filhos: que estudem, que façam um cursos superior, que sejam patrões, que busquem “o melhor” – e este melhor não inclui a fábrica.

O mundo do trabalho se metamorfoseou naquela região, como as demais na cidade do Rio de Janeiro; com ele, as aspirações e projeções dos trabalhadores. Gesta-se um novo trabalhador, “colaborador”, “associado”, com pouca ou nenhuma participação sindical, competitivo, com graus mais elevados de escolaridade, que transita no mundo flexível – e fugidio – das novas relações de trabalho. Num mesmo espaço convivem diferentes gerações, concepções de trabalho e aspirações, onde a fábrica não é mais o elemento de referência de trabalho e sobrevivência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo aqui posto foi apresentar uma discussão, articulada teórica e empiricamente, com respeito às transformações socioeconômicas num território particular da cidade, o Complexo do Alemão, e suas implicações na constituição e configuração de identidades e ethos do trabalho na contemporaneidade. Nesse intuito, percorri um pano de fundo a partir de aspectos históricos, políticos e econômicos que contribuíram para dar forma e conteúdo àquela região da cidade do Rio de Janeiro. Ainda que com as limitações próprias de uma pesquisa desta natureza, os recortes da pesquisa e as considerações aqui feitas, talvez possam figurar como uma plataforma para a compreensão de fenômenos semelhantes que ocorrem em regiões onde se instalaram parques industriais calcados numa industrialização com uso intensivo de força de trabalho tal qual o entorno do Complexo do Alemão. As hipóteses que inauguram a pesquisa falavam da necessidade de investigar se o esvaziamento fabril teria trazido, e em que medida, implicações sociais importantes para o conjunto de trabalhadores daquela região, bem como perceber, a partir de um conjunto de trabalhadores de diferentes idades e experiências de trabalho, se estaríamos diante de novas concepções e de um novo etos de trabalho, como se postulam nos dias atuais.

Apresentei aqui como a cidade do Rio de Janeiro experimentou um dinamismo particular diante das demais capitais do país no tocante à sua industrialização e urbanização. O modelo de desenvolvimento construído pelo Estado privilegiou algumas áreas como de interesse para a indústria. Anotei que a combinação de áreas industriais e áreas residenciais densas marcaram a paisagem a partir da segunda metade daquele século. Uma alternativa de moradia a baixo custo para a maioria dos trabalhadores mais pobres na cidade do Rio de Janeiro foi a autoconstrução nas favelas ou mesmo a formação de novas favelas. Estas, por sua vez, aparecem predominantemente no imaginário social como o lugar de carências múltiplas e como o lócus da desordem urbana, do banditismo e da violência. Produziu-se com isso uma hierarquização favela-cidade que contribuiu para estigmatizar, marcar estereótipos, e em boa medida ampliar as desigualdades sociais.

Considerando a proximidade das indústrias com locais de alta concentração populacional como as favelas do subúrbio carioca, guardadas as devidas proporções, elas podem ser tomadas como as “vilas operárias” do pós 2ª Guerra, e como um estoque de força de trabalho a baixo custo tendo em vista que naquele momento o país embarcava num círculo virtuoso de industrialização.

As favelas cariocas neste contexto surgem como um laboratório sociológico por excelência, produzindo olhares dos mais diversos e sob as mais variadas perspectivas teóricas. O foco aqui, entretanto, não foi a favela em si, mas os trabalhadores nela residentes que formavam parte do grande contingente da força de trabalho nas dezenas de empresas da região do Complexo do Alemão. Não se trata de construir uma teoria explicativa, mas buscar oferecer ao leitor um enquadramento para pensar as alterações no mundo do trabalho no Complexo do Alemão e suas implicações sociais para os trabalhadores.

O crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro e a ampliação da atividade industrial a partir, especialmente, da segunda metade do século XX constituíram-se num chamariz para populações vindas de diversas partes do país. Não apenas a indústria isoladamente, como também a construção civil, o comércio e os serviços marcaram uma época de crescimento dos postos de trabalho. Uma das implicações sociais para aquela região foi a colocação do trabalho assalariado fabril como uma garantia para a sobrevivência e segurança previdenciária para muitas famílias. Destaco ainda como outra implicação a questão do crescimento demográfico e seus passivos como efeito de uma concentração industrial sem uma infraestrutura correspondente no plano dos serviços básicos à população. O esvaziamento fabril gradual ocorrido a partir do final dos anos 1980 e a mudança nos paradigmas do trabalho em sua forma e conteúdo ampliaram a fragilidade já existente para aqueles trabalhadores, diante das novas exigências como escolaridade e formação profissional prévia. Passo deste ponto em diante no texto a tecer algumas considerações da pesquisa, reiterando o exposto ao longo das discussões feitas nos capítulos da tese.

Primeiramente, aponto, como já o fizeram diversos autores, que as promessas de uma modernidade industrial que trariam a riqueza e a equidade social, todavia, não foram cumpridas, ao menos nas cidades da periferia do capital. Se a “era de ouro” do capitalismo no século XX trouxe prosperidade para algumas regiões do capitalismo central, em outras, apenas parcos efeitos foram sentidos.

Hoje os indicadores sociais da região do Complexo do Alemão ainda são pouco promissores considerando o restante da cidade. O eixo central da política parece atualmente indicar uma atenção para as áreas pobres onde a política de segurança se sobressai bem mais que aquela voltada para trabalho, emprego e renda.

A concentração industrial e fabril naquela região, a urbanização, os serviços públicos instalados não foram suficientes para produzir uma elevação no padrão de vida do conjunto de trabalhadores a julgar pelos indicadores apresentados aqui. A região foi palco de atenção de políticas emergenciais de saneamento, urbanização e outros serviços públicos durante várias administrações municipais. Não obstante, o fecundo parque industrial instalado ali desde os anos 1920 se desenvolveu tanto quanto os índices de pobreza, agravado pela crise dos anos 1980. O fenômeno da violência e banditismo que se abateu sobre a área a partir dos anos 1980 contribuiu para fragilizar ainda mais as estruturas de oportunidades de muitos trabalhadores, sobretudo quando se tratam de emprego e serviços públicos básicos como saúde e educação.

A destinação industrial daquela área, com seus empreendimentos que empregavam milhares de trabalhadores com pouca qualificação foi importante para forjar uma identidade operária nas primeiras gerações de trabalhadores. O país torna-se um importante pólo produtor e exportador após a 2ª Guerra e a indústria figura como um vetor de transformação em nossa base produtiva e de constituição de um ideal de operário. Talvez seja necessário uma outra investigação que dê conta de identificar se a criação das associações de moradores, as redes de solidariedade existentes como os mutirões e obras de melhoramentos no interior das favelas teriam alguma relação, e em que medida, com a questão das redes de socialização que se estabeleciam nas fábricas, somados aos laços originados em razão dos locais de nascimento daqueles trabalhadores.

Considerando as condições políticas e econômicas que formataram o nosso desenvolvimento, a modernidade industrial chega aqui com certo atraso. O binômio que combinaria mecanismos de proteção social através do Estado de bem-estar e o padrão de acumulação fordista, como em todo o globo, encontrou seus limites, produzindo e aprofundando desigualdades. Ou seja, aquele modelo, a partir da década de 1970, encontra-se em fase de esgotamento no plano da economia global e o Rio de Janeiro, no mesmo momento, passando por transformações em sua

estrutura político-administrativa que contribuíram para a produção de uma crise que se arrastaria pelas décadas seguintes.

Sobejam exemplos que mostram o quando os empreendimentos industriais possuem um papel importante no ordenamento e requalificação do espaço urbano. O Estado se apresentou ambivalente para com os processos migratórios ocorridos a partir da atração do emprego industrial das grandes cidades. Ao mesmo tempo em que contribuiu para este processo, pouco fez em termos de sanar problemas advindos com o déficit habitacional. Nas décadas de 1970 e 1980, quando a área do Complexo do Alemão estava ainda em seu vigor de oferta de postos de trabalho, os fenômenos migratórios haviam sofrido intensa redução. A partir deste momento, com a gradual migração das empresas e falência de outras, o trabalho fabril assalariado vai perdendo a centralidade e novas formas de emprego e renda vão assumindo uma posição antes considerada marginal.

A literatura aponta que o desenvolvimento industrial contribuiu para o surgimento de segmentos de trabalhadores que se identificavam por suas ocupações e construíam sua subjetividade a partir do universo do trabalho assalariado. A experiência do trabalho no longo prazo, uma possibilidade de aparente estabilidade contribuíam para que riscos do mercado fossem mantidos a certa distancia. O trabalhador com “tempo de Carteira” era considerado um trabalhador qualificado, o que lhe dava uma chancela de ingresso em outras empresas em caso de desemprego. O projeto societário da elite industrial brasileira, sobretudo a partir dos anos 1930, pretendia formar moral e civicamente o trabalhador e fomentar uma solidariedade entras as diferentes classes, buscando arrefecer os conflitos entre capital e trabalho. Antes disso, as vilas operárias funcionavam não apenas como espaço de moradia, mas também como espaço de controle e disciplinamento da força de trabalho. Diversos autores já nos mostraram que as sociedades de ajuda mútua dos trabalhadores se constituíram em contrapontos para eventuais revezes do emprego e reuniam elementos de solidariedade entre classes e o fortalecimento de identidades calcadas na profissão. Porém, trabalhadores menos qualificados ou não organizados em profissões possuíam maior dificuldade na direção de uma representação identitária mais forte. Isso foi observado ainda entre os trabalhadores da região do Complexo do Alemão. Ocupações ligadas à metalurgia e aquelas que dependiam de certa qualificação,

embora no processo de trabalho, como as costureiras, terminavam por possuir um grau maior de articulação e de pressão em suas demandas.

A constituição e reelaboração de identidades levam em conta a gama de representações que podem, numa direção provocar rupturas com a ordem estabelecida ou em outra reforçar elementos de dominação e reprodução de desigualdades. Encontramos trabalhadores, embora em pequeno número, que se engajavam nos movimentos reivindicatórios, que compreendiam a trama de relações eu se davam no interior do trabalho. Posturas resignadas também, por outro lado, eram bastante comuns entre muitos trabalhadores diante da premência da sobrevivência, das dificuldades e da insegurança em se recolocarem no mercado de trabalho. Os filhos adolescentes eram muitas vezes levados à fábrica a fim de contribuírem com a renda familiar. As famílias eram maiores que as atuais e a necessidade de sobrevivência as faziam preterir a escola. O salário da fábrica não era suficiente, desse modo, para garantir o sustento de toda a família. Deve-se destacar que uma prole numerosa produzia efeitos de diversas naturezas sobre o modo como o trabalhador encarava o trabalho “com Carteira”; refiro-me, por exemplo, ao atendimento na rede pública de saúde antes da Constituição de 1988, que se destinava aqueles que possuíam registro em Carteira e contribuíam para o antigo INPS.

A ocupação, a profissão, o modo como o sujeito produz sua existência por meio do trabalho são elementos considerados na composição da identidade dos trabalhadores aqui entrevistados. A relação de assalariamento e a própria Carteira de Trabalho, como apontei aqui, era tomada como garantia da cidadania - ao menos de uma determinada cidadania. Neste sentido, as concepções hegemônicas vigentes no auge da industrialização buscavam promover a idéia de uma identidade operária, de cidadão de bem. Ser um bom operário era sobretudo “estar junto” com o patrão, por dele dependia a sobre vivência daquele trabalhador. Fala recorrente nas entrevistas realizadas era: “se a empresa cresce, nós crescemos com ela; se ela cai, caímos com ela”. Isso, todavia, não eliminou as tensões entre capital e trabalho. Abusos, ameaças, demissões injustas foram relatados por vários trabalhadores. Deixar de “dar produção”, faltar ou apresentar muitos atestados médicos eram formas de manifestar insatisfação por parte de muitos trabalhadores. Aqueles ais antigos, por sua vez, apontaram os muitos mecanismos e estratégias de resistência e as lutas coletivas no ambiente de trabalho. Neste sentido, a constituição de uma

identidade operária se mostrava como instrumento de solidariedade e amálgama para os embates, conforme apontado nos depoimentos.

De outro lado, os trabalhadores mais jovens convivem num contexto mais pulverizado em termos de estratégias de resistência e de maturação política. A crise institucional e política, as investidas da reestruturação produtiva, sob as mais diferentes estratégias, se colocam como obstáculos a uma maior organização e solidariedade classista. As identidades ou a possibilidade de identificar-se com lutas comuns não figura como uma meta para os mais jovens. Neste sentido, o sindicato, para os mais jovens dentre os entrevistados, é o lugar de eventual homologação de processos de demissão.

Os depoimentos dos trabalhadores de nossa amostra longe de serem tomados como o único critério de verdade foi colocado como fundamental para a compreensão de como esse trabalhador constrói as representações de si, do território e do trabalho como valor. Embora correndo esse risco, busquei ter o cuidado de não apresentar uma imagem caricata de um operário, ou mesmo do morador de favela; tampouco, apresento um conjunto homogêneo de trabalhadores da região do Complexo do Alemão. Ao contrário, as entrevistas evidenciaram que em se tratando de trabalhadores daquela região temos variadas temporalidades, questões de gênero, interesses, motivações, vínculos com a fábrica e aspirações.

Entretanto, aquele espaço industrial, constituído pelo uso intensivo de força de trabalho, pela baixa qualificação, pelo aprendizado das tarefas e funções no processo de trabalho foi substituído por outro modelo, agora constituído sob novas bases. A tendência, nada nova, do capital industrial foi a reengenharia dos processos de produção a partir da simplificação de tarefas, incremento de tecnologia e enxugamento das plantas fabris. Tal substituição é sentida na própria organização do espaço urbano: já não há mais os grandes prédios fabris ou os galpões que concentravam expressivo número de trabalhadores.

Na década de 1990, quando então torna-se visível o declínio fabril no subúrbio da cidade (bem como em toda a cidade), uma população jovem passa a vivenciar concomitantemente um novo ordenamento jurídico em relação ao trabalho infanto-juvenil. A fábrica deixa de ser o lugar do adolescente e jovem; a escola vai assumindo este lugar com uma nova promessa. A redução das desigualdades sociais e a possibilidade de ascensão passa agora pela aquisição ou exigência de

maiores graus de escolaridade. “Lugar de criança é na escola”, não é na rua, tampouco no trabalho, passam a ser os discursos circulantes.

A participação da mulher na fábrica também suscita algumas análises. A maior presença feminina nas indústrias da região é atribuída em grande parte ao ramo produtivo daqueles empreendimentos. O setor têxtil e de confecção era o que ofertava o maior número de postos de trabalho. No contexto dos anos 1960 e seguintes, fração de tempo em que se observam os depoimentos dos entrevistados, a mulher ocupa um lugar, não apenas de cuidadora como também de participante ativo na renda familiar.

Embora mais recentemente se perceba rupturas em relação à mulher no mercado de trabalho, não se pode falar em um efeito homogêneo em todos os grupos ou frações de classes. Tanto entre os aposentados quando dentre os mais jovens, permanece vigente no imaginário a idéia de “serviço de mulher” e “serviço de homem”, mesmo e, sobretudo dentro da fábrica. A fábrica para alguns se apresenta como uma extensão da casa – no sentido físico de proximidade com a residência e nas semelhanças com as tarefas domésticas da “mulher prendada”. Em alguma medida, isso figurava como facilitadores do ingresso na fábrica, tomando em conta as relações de gênero vigentes. O trabalho reprodutivo doméstico não só é de competência da mulher, predominantemente, como se dá cumulativamente ao trabalho na fábrica. Estar próximo ao trabalho, nas fábricas do entorno do Complexo do Alemão era encarado como uma “facilidade” do trabalho; em boa parte das vezes, pode-se ler *facilidade* como aceitação e reforço de um lugar socialmente posto. Nota-se, por exemplo, que no interior da fábrica a diferenciação sexual do trabalho reforçava desigualdades sociais.

Arranjos familiares novos – em especial aquele em que a renda da mulher ora é a única ou a mais importante – surgem em contraposição a família nuclear chefiada por um homem. O número de filhos dos entrevistados mais jovens apresenta uma sensível redução, acompanhando a tendência mais geral observada nas últimas décadas.

Os entrevistados mais velhos apresentaram significativa e relativa mobilidade em relação à geração de seus pais. Tiveram, porém, que ingressar bem jovens no mercado de trabalho, a fim de agregar renda. Entretanto, aquele ingresso no mercado se dava sob novas condições, sobretudo em relação ao tipo de trabalho desenvolvido.

A partir do contato com os trabalhadores identifiquei que deixar de morar na favela, mesmo tendo ali formado laços solidários, reconhecimento, redes de sociabilidade, é um alvo de muitos daqueles trabalhadores. Porém, não são muitos os que conseguem mudar-se para outra residência fora da favela. O movimento e a oportunidade de sair da favela possui faces objetivas – de ir para um lugar mais acessível, e também uma interface simbólica: deixar de ser "favelado", com todos os estigmas que o termo carrega no imaginário social. Os vínculos com um território atravessado por estigmas variados aparecem cercados de fragilidades e que contribui para reforçar a identidade daquele trabalhador. Ao mesmo tempo em que o lugar acolhe, ele também é um "não-lugar", não reconhecido socialmente, ou reconhecido pelos seus aspectos negativos. Como referência a isto surge expressões como "o bairro está cercado de favelas", querendo significar que as favelas estariam situadas numa "margem", numa "periferia" do bairro e não no interior e como parte integrante deste. Há, pois, um duplo movimento que muitos trabalhadores tiveram que fazer: primeiro sair do campo, da cidade pequena, dado a precarização da vida ali manifestas e segundo, sair da favela em razão dos imperativos de risco à vida, de expressões da violência e de produção de estigmas sociais do "favelado" como um "elemento perigoso", "propenso à marginalidade". O trabalhador experimenta múltiplos trânsitos na existência, em razão dos próprios condicionantes concretos.

Do ponto de vista da elaboração e reorganização das identidades enquanto trabalhadores ainda outros importantes movimentos podem ser observados. Um deles se dava no interior da fábrica: deixar de fazer o "serviço pesado" para fazer um "serviço mais leve". Alguns fizeram cursos ou retornaram à escola formal na tentativa de mudar de ocupação. Às vezes isso apenas representava mudar de seção dentro da fábrica; outras vezes, galgar um grau mais elevado na hierarquia funcional; alguns chegaram a ocupar posições de chefia, embora com pouca ou nenhuma escolaridade. Mesmo hoje, em algumas áreas ocupacionais é possível alcançar um posto de chefia a partir das habilidades de um trabalhador ou da relação de confiança e lealdade que possa ter. Embora tais competências devessem estar presentes também nos anos 1970 e 1980 entre os operários das fábricas da área do Complexo do Alemão, alcançar um nível hierárquico dependia menos de escolaridade e mais das relações e vínculos que esses operários viessem a construir. A escolaridade ou formação profissional prévia era então um bem escasso

entre os operários. Os trabalhadores mais antigos pouco buscavam essa escolarização, devendo ser levados em conta elementos conjunturais que são, entre outros, a insuficiente oferta de vagas nos sistemas de ensino e as dificuldades em conciliar estudo e trabalho, já que muitos ingressavam bem jovens na fábrica. Relatos diversos indicam trabalhadores que ingressavam aos 14 anos na fábrica. O trabalho na fábrica prescindia da escola. A despeito das iniciativas empresariais na direção de fornecer escolaridade, as políticas de universalização de uma escola para os trabalhadores e seus filhos não foi uma tônica durante o período estudado.

O modelo produtivo vigente nas fábricas requeria apenas uma aprendizagem no processo de trabalho. Em geral, se aprendia com um colega mais experiente. Em alguns casos chegar a ocupar uma profissão para muitos era ter registrado em Carteira a experiência exigida, como por exemplo, aquelas ocupações ligadas à construção civil, ou mesmo de costureira. Ou seja, nem escolaridade, nem cursos específicos se exigiam para ingresso nas fábricas. Dentre os entrevistados houve aqueles que conseguiram burlar a exigência de escolaridade mínima, em alguns casos, com a compra de um certificado. Cursos oferecidos na empresa podiam servir como ferramentas de adesão, fidelidade ao emprego e ao patrão. Em diversos depoimentos surgem relatos da afinidade e identificação do trabalhador para com a fábrica em função dos cursos oferecidos e promovidos dentro e fora da empresa, sem custo para esse trabalhador ("*O SENAI ia lá no início... Eles tinham uma programação pra formar o pessoal. Eles davam duas horas extras pro pessoal depois do expediente pra incentivar o pessoal... Você recebia essas horas pra se formar*...", Cícero, 50 anos).

Em se tratando dos aposentados nota-se que muitos ainda desenvolvem uma atividade de geração de renda. Alguns começaram o trabalho na fábrica ainda na adolescência, numa época em que o tempo para aposentadoria começava a ser contado antes da maioridade. Encontram-se ainda em vigor físico para desenvolverem tais atividades. Soma-se ainda o fato de que o benefício (aposentadoria) que recebem do Estado não acompanha seus gastos com a reprodução da vida.

Como apresentei, o grupo dos mais jovens que passaram pelas fábricas e aqueles que ainda atuam em algumas empresas remanescentes na área do Complexo do Alemão, fizeram um movimento de mudar totalmente de ramo: buscaram uma formação em nível técnico ou superior. Quanto a esta última

formação, 7 entrevistados (num universo de 31) ou estão fazendo uma graduação ou já concluíram esta etapa.

Esse novo trabalhador busca a escolaridade e formação profissional numa época em que a garantia do emprego depende de sua capacidade de “competir por trabalho”, de sua “empregabilidade” e “competências”, embora, em muitos casos, a escolaridade obtida não tenha relação com as funções exercidas. O ethos neste caso é constituído menos pela formalidade dos horários, de tarefas prescritas, de postos fixos e mais pela competência e “pro-atividade” do trabalhador. Ele deve não apenas se envolver como ainda contribuir na proposição de soluções. Embora devo ressaltar aqui que as empresas que conversamos com os atuais trabalhadores e mesmo as funções ocupadas se diferenciam em alguma medida daquelas com aquele perfil. Ou seja, são empresas de médio e pequeno porte que ainda se localizam na área. Todavia, parece haver certo consenso que o trabalhador atual precisa “estar junto”, colaborar, “vestir a camisa”, “fazer a sua parte”.

Esse trabalhador jovem coloca diante de si o horizonte da mobilidade social e o “sucesso profissional”. O mundo do trabalho assume as características de um jogo. Perder o jogo pode representar, para muitos, não mais nele entrar, engrossando as cifras do desemprego estrutural.

Para as gerações mais antigas, o movimento de saída de seus locais de origem representava em si a possibilidade de mobilidade social ascendente, em condições adversas que implicava em adaptação ao novo lugar, prole numerosa, ausência de escolaridade, necessidade de moradia, entre outras. Hoje o tamanho médio das famílias e a taxa de fecundidade sofreram significativas quedas, embora para as famílias mais pobres os obstáculos permaneçam e tomam novas cores. A fecundidade nas áreas mais pobres chega a ser o dobro da média nacional, como é o caso do Complexo do Alemão.

Não é prerrogativa das classes operárias que seus filhos sejam necessariamente operários. Todavia, as mudanças geracionais no que respeita à ocupação é um dado bastante interessante e revelador de movimentos que vem acontecendo na esfera do trabalho nas cidades brasileiras. A mudança de ocupação dos entrevistados em relação a seus pais é um dado bastante acentuado. De um lado, demonstra o quanto o conteúdo e a forma do trabalho sofreram modificações. De outro, aponta para elementos na direção de desejos, de aspirações relacionadas à mobilidade social. A geração dos pais dos aposentados entrevistados, em geral

agricultores e mesmo os operários, não desejavam que seus filhos tivessem a mesma sorte. Do mesmo modo, os trabalhadores das fábricas que possuem filhos pequenos e adolescentes não desejam que estes vejam numa fábrica a oportunidade de garantia de trabalho. A fábrica figura como passagem, como trânsito, como o lugar de cerceamentos vários e ao mesmo tempo de sobrevivência.

Todavia, convém ressaltar que estar empregado numa fábrica na cidade do Rio de Janeiro era um status diferenciado daquele que os pais dos trabalhadores aposentados vivenciaram. A fábrica oferecia a possibilidade de certa mobilidade, via trabalho assalariado protegido e esse trabalhador construía uma nova relação com a ocupação, com a fábrica e mesmo com o lugar de moradia. Em muitos casos, traziam elementos culturais de seus locais de origem para o “novo lar”: proliferaram as “tendinhas” (comércios do tipo mercearia e bares), os grupos de forró, as comidas típicas e um baú de histórias que sempre contavam e recontavam nos grupos de “conterrâneos”.

As gerações mais antigas dentre os entrevistados são ágeis em relacionar as muitas empresas que deixaram de funcionar na área do Complexo do Alemão, bem como aquelas que faliram. Diferente de outras regiões na cidade, os imóveis abandonados daquelas indústrias raramente foram ocupados por moradores, permanecendo até recentemente intocados, quando então, boa parte deles foi utilizado pelas obras de urbanização e construção de condomínios do Programa de Aceleração do Crescimento, conforme apontei no texto.

Com o esvaziamento fabril a partir das grandes empresas (Nova América, Curtume Carioca, Poesi, Coca-Cola, Skol, Standard Electric, Klabin, Franco-Brasileira, entre outras) um conjunto de pequenos e médios empreendimentos que circundavam em torno delas também foi desaparecendo. Alguns dos empreendimentos industriais ganharam novas funções não-fabris: shopping, supermercados, condomínios, igrejas e estacionamentos.

Embora os anos 1990 tenham sido o momento de maior declínio, algumas empresas permaneceram ainda até a metade dos anos 2000. O processo de decadência, desse modo, foi relativamente lento, considerando a queda geral nos postos de trabalho observada desde meados dos anos 1980 na cidade do Rio de Janeiro.

Os mais jovens, que não presenciaram a maior pujança do emprego industrial, são os que menos citam nomes de empresas. Ouvem os relatos dos

antigos. Mas eles a área do Complexo do Alemão se reveste de outras conotações, de outros símbolos e representações, dos quais o estigma de residir num lugar de múltiplas expressões da violência é apenas um deles.

Todavia, de um modo geral, os trabalhadores, não creditam na conta da violência ou do crescimento das favelas o fator preponderante, ou isolado, para o declínio fabril da região. Apontam que de algum modo o crescimento das favelas foi proveitoso para as empresas por representarem estoque de mão de obra e segurança – uma vez que não havia episódios de invasão de criminosos nas empresas. Por outro lado, algumas empresas, de acordo com o depoimento de trabalhadores, sofreram com o banditismo, as ameaças e imposições de criminosos.

O trabalho na fábrica figurou como desejo de ascensão para as gerações mais antigas, o que não é o mesmo para as gerações mais novas. O chamado "trabalho de escritório", "mais leve" e mesmo o comércio e serviços se torna um objetivo das gerações mais novas. Se a fábrica não era desejada com ocupação para seus filhos, muitos entrevistados relembram os momentos de sociabilidades vividos com os colegas, a participação nos momentos sociais dos colegas, as afinidades e até os casamentos originados na fábrica ("*Havia um entrosamento. Olha, saía casamento, saía briga, tudo! Os funcionários se conheciam e quantos casamentos saíram da Franco! Era muita gente do sexo masculino e feminino, então namoravam e casavam dentro da empresa. Eles se conheciam ali dentro do trabalho... Tudo a partir da empresa...",* Neuza, 45 anos). Por vezes, gostar do trabalho representava ou misturava a sentimentos de "gostar do ambiente de amizade" ali constituído. Aparece ainda o sentimento de gostar e de se identificar com a empresa em razão da relativa segurança advinda do trabalho assalariado protegido e à necessidade de sobrevivência.

Aquele trabalho, no entanto, surge na perspectiva de muitos trabalhadores como algo relacionado ao sofrimento (como a fala do Sr. Isaac, aposentado, aqui novamente trazida: *"operário sofre muito, principalmente quem não sabe ler hoje. Passa por humilhação, os patrões passam por cima, é como amassar o barro"*). A despeito disso, muitos trabalhadores e trabalhadoras viveram na fábrica a oportunidade de salário fixo, benefícios, proteção trabalhista e aposentadoria, elementos ausentes nas antigas gerações daqueles que viviam no campo ou nas pequenas cidades. Ainda que relativamente, estar na cidade grande, e na fábrica, os colocava diante de certa previsibilidade. A fábrica aparece como uma oportunidade a

qual deveriam se “agarrar”, conforme apontam. A contraposição entre a situação socioeconômica anterior e aquela que viviam nas fábricas era um forte elemento de coerção e aceitação da condição operária em muitos casos. O trabalho fabril assalariado se punha como uma possibilidade dentro das condições objetivas daquele momento histórico. Os trabalhadores construíram relações diversas com a fábrica e por vezes ambíguas, como foi visto aqui.

Uma identidade operária foi marcada, para a geração dos aposentados e para alguns ex-empregados em idade ativa, como o lugar do sustento. Foram freqüentes os depoimentos como “*tirei dali o sustento para toda a minha família*” ou “*se a fábrica tivesse permanecido ali eu ainda estaria nela*”; “*o operário é digno como qualquer outro, não é desclassificado em nada*”.

Já na fase de transição do final dos anos 1980 e anos 1990, quando as fábricas começam a migrar para outras regiões, ou ainda a encerrarem suas atividades, de que protegia o “trabalho protegido”? O cenário para muitos dos trabalhadores que vivenciaram este momento era de insegurança. A fábrica já não era o que tinha sido para as gerações anteriores. E a necessidade de mudança de ocupação, o discurso da premência da escolaridade soa bem alto para este grupo.

Ao mesmo tempo em que se assiste um declínio daquela vida econômica do assalariamento fabril, novas institucionalidades vão surgindo com força. Na verdade, as diferentes formas de geração de renda para além da relação com a fábrica já vicejavam em alguma medida no interior das favelas. Formas ditas arcaicas de trabalho dentro da moderna ordem industrial coexistiam durante as décadas do apogeu econômico da área do Complexo do Alemão. Mesmo o trabalho feminino das empregadas domésticas, diaristas, costureiras autônomas entre outros já figuravam como aportes de renda para muitas famílias. No entanto, diante do volume do trabalho fabril no entorno do Complexo do Alemão, essas modalidades de trabalho pareciam viver na invisibilidade e marginalidade. Todavia, a força dos empreendimentos populares por conta própria, os serviços autônomos, os “bicos”, passam a figurar como uma alternativa para os ex-operários. Como listei no capítulo IV, cerca de 50 tipos diferentes de pequenos negócios e prestação de serviços povoam hoje as favelas do Complexo do Alemão. Comércio e serviços, além de pequenas fábricas pontilham aquele território.

O círculo virtuoso da industrialização se torna insustentável nos anos 2000 naquela região. Embora haja semelhanças em alguma medida com o que se abateu

sobre o modelo industrial vigente ao longo do século XX, a cidade possui particularidades que dizem respeito às questões políticas e administrativas dadas a partir dos anos 1960, iniciando com a mudança da capital para Brasília e em seguida com a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro nos anos 1970.

Uma das minhas primeiras hipóteses quando iniciei a construção do objeto era de que o desaparecimento das fábricas teria impactado negativamente o conjunto de trabalhadores que viviam daqueles postos de trabalho. Os trabalhadores, naquela hipótese, teriam sofrido com o esvaziamento industrial da região. Todavia, ao longo das entrevistas fui percebendo que a fábrica possuía uma representação bastante ambígua na concepção dos trabalhadores, como já disse. Poucas eram aquelas em que o trabalhador se sentia valorizado ou as condições de trabalho eram satisfatórias a ponto de fazê-los efetivamente "vestir a camisa" da empresa. A maioria das empresas oferecia péssimas condições de trabalho, baixos salários, atraso de pagamento e não realizavam depósitos do Fundo de Garantia, entre outros aspectos. Episódios de movimentos paredistas são lembrados pelos trabalhadores como escassos, fragmentados e como poucos resultados. Neste sentido apontam que pouco contribuiu para a constituição de sujeitos políticos e socialmente engajados.

Não apenas a pluralidade produtiva na região tornava as lutas operárias fragmentadas, mas as diferentes posições ou status oferecidos pelas empresas do mesmo ramo impediam um movimento mais unificado. Havia ainda a presença de grandes, médias e pequenas empresas e a conseqüente dificuldade de aglutinar lutas a partir de categorias profissionais. Em um dos depoimentos de uma costureira, aparece a questão de que as ocupações menos qualificadas (aquelas que eram facilmente repostas), não faziam greves ou participavam de qualquer movimento. No entanto, descobri que em algumas ocasiões as costureiras de uma das empresas entraram em greve e tinham certo poder de pressão. O medo de perder o emprego e a imagem sindical negativamente construída foram outros elementos apontados pelos depoimentos dos trabalhadores. A crise do trabalho assalariado fabril coincidiu com a crise e reordenações no campo das lutas sindicais.

Fraca adesão aos movimentos reivindicatórios, baixa sindicalização, gradual fechamento das fábricas, foram elementos que fragilizaram as relações entre os trabalhadores naquela região. É possível apontar, desse modo, que não houve no Complexo do Alemão uma "classe operária" no sentido clássico que envolve

solidariedade coletiva nas lutas comuns. A região, embora com vibrante atividade industrial e empregando um denso volume de força de trabalho das favelas em seu entorno foi povoada de fragmentos de interesses. Dados os limites desta pesquisa, há dificuldades em mensurar, mapear, as muitas iniciativas inscritas sob a rubrica "informais" que simultaneamente aconteciam ao trabalho das fábricas. O sentido clássico de emprego industrial protegido, como ocorria em outras regiões, não se apresentou ali; antes, se observou a coexistência de variadas formas de contratação, subcontratação, trabalho por tarefas, emprego sem registro em Carteira, trabalho em casa, além de intensa rotatividade em diversas empresas, em especial do setor têxtil e de confecção. Era comum a existência de pequenas confecções, informais (algumas ainda podem ser vistas), que trabalhavam para as grandes empresas do entorno.

Por outro lado, as associações de moradores de várias favelas que compõe o Complexo do Alemão durante as décadas de 1970 e 1980 funcionaram como entidades de solidariedade e de pressão quando se tratava de trazer benefícios para as comunidades. Eleições para diretoria das associações, representações junto a Federação de Favelas, (embora dentro de uma lógica própria daquele momento histórico e político como vimos aqui), além dos mutirões organizados pelos moradores apontam para uma rede forte criadas no interior das favelas.

O fato de haver uma massa de trabalhadores numa mesma região não garante por si só uma identidade e solidariedade de classe. A mediação do trabalho fabril pode ter criado uma identidade em oposição aquela modalidade. Os ícones de identificação do trabalhador, mediado pelo trabalho fabril assalariado, seja na direção do disciplinamento como queriam as elites industriais ou como desejavam as entidades operárias não aparece como determinante na área do Complexo do Alemão. O que se anuncia é a emergência de novos ícones hoje num momento de uma nova morfologia do trabalho. Como e com que se identificam hoje os trabalhadores hoje do Complexo do Alemão? A grande fábrica, ao menos na região em estudo, deixa de marcar presença no cenário urbano e no campo simbólico ou nos horizontes de aspiração daqueles trabalhadores. Não é o que as gerações mais novas desejam ou veja como alternativa para seus filhos, conforme os depoimentos informaram.

De outro lado, as iniciativas populares acenam com a possibilidade de garantia de sobrevivência e como alternativa ao emprego fabril que se foi. Talvez

haja um caminho pela frente para que elas se inscrevam no horizonte de um trabalho livre e associado, menos subsumido pelas grandes corporações. Talvez o trabalho por conta própria se ponha num horizonte de viver a liberdade e capacidade cerceadas pelo modelo especializado e simplificado da tarefa fabril; ao mesmo tempo em que as garantias, ainda que frágeis, da proteção advinda do trabalho assalariado continuam no imaginário com um porto seguro diante do imprevisível.

A busca por escolaridade, o salto quantitativo nas matrículas no ensino superior entre os moradores de favelas revelam um novo momento em que programas e incentivos de toda sorte indicam uma nova promessa: obter graus cada vez mais elevados de escolaridade é o caminho para uma competição "bem-sucedida" no mundo do trabalho. Resta-nos saber se, de fato, estaríamos diante de uma nova promessa ou reedição da antiga teoria do capital humano?

Por outro viés, enquanto se fragilizam e se precarizam as relações de trabalho, enquanto os parcos mecanismos de proteção se esvaem, milhares de trabalhadores se apegam à realização de concursos públicos como um lume de trabalho protegido, ainda que por enquanto. O fenômeno da terciarização do trabalho, num mundo globalizado, como exemplo aqueles postos localizados nos setores de telecomunicações (telemarketing, tele-atendimento, atendimento virtual e coisas do gênero) talvez figure como o novo operariado de massas. Que identidades novas serão daí constituídas?

A construção da identidade do trabalhador se relaciona diretamente a arena de lutas no campo da hegemonia e da contra-hegemonia. Renovar a questão significa, desse modo, permanecer na luta pela compreensão dos fenômenos e coloca a possibilidade da construção de uma contra-hegemonia que leve em conta as necessidades dos trabalhadores sobre as demandas do capital.

O novo trabalhador, demandado hoje pelo "novo" mundo do trabalho, o trabalhador flexível, polivalente, o "colaborador", o "associado" em permanente processo de aprendizado – ao menos como se desejam "os senhores" de um novo momento - não pode prescindir da organização política. O trabalho precisa alçar seu lugar de atividade ontocriadora, para além da forma assumida sob o atual modelo societário. O desenho das novas formas de lutas, todavia, não está dado, mas coloca-se o horizonte da construção de novas sociabilidades que transcenda a voracidade do lucro e reacenda o lume da dignidade e equidade social.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IPP, 2006.

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir ; GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas*. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). *Além da fábrica*: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*.* São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista crítica de ciências sociais,Coimbra,* n.83, p. 19-34.

BATALHA, Claudio H. M.; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre. *Culturas de Classe:* identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio d Janeiro: Zahar , 2009.

BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial:* nem caridade nem direito. São Paulo: Cortez, 2005.

BECKER, Howard. *Uma teoria da ação coletiva.* Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BEDÊ, Edgard Domingos A. T. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional:* americanismo, compromisso fordismo e a formação da classe operária em Volta Redonda*.* 2007. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 2002.

BILHÃO,Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho:* análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1986-1920). Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

BLAY, Eva Alterman. Dormitórios e vilas operárias: o trabalhador no espaço urbano Brasileiro. VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOSSÉ, Mathias Le. *As questões de identidade em geografia cultural:* algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A gênesis dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

BRASIL. *Estatuto da criança e do Adolescente* – ECA. Lei 8069/90.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento. Ver www.dsenvolvimento.gov.br "Exportações em janeiro/2010 crescem 21,3% em relação janeiro/2009". Matéria veiculada em 01/02/2010. Acesso em: abril de 2011.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro*:* as políticas publicas nas favelas do Rio de Janeir*o*. In: ZALUAR, Alba ; ALVITO, Marcos. *Um século de favelas.* Rio de Janeiro:FGV, 1998.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Cidade, territórios e cidadania*. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.48, n. 1, 2005, p.189 - 222.

CABRAL, M. S. A. *Multiculturalismo.* Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CAMPOS, R., *Do outro lado da cerca*. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas:* estratégias para entrar e sair da modernidade*.* São Paulo: USP, 2006.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio./.ago, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o* Rio de Janeiro e a república que não foi*.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983.

CASTEL, Robert. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999.

CIAVATTA, Maria *O mundo do trabalho em imagens a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 - 1930)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.
CNI. *Sondagem Especial*. ano 5, n.3, 2007

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). A *indústria e o Brasil:* uma agenda para crescer mais e melhor. CNI, Brasília, 2010.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação. Fundamentos da sociologia de Max Weber.* São Paulo: T.A.Queiroz, 1979. p.77-100.

COSTA, Marcio da e Koslinski, Mariane Campelo. Quase-mercado oculto: disputa por escolas comuns no Rio de Janeiro. *Cadernos de pesquisa,* v.41, n.142, jan./abr. 2011.

Cunha, Luiz Antonio e Góes, Moacyr. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho:* estudos de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

DELUIZ, Neise. *Formação do trabalhador em contexto de mudança tecnológica*. In: Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 1994.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

EAGLETON, T. *Ideologia:* uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola:* educação e trabalho no capitalismo. Porto alegre: Artes Médicas, 1989.

CHINELLI, Filipina. *Qualificação e empregabilidade*. Rio de Janeiro, Mimeo, 2001;

FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FRAIHA, Silvia e LOBO, Tiza. *Bairros do Rio:* Ramos, Olaria e Penha. Rio de Janeiro: Editora Fraiha, 2002.

FRANCO, Maria Ciavatta. *Formação profissional para o trabalho incerto:* um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes,1998

FREITAG, Bárbara. *Teorias da cidade.* Campinas, SP: Papirus, 2006.

FRIEDMAN, Jonathan. Ser no mundo: globalização e localização. In: FEARTHERSTONE, Mike. *Cultura global, nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1999.

FRIGOTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva:* um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. (Org.) *Educação e crise do trabalho:* perspectivas de final de século. Petrópolis:Vozes,1998

_____. Brasil e a política econômico-social: entre o medo e a esperança.*Trabalho Necessário – Revista eletrônica do NEDDATE*, Niterói, UFF, 2005.

_____. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.* In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador*:* o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. *Cadernos de pesquisa*, n.47, nov. 1983.

_____. A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy.*Trabalho e educação.Arquitetos abelhas e outros tecelões da economia popular solidária.*Aparecida,SP.Idéias e letras, 2004.

_____. *Educação e crise do capitalismo real.* São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação:* um estudo introdutório. São Paulo: Autores Associados, 1995.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. IN: FRIGOTTO, G. (Org). *Educação e crise do trabalho*: perspectivas de final de século. Petrópolis:Vozes,1998

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GODINHO, Floriano. *Reestruturação produtiva, território de poder no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

GOMES, Carlos Minayo [et al.]. *Trabalho e conhecimento:* dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1987.

GONÇALVES, Rafael Soares. A construção jurídica das favelas do Rio de Janeiro: das origens ao Código de obras de 1937 . *OS URBANITAS* - Revista de Antropologia Urbana Ano 4, v.4, n.5, fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.osurbanitas.org/osurbanitas5/, 2007. Acesso em: 10de jan 2009.

GONZALEZ, Wânia R. Coutinho. *Gramsci e a organização da escola unitária.* Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v 22, jan./abr., 1996.

BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional.* Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Cadernos do Cárcere.v.4.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Concepção dialética da história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade.* In: Silva, Thomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. PEtropolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro; DP & A, 2005.

HARDMAN, Foot e LEONARDI, Vitor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna:* uma pesquisa sobre as origens da *mudança cultural.* 12.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HIRATA, Helena e Kergoat, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competência*.* In: FERRETTI, Celso et. al. *Novas tecnologias, trabalho e educação*: um debate multidisciplinar. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos:* o breve século XX (1914-1991) São Paulo: Cia das letras, 1995.

_____. E. *Introdução* in: MARX, K. Formações econômicas pré-capitalistas. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HOLZER, Werther. *Paisagem, imaginário, identidade:* alternativa para o estudo geográfico. In.:ROSENDAHL, Zeny ; CORRÊA, Roberto Lobato. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico.* 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis*: o pensamento de Marx no século XXI*.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992b.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*, Paz e terra, Rio de Janeiro, 1993

KUENZER, Acacia Z. *Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação. Educação e Crise do Trabalho*: perspectivas de final de século. Petrópolis:Vozes,1998.

_____. *A pedagogia da fábrica:* as relações de produção e a educação do trabalhador*.* São Paulo: Cortez, 1985.

LAGO, Luciana. *Desigualdade e segregação na metrópole:* o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Editora, 2000.

_____. *A "periferia" metropolitana como lugar de trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena.* In: SANTOS, A. M., Marafon, G. J., Sant'Anna, M. J. G. (Org). Rio de Janeiro: um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares:* as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2004.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997.

LEONE, Eugenia Troncoso; Maia, Alexandre Gori; Baltar, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1, abr, p. 59-77, 2010.

LESSA, Sergio. *Lukács e a ontologia:* uma introdução. São Paulo, out, n. 5, n. 1, p.83-100, 2001.

_____. *Mundo dos homens.*Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 52, p.7-24, dez. 1996.

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:* marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*.* São Paulo: Cortez, Editora, 2000.

LUCA, Tania Regina de. *Industria e trabalho na história do Brasil.* São Paulo: Contexto, 2001.

MACHADO DASILVA, Luiz Antonio. *A continuidade do 'problema da favela".* In.: L. L. Oliveira (org.), *Cidade*: história e desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MACHADO DA SILVA, L. A. *Afinal, qual é das UPPs?.* Disponível em: www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br. Acesso em: dezembro de 2011.

MAIA, J.; KRAPP, J. *Comunicação e comunidade:* novas perspectivas das sociabilidades urbanas In: FREITAS, R. F.; NACIF, R. (Org.). Destinos da Cidade: Comunicação, arte e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

MAIOLINO, Ana Lucia. *Espaço urbano:* conflitos e subjetividades. Rio de Janeiro: Mauad : Faperj, 2008.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo:Cortez,2003.

MARINI, Rui M. *Dialética da dependência.* Petrópolis, RJ: Vozes: CLACSO, 2000.

MENDONÇA, Sonia. *A industrialização brasileira.* São Paulo: Moderna, 1995.

MARX , Karl. Prefácio. *Para crítica da economia política.* Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

_____. *Capítulo 6º inédito d'O capital: resultados do processo de produção imediato.* Porto (Portugal): Publicações Escorpião, 1975.

_____. *Manifesto do partido comunista.* São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital.* São Paulo: Boitempo, 2005.

MITZMAN, Arthur. *La jaula de hierro. Una interpretación histórica de Max Weber*. Madrid, Alianza Editorial, 1969.

Mochcovitch, Luna Galano. *Gramsci e a Escola.* São Paulo: Ática, 1990.

MOISÉS, José A (Org). *Contradições urbanas e movimentos sociais.* Rio de Janeiro: Paz e Terra,1978. (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social:* crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2005.

NERI, Marcelo. *Trabalho e condições de vida nas favelas cariocas.* Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. *Desigualdades e favelas cariocas:* a cidade partida está se integrando? Rio de Janeiro: FGV, 2010.

NEVES, Lúcia M. W. e SANT´ ANNA, Ronaldo. Gramsci, o estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lucia M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia*: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo Xamã, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, saber, produção em Marx e Engels.* São Paulo: Cortez, 1993.

NORONHA SANTOS, Francisco. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edição O Cruzeiro, 1965.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

_____. A modernização da produção e da escola no Brasil: o estigma da relação escravocrata. *Revista da faculdade de educação*, Campinas, PUCCAMP, v.1, n.1, ago, p. 22-33,1996.

NUNES, Daniele Rodrigues Barros. *Olaria O bairro que nasceu do barro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Escola de Museologia, Universdidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. O surgimento do antivalor: capital força de trabalho e fundo público. Novos estudos CEBRAP. São Paulo, n. 22, out. 1988.

_____. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo:Boitempo, 2003.

PELBART, Peter Pál. A comunidade dos sem comunidade. In: Pacheco, Anelise; Cocco, Giuseppe e Vaz, Paulo (orgs.). *O trabalho da multidão*: império e resistências. Rio de Janeiro: Gryphus, Museu da República, 2002.

PEREIRA, Guilherme Reis. Transformação da Identidade operária. *Revista Espaço de diálogo e desconexão,* Araraquara, v. 2, n. 1, jul./.dez, 2009.

PIQUET, Rosélia. *Indústria e território no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Garamond: 2007.

PIZARRO ; ARAÚJO, José de Souza A. *Memórias históricas do Rio de Janeiro.* Livro 4, cap. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educação Soc,* v.25, Campinas, n.87 maio/ago. 2004

_____. *O trabalho sob fogo cruzado*. Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2000.

RÉGNIER, Karla Von Döllinger. Educação, trabalho e emprego numa perspectiva global. *Boletim técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, jan./abr, 1997.

REZENDE, Vera F. *Planos e regulação urbanística*: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. CIDADE: história e desafios (org.). Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdades de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 41 a 87, 2011.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz ; KOSLINSK, Mariane Campelo. *Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais.* Pontificia Universidad Católica de Chile , p.41 a 87.Disponível em: < www.redalyc.org> Acesso em: 2009.

RODRIGUES, José. *O moderno príncipe industrial*: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. *Educação politécnica no Brasil*. Niterói, EdUff, 1998b.

RODRIGUES, Angela Rösch ; Camargo, Mônica Junqueira de. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. *Revista CPC*, São Paulo, out, n.10, 2010.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil. In: CARNEIRO, Sandra de Sá ; SANT'Anna, Maria Josefina Gabriel. *Cidade, olhares, trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação brasileira:* 1930 – 1973. Petrópolis: Vozes, 1978.

RUY, José Carlos. Modo de produção capitalista e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Princípios*, ago./set,1995.

RUMMERT, Sonia. Aspirações, interesses e identidade dos trabalhadores: elementos essenciais à construção da hegemonia. Trabalho Necessário, Revista *Eletrônica do NEDDATE/UFF, ano 2, n. 2,* 2004. Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario. Acesso em: 20 de abr 2012.

_____. *Educação e identidade dos trabalhadores:* concepções do capital e do trabalho. Niterói: Intertexto, 2000.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel, In: SANTOS, A. M., Marafon, G.J; SANt'Anna, M. J. G. *Rio de Janeiro:* um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

SANTANA, Marco Aurélio e Ramalho, José Ricardo. *Além da fábrica:* trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. *Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano:* estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. 2004. Caxambu, Anped, 2004. 27ª reunião da ANPED.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes*.* Construindo novos caminhos com a escola unitária de Gramsci*.* In: SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes. *Desigualdade social e dualidade escolar*: conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci. Petrópolis, RJ: Vozes: 2000, p.47-73.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana.* São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Cultura, globalização e crítica social. In SILVA, J. P., SANTOS, M.S, RODRIGUES, I. J. *Crítica contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 15-35.

SANTOS, T dos. *A teoria da dependência:* balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia*. Trabalho, educação e saúde.* Rio de Janeiro, v.1, n.1, mar, 2003. p.131-151.

_____. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In.: FERRETTI, Celso et. al. *Novas tecnologias, trabalho e educação*: um debate multidisciplinar. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. *Revista brasileira de educação*, n. 16, p. 95-104,2001.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter:* conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*.* 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEVERIANO, Maria de Fatima Vieira e ESTRAMIANA, José Luis Alvaro. *Consumo, Narcisismo e identidades contemporâneas:* uma análise psicossocial*.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

SILVA, Denise Britz do Nascimento e LIMA, José Matias de. A informação em benefício da cidadania: a pesquisa sócio-econômica das comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. *Trabalho e sociedade*, IETS, ano 2, n. 3,abr, 2002.

SILVA, Jailson de Souza e. *O que é favela, afinal*? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Laura Tavares. O debate sobre a pobreza no Brasil. *Boletim de políticas públicas.* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Laboratório de Políticas Públicas, dezembro de 2000, n. 01.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos do ajustes neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Ozias de Jesus. *Na bitola de trem com estação marcada: trajetórias* de vida e exclusão social. 2002, 105 f. Monografia (Conclusão de curso de especialização) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

_____. *Para além de uma incubadora de monstrinhos.* A formação do jovem trabalhador sob a Lei da Aprendizagem. 2006, 294 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania:* por uma sociologia política da modernidade periférica*.* Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SOUZA, Donaldo Bello de. A superação do determinismo econômico das análises dobre as inovações: possíveis contribuições do aporte gramsciano. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 23, n.1, jan./abr., 1997.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TIRIBA, Lia. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Jornal dos Economistas*, dezembro de 2003.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho:* pedagogia(s) da produção associada*.* Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

TIRIBA, Lia e PICANÇO, Iracy. *Trabalho e educação*: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004.

TRINDADE, Adriana de Albuquerque. *O estilo político da bica d'água:* o chaguismo na Guanabara (1969-1974). Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TULILO, André Luiz. As estratégias de administração das políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.14, ano 42., set./.dez, 2009.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VITORINO, Arthur José Renda. *Os sonhos dos tipógrafos na corte imperial brasileira.* In: BATALHA, Claudio H. M.; Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre. *Culturas de classe* – identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ANEXO A - Roteiro de entrevista

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Doutorando: Ozias Soares

Roteiro Entrevista

Tempo de moradia no local
( ) até 5 anos
( ) entre 5 e 10 anos
( ) entre 10 e 20 anos
( ) entre 20 e 30 anos
( ) mais de 30 anos (especificar:)

Naturalidade: _____

- Você tem a mesma ocupação que seu pai/mãe?
( ) sim ( ) não - Ocupação dos pais: _____

- qual a sua última série cursada:

- possui cursos profissionalizantes?

Feitos/oferecidos na própria empresa: _____

Feitos em outras escolas profissionais: _____

- quantas pessoas residem na mesma casa hoje:
_____

Qual a sua ocupação principal hoje?

Além da sua ocupação principal, desenvolve outras atividades de geração de renda? _____

Recebe ajuda de programas sociais? (bolsa família, etc.) _

- saberia dizer nomes de empresas que deixaram de funcionar nesta região?

- participou de alguma das empresas da região?
Qual: _____

- qual a ocupação à época? _____
Ocupou cargo de chefia: ( ) sim ( ) não

- Na época de sua atuação, o sindicato era atuante em favor dos trabalhadores?

- Você chegou a participar de alguma paralisação ou greve? Ou você presenciou alguma naquela região?

- Você considera que na época era mais fácil conseguir emprego com registro em carteira?

- Em geral as pessoas permaneciam mais tempo empregadas naquela época?

- na sua concepção, por que as empresas “foram embora” da região do Complexo do Alemão?

- O crescimento das favelas, na sua opinião, traz ou trouxe algum impacto (positivo ou negativo) para esta região?

- Quais os principais problemas que você enquanto trabalhador enfrentava na empresa?

- caso pudesse mudar de ocupação, o que escolheria? Por quê?

- Como se sentia enquanto empregado da empresa naquele momento? O que mais te motivava naquela ocupação?

- caso tenha filhos, o que espera para seus filhos em relação à ocupação profissional?

- Como se sente em relação à sua ocupação hoje? Em termos profissionais, sente-se satisfeito com o que faz?

- Em sua opinião os trabalhadores hoje preferem o trabalho por conta própria a ser empregado com registro em Carteira? Por quê?

ANEXO B – Detalhes de algumas instalações antigas onde ainda se podem ver as chaminés. As duas primeiras referem-se as antigas instalações de uma empresa de papel localizada na avenida Itaóca e a última refere-se a antiga Fábrica de Doces Rute (fotos feitas em 2011).

ANEXO C - (antigo parque fabril Nova América na década de 1960 e abaixo o projeto de ampliação do Shopping já existente com o mesmo nome – Shopping Nova América)

ANEXO D - antigas instalações da Metalúrgica Eaton (2009) e na foto recente (2012) o terreno já completamente demolido e as obras do primeiro condomínio-bairro da região (conforme propaganda no canteiro de obras).

ANEXO E - Parte das antigas instalações da Indústria têxtil e confecção Poesi-Sayonara (Estrada do Itararé), empresa que faliu e em seu lugar foram construídos equipamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – um condomínio, escola e creche.

2008

2011

ANEXO F - As fotos abaixo foram tiradas entre 2008 e 2010 e mostram na ordem em que aparecem as antigas instalações da fábrica da Coca-cola, a empresa de Gás Heliogás (ambas hoje deram lugar a condomínios residenciais do PAC e uma Clínica UPA) e a última foto trata-se das antigas instalações da empresa de bebidas Skol.

ANEXO G - As fotos abaixo mostram um esqueleto da antiga industria têxtil localizada em frente a favela da Nova Brasília (Franco-Brasileira) que teve a maior parte de seu terreno transformado no condomínio na foto seguinte. Ambas foram feitas em dezembro de 2011.

ANEXO H - As duas fotos referem-se, respectivamente, as antigas instalações da empresa Polionda (Tufy Habib) e da empresa metalúrgica Eltra. As fotos foram feitas em 2011.